

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**MISSÃO JESUÍTICA COLONIAL NA AMAZÔNIA MERIDIONAL:
SANTA ROSA DE MOJO UMA MISSÃO NUM ESPAÇO DE FRONTEIRA
(1743-1769)**

Dissertação de Mestrado

Ione Aparecida Martins Castilho Pereira

Porto Alegre, agosto de 2008.

Ione Aparecida Martins Castilho Pereira

**MISSÃO JESUÍTICA COLONIAL NA AMAZÔNIA MERIDIONAL:
SANTA ROSA DE MOJO UMA MISSÃO NUM ESPAÇO DE FRONTEIRA
(1743-1769)**

Dissertação apresentada como requisito parcial e final à obtenção do título de Mestre junto ao Curso de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sob a orientação do Professor Dr. Arno Alvarez Kern.

BANCA EXAMINADORA
Prof. Dr. Arno Alvarez Kern – Orientador
Prof. Dr. Artur Henrique Franco Barcelos – FURG
Prof. Dr. Eduardo Santos Neumann – UFRGS

Porto Alegre, agosto de 2008.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C352m Castilho Pereira, Ione Aparecida Martins
Missão jesuítica colonial na Amazônia Meridional :
Santa Rosa de Mojo : uma missão num espaço de fronteira
(1743-1769) / Ione Aparecida Martins Castilho Pereira. –
Porto Alegre, 2008.
181 f. : il.
Diss. (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em
História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas,
PUCRS.
Orientador: Prof. Dr. Arno Alvarez Kern
1. Missões – Jesuítas. 2. Santa Rosa de Mojo –
Missões. 3. História. I. Kern, Arno Alvarez. II. Título.
CDD 981.112

Bibliotecária Responsável: Salete Maria Sartori, CRB 10/1363

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer ao meu orientador Arno Alvarez Kern, pela confiança, carinho e amizade de sempre. Por me ouvir em horas difíceis, principalmente naqueles momentos em que eu achava que nada estava bom. Pelas palavras de conforto e pelas orientações regradas por um bom chá no prédio 5. Agradeço também suas valiosas dicas que me serviram muito. A ele dedico os meus sinceros agradecimentos e todo o carinho que uma filha pode dar a um pai.

À minha família que sempre me deu apoio incondicional para estar aqui em Porto Alegre realizando mais uma etapa da vida. Mesmo estando muito, mais muito longe, era como se estivessem aqui do meu lado em todos os momentos torcendo por mim. Não há palavras para expressar meus sentimentos.

À professora Núncia Santoro Constantino por suas aulas de construção de texto histórico, que sem dúvida alguma me ajudou a não cometer determinados equívocos na construção da narrativa histórica e também pelo carinho transmitido a nós. Ao professor Luciano Abreu Arone pelas conversas confortantes. Ao Artur pelas trocas de idéias, pelas sugestões bibliográficas, e pelos alertas em relação à escrita. Ao Eduardo Neumann que gentilmente aceitou participar da minha banca de mestrado.

Aos meus amigos do Mato Grosso que me deram apoio nesta longa caminhada, e que sempre torceram por mim, aqui vão os meus sinceros agradecimentos ao Aloir Paccini, Alex Sandre Marques Andrade, Antonio Rosestolato Filho, Luciana Pereira Rodrigues, Luiz Nadal, Marvin Gerardo Olivas Bonilla, Marli Almeida Auxiliadora, Neodir Travessini, Patrícia Virginia Magalhães, Roberto Hernandez, Suzana Cristina Souza Guimarães. Em especial agradeço a Luciana, Marli e Suzana pelas leituras de meus textos e pelas sugestões dadas a mim. Ao Aloir por me presentear com um belo livro sobre Mojo.

Aos amigos que fiz aqui e não foram poucos, uns de muito longe e outros bem pertinho, que me ajudaram a perceber que não estava tão sozinha. Um agradecimento especial a Bianca Costa, Marcelo de Lima Melnitzki, Jandira Lopes, Letícia Morgana Muller, Mônica Karawejczyk, Juvandi de Souza Santos, Milton. Não podia esquecer também Kelly de Oliveira, Marcélia Marques, Claudia Bibas, Tatiana Pedrosa, Aline Matte, Arilson Gomes, Carla Xavier, Marlise Sanchotene de Aguiar, Eduardo Soares e todos outros colegas do programa de pós-graduação em História que não mencionei aqui.

Queria agradecer de forma especial a Mônica por todas as suas dicas infalíveis, pela disposição em ler meus textos e me dizer se estavam coerentes. E por me dar várias dicas de

como aproveitar Porto Alegre. Agradeço muito seu apoio e as nossas boas risadas. A Letícia pelo enorme companheirismo, por me fazer rir em momentos tristes e me mostrar a melhor parte do Brasil (Santa Catarina). Ao Marcelo, companheiro de sempre, muito ponderado, divertido e sempre disposto a ouvir as pessoas. A Bianca pelas tardes na redenção, pelas boas risadas e pelos nossos almoços na PUC. Agradeço a Kelly pelas horas que fui ao Anchietao incomodá-la para fazer minha pesquisa, que só estas linhas não serão suficientes para te agradecer, graças a ti encontrei documentos inéditos para dissertação. À Jandira Lopes, pelas conversas super animadas que ia desde a faculdade até o nosso dia-a-dia. Ao Milton pelo seu carinho e jeito extrovertido de ser. Ao meu amigo Juvandi de Souza Santos que me ensinou que nem tudo que se apresenta a primeira vista é o que é. Pelas palavras de conforto, e também não podia deixar de falar de suas mais loucas histórias por esse mundo de meu Deus. E por me fazer rir quando queria chorar.

As minhas amigas da hidroginástica, Ene, Ester, “Gege”, “Lu”, Ivone, “A prima” e Ana Oliver, que sempre se preocuparam comigo. A vocês agradeço meus dias de descanso cerebral e por me ensinar que vida é muito mais do que a gente imagina.

À Roberta Soares Paiva pela revisão da minha dissertação e pelas palavras de conforto, incentivo, sugestões e críticas ao meu texto, que mesmo sem me conhecer confiou em mim.

Quero agradecer imensamente David Block pelo envio de seu livro e cópia do documento do viajante José Gonçalves da Fonseca, que sem dúvida foram de grande valia para feitura desta dissertação. À Maria Alcócer da Biblioteca Nacional da Bolívia pelo envio do livro do padre Eder e pela confiança deposita em mim. À Horário Calandra e Susana Salceda pelo envio de material de suas pesquisas em Mojo e no Prata. À Henri Ramirez pelo envio de material bibliográfico e pelas informações trocadas por email, que sem dúvida ajudou a esclarecer algumas questões sobre minha pesquisa.

Ao padre Pedro Ignácio Schmitz, e aos funcionários Fúlvio Vinícius Arnt, Ivone Verardi, que sempre me receberam muito bem e permitiram meu acesso à bibliografia do Anchietao, a vocês agradeço muito. A funcionária Luzinete Lima do Arquivo Público de Mato Grosso. À senhora Rosa Maria do Museu de Antropologia, à Mônica Acendino do departamento de História pela disponibilização de dissertações para minha pesquisa, e também à professora Maria Fátima Noberto Machado pelo envio do seu artigo.

Agradeço também ao Comando de Fronteira de Rondônia – 6º Batalhão de Infantaria de Selva, em Guajará Mirim, no Estado de Rondônia, na pessoa do Tenente Coronel Infantaria Paulo Eduardo Ribeiro Monteiro. Ao Tenente Walker do Batalhão Forte

Príncipe da Beira. Agradeço aos senhores, todos os esforços dispendido em possibilitar minha visita na antiga Fortaleza Nossa Senhora da Conceição e Príncipe da Beira. Não poderia esquecer da companhia de Araês, Andréa e Juci, pois fizeram esta minha viagem à Guajará Mirim ser mais confortável.

À Carla Helena Carvalho Pereira e ao Davi Estácio Diniz (secretários do programa de pós-graduação em História), por sempre esclarecerem minhas dúvidas e pelas conversas descontraídas. Aos professores do programa de pós-graduação em História que ajudaram na minha formação. Não poderia me esquecer de que sem o financiamento da CAPES eu nunca teria a possibilidade de ao menos começar uma pesquisa e muito menos de passar dois anos inteiros dedicados exclusivamente a ela. Não teria também a oportunidade ímpar de morar em Porto Alegre no Rio Grande do Sul. Não poderia deixar de agradecer a rádio France Internacionale, a Enya e Enigma, pelas ótimas seleções musicais que embalam minha escrita. Quero agradecer também a pessoa que inventou a máquina fotográfica, graças a essa invenção maravilhosa pude acelerar minha pesquisa e cumpri-la em dois anos.

E peço desculpas àquelas em que o nome não consta aqui, mas deixo meus protestos de agradecimentos e estima, pois seus lugares estão guardados em minha memória.

Aqui fica o meu Muito Obrigada a todos!!!!

RESUMO

A presente dissertação tem por finalidade apresentar o estudo desenvolvido sobre o espaço missional de Santa Rosa de Mojo, marcado por relações tensas de fronteira entre portugueses da Capitania de Mato Grosso e os jesuítas das missões espanholas de Mojo no início do século XVIII. Neste sentido, vamos esboçar um dos possíveis caminhos para uma reflexão de como se deu a organização deste espaço missional e os movimentos que determinaram sua efemeridade (1743 a 1769), evidenciando, sobretudo, que este processo não foi apenas ação dos colonizadores, mas sim, da ação de vários grupos indígenas que colaboram de igual maneira na produção deste espaço. Procurando, desta maneira, percebê-lo como algo mais movimentado do que estático, mas plasticidade do que fronteira, já que a sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do que ela produz e que só é inteligível por meio dela, mediante acumulações e substituições das ações das diferentes gerações que se superpõem.

Palavras Chaves: Missões Jesuíticas de Mojo, rio Guaporé, Missão de Santa Rosa de Mojo, Capitania de Mato Grosso.

ABSTRACT

The present dissertation has as purpose to present the study developed on the missional space of Santa Rosa de Mojo, marked by tense relationships of border between Portuguese from the Captaincy of Mato Grosso and the Jesuits from the Spanish missions of Mojo in the beginning of the XVIII century. In this sense, we will sketch one of the possible ways for a reflection of how the organization of this missional space had happened and the movements that determined its efemerity (1743 to 1769), evidencing, above all, that this process was not just the settlers' action, but, the action of several indigenous groups which collaborate by equal way in the production of this space. Seeking, this way, to notice it as something rather than static, but plasticity than border, since the alone society becomes concrete through its space produced and that is only intelligible because of it, by accumulations and substitutions of actions of the different generations that super put.

Key words: Jesuit Missions of Mojo, Guaporé river, Mission of Santa Rosa de Mojo, Captaincy of Mato Grosso.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Departamento de Beni e seus limites naturais. Bolívia	32
Figura 2 - Uma paisagem idealizada das estradas, canais, campos elevados, e povoados na Amazônia Boliviana	55
Figura 3 - Carta Corográfica demonstrativa da viagem do primeiro Capitão General de Mato Grosso D. Antonio Rolim de Moura.....	65
Figura 4 - Plan de Cuiabá Matogrosso, y pueblos de los Indios Chiquitos, y Santa Cruz.	68
Figura 5 - Mapa das repartições de Cuiabá e de Mato Grosso	75
Figura 6 - Mapa das missões da Companhia de Jesus no território de Mojos e Chiquitos de 27 de julho de 1764.	85
Figura 7 - Plano da Vila Concepción de Mojos segundo D'Orbiny	96
Figura 8 - Plano da Vila de S. José Missão de Chiquitos segundo D' Orbigny	98
Figura 9 - Plano del Pueblo de San Juan Bautista, del río Uruguay	99
Figura 10 - Carta da rede hidrográfica dos rios Guaporé e outros rios e ribeirões em Mato Grosso. João Gonçalves Pereira, posterior a 1743.....	120
Figura 11 - Carta geografica da capitania de Mato Grosso : e parte de suas confinantes que são ao norte a do Grão Pará, e governo do rio Negro, a leste a de Goyaz, ao sul a de S. Paulo, e a província d' Assumpção do Paraguay, e a oeste as províncias de Moxos e Chiquitos. 1800	131
Figura 12 - Recorte do Mapa das missões da Companhia de Jesus no território de Mojos e Chiquitos de 27 de julho de 1764. Dn. Antonio Aymerich y Villajuana.....	135
Figura 13 - Ocupação portuguesa no vale do rio Guaporé – Capital: Vila Bela	140
Figura 14 - Plano da região do Rio Itenes ou Guaporé e seus afluentes: com a situação da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição dos Portugueses e a situação do destacamento de forças espanholas chefiada por A. Alonso Berdugo e Cor. Dr. Amº Aymerich Tete Cor. Dn. Ant. Pasqual.....	145

Figura 15 - Mapa do Estado de Rondônia. Ministério dos Transportes	151
Figura 16 e 17 - Vestimenta típica de um índio das reduções.	168
Figura 18 - Índios Moré com veste de casca e instrumentos musicais, a partir de uma figura de Stig Rydén.	168
Figura 19 e 20 - Dois índios trabalhando no corte da árvore.....	169
Figura 21 - Uma paisagem de caminhos e canais na Boliviana Amazônica. Desenho de Dan Brinkmeier.....	170
Figura 23 - Mapa de localización de los Sectores mencionados en el texto: 1. Oeste de Mojos (Cuenca del Río Beni); 2. Mojos Central; 3. Este de Mojos (Iténez).	172
Figura 24 - Sector Central de Mojos. Algunas formas de las Fases Casarabe y Mamoré.....	172
Figura 25 - Motivos decorativos del Sector Este de Mojos (Iténez).	172
Figura 26 - Igreja da missão de San Joaquín de Mojo. Fonte: Gutiérrez....	173
Figura 27 - Vista da plaza de San José de Chiquitos. Segundo Alcides D'Orbigny	173
Figura 28 - Igreja da missão de San Ramón de Mojo.....	174
Figura 29 - Igreja da missão de Concepción de Baures, missões de Mojo..	174
Figura 30 - Igreja da missão de Magdalena de Mojo.....	175
Figura 31 - Praça da missão de Trinidad, missões de Mojo, Bolívia.....	175
Figura 32 - Planos dos Arraiais de Mineração: Santa Anna, Pilar, São Francisco Xavier e São Vicente.	176
Figura 33 - Plano de Villa Bella da Santíssima Trindade. Capital de Capitania de Mato Grosso. ca. 1789	176
Figura 34 e 35 - Se defiende Mojos contra los invasores portugueses.....	177
Figura 36 - Plano de Exame q. o Gov. e Cap. Am Gen. Luiz D'Albuquerque. Fortaleza de N. S. da Conceição ca.1774	178
Figura 37 - Prospecto do Forte de Bragança. ca. 1774	178
Figura 38 - Foto da entrada para antiga missão de Santa Rosa/	

Fortaleza Conceição/Bragança, rio Guaporé, Rondônia.....179

Figura 39 - Foto tirada dentro da antiga Fortaleza Conceição/Bragança. A seta vermelha destacando a localização do possível fosso. Batalhão Forte Príncipe da Beira, Rondônia179

Figura 40 – Foto do período de cheia do rio Guaporé. Batalhão Forte Príncipe da Beira, Rondônia.180

Figura 41 – Foto do período de seca do rio Guaporé e as enormes pedras que sobressaem das águas. Batalhão Forte Príncipe da Beira, Rondônia.180

Figura 42 – Foto do comércio sobre palafitas em Buena Vista, Bolívia.....181

Figura 43 – Foto das casas sobre palafita no município de Costa Marques, Rondônia181

Sumário

Lista de Figuras	08
-------------------------------	----

Introdução	13
-------------------------	----

Capítulo 1

1 Espaço, Grupos Étnicos, Cultura Material na Amazônia Meridional .	19
---	----

1.1 As formas do espaço geográfico	20
--	----

1.2 O espaço geográfico.....	31
------------------------------	----

1.3 Os grupos étnicos e suas espacialidades	39
---	----

1.4 Cultura Material e os vestígios na paisagem.....	53
--	----

Capítulo 2

2 O Encontro dos Mundos	61
-------------------------------	----

2.1 Mojo como Fronteira: à busca pelo <i>El Dorado</i>	62
--	----

2.2 O reino de <i>Gran Mojo</i> :da conquista civil à “salvação das almas.....	78
--	----

2.3 Missões jesuíticas Coloniais: um estudo comparativo dos planos urbanos	90
--	----

2.4 Urbanismo missioneiro: um estudo das missões Mojo no Oriente Boliviano	101
--	-----

2.4.1 Missão La Purísima Concepción De Baures.....	104
--	-----

2.4.2 Santa Magdalena de Moxos	105
--------------------------------------	-----

2.4.3 San Joaquín.....	108
------------------------	-----

2.4.4 Exaltación de la Cruz	108
-----------------------------------	-----

2.4.5 Santa Ana	109
-----------------------	-----

2.4.6 San Pedro	109
-----------------------	-----

2.4.7 San Francisco Javier	110
----------------------------------	-----

2.4.8 Trinidad	111
----------------------	-----

2.4.9 Loreto	112
--------------------	-----

2.4.10 Santa Cruz de Cajuava.....	112
-----------------------------------	-----

Capítulo 3

3 Santa Rosa de Mojo: de missão jesuítica a espacialidade portuguesa	115
--	-----

3.1 Missões Jesuíticas no espaço de Fronteira	117
---	-----

3. 1.1 A missão de Santa Rosa.....	122
------------------------------------	-----

3. 1.2 A missão de São Miguel.....	125
3. 1.3 A missão de São Simão	127
3.2 O intricado espaço fronteiro: a Guerra em Mojo.....	128
3.3 À busca do buraco	149
Considerações Finais	155
Referências Bibliográficas	158
Anexos.....	168

Introdução

Como toda a pesquisa surge de uma dúvida, de uma indagação, a nossa não seria diferente. Tudo começou na graduação em História da Universidade do Estado de Mato Grosso, no momento em que tínhamos de fazer um trabalho final sobre a fronteira da Capitania de Mato Grosso com as missões jesuíticas espanholas de Chiquito e Mojo como pré-requisito para a conclusão da disciplina História Regional. Para tal atividade, devíamos consultar as fontes disponíveis no catálogo do Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, que compõe parte do acervo do Núcleo de Documentação de História Escrita e Oral.

Escolhemos, então, o tema *missões* do referido catálogo, com o objetivo de conhecer relações fronteiriças dessas missões jesuíticas com a Capitania de Mato Grosso. Foi quando tivemos o primeiro contato com nosso objeto de pesquisa. O documento que nos interessou foi o *Auto de Inquirição do Soldado Romero, sobre o ouro e o comércio ilícito que os curas da missão de Baures praticava com os portugueses do destacamento de Santa Rosa*, cuja transcrição nos despertou a atenção em saber mais sobre o destacamento português e suas relações com as missões de Mojo. A partir de um levantamento bibliográfico preliminar, percebemos que o referido destacamento tratava-se de uma antiga missão jesuítica espanhola, estabelecida na margem direita do rio Guaporé.

Com esta informação, surgiram mais dúvidas e mais perguntas instigantes, tais como: quando foi fundada esta missão jesuítica? Se se tratava de uma missão espanhola, por que então passou a ser uma espacialidade portuguesa? Quais eram as etnias presentes neste espaço? Quais documentos poderiam nos oferecer detalhes sobre a localização, plano urbano, e o porquê da mudança para outra margem e estabelecimento de outra redução homônima? Havia outras missões na margem direita do rio Guaporé? E por que Santa Rosa seria o foco de contenda entre a coroa luso-espanhola?

Enfim, as respostas a estas perguntas não foram encontradas de forma imediata, o que nos motivou a buscar mais informações. Afinal, elas estavam dispersas ou com rápidas menções pela bibliografia consultada, mas não havia nada específico sobre a missão de Santa Rosa, pois, como salienta a antropóloga Denise Maldi Meireles, *os autores que escrevem sobre Mojo não fazem menções às missões fundadas na margem direita do Guaporé com exceção de algumas ligeiras menções à missão Santa Rosa* (Meireles; 1989:78).

Sendo assim, iniciamos nossa pesquisa seguindo os passos de Denise Meireles, e nos utilizamos primeiramente de sua bibliografia, que pode ser consultada na obra *Guardiães da Fronteira, Rio Guaporé, século XVIII*, no sentido de realizar um esforço para reunir informações necessárias para compreender o espaço reducional de Santa Rosa, e sua relação com o espaço fronteiriço estabelecido a partir de 1748, com a criação da Capitania de Mato Grosso¹.

A nossa indagação inicial foi com o propósito de saber quem eram os grupos indígenas envolvidos na construção deste espaço, e, na medida do possível, perceber qual seria a relação estabelecida com os portugueses e espanhóis. Nosso intuito, desta maneira, era o de compreender os motivos que levaram à fundação da missão de Santa Rosa e quais foram as ações desenvolvidas pelos portugueses para ocupar a antiga missão jesuítica e estabelecer nela uma fortificação, que receberia o nome de Fortaleza da Conceição e, mais tarde, Forte de Bragança.

Foram estas especificidades que nos instigaram, conduzindo-nos a eleger Santa Rosa de Mojo como nosso objeto de pesquisa, em virtude de que tais características em muito se diferenciavam das missões de São Miguel e São Simão, ambas situadas na margem direita do rio Guaporé. Estas missões, assim como Santa Rosa, também necessitam de um estudo mais detalhado de seus espaços urbanos e suas relações com o espaço fronteiriço.

Assim, como primeiro passo de nosso estudo, procuramos entrar em contato com o pesquisador das missões jesuíticas de Mojo, David Block, que gentilmente nos enviou seu livro *La cultura reducional de los Llanos de Mojos*, sendo de fundamental importância para a compreensão de como era a organização administrativa das missões de Mojo, além de nos possibilitar outras referências bibliográficas a serem pesquisadas para a realização desta dissertação. Afinal, como salienta Denise Maldini Meireles,

desconhecendo Mojos, não se compreende o Guaporé lusitano. Mesmo a documentação portuguesa fica ininteligível: a maior parte da correspondência dos capitães-generais durante ao século XVIII reflete as preocupações dos governantes com a província: citam as missões, falam dos rios, afluentes do Guaporé que dando acesso ao domínio português, tornaram-se ameaças (Meireles, 1989:121).

¹ Não é nosso objetivo nesta dissertação intitulada - *Missão Jesuítica Colonial na Amazônia Meridional: Santa Rosa de Mojo uma missão num espaço de fronteira (1743-1769)* - discutir o conceito de fronteira. Para tanto, adotamos o conceito de espaço, pois entendemos o espaço que denominamos de *Amazônia Meridional* como um resultante de intercâmbios e sínteses.

Por isso se fez tão importante o acesso à bibliografia e à documentação espanhola, proporcionada a partir das referências do livro de David Block², sobretudo porque pôde nos esclarecer algumas questões presentes na documentação portuguesa, tais como: que o abandono das missões de Santa Rosa, São Miguel e São Simão da margem direita do rio Guaporé não partiu de decisões espontâneas dos padres jesuítas, mas sim de ordens do padre geral da Companhia de Jesus do Peru, as quais orientavam os padres a abandonar suas aldeias. Outra questão é que houve, sim, fortes interesses por parte dos espanhóis em reaver a antiga missão de Santa Rosa, tomada pelos portugueses após 1754, proporcionando, desta maneira, duas tentativas fracassadas, uma no ano de 1762 e outra no ano 1766.

Segundo o historiador João Botelho Lucídio, a *falta de informações sobre a fronteira Oeste da Colônia Brasil* [talvez] *possa ser lida muito mais como uma estratégia do governo português para dissuadir os espanhóis do que uma possível falta de importância da região* (Lucídio, 2003:26). Desse modo, se não avançarmos para além da documentação portuguesa, proporcionada pelas correspondências do governador Antonio Rolim de Moura, e demais documentos relativos à Capitania de Mato Grosso no século XVIII (presentes no catálogo do Arquivo Histórico Ultramarino), não teríamos uma idéia de como se processou o povoamento daquele espaço conferido pelos rios Marmoré e Guaporé (e afluentes). Além disso, correríamos o risco de incorrer em generalizações, cometer equívocos ou até mesmo ignorar a existência de outras fontes de igual importância para a compreensão daquele espaço.

Nesse sentido, nosso trabalho buscou, na medida do possível, relacionar estas fontes, de maneira que pudesse oferecer ao leitor um dos possíveis caminhos para uma reflexão de como se deu a organização do espaço missional de Santa Rosa. Também procuramos evidenciar que este processo não foi apenas ação dos colonizadores, mas contou principalmente com a colaboração dos indígenas, tanto no conhecimento e expansão de seus

² Podemos citar algumas das obras que pesquisamos, tendo como referência a bibliografia disponível no livro de David Block. São elas: EDER, Francisco Javier. SJ. *Breve Descripción de las Reducciones de Mojos (ca. 1772)*. Traducción y edición de Josep M. Barnadas. Tradução de Josep M. Barnadas. Cochabamba: Historia Boliviana, 1985. FONSECA, José Gonçalves da. Primeira exploração dos Rios Madeira e Guaporé em 1749. In: Almeida, Candido Mendes de. *Memórias para a História do Extinto Estado do Maranhão*. Tomo I –II. Rio de Janeiro: Typ. do Comercio, de Brito & Braga, 1874. D'ORBIGNY, Alcides. *Viaje a la America Meridional* (Brasil – República del Uruguay – República Argentina – La Patagonia República de Chile – República de Bolivia – República del Perú. Realizado de 1826 a 1833. Tomo IV. Buenos Aires: Editorial Futuro, 1945. PASTELLS, Pablo. *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil)*. Tomo VIII Primeira Parte (1751-1760) e Segunda Parte (1760-1768); Tomo VII (1731-1751). Según los Documentos Originales del Archivo General de Indias. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto Santo Toribio de Mogrovejo, Tomo VII, 1948 e Tomo VIII, 1949. FINOT, Enrique. *La Conquista de Mojos. Historia de la Conquista del Oriente Boliviano*. 2ª edição La Paz. Bolivia: Libreria Editorial "Juventud", 1978. LATHARP, Donald W. *The Upper Amazon*. New York. Washington: Praeger Publishers, 1970.

territórios como na manutenção de suas possessões. Nas palavras de Denise Maldi Meireles, estes indígenas “foram verdadeiros guardiães da fronteira”.

Outras bibliografias foram agregadas ao arcabouço teórico desta dissertação, o que nos possibilitou visualizar algumas diferenças e semelhanças nas conformações urbanas das missões de Mojo. Assim, utilizamos os resultados das pesquisas realizadas nas missões Guarani sobre urbanidade, espaço e arqueologia, justamente por serem estudos mais diversificados em relação à temática das missões. Pudemos perceber o enorme esforço de europeus e indígenas em se adaptar às novas paisagens e aos novos costumes, conforme abordaremos ao longo da dissertação.

Com isso, percebemos que o espaço não foi vivenciado e muito menos percebido da mesma forma pelos diversos grupos sociais que ali estavam presentes. Assim, o encontro entre estes indígenas (localizados no espaço que denominamos *Amazônia Meridional*) e os europeus (espanhóis e portugueses) que aqui se estabeleceram no início do século XVIII formaria, nas palavras de Arno Kern, curiosas sínteses culturais entre o tradicional e o moderno, uma vez que daria origem *a um processo extremamente complexo de relações, de impactos e contatos, entre as sociedades indígenas aqui existentes e os grupos de portugueses e de espanhóis que chegavam como descobridores deste novo mundo* (Kern, 2003:34).

Tivemos a oportunidade de observar as múltiplas contribuições culturais que resultaram deste encontro quando visitamos a antiga missão de Santa Rosa, no município de Guajará Mirim, no atual Estado de Rondônia. A viagem, realizada em 06 de novembro de 2007, proporcionou-nos visualizar tanto a paisagem local quanto as construções de casas e estabelecimentos sobre palafitas, para evitar as inundações das margens do rio Guaporé. Tal fato nos lembrou dos relatos sobre as casas dos índios das missões jesuíticas de Mojo, construídas sobre estacas ou palafitas. Uma experiência que estes indígenas já desenvolviam muito antes do contato com o europeu para livrar suas aldeias das cheias dos rios.

Nesse sentido, recorreremos aos estudos desenvolvidos por pesquisadores nas áreas da Geografia, História e Arqueologia, para melhor esboçar o nosso estudo sobre o espaço geográfico em que se deram estas ações, os grupos étnicos e suas espacialidades, bem como seus vestígios materiais que permaneceram na paisagem e que nos são acessíveis por meio de suas formas. Trabalhamos com conceitos como espaço, paisagem, espacialidade e territorialidades, de fundamental importância para a compreensão de nossa dissertação.

A nossa delimitação temporal para o estudo da missão de Santa Rosa foi de 1743 a 1769. Tais datas são respectivamente referentes ao ano da fundação desta missão jesuítica, e ao período em que houve a mudança do nome de Nossa Senhora da Conceição para Forte de

Bragança, pois pouco tempo depois esta fortificação portuguesa seria substituída pela construção do Forte Príncipe da Beira. Vale lembrar que, dos vinte e seis anos de existência desta espacialidade, apenas onze foram enquanto missão jesuítica espanhola.

Para o desenvolvimento desta dissertação, consultamos as seguintes instituições mato-grossenses: Núcleo de Documentação em História Escrita e Oral (NUDHEO) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT); Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) e Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso; Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) e Arquivo Público de Mato Grosso (APMT).

Consultamos ainda o acervo da Biblioteca Central Irmão José Otão, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, bem como o da Biblioteca Central da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e do Instituto Anchietano de Pesquisas no município de São Leopoldo/RS, e, ainda, o acervo da Biblioteca Setorial das Ciências Sociais e Humanidades da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e também o Portal de periódicos da CAPES. Adquirimos material bibliográfico do Arquivo Nacional da Bolívia (ANB) e da Cornell University Library, Ithaca New York. Foi-nos enviado ainda material bibliográfico pelos pesquisadores Horacio Calandra, da Argentina, e Henri Ramirez, de Porto Velho, Rondônia. Outra fonte de material importante foi encontrada nos sebos da cidade de Porto Alegre.

A dissertação encontra-se dividida da seguinte forma: no primeiro capítulo, denominado *Espaço, Grupos Étnicos, Cultura Material na Amazônia Meridional*, abordamos o espaço compreendido pelas principais redes fluviais representadas pelos rios Beni, Marmoré, Guaporé e seus afluentes, e pelos diversos grupos indígenas orientados por estas margens. Procuramos percebê-lo como uma matriz sobre a qual se desenvolveram as ações de grupos indígenas que ali estavam presentes e de europeus que chegavam à busca de novos territórios, realizando, desta forma, uma combinação de vários tempos presentes, que geraria uma espacialidade e uma paisagem única dos vários atores e grupos envolvidos neste processo, e que hoje nos são acessíveis por meio de suas formas.

No segundo capítulo, *O Encontro dos Mundos*, apresentamos o encontro entre os indígenas da *Amazônia Meridional* e as frentes de colonização luso-espanholas. A partir de então, as missões de Mojo dariam tônica à ocupação da fronteira oeste, caracterizada por uma geopolítica centrada na defesa e na estratégia da Capitania de Mato Grosso. Esboçamos também a estrutura urbana das missões Guarani, Chiquito e Mojo, nas quais procuramos evidenciar, sobretudo, semelhanças e diferenças em seus traçados urbanos.

E, finalmente, no terceiro e último capítulo, *Santa Rosa de Mojo: de missão jesuítica a espacialidade portuguesa*, apresentamos ao leitor as missões jesuíticas de Santa Rosa, São Miguel e São Simão, e, na medida do possível, a articulação destas missões com o espaço colonial. Como já mencionamos, o nosso interesse maior foi pela missão de Santa Rosa, que, a partir de 1754 (após sua evacuação), tornar-se-ia uma fortificação portuguesa às margens do rio Guaporé. Tal ação praticada pelos portugueses foi considerada um desrespeito ao Tratado de Madri, que os espanhóis nunca aceitaram, gerando, desta feita, uma contenda pela posse de Santa Rosa. Este estranhamento gerado pela demarcação de limites na fronteira oeste da Capitania de Mato Grosso culminou em um conflito fronteiriço luso-espanhol pela retomada daquela espacialidade por parte dos espanhóis, o qual denominamos de Guerra Mojeña.

Percebemos, ao longo da pesquisa e da escrita da dissertação, que há muito por fazer ainda neste espaço fronteiriço, um trabalho que daria fôlego a várias gerações de pesquisadores. Afinal, a documentação consultada nos apontou também outros temas interessantes para serem pesquisados sobre a Capitania de Mato Grosso e as missões jesuíticas de Mojo. E nos fez pensar na quantidade de sítios arqueológicos que foram gerados a partir dessas relações com o espaço, e que hoje estão dispersos, com suas formas remanescentes pelos Estados brasileiros de Rondônia e Mato Grosso, bem como em território boliviano, necessitando de investigação. Assim, antes de iniciarmos nosso estudo sobre a missão de Santa Rosa e suas relações com a Capitania de Mato Grosso, vamos apresentar quais eram os indígenas presentes neste espaço, como era o meio em que viviam e o que permaneceu na paisagem.

Capítulo 1

1 Espaço, grupos étnicos e cultura material na Amazônia Meridional.

Neste capítulo abordaremos o espaço compreendido pelas principais redes fluviais (os rios Beni, Marmoré, Guaporé e seus afluentes) e pelos diversos grupos indígenas orientados por estas margens. Estes rios seriam encarados, no início do século XVIII, como espaço fronteiriço no momento em que ocorreriam os primeiros encontros entre os portugueses da Capitania de Mato Grosso e os jesuítas das Missões Espanholas de Mojo. Desta forma, utilizaremos o termo *Amazônia Meridional*, apesar de ser atual, para se referir e localizar espacialmente estes grupos indígenas que habitavam estas áreas antes da conquista (da qual iremos tratar mais adiante neste capítulo), e que atualmente constitui os Estados de Rondônia e Mato Grosso, no Brasil, e a atual Bolívia.

Procuramos, desta maneira, perceber este espaço como algo mais movimentado do que estático, mais plasticidade do que fronteira. Uma vez que a sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do que ela produz e do que só é inteligível por meio dela, mediante acumulações e substituições atitudinais das diferentes gerações que se superpõem. Percebendo-o ainda como uma matriz sobre qual se desenvolveriam as ações de grupos indígenas que ali estavam presentes e de europeus que chegavam à busca de novos territórios, realizando, desta forma, uma combinação de vários tempos presentes que gerariam uma espacialidade e uma paisagem única dos vários atores e grupos envolvidos neste processo.

Sendo assim, esboçaremos um dos possíveis caminhos para uma reflexão de como se deu a organização deste espaço, evidenciando, sobretudo, que este processo não foi resultado apenas da ação de colonizadores, mas, principalmente, da ação de vários grupos indígenas que colaboraram de igual maneira nesta produção do espaço. Para tanto, recorrendo a estudos desenvolvidos por pesquisadores nas áreas da Geografia, História e Arqueologia, apresentaremos ao leitor, nesta primeira parte da dissertação, conceitos como espaço, paisagem, espacialidade e territorialidades, sendo de fundamental importância para a compreensão do nosso estudo sobre o espaço geográfico em que se darão estas ações, os

grupos étnicos e suas espacialidades, bem como seus vestígios materiais que permanecem na paisagem e que nos são acessíveis por meio de suas formas. Como veremos a seguir, o processo de ocupação destes novos espaços foram extremamente complexos, principalmente por conta da diversidade de paisagens e de grupos étnicos.

1.1 As formas do espaço geográfico

Os contextos ambientais nos quais estes grupos indígenas da Amazônia Meridional estavam inseridos,

(...) eram muito diversos, variando não apenas no que diz respeito ao relevo, mas igualmente quanto ao clima, à flora e à fauna. Nas alturas geladas dos Andes, nas imensas extensões da floresta equatorial amazônica, ou nas vastas paisagens cobertas de gramíneas dos pampas, estes ambientes distintos exigiam dos grupos indígenas adaptações culturais muito específicas (Kern, 2002: 01).

Deste modo, os colonizadores europeus também se viram obrigados a repensar todas as suas concepções geopolíticas, pois eram completamente diferentes do âmbito geográfico que *conheciam, cujos limites eram dados pelo mediterrâneo, onde montanhas e paisagens eram relativamente familiares e os homens do mediterrâneo sentiam esta paisagem como uma medida de si mesmos*, e em contraposição a esta configuração territorial, a América era *imensa, onde rios pareciam oceanos, e as árvores eram de uma altura inacreditável* (Meireles, 1997:189).

Para o geógrafo Milton Santos (1994), este espaço deve ser percebido como uma realidade relacional, enquanto conteúdo indissociável, no qual

participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de forma-conteúdo cada qual funções da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social (Santos, 1994: 21).

Portanto, o espaço deve ser entendido como espaço social, vívido, correlacionado com a prática social e não como palco, espaço absoluto, *morto, inerte, um pano de fundo, fixo e estático, onde o homem desenvolveu suas atividades e o explorou através da racionalidade*

*instrumental*³ (Fraga, 2006: 22). Neste aspecto, o espaço não é o ponto de partida (espaço absoluto) nem o ponto de chegada (espaço como produto social), e muito menos um instrumento político (ligado ao processo de reprodução da força de trabalho através do consumo). Também não deve ser considerado como um produto da sociedade, pois, para o geógrafo H. Lefévre, citado por Roberto Corrêa (2005:25), é mais do que isso, já que engloba esta concepção e a ultrapassa.

Para este estudo, o espaço que nos interessa, segundo Milton Santos (1986), é o espaço humano ou espaço social, que contém ou é contido por todos esses múltiplos de espaço. Assim, o espaço deve ser analisado a partir de categorias, como estruturas, processo, função e forma. Estas, por sua vez, devem ser analisadas em suas relações dialéticas, conforme salienta Roberto Correia, pois, para o autor, a **forma** é um

aspecto visível, exterior, de um objeto, seja visto isoladamente, seja considerando o arranjo de um conjunto de objetos, formando um padrão espacial. Uma casa, um bairro, uma cidade e uma rede urbana são formas espaciais em diferentes escalas. (...) a forma não pode ser considerada em si mesma, sob o risco de atribuir a ela uma autonomia de que não é possuidora. A noção de **função** implica uma tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado pelo objeto criado, a forma. Habitar, vivenciar o cotidiano em suas múltiplas dimensões – trabalho, compras, lazer, - são algumas das funções associadas à casa, ao bairro, à cidade e à rede urbana. (...) a função na **estrutura** social (...) diz respeito à natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo: é a matriz social onde as formas e funções são criadas e justificadas. **Processo**, finalmente, é definido como uma ação que se realiza, via de regra, de modo contínuo, visando um resultado qualquer, implicando tempo e mudança (Corrêa, 2005:28, 29).

Assim, estas categorias acima apresentadas são termos separados, porém associados no espaço. Se tomados individualmente, representariam apenas realidades parciais, limitadas do mundo. Não obstante, se consideradas em conjunto, elas podem construir *uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade* (Corrêa 2005:30). Desse modo, cada uma destas formas contém o espaço e por ele são contidas. Isto faz com que sua essência seja social, como salienta Milton Santos (1992). Para este autor, as formas com que se apresenta e o seu conteúdo são tão variados,

que a tarefa de incluir em uma unidade de definição uma tão grande multiplicidade factual surge como um obstáculo de peso, sobretudo porque, tanto a terminologia

³ Roberto L. Corrêa salienta que a geografia humanística considera os sentimentos espaciais e as idéias de grupo ou povo sobre um espaço a partir de sua experiência. Argumenta ainda que existam vários tipos de espaços: um espaço pessoal, outro grupal (onde seria vivida a experiência do outro) e o espaço mítico-conceitual. Este último, ainda que ligado à experiência, *extrapola para além da evidência sensorial e das necessidades imediatas e em direção a estruturas mais abstratas* (2005:30).

cotidiano como a própria conceituação estão carregadas das múltiplas acepções correspondentes aos outros tipos de espaço (Santos 1986: 120).

Desta maneira, o espaço não é apenas formado pelas coisas, objetos geográficos, naturais ou artificiais que a natureza nos fornece, são tudo isso e também a sociedade, pois cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual.

O geógrafo Roberto L. Corrêa salienta que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e que só é inteligível através da sociedade, não sendo possível falar em *sociedade e espaço como se fossem coisas separadas que nós reuniríamos a posteriori, mas sim de formação sócio-espacial* (Corrêa, 2005:26).

Henri Lefévre (1974 apud Santos, 1986:152) argumenta que *o espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele envolve as coisas produzidas, e compreende suas relações em sua existência e simultaneidade: ordem (relativa) ou desordem (relativa)*, sendo o resultado de um conjunto de operações que não pode ser reduzido a um simples objeto. Com base nos estudos de Christopher Tilley sobre a fenomenologia da paisagem, a arqueóloga Adriana Fraga afirma que não existe espaço

e sim espaços. Estes espaços, como construções sociais, são sempre centrados em relação às ações humanas e estão sempre relacionados à reprodução ou mudança porque sua constituição tem lugar como parte da práxis diária ou atividades práticas de indivíduos ou grupos no mundo. Eles são significativamente constituídos pela ação humana. Os espaços humanizados são meio e resultado de ação, restrição e possibilidade (...) Construído socialmente, o espaço combina a cognição, o físico e o emocional dentro de algo que pode ser reproduzido, mas está sempre aberto para a transformação e mudança. Isto está acima de todo contexto constituído, provendo configurações particulares para o envolvimento e construção de significados (Tilley, 1994 citado por Fraga, 2006:27-28).

Assim, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente, que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções, apresentando-se como um testemunho de uma história escrita por estas relações num verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Por isso, conforme Milton Santos, *a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares. (...) Nenhum dos objetos sociais tem tantos domínios sobre o homem, nem está presente de tal forma no cotidiano dos indivíduos* (Santos, 1986:122 e 137).

Por isso, Adriana Fraga (Fraga, 2006:26) nos chama a atenção para o espaço *como construção sociocultural, dotado de significados, a partir desta perspectiva, é abordado de forma indissociada de duas facetas: a “natural” e a “social”*. A autora acrescenta ainda que espaço, tempo e ação dos sujeitos não são categorias estáticas, concluídas, fixas ou

congeladas para sempre, mas que se relacionam de forma dialética, tal como salienta Milton Santos. Assim, constantemente *(re)elaboramos, (re)significamos e utilizamos [o espaço] para transformar, vivenciar e compreender o mundo em determinado tempo e espaço* (Fraga, 2006:25).

Portanto, para Milton Santos (1986:138), *o espaço é um testemunho, ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada, sendo, assim, uma forma durável, que não se desfaz, mas que se adapta às formas preexistentes. As formas espaciais são resistentes à mudança social e uma das razões disso está em que elas são também, ou antes de tudo, matéria* (Santos 1986:150).

Dessa forma, o espaço, como categoria permanente,

seria uma categoria universal preenchida por relações permanentes entre elementos lógicos encontrados através da pesquisa do que é imanente, isto é, do que atravessa o tempo e não daquilo que pertence a um tempo dado e a um dado lugar, quer dizer, o propriamente histórico, o transitório, fruto de uma combinação topograficamente delimitada, específica de cada lugar. A noção de sistema social atravessa a noção desse tempo e desse lugar e é o fundamento da definição desse nosso espaço, o segundo tipo de espaço a definir. De qualquer maneira, tanto num caso como no outro, as definições não podem ser imutáveis, fixas, eternas (Santos 1986: 121).

Segundo o geógrafo Carlos E. Reboratti (1993 apud Milton Santos, 2004:104) *a paisagem humana é uma combinação de vários tempos presentes*. Para Milton Santos (2004), paisagem⁴ e espaço são sempre uma espécie de *palimpsesto*⁵, uma memória viva de um passado, na qual, por meio de acumulações e substituições, a ação das diferentes gerações se superpõe. O espaço, assim, constitui uma matriz sobre a qual as novas ações substituem as

⁴ A título de informação, fizemos uma breve síntese do conceito de paisagem que vem sendo discutido em suas múltiplas abordagens geográficas, com o objetivo de compreender as relações sociais e naturais em um determinado espaço. Raul Alfredo Schier salienta que a geografia alemã introduziu o conceito da paisagem como categoria científica, (como um conjunto de fatores naturais e humanos). Já os autores franceses, sob influência de Paul Vidal de la Blache e Jean Rochefort, caracterizaram a *paysage* (ou o *pays*) como o relacionamento do homem com o seu espaço físico. Nos Estados Unidos, a revolução quantitativa dos anos 1940 substituiu o termo *landscape* (de influência da geografia alemã de Carl Sauer) pela idéia da “região” (Richard Hartshorne), sendo esta um conjunto de variáveis abstratas deduzidas da realidade da paisagem e da ação humana. Na Alemanha e no Leste Europeu, a *Landschaft*, denominada *Landschaftskomplex* (Paul Schmithüsen), definiu as unidades da paisagem pelo conjunto dos seus processos ecológicos. A definição proposta por Carl Troll e mais tarde por Hartmut Leser a *Human Ecology*, de cunho norte-americano, delimitou igualmente a paisagem como um sistema ecológico.

⁵ Por *palimpsesto*, Milton Santos entende uma *memória viva de um passado já morto que transforma a paisagem em precioso instrumento de trabalho, pois “essa imagem imobilizada de uma vez por todas” permite rever as etapas do passado numa perspectiva de conjunto* (Santos, 2004:106). Ainda de acordo com o autor, *o que temos diante de nós são apenas fragmentos materiais de um passado – sucessivos passados – cuja simples recolagem não nos ajuda em muito. De fato, a paisagem permite apenas supor um passado. Se queremos interpretar cada etapa da evolução social, cumpre-nos retomar a história que esses fragmentos de diferentes idades representam juntamente com a história tal como a sociedade a escreveu de momento em momento. Assim, reconstituímos a história pretérita da paisagem, mas a função da paisagem atual não será dada por sua confrontação com a sociedade atual* (Santos, 2004:107).

ações passadas, englobando, portanto, elementos do passado e do presente, bem como projeções de futuro. Nesse sentido, o uso destes conceitos é essencial para nossa pesquisa, no sentido de fornecer uma possível compreensão de como esses grupos humanos (indígenas e europeus) envolvidos nestas espacialidades compreendidas pelas redes fluviais vão tecer sua relação dialética com o meio geográfico e o que desta relação permanecerá na paisagem.

Nesta perspectiva, o espaço impõe sua própria realidade e é por isso que a sociedade não pode operar fora dele. Dessa forma, *a sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade* (Santos, 1992:50). Nesse caso, a paisagem seria o resultado acumulativo desses tempos, pois

quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo, isto é, objetos sociais já valorizados aos quais ela (a sociedade) busca oferecer ou impor um novo valor. A ação se dá sobre objetos já agidos, isto é, portadores de ações concluídas, mas ainda presentes. Esses objetos da ação são, desse modo, dotados de uma presença humana e por ela qualificados. A dialética se dá entre ações novas e uma “velha” situação, um presente inconcluso querendo realizar-se sobre um presente perfeito (Santos 2004:109).

Tal acumulação, (a que Milton Santos denomina de paisagem) decorre *de adaptações (imposições) verificadas nos níveis regional e local, não só a diferentes velocidades como também em diferentes direções* (Santos, 1992:50), pois temos, assim,

paralelamente, de um lado, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua configuração geográfica ou sua configuração espacial e a maneira como estes objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro lado, o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento⁶ (Santos, 1992: 1-2).

Assim, o que fica do passado são as formas remanescentes de períodos anteriores, *espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares* (Santos, 2004:106). Milton Santos (2004) denomina este processo de *rugosidades*, a fim de demonstrar

⁶ Milton Santos complementa que é a sociedade, isto é, o homem, *que anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, uma vida. Só a vida é passível desse processo infinito que vai do passado ao futuro, só ela tem poder de tudo transformar amplamente. Tudo o que não retira sua significação desse comércio com o homem é incapaz de um movimento próprio, não pode participar de nenhum movimento contraditório, de nenhuma dialética. (...) O simples fato de existirem como formas, isto é, como paisagem, não basta. A forma já utilizada é coisa diferente, pois seu conteúdo é social. Ela se torna espaço, porque forma-conteúdo* (Santos, 2004:109).

que o espaço concentra elementos de diferentes épocas, ou seja, trata-se da coexistência do “novo” e do “antigo” nos sistemas espaciais. O autor salienta ainda que este é o eixo das sucessões, pois, em cada lugar, *o tempo das diversas ações e dos diversos atores e a maneira como utilizam o tempo social não são os mesmos. No viver comum de cada instante, os eventos não são sucessivos, mas concomitantes* (Santos, 2004:160). Afinal, segundo o historiador e arqueólogo Arno Kern, muito antes de se iniciar o descobrimento da América pelos europeus, este continente já possuía uma história de longa duração,

na qual as sociedades indígenas americanas desenvolveram profundas diferenças étnicas e culturais, após muitos milênios de processo histórico e desenvolvimento específico em cada um destes ambientes. Como exemplo, poderíamos destacar as sociedades andinas estabelecidas em suas cidades, os grupos de horticultores instalados em aldeias localizadas em meio às matas tropicais, e os caçadores nômades das paisagens abertas dos pampas, e que coexistiam lado a lado, quando as primeiras velas européias despontaram no horizonte do Atlântico (Kern, 2002:3).

Afinal, as diversas formas do existir que estas populações indígenas produziram em suas respectivas espacialidades, criaram como resultado desta relação com o espaço habitado diferentes percepções e espaços organizados, as quais teremos oportunidade de esboçar mais adiante neste capítulo.

Neste sentido, paisagem seria *o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. Ou ainda, a paisagem se dá como conjunto de objetos reais concretos* (Santos, 2004:103). Assim a diferença entre paisagem e espaço estaria em sua transtemporalidade, uma vez que uniria

objetos passados e presentes, uma construção transversal juntando objetos. Espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única. Ou ainda, paisagem é um sistema material, nessa condição, relativamente imutável, espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente (Suertegaray 2001:06).

Então a paisagem caracterizar-se-ia pela distribuição de formas-objetos, e o espaço resultaria da intrusão da sociedade nessas formas-objetos. *Por isso, esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistêmico* (Santos, 2004:103). Portanto, paisagem e espaço não são sinônimos, como afirma a geógrafa Dirce M. Suertegaray.

Sendo assim, podemos perceber a paisagem como um conceito operacional para analisar o espaço geográfico, concebendo-a enquanto forma (formação) e funcionalidade (organização), não como uma relação de causa e efeito, mas como um processo de

constituição e reconstituição de formas na sua conjugação com a dinâmica social, sendo analisada como uma materialização das condições sociais de existência diacrônica e sincrônica.

Ao passo que cada ação se dá segundo o seu tempo, e as diversas ações se dão conjuntamente, e a vida social, nas suas diferenças e hierarquias, dá-se segundo os tempos diversos que se entrecruzam no chamado viver comum, ou seja, a paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo, simultaneamente, com funções e respostas às necessidades atuais da sociedade.

Estas novas funções atribuídas às formas geográficas pelos movimentos da sociedade transformam a organização do espaço, criando novas situações de equilíbrio e, ao mesmo tempo, novos pontos de partida para um novo movimento. Para Milton Santos, a paisagem é apenas uma abstração, apesar de sua concretude como coisa material. Afinal, sua realidade é uma história congelada, porém participante da história viva, devido à sua associação como espaço social. São suas formas que realizam no espaço as funções sociais, e o espaço humano é uma síntese sempre provisória e renovada das contradições e da dialética social. Logo, a dialética não estaria entre sociedade e paisagem, mas entre sociedade e espaço e vice-versa.

Portanto, a paisagem é apenas uma parte da situação, e, enquanto tal, não tem condições de provocar mudanças no conjunto, sobretudo porque quem define a situação como um todo é a sociedade atual. Vale ressaltar que as mudanças são sempre conjuntas, e cada aspecto ou parte é apenas uma peça, um dado, um elemento, no movimento do todo. Nesse sentido,

não existe dialética possível entre formas enquanto formas. Nem, a rigor, entre paisagem e sociedade. A sociedade se geografiza através dessas formas, atribuindo-lhes uma função que, ao longo da história, vai mudando. O espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais. Mas a contradição principal é entre sociedade e espaço, entre um presente invasor e ubíquo que nunca se realiza completamente, e um presente localizado, que também é passado objetivado nas formas sociais e nas formas geográficas encontradas (Santos, 2004:109).

Desta forma, o espaço não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem tivessem uma vida própria, podendo explicar-se por si mesmos. Para Milton Santos, a questão a se colocar é a própria natureza do espaço, formado, de um lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, e, de outro, pelas ações atuais que lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade. *Assim, paisagem e*

sociedade são variáveis complementares, cuja síntese, sempre por refazer, é dada pelo espaço humano (Santos, 2004:109).

E como produto destas ações humanas sobre o espaço, as espacialidades são caracterizadas por

processos de construção social e o sentido dado ao espaço. Todos os significados que são atribuídos a este em diferentes (ou não) contextos e tempos, por diversos grupos ou sujeitos. O espaço socialmente elaborado configura a espacialidade, pois conterá elementos e significados de quantos forem os atores e grupos envolvidos neste espaço. Gerando uma paisagem e uma espacialidade únicas, que só tem e adquirem sentido naquele espaço, em um determinado tempo⁷ (Fraga, 2006: 31-32).

Assim, a espacialidade, nas palavras de Roberto L. Corrêa, seria o resultado de uma dada cultura que a modelou, na qual estariam expressos diversos aspectos funcionais e simbólicos, de modo que muitos elementos sirvam

(...) como mediação na transmissão de conhecimentos, valores ou símbolos', contribuindo para 'transferir de uma geração a outra o saber, crenças, sonho e atitudes sociais'. (...) a paisagem geográfica 'contém um significado simbólico, porque é produto da apropriação e transformação da natureza', na qual foi impressa, através de uma linguagem, os símbolos, os traços culturais do grupo, ao geógrafo é competido decodificar a paisagem aprendendo ler o seu significado (Corrêa, 1995:4-5).

Portanto, são estas espacializações e práticas cotidianas que produzem as formas do existir, e fazem com que, de acordo com historiador Carlos Rosa, coexistam em uma sociedade diferentes espaços organizados e hierarquizados correspondentes aos planos de existência coletiva. Isto explica a *coexistência (por vezes conflitual) de vários discursos sobre o espaço e de diversas práticas de apropriação espacial* (...) (Rosa, 2003: 11). Afinal, a localização estratégica da missão de Santa Rosa de Mojo nas margens do rio Guaporé produziu estas várias práticas e discursos sobre a possessão do novo espaço territorial. Ela se tornaria o foco principal de disputas entre o projeto reducional jesuítico e a expansão colonial portuguesa sobre o rio Guaporé, culminando com a guerra de retomada desta espacialidade

⁷ Santos (1994:73) salienta que o espaço é o resultado da soma e da síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade através da espacialidade. *A paisagem tem permanência e a espacialidade é um momento. A paisagem é a coisa, a espacialização é funcional e o espaço, estrutural. A paisagem é relativamente permanente, enquanto a espacialização é mutável, circunstancial, produto de uma mudança estrutural ou funcional. (...) A espacialização é sempre presente, um presente fugido, enquanto a paisagem é sempre o passado, ainda que recente. (...) A espacialidade seria um momento das relações geografizadas, o momento da incidência da sociedade sobre um determinado arranjo espacial.*

Ver igualmente SOJA, Edward W. Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social. Tradução da 2ª ed. Inglesa, Vera Ribeiro, revisão técnica, Bertha Becker, Lia Machado. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1993.

(agora transformada em fortificação portuguesa) por parte dos espanhóis. O que estava em jogo, além da posse deste novo território, era a navegabilidade dos rios que dariam acesso e comunicabilidade com a Capitania do Grão Pará.

Nesse sentido, o espaço geográfico também pode ser entendido como um *campo de forças, teias ou redes de relações sociais, espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder* (Souza 2005:86). Assim, todos estes grupos, *direta ou indiretamente, entraram em contato entre si ou por intermédio de seus vizinhos. Realizaram trocas através de intercâmbios culturais e comerciais, ou chocaram-se entre si em guerras de conquista e em expansões colonizadoras* (Kern, 2002:1).

Desse modo, para Marcelo Souza (2005:87), os *territórios são no fundo relações sociais projetadas no espaço do que espaços concretos* e, por consequência, estes espaços podem formar-se ou dissolver de modo rápido⁸. Na opinião de Dirce Maria A. Suertegaray (2001:8), a *flexibilização do conceito permite tratar de territorialidades como expressão da coexistência de grupos, por vezes num mesmo espaço físico em tempos diferentes*, de forma que, nestas territorialidades,

a apropriação se faz pelo domínio de território, não só para a produção mas também para a circulação de uma mercadoria (...). Estas novas territorialidades apresentam-se como voláteis e constituem parte do tecido social, expressam uma realidade, mas não substituem em nosso entender a dominação política de territórios em escalas mais amplas (Suertegaray 2001:8).

O geógrafo Rogério Haesbaert sintetiza esta questão do conceito de território dizendo que é um produto de uma *relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados* (2002:121).

Outrossim, todo espaço, segundo Marcelo Souza (2005), definido, delimitado por e a partir de relações de poder, é um território. Uma vez que neste *infindável processo de organização do espaço o Homem estabeleceu um conjunto de práticas através das quais são criadas, mantidas, desfeitas as formas e as interações espaciais* (Corrêa, 2005:35), que

⁸ Rogério Haesbaert (2002) diz que a concepção de território se desenvolveu a partir de duas grandes vertentes. A primeira, de cunho naturalista, que vê o território num sentido físico, material, inerente ao próprio homem, como se ele fosse uma continuidade de seu ser e tivesse uma raiz na terra, o que justificaria a necessidade de território, de seus recursos para sua sobrevivência biológica. E uma outra variante dessa interpretação, segundo o autor, envolve o campo dos sentidos e da sensibilidade humana, que seriam modelados pela “natureza” ou pela “paisagem”. Com isto, supervaloriza e até mesmo naturaliza uma ligação afetiva e emocional do homem com seu espaço. E, por fim, a segunda vertente, oriunda de uma concepção etnocêntrica de território, ignora toda a relação sociedade-natureza, como se o território pudesse renunciar a toda a “base natural” e fosse puramente uma construção humana. O autor destaca ainda que o ponto em comum entre elas é o território visto dentro das dimensões política e cultural do espaço, negligenciando a questão econômica.

contribuem para garantir os diversos projetos, por meios dos quais objetiva-se a gestão do território, a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução⁹.

Pode-se afirmar que há um constante processo de *des-re-territorialização*, um refazer de territórios, de fronteiras, de controles que variam muito conforme a natureza dos fluxos em deslocamento, sejam eles de migrantes, de mercadorias, de informação ou de capital. Rogério Haesbaert (2002:122) defende ainda a importância do binômio território-rede como *recurso analítico-conceitual para entender a articulação entre diferentes territorialidades e sua estrutura interna, interação constante entre múltiplas escalas e territórios*. De modo que a

realidade concreta envolve uma permanente interseção de redes e territórios: de redes mais extrovertidas que, através de seus fluxos, ignoram ou destroem fronteiras e territórios (sendo, portanto, desterritorializadoras), e outras que, por seu caráter mais introvertido, acabam estruturando novos territórios, fortalecendo processos dentro limites de suas fronteiras (sendo, portanto, territorializadoras) (Haesbaert, 2002:123).

O autor salienta ainda que a dinâmica territorial deve ser entendida como um movimento de *desreterritorialização*, que ocorre simultaneamente ao processo de produção do espaço, ressaltando, porém, *o fato de que nem toda fronteira de apropriação territorial no sentido cultural coincide com e/ou proporciona uma fronteira política concreta*. (Moreira da Costa, 2006:30). Este movimento de *desreterritorialização* e produção do espaço ficam evidentes no momento em que os indígenas deixam suas aldeias para habitar novos espaços produzidos pelo ordenamento das missões jesuíticas tanto espanholas como portuguesas, ou até mesmo quando estes são integrados às cidades coloniais a serviço do branco colonizador, como destaca o historiador Jovam Vilela da Silva.

Assim, a idéia de território seria o *espaço que um grupo humano torna seu, mediante o desenvolvimento de uma cultura, quer dizer, de um sistema de relações com o meio natural – ao dotá-lo de um limite, de um termo específico no qual simbólica e geometricamente começa o mundo dos outros* (Giraldo, s/a:68).

⁹ Por projetos diversos entende-se uma seletividade espacial, na qual o homem decide sobre um determinado lugar, segundo este apresente alguns atributos julgados de interesse, que são: *fertilidade do solo, um sítio defensivo, a proximidade da matéria-prima, o acesso ao mercado consumidor ou a presença de um porto, de uma força de trabalho não qualificada e sindicalmente pouco ativa, são alguns dos atributos que podem levar a localizações seletivas* (Corrêa, 2005:36). Desta forma, a escolha de um local para a instalação do povoado missionário exigia um profundo conhecimento sobre as diversas paisagens que compunham a região. Esta preocupação se dava em função da necessidade de água para o povoado, pois, além de abastecer em períodos de seca, a população concentrada no núcleo urbano da redução deveria contar com um sistema de eliminação de dejetos orgânicos (Barcelos, 2000).

Para abordar esta relação entre território e etnicidade, temos no âmbito da geografia cultural o estudo de Alecsandro J.P Ratts (2003:45), ressaltando *o espaço do qual os grupos étnicos se apropriavam, concreta ou abstratamente pela representação*, pois trata-se de um território visto e/ou vivido, um local de relações, enfim, um espaço que se tornou uma relação social de comunicação.

Contudo, Roberto L. Corrêa (1995) argumenta que o ambiente geográfico (a natureza e o espaço socialmente produzido) não é vivenciado nem percebido da mesma forma pelos diversos grupos sociais¹⁰. Neste aspecto, o geógrafo Paul Claval salienta que a percepção do ambiente tem uma base eminentemente cultural, pois

está associada à experiência que os homens têm da Terra, da natureza e do ambiente, à maneira pela qual eles os modelam para responder as suas necessidades, seus gostos e suas aspirações e procura compreender a maneira como eles aprendem a se definir, a construir sua identidade e a se realizar (Claval, 1997:89).

Desta feita, os estudos da geografia cultural permitiriam realizar uma reflexão sobre o papel que o espaço e meio desempenham na vida dos homens, *o sentido que dão a sua vida e sobre a maneira pela qual modelam os ambientes*, sendo facilmente observado *por ocasião das migrações; os recém-chegados em um país fazem em geral tudo para continuar a viver como eles o faziam em seus países de origem* (Claval: 1997:90), ou seja, ao invés de o homem se adaptar ao meio, ele procura modificá-lo para permanecer com seus hábitos.

Nas palavras do historiador José C. Reis (2000:62), *o espaço não escapa à criação humana e é mesmo o seu solo. A ação humana se ordena no duplo campo do espaço e do tempo*, pois foi a partir da geografia humana que Febvre, Bloch e Braudel fizeram uma geohistória¹¹,

onde o tempo dos homens encontrou atrito do espaço, a resistência do meio geográfico, que os obrigará a se perceberem localizados, limitados, fixados, condicionados por circunstâncias objetivas, que se não os impedem de buscar a

¹⁰ Alecsandro J.P Ratts (2003:31) acrescenta que, em terra de índios, negros e brancos, as relações sociais são constituídas em relações interétnicas e processada de maneira diferenciada e desigual. O autor chama a atenção para o fato de que aquilo que por vezes adjetivamos de cultura popular também é negra e indígena. O grupo étnico branco (quase nunca é assim denominado) tem sua cultura marcada através de regionalismos e nacionalismos. Portanto, a espacialização desses segmentos também é feita de forma diversa e desigual.

¹¹ Nas palavras de Fernand Braudel, a geohistória é também *a historia del hombre enfrentado a su espacio, luchando contra él a lo largo de su dura vida plagada de pesares y fatigas, que consigue vencer, o más bien soportar, al precio de un esfuerzo incesante y repetido. La geohistoria es el estudio de un doble vínculo, de la naturaleza con el hombre y del hombre con la naturaleza, el estudio de una acción y de una reacción, mezcladas, confundidas, incesantemente reanudadas, en la realidad de cada día. Es incluso la calidad, la potencia de este esfuerzo lo que nos obliga a invertir el enfoque habitual del geógrafo* (Braudel, 2002:78).

realização de seus impulsos, oferece uma resistência suficiente para impedi-los de “decolar” e os mantém firmes em um “chão” (Reis: 2000:63).

Em síntese, *o espaço é um meio para a prática, sendo socialmente produzido. Desta forma, diferentes sociedades, grupos e indivíduos atuam suas vidas em diferentes espaços* (Saldanha, 2005:31). A paisagem, assim, seria um elemento ativo nas ações humanas, como um vestígio tangível constituído de significados, sendo encarada como uma forma de cultura material que manteria ou negaria os laços sociais, podendo ser entendida tanto como sujeito quanto como objeto da ação social humana. Afinal, *somos obrigados a levar em consideração que as paisagens onde se desenvolveram estas relações interétnicas foram muito diferenciadas, com relevos, climas, flora e faunas distintos* (Kern, 2002:2).

Neste aspecto, o espaço seria muito mais movimentado do que estático, mais plasticidade do que fronteira, pois ele é testemunho de um dado momento e os indivíduos que residem nestas paisagens movem-se ao longo de caminhos que se conectam a lugares, inscritos no processo de produção, reprodução e transformação das relações sociais que nunca se desfazem, mas que sempre se adaptam às formas preexistentes. Assim, com base nestas idéias aqui expressadas, apresentaremos as sociedades indígenas e o ambiente nos quais estavam inseridas, bem como os seus vestígios na paisagem; num segundo momento, abordaremos os contactos e impactos culturais dessas populações indígenas com os grupos da frente de colonização luso-espanhola neste espaço que denominamos Amazônia Meridional. Por fim, trataremos a respeito da implantação da missão jesuítica de Santa Rosa de Mojo e sua organização espacial enquanto aldeamento jesuítico espanhol e sua posterior dissolução para a edificação de um forte militar português como símbolo da presença lusitana na fronteira oeste da Capitania de Mato Grosso.

1.2 O espaço geográfico

O espaço que vamos abordar neste estudo refere-se à expressão geográfica conferida a uma vasta planície que se estende desde altiplanos andinos até a fronteira brasileira (no atual estado de Rondônia, área da antiga Capitania de Mato Grosso). Formada por terras altas, savanas (cerrado) e florestas tropicais, Llanos de Mojos, atual Departamento de Beni, na Bolívia, perfaz uma área de 200.000 km², sendo seus limites naturais o rio Beni, a oeste; as

terras altas de Chiquitos, a leste; as cadeias montanhosas que fazem limite com Santa Cruz, ao sul e, ao norte, o rio Guaporé (Block, 1997), conforme figura 1.



Fig. 1. Departamento de Beni e seus limites naturais. Bolívia. Fonte: www.guiageo-americas.com/mapas/mapa/bolivia.jpg. Acessado em julho de 2007.

Llanos de Mojos, além de ser uma denominação geográfica (Block; 1997), por descrever uma imensa savana situada nas margens mais altas da bacia fluvial amazônica, foi também uma jurisdição administrativa que, no início da colonização, remetia à área missioneira. Seu perímetro era estabelecido pelas principais redes fluviais e pelos diversos grupos indígenas orientados por estas margens.

Atribuído pelos europeus no século XVII, o termo Mojo foi uma designação genérica atribuída às diversas etnias que habitavam a região de llanos¹², pois,

(...) según una opinión más que vulgar del Peru, se dió a la nación y a su lengua porque el primer mojo que vieron los españoles, al preguntarle uno de ellos cuál era su nación, respondió: ñuca mucha o “yo sarna”, es decir: “yo tengo sarna”; y los españoles, creyendo que la palabra mucha era el nombre de su pueblo, lo llamaron Moja o Moha, palabra que en su pronunciación se parece a la de muha (Block, 1997: 49).

Andrés Diez, com base nos estudos de José Chávez Suarez, destaca três possíveis origens para o nome Mojo, as quais reproduziremos a seguir:

a) del aymara “mojsa” (dulce, grato, melificado), según algunos autores aunque inconsistente con la evidencia de ausencia de influencias de tal origen en la región; b) quechua: “mosoj-llacta” o mosojjallpa” (tierra nueva, para los habitantes del incanato), “mockockallpa” o “mojo-callpa” (“prominencias de terreno desocupado”); c) el Inca Garcilazo adjudica a los propios pobladores de esta región el haber creado la expresión “musu” (“país llano y boscoso”) como base de la española “moxos” (Diez, s/a: 165).

O historiador David Block salienta que a denominação de Mojo para as diversas nações indígenas ocorreu através de um mal entendido bilíngüe, gerando desta maneira várias versões sobre a origem do nome e, junto com elas tantos outros significados possíveis.

Na planície de Llanos de Mojos, a vegetação entre os rios Beni e Guaporé é caracterizada por pastagens e savanas que cobrem em torno de 50 a 80% da área total, e os outros 20 ou 30% são compostos por selvas densas, rios e lagoas, além da floresta de galeria. Segundo Denevan, há grandes savanas entre o rio Beni e Madre de Dios; contudo, há savanas desconhecidas ao longo das margens do alto rio Guaporé, bem como em Chiquitos e a sudeste de Mojo (cf. Clark, 1980 e Denevan, 1966).

Neste sentido, a vegetação de Llanos de Mojos, de acordo com Denevan (1966), é diferenciada por categorias que refletem ao mesmo tempo o relevo e a quantidade de inundação. Estas categorias são compostas por *Curiches* e *bajios* (ou meandros abandonados),

¹² O nosso estudo adotou, no caso de Mojo e de outras etnias no território brasileiro, a grafia dos nomes tribais sugeridas durante a primeira reunião da Associação Brasileira de Antropologia – ABA, realizada no Rio de Janeiro em 1953, cujo texto foi publicado na Revista de Antropologia, vol. 2, nº 2, de dezembro de 1954. Entretanto, para os demais nomes tribais do Oriente Boliviano, será conservada a grafia de referência bibliográfica (Moreira, 2006:15). Manteremos Mojos no plural quando este termo estiver se referindo a planície de Llanos de Mojos no atual Departamento de Beni, na Bolívia.

semialturas e *alturas*, *arboledas*, ilhas e florestas de galeria¹³. Os *curiches* são formações pantanosas encontradas nas depressões dos terrenos e mantêm água a maior parte do ano devido ao fundo argiloso que os impermeabiliza. A vegetação encontrada nos *curiches* são plantas flutuantes que fazem uma cobertura vegetal nestes meandros, tais como: a vitória régia, *junquillo* (*Cyperus giganteus*), *tarope de hoja ancha* (*Eichhornia azurea*), *badilejo* (*Pontedaria cordata*) e *patujú de bajío* (*Thalia geniculata*).

Já os *Bajíos* são áreas cobertas quase em sua integridade por gramíneas e graminóides, permanecendo cheios de água entre dezembro e julho. Não possuem espécies lenhosas, mas há presença de forrageiras como *arrocillo* (*Leersia hexandra*), *cañuela blanca* (*Luziola peruviana*) e *comesebebe* (*Paspalum acuminatum*), *tacuarilla* (*Panicum Tricholaenoides*), *cola de zoro* (*Setaria gracilis*), *tatora* (*Eleocharis acutangula*), *pelillo* (*Eleocharis confervoides*) e *tarope de hoja chica* (*Pontedaria subovata*), além de leguminosas como *corchilo* (*Aeschynomene*).

Sob lagos e *curiches* há uma extensa vegetação flutuante conhecida como *yamomo*, a qual, segundo José Luis Rocca (2001), seria o nome local para um tipo muito peculiar de pântano (por estar coberto de comunidades de plantas aquáticas flutuantes), favorecendo um *habitat* muito rico em fauna e flora. Nas áreas mais profundas, crescem arbustos com raízes compridas, como *tajibillo* (*Tabebuia insignis*).

A formação *pajonal*, por sua vez, é caracterizada por inundações estacionais (de 5 a 6 meses), das quais muitas vezes a água se retira por evaporação. As forrageiras presentes são: *arrocillo de altura* (*Panicum laxus* y *Eirchloa punctata*), *paja toruna* (*Paspalum virgatum*), *cola de ciervo* (*Andropogon bicornis*), *pasto de bajío* (*Paspalum stellatum*).

As *arboledas* são formadas por pradarias de qualidade diversa, estando algumas delas cobertas por *bosques aislados* o “*islas*” (Rocca: 2001). Estas se dividem em duas partes: rasas e abertas, e ambas sofrem inundações. Nas *arboledas* rasas, há poucas espécies para o consumo do gado, tais como o *sujo* (*Paspalum plicatulum*), *pata de galo* (*Eleusine tirstachya*), *paja cerda* (*Sprobolus indicus*), *pasto amargo* (*Axonopus compressus*), *bremura* (*Cynodon dactylon*) e grama negra (*Paspalum notatum*) (Rocca, 2001:430).

Já nas *arboledas* abertas, há presença de leguminosas como *pegapega* (*Desmodium spp.*) e *bejuquillo* (*Centrosema spp.*). Ainda segundo o referido autor, tanto nas *arboledas* como nas *semialturas*, há espécies lenhosas como *palma negra ou blanca* (*Copernicia alba*),

¹³ Para evitar qualquer outra interpretação, optamos por manter os termos citados ao logo desta dissertação em seus respectivos idiomas de publicação, respeitando, assim, a literatura pesquisada. Havendo oportunidade, acrescentaremos ao lado destes termos sua respectiva tradução.

tajibo (*Tabebuia heptaphylla*), chaaco (*Curatella americana*) e os baixos arvoredos (*Acácia*, *Mimosa e Cássia*).

A formação de *selva em galeria e ilhas* corresponde aos terrenos mais altos, com boa drenagem, vegetação arbórea e solos com potencial nutricional. Esta formação pode ser ainda dividida em subgrupos menores, tais como:

a) Monte: selva en galería marginal; b) Montaña: selva en galería asentada en antiguos cauces; c) Isla: formación menor de iguales características generales pero acotada a superficies restringidas. Este sector, selva en galería e islas, representó, desde los primeros tiempos, el territorio utilizado por aborígenes y criollos para asentamiento y tareas agrícolas en parcelas denominadas chaco que abarcan superficies menores a 6 hectáreas, utilizables por períodos que no superan los 3 años por agotamiento del suelo. Luego el chaco queda en barbecho por un lapso de entre 6 a 8 años. El sistema de cultivo responde al denominado de roza y quema. Además este sector involucra las mayores alturas regionales y asegura resguardo de las inundaciones (Calandra & Salceda, 2004:157).

Nesta formação encontramos a *palmeira motacú* (*Attalea princeps*), *ambaibo* (*Cecropia*), *mompacho* (*Ceiba pentandra*), *Guarea*, *Ingá*, *Ficus*, *Bambura*, *Heliconia* e ocasionalmente *caracoré cactus* (*Cereus*). Já na vegetação de *galerias*, de rios maiores, as árvores têm um uso mais econômico, a exemplo da *mara* (*Swietenia*), *cedro* (*Cedrela*), *palo maria* (*Calophyllum*), *balsa* (*Ochroma*), *The Brazil-nut tree* (*Bertholletia excelsa*), and *the wild rubber tree* (*Hevea brasiliensis*) (Denevan, 1966: 15 e16). De acordo com Willian Denevan, esta vegetação tem sido consideravelmente modificada pelas derrubadas de árvores, pela abertura de clareiras e queimadas de pasto para a agricultura¹⁴, sendo também bastante utilizada para refúgio dos animais em períodos de inundações.

A fauna presente nestas áreas é muito variada, cuja biodiversidade inclui uma variedade de veados, macacos, tatus, jacarés, botos e importantes peixes comestíveis, como o *pacú* (*Huleus setiger*), *el surubí* (*Pseudo pasystema fasciatum*) y *el dorado* (*Salminus*) (Block, 1997:46). Já os solos que formam a planície de Llanos de Mojos consolidaram-se a partir de sedimentos do quartenário¹⁵, sendo correspondentes às

¹⁴ O padre Francisco Javier Eder S.J. observou que, às vezes, este calor aumentava muito mais por outro motivo, pois *cada año hay que quemar las sabanas para abrir camino y para que brote nuevo pasto en que apacentar el ganado. Esta quemazón se prolonga pore lo menos tres meses (julio, agosto y septiembre); como se lleva a cabo simultáneamente por toda la región, su humo y su calor es tal, que uno tiene la impresión de que hay dos soles que abrasan. Pero esta quemazón no afecta nada o sólo un poco los bordes de los bosques que tocan las sabanas (las islas), pues permanecen verdes durante todo el año* (1985:52).

¹⁵ Para mais detalhes sobre o estudo geomorfológico da planície de Llanos de Mojos, consultar PLOTKIN, Roberto Langstroth. Forest Islands in an Amazonian Savana of Northeastern Bolivia. Dissertation PH.D. in Geography. University of Wisconsin – Madison, 1996.

clasificaciones de ultisoles y uxisoles, siendo química y mineralógicamente similares pues ambos son ácidos y de baja disponibilidad de nutrientes. El drenaje es deficiente a consecuencia de subsuelos casi impermeables formados por arcilla y arenas muy finas y compactos. Esto ocasiona que las capas superficiales de textura más gruesa se saturem de agua a principio de la época de lluvias y permanezcan anegados por largos períodos, aún dentro de la siguiente estación seca (Roca; 2003: 430).

Para os geógrafos Sandra Cunha e Antonio Guerra (2003), a bacia hidrográfica do rio Amazonas constitui-se de topografia plana, de rochas cristalinas do pré-cambriano e baixo platô de sedimentos datando do período quaternário. Esta baixa declividade proporciona uma redução da velocidade das águas e, como resultado, formam-se os meandros, com lagoas marginais e campos de inundação alimentados pelo extravasamento dos rios em períodos de cheias. Pelas mesmas razões, o escoamento das águas e a propagação das cheias fazem-se lentamente; contudo, na opinião de Willian Denevan, os melhores solos para a agricultura são aqueles de florestas, galerias e ilha de florestas junto às áreas dos rios.

A temperatura em Llanos de Mojos varia entre 20 e 38 graus Celsius (alcançando 42 graus em casos extremos). No verão, as precipitações são tão fortes, que chegam a produzir 200 milímetros em uma hora. Willian Denevan salienta que estes altos índices pluviométricos não estão necessariamente correlacionados às maiores inundações, porque uma boa parte delas resulta da abundância de rios, produto das altas chuvas oriundas dos Andes¹⁶. Já no inverno, as frentes frias (conhecidas como *surazos*¹⁷) fazem os termômetros atingirem 7 graus Celsius. Este fenômeno, porém, não dura mais que três dias.

Uma vez inundada, a rede hidrográfica da planície é drenada pelos rios Guaporé, Marmoré, Beni, Madre de Dios e todos os tributários importantes do rio Amazonas. Nesse sentido,

¹⁶ Padre Eder notou que, em geral, no começo do mês de janeiro, todos os rios sobrepassavam suas bacias, inundando toda a superfície em todas as direções. De tal sorte que a planície se convertia, por alguns meses, em um *mar y ofrece una ruta de navegación rectísima por todas partes, pues casi por doquier las aguas alcanzan la altura de dos varas (1.67metros) y em algunos lugares, aún más* (1985:61).

¹⁷ Nas palavras do padre Eder, a friagem denominada de *surazo* seria (...) *vento sul que por tres dias enteros aquél sopla con violencia creciente, mientras este va anunciando su aparición com una nubosidad cada vez mayor o, incluso, com alguns relámpagos. Al cabo de tres días el septentrión se queda mudo durante um día, de manera que parece que há cedido el terreno al adversario: ese día es el más molesto de todos; el cielo se cubre por todas as partes de nubes que, a gran velocidad (...). en las –primeras veintecuatro horas va mezclado con lluvia; al día siguiente el cielo sigue completamente nublado y cae una lluvia tan fina, que parece rocío. Al tercer día y siguientes hay una perfecta tranquilidad atmosféricas. A veces dura quince días, de manera que – para usar a frase de los indios – duerme, cosa que suele hacer por la noche. En caso de no ser de los dormilones, apenas durará tres días, llegando de nuevo el septentrión. A excepción de los días en que reina el surazo, el calor es extremado o poco menos; pero cuanto llega aquél, sobreviene una extrema sequedad, acompañada de un frío bastante vivo (...). Voy a dar un exemplo del frío: a veces ha sido tal, que el aceite de la lámpada se ha helado dentro de la habitación, sin que durante el día siguiente llegara a descongelarse. Otra veces a la mañana siguiente se han encontrado en diferentes lagunas caimanes muertos por el frío, así como tipos de aves por las sabanas que han perdido la vida o, por lo menos, el uso de sus alas* (1985:55 e 56).

el río Beni, com sus nacientes em las cercanías de la Paz, se descuelga por los abruptos valles o yungas de los Andes orientales antes de ingresar en la sabana por su borde sudoccidental. Desde ahí corre directamente hacia el norte, para desembocar en el Madre de Dios-Madeira, cerca de Riberalta. A segunda rede principal, la del Guaporé o Iténez, surge en los altiplanos brasileños y delimita la frontera septentrional de Mojos. En un punto cercano a San Joaquín el Guaporé recibe las aguas de una serie de corrientes que drenan las mesetas chiquitanas y la sabana oriental. El Marmoré y sus principales tributarios¹⁸ nacen en lo Andes orientales, formando una amplia red que fluye hacia el norte, en dirección el Amazonas. Estes tercer sistema es el de mayor importancia para la historia de Mojos, no sólo por su gran tamaño, sino también por su ubicación central (Block, 1997:44).

Padre jesuíta Francisco J. Eder¹⁹ argumenta ainda que os rios Marmoré e Beni são muito vorazes, pois trocavam de um ano para o outro suas bacias, causando um enorme prejuízo para seus habitantes. Outro fato que digno de nota é que freqüentemente pessoas confundiam o rio Marmoré com o rio Madeira e, como resultado destas confusões, ocorriam sinalizações errôneas de sua localização em alguns mapas. Todavia, padre Francisco Eder acreditava que não havia razão alguma para tal confusão, pois, ainda que o Marmoré arrastesse *muchas maderas y arvores, se convierte en un río más caudaloso gracias a otro mayor* (rio Beni), *que desemboca en el Marmoré junto a las cachuelas de los portugueses y al que éstos, por citada razón, llaman rio Madeira* (Eder, 1985:65). Para este jesuíta, o rio

Marmoré van tan turbio, que apenas se puede tomar su água; pero es abuntantísimo em peces. El Beni y el Guaporé brillan como espejos y también llevan abundante pescado; su lecho no es de limo – como el del Marmoré – sino de arena; el Itenes baja con tal lentitud, que parece que el Marmoré - con sus aguas desbordantes – con que el se reúne, lo detiene, y esto por todo el tiempo que áquel desagua sus propias aguas. Todos ellos desembocan en el Amazonas (llamado por otro Marañón o río de Orellana) (Eder, 1985:65).

Em virtude dessas circunstâncias, o rio Marmoré deveria ser chamado de *fiera terrible*, devido aos perigos que ele oferecia para quem navegava quase diariamente em suas águas, pois havia

ciertos lugares arremolinados que, si no se aparta uno com cuidado de ellos, hacen naufragar la embarcación o la ponen en extremo peligro. Siendo además, voracísimo, va socavando las orillas²⁰ – ya de por sí pantanosas – acabando por

¹⁸ Seus afluentes são: rio Ivary; rio Grande; rio Piray; rio Ibabo; rio Charapé; rio Securi; Tijamuchi; Aperé; Yacuma; Iruyani. (D'Orbigny, 1945).

¹⁹ Segundo missionário do verbo divino, Piort Nawrot, padre Francisco Javier Eder, S.J. escreveu entre 1770 e 1772 seu livro Breve Descrição das Reduções de Mojo, *en Neusohl (Banska Bystrica), su tierra natal y lugar de residência después de la expulsión. Trás su experiéncia de casi quince años em San Martín, (...) discurre acerca del entorno natural de las misiones, la cutura material y espiritual de los autóctnos y los câmbios introducidos por el sistema reduccional* (Nawrot, 2000:92).

²⁰ Padre Eder observou que vários rios distinguíam-se por mostrar em suas altas margens *arcila polícroma, em forma de vatas, que parece poderse cortar como con cuchillo de mantequilla, pues no tiene mezcla alguna de*

derrumbarse juntamente con árboles imponentes; si en ese momento pasa una embarcación, los árboles la aplastan o el oleaje provocado por la caída la hace naufragar. Fuera de ello, tanto el septrional inicial como el surazo levantan tal oleaje, que nadie se atreve a navegar si no es bordeando por la orilla (Eder, 1985:66)

Já para o viajante naturalista Alcides D'Orbigny, em sua viagem pelas missões de Mojo, o rio Marmoré oferecia a imagem de caos, de instabilidade das coisas, pois

sus rojizas aguas, muy agitadas, transpotaban, hirviendo, muchos restos de vegetales y hasta árboles gigantescos que la corriente habia arrancado violentamente de las barranca. Nada era estable e su curso: si una de las costas mostraba terrenos del año casi desprovistos de vegetación y en los que crecían plantas aunales, la otra armada en sus salientes por acantilados arenosos, constantemente minados por las aguas, se desmoronaba de tanto en tanto con estrépito, arrastrando con ella en su caída árboles seculares y las más variadas plantas, y agitando sua aguas hasta gran distancia, en tanto que sus ensenadas quedaban atiborradas de una imensa catidad de árboles amontonados por las crecientes extraordinarias (1945:1333).

Conforme os relatos apresentados, constatamos o quanto era complicado navegar em horários em que não se podia contar com a luz do dia, problema este que persiste até hoje, já que o maior perigo é aquele que não se vê, ou seja, árvores ou troncos submersos, pois, como a embarcação *avanza por la misma fuerza de água, aumentando su velocidad, cuando de repente choca com algún tronco o rama, sufriendo tal sacudida que derriba a los remeros y con frecuencia desequilibra tanto la embarcación, que las aguas la inundan sin ninguna dificultad* (Eder, 1985:67).

Não menos perigoso que o rio Marmoré é o rio Guaporé²¹, ou Itenez, como é conhecido na Bolívia. Tal rio representa, na opinião de Alcides D'Orbigny, o símbolo do repouso, ostentando águas claras e límpidas. Para o padre Francisco J. Eder, este rio oferecia perigos, pois, na maior parte do ano, *enormes peñascos sobresalen y que a manera de una cadena llegan a interrumpir la corriente, por lo que la embarcación solo puede avanzar por un ponto; pero en él es tan grande la violència del agua y el oleaje, que infunden pavor incluso a quien está acostumbrado a los peligros* (1985:67).

tierra o arena. En el Marmoré he encontrado trece vetas de colores diferentes, superpuestas como por la mano del hombre; cada una de ellas tenía por lo menos el grosor de un pie. De ellas sólo una es blaquíssima, que utilizamos para blanquear los templos y las casas, en el lugar de cal, pues carecemos de ella (por falta de la piedra correspondiente) Esta arcilla la supera en blancura y en que, siendo por lo general la pared blanqueada con cal áspera al tacto por las partículas de arena que llea consigo, la arcilla recubre de tal forma la pared, que parece que uno toca una tela finíssima. La utilizamos para pintar todas las paredes del templo o para adonar las casas (1985:66).

²¹ Denise Maldí Meireles (1989:15) salienta que a palavra Guaporé é de origem indígena, oriunda provavelmente da expressão de “Uaporé” ou “Guaraporé” que aparece em algumas crônicas como nome de “uma nação” que vivia em suas margens. Do outro lado da fronteira, o rio é chamado “Itenez”, palavra de origem *moré*.

O rio Guaporé recebe águas do Mato Grosso e do norte e noroeste de Chiquitos, e todos os seus afluentes²² são de colinas baixas, atravessando uma imensa planície. É por isso que, muito raramente, suas águas arrastariam árvores ou estariam carregadas de sedimentos. Já do ponto de vista geomorfológico²³, o rio Guaporé nasce no Planalto dos Parecis, em Mato Grosso, e está situado na faixa de transição entre o regime Amazônico e a região Centro-Oeste. Como informa Denise M. Meireles, o percurso total do rio Guaporé é de 1.716 km, com um trecho bastante encachoeirado no alto Guaporé. Este rio atravessa parte dos Estados de Mato Grosso e Rondônia.

No médio Guaporé, ou seja, no que corresponde às regiões central e sudeste, encontram-se as planícies e pantanais inundáveis. A vegetação presente ao longo do rio varia entre diferentes tipos de savanas e florestas, pois ora se apresenta em conjuntos, ora isolada. Já na floresta aluvial (que acompanha o rio e seus afluentes), há a presença de palmeiras e cipós, e nas margens de alguns afluentes aparecem subformações de buritizais.

1.3 Os grupos étnicos e suas espacialidades

Nesta seção, apresentaremos ao leitor um mosaico das populações indígenas presentes ao longo dos rios Marmoré, Guaporé e seus tributários, evidenciando, sobretudo, uma variedade étnica e cultural presente neste espaço geográfico. No inquérito²⁴ de ordem geográfica e etnográfica sobre a planície de Llanos de Mojos e a região banhada pelo rio

²² Com relação aos afluentes, temos, na margem direita: o rio Sararé; rio Galera; córrego Piolho e Piolhinho; córrego Trinta e Dois; rio Vermelho; córrego Sabão; rio Quariteré ou Buriti, São João ou Piolho; rio Cabixi ou Branco; Rio Escondido; igarapé Azul; igarapé Pau Cerne; rio Corumbiara; rio Verde; rio Mequens; rio Colorado; rio São Simão ou Grande; rio Branco; rio São Miguel; rio Cautarinho; igarapé Paraguaçu; rio São Domingos; ribeirão Ouro Fino; rio Cautário. Pela margem esquerda são rios **bolivianos**: rio Paranaguá ou Paraguaú; rio Colorado; rio São José; rio São Simon; rio Baures; rio Itonamas; rio Blanco; rio Machupo. **Os rios brasileiros são**: rio Alegre; rio Capivari e o Verde (Meireles, 1989 e D'Orbigny, 1945).

²³ Para maiores detalhes sobre a geomorfologia do rio Guaporé, consultar a dissertação de mestrado de MILLER, Eurico Theofilo. História da Cultura indígena do Alto Médio-Guaporé (Rondônia e Mato Grosso). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul 1983.

²⁴ As informações contidas neste inquérito eram bem minuciosas e tinham por objetivo dar uma idéia da geografia e etnografia de um espaço ainda não definido para o Conselho Ultramarino, ou seja, o rio Guaporé, que a partir de 1750 serviria como limite entre coroas. Para maiores detalhes sobre as informações coletadas, consultar as obras de SÁ, Joseph Barbosa de. Relação das Povoações de Cuyabá e Mato Grosso de seus princípios e os presentes tempos. Cuiabá: Edições FUFMT, 1975.

Pereira, João Gonçalves. Informações sobre as primeiras expedições Guaporé abaixo e as Missões Jesuíticas de Moxos. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – Publicações Avulsas, nº 39 – 2001. Cuiabá /HGMT.

Guaporé, Jaime Cortesão (1951) salienta que as respostas aos 14 itens que compunham este inquérito podem evidenciar que o rio

Guaporé era, não só a grande estrada de enlace fluvial que unia as regiões do Alto Paraguai às do Amazonas, mas um fôssó isolador que separava duas regiões naturais, desnudas e alagadiças do Marmoré; e, além disso, duas zonas de culturas aborígenes diversas. O Guaporé e o Madeira com sua escadaria monumental de cachoeira eram, para empregar a própria frase de Alexandre de Gusmão, uma “baliza natural” (Cortesão, 1951:172).

Portanto, a bacia do rio Guaporé era uma região estratégica para o deslocamento das populações indígenas; afinal, sua localização estava entre Amazônia, Brasil Central e as Terras Baixas da Bolívia, funcionando, assim, como um grande receptáculo cultural, pois englobava vários troncos lingüísticos indígenas, bem como achados arqueológicos²⁵ (Projeto Fronteira Ocidental, 2003).

Assim, de acordo com Willian Denevan (1966:40), o Oriente Boliviano abrigava a maior parte da diversidade cultural lingüística da América do Sul. Para o autor, a diversidade seria o resultado parcial da expansão de tribos e da difusão dos traços culturais do alto rio Amazonas, do norte rio Madeira, alto rio Paraguai e do sul das planícies e colinas do Oriente Boliviano, com algumas influências dos Andes²⁶. Acrescenta ainda que a variedade de línguas encontradas nas cabeceiras de muitos rios da América do Sul sugeriria que as migrações tendiam a mover rio acima grupos mais fracos, permanecendo rio abaixo grupos mais fortes, justamente por serem locais mais favoráveis em recursos para subsistência e transporte, pois eram elementos que favoreciam a unidade tribal.

Para o arqueólogo Eduardo Góes Neves (2006) as razões para esta diversidade lingüística (já reconhecida no século XIX) são históricas, e devem ser entendidas através do estudo do processo de ocupação pré-colonial, pois

²⁵ O lingüista Henri Ramirez salienta que *toda essa movimentação foi recentemente contestada pelo arqueólogo Eurico Miller, pois a partir do estudo da cerâmica paucerne, o autor observa como ela é distinta da cerâmica tupi-guarani do Paraguay, o que sugere uma origem distinta entre os paucerne e os itatin. Miller pretende também se apoiar em argumentos glotocronológicos que marcariam uma diferenciação de 1.482 anos entre os guarayu e os paucerne, e de 1.696 anos entre os guarayu e os guarani. Baseando-se nesses novos fatos, Miller sugere que a migração tupiguarani mencionada por Métraux pode ter ocorrido em sentido exatamente oposto: de Rondônia para o Guaporé (paucerne), e de lá para o Paraguay (itatin e guarani). Em quem acreditar afinal? Nos documentos históricos de Métraux ou nos cacos de cerâmica de Miller? Para Ramirez, todo o contato interétnico favorece empréstimos lingüísticos, e esses empréstimos foram introduzidos em uma época em que o guarayu-paucerne já se tinha separado dos outros povos tupi-guarani e em uma região onde o guarayu-paucerne tinha por vizinhos os paunaka e/ou os baure. Portanto, sugerimos que não se deve tanto comparar a cerâmica paucerne com a do Paraguay, mas com a de seus aculturadores arawak ou chapacura* (2006:8, 9 e 10).

²⁶ Para mais detalhes sobre a questão da diversidade e migração destas tribos, consultar: LATHARP, Donald W. The Upper Amazon. New York. Washington: Praeger Publishers. 1970.

a diversidade cultural e social amazônica tem também outras manifestações: alguns grupos têm uma ideologia voltada para a guerra, outros não, há sociedades nômades com economia voltada para a caça, pesca e coleta vivendo lado a lado com grupos agricultores sedentários. Tal variabilidade, verificada no presente, também ocorria no passado, conforme indicado pela arqueologia. Sendo assim, é incorreto projetar um único padrão de organização social e política para as populações indígenas pré-coloniais, como se elas vivessem todas do mesmo modo. Ao contrário, à medida que as pesquisas arqueológicas avançam na região, percebe-se que a variabilidade de formas de vida no passado tenha talvez sido ainda maior que a do presente (Neves, 2006: 21e 22).

As culturas nativas drenadas pelo rio Guaporé e seus tributários são, de acordo com o antropólogo Lévi-Strauss (1963a), uma das menos conhecidas do Brasil, sobretudo porque, desde o século XVIII, exploradores, viajantes e missionários têm usado o rio Guaporé como um via de passagem e, mais recentemente, exploradores de borracha têm trabalhado ao longo de suas margens e dos baixos cursos de seus tributários²⁷.

Portanto, diferentemente da maioria dos rios da América do Sul, o rio Guaporé não é apenas o eixo de uma área de cultural homogênea, e sim uma fronteira que liga culturas, como destaca o antropólogo Lévi-Strauss²⁸. A área cultural de Mojo e Chiquito estende-se da margem esquerda em direção aos Andes. As tribos heterogêneas da margem direita têm definitivamente uma cultura Amazônica, conforme aponta Lévi-Strauss. A paisagem plana de llanos é unida ao solo pantanoso da margem esquerda; ao passo que, na banda direita, alternadamente pantanosa e íngreme, marca a extensão das terras altas do oeste do Brasil. As terras altas e a margem direita do rio Guaporé definem limites de uma área cultural a qual provavelmente pertence a tribos da parte sul da alta bacia do rio Madeira (Strauss, 1963).

²⁷ De acordo com o Projeto Ocidental, a grande conseqüência trazida pelos múltiplos ciclos de colonização *entre os séculos XVI e XX, foi uma grande revolução no quadro dessas sociedades: populações agrícolas relativamente densas teriam sido forçadas a se refugiar em áreas distanciadas dos grandes cursos d'água e de suas planícies férteis, as quais passaram a ser utilizadas como corredores de acesso e/ou moradia do colonizador na busca de mão de obra indígena escrava, jazidas de metais e pedras preciosas, ou de terras férteis para as novas frentes extrativistas, agrícolas e pecuárias. Impossibilitados de manter uma agricultura intensiva com armazenagem de excedentes agrícolas e uma continuidade de possíveis redes de comércio há muito praticadas, passaram a sofrer sucessivas divisões de grupo, em uma tentativa de explorar novas áreas de recursos alimentícios, adotando um padrão de organização social de comunidades esparsas e nômades, cuja economia seria baseada em uma agricultura de subsistência complementada com caça e coleta. Este seria o quadro cultural indígena encontrado pelas expedições da Comissão Telegráfica lideradas pelo Marechal Rondon, bem como pelos moradores da região de Vila Bela na primeira metade do século XX, onde se destacam os grupos Paressí e Nhanbikwara (2003: 09).*

²⁸ O arqueólogo Eurico T. Miller (1983:262) discorda da opinião de Lévi-Strauss e salienta que o eixo do rio Guaporé não foi apenas uma fronteira entre culturas históricas e pré-históricas. Em sua opinião, o rio Guaporé foi ocupado por várias culturas bastante estáveis, até a chegada do europeu, cada uma sobre um segmento do rio, alastrando-se pela maioria de seus respectivos afluentes de ambas as margens. Miller acrescenta que talvez o antropólogo tenha se baseado no caos criado pelos espanhóis e portugueses no período colonial.

Apesar de a diversidade lingüística ser destacada nas fontes jesuíticas sobre Mojo, os padres distinguiam até seis *pueblos principales entre la trientena que identifica. La hierarquia implícita de los jesuítas en clasificación de los pueblos autóctnos se apoyaba en su conocimiento del volume demográfico* (Block, 1997: 49). Com base nestes dados, *Mojo* e *Baure* eram os mais populosos, seguidos pelos *Kayubaba*, *Canisiana* (*Canichana*), *Mobina* e pelos *Itonoma*, conforme apresentaremos a seguir.

Os *Mojo* foram à primeira etnia de fala *arawak* contatada pelos missioneiros a partir dos anos setenta do século XVII. De acordo com Metraux, influências andinas poderiam ter alcançado *Mojo* através do canal com os *Montese* (estavam entre eles e os *Aymara*). Através deles os *Mojo* estabeleceram um comércio, trocando panos de algodão e penas por ferramentas de metal e ornamentos. Muitos objetos peruanos foram encontrados nas planícies de Llanos de Mojos, passando de mão em mão até alcançar o rio Paraguai e o rio da Prata. Com estes objetos viajaram contos do Império Inca e suas riquezas. Os conquistadores ouviram tais histórias nos pantanais do *Xarayes*²⁹ (portão de entrada para a Província de Chiquito e Mojo) e imaginaram um fabuloso reino, o Reino do *Gran Mojo* ou *Paititi*³⁰, localizando assim o *El Dorado*, ou seja, a planície de Mojos.

Concentrados ao longo do rio Marmoré e sua junção com o rio Grande (ou Guapay), os Mojo estavam distribuídos até a boca do rio Yacuma. Subdivididos em numerosos grupos falantes da a mesma língua, o *morocosi*, o padre José Castilho listaria as seguintes etnias: *Suberiono* (no rio Grande, próximo à desembocadura do Piray), *Mojo* (próximo do rio Marmoré, na confluência com o rio Grande), *Casaboyono* (localizados na boca do rio

²⁹ Consultar maiores detalhes na obra de Maria de Fátima Costa. A história de um país inexistente: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos, 1999.

³⁰ Willian Denevan (1963:51) argumenta que provalmente não foi o nome *Gran Mojo* ou *Paititi* que deu origem ao noroeste de Mojo. Entretanto, havia na tradição espanhola a localização da nação *Paititi*, com um cacique e uma lagoa cheia com ouro e pérola. Segundo o autor, no século XVI, exploradores de Cuzco acreditavam que o *Paititi* estivesse a oeste do rio Madre de Dios e Beni e os exploradores que alcançaram o sudeste de Mojo pensaram ser o reino do *Paititi* ainda mais ao norte. Denevan salienta que as histórias do *El Dorado* de Mojo e *Paititi* foram simplesmente rumores perdidos, originados com o Império Inca e disseminados pelas tribos das terras baixas, mas que, por outro lado, embora haja exagero em algumas dessas histórias, elas poderiam ter sido baseadas na cultura avançada do norte das savanas de Mojo. Na opinião do autor, esta teoria foi sugerida por vários pontos: *primeiro* porque muitos dos rumores sobre o *Paititi*, *Mojo*, e a *Terra Rica* das terras baixas não começaram em Assunção ou em Santa Cruz, mas antes com os espanhóis de Cuzco e La Paz. *Segundo*, os Incas enviaram expedições para conquistar o rio Madre de Dios e a fronteira do norte de Mojo. *Terceiro*, os Jesuítas acreditavam que a região do *Cayuvava* fosse a nação *Paititi*. *Quarto*, os jesuítas encontraram grandes aldeias politicamente unificadas e *quinto*, havia numerosos remanescentes de grandes estradas (*raised field*) e trincheiras na região do *Cayuvava*, sugerindo uma população anteriormente grande e bem organizada. David Block (1997:59) salienta que uma revisão recente de alguns sítios arqueológicos dos contrafortes andinos centrais contribuiu para argumentos convincentes a favor de um contato antigo e permanente entre a savana e as regiões altiplanas que circundam o *Lago Titiqaqa*, assinalando, na opinião do autor, corredores abertos na densa vegetação tropical que se estenderia desde o lago até a planície de Llanos de Mojos. Enrique Finot oferece mais detalhes sobre a origem da lenda do *Gran Mojo* e do *Paititi* em seu livro *Historia de la Conquista del Oriente Boliviano*. Segunda edição. Libreria Editorial “Juventud”. La Paz. Bolivia. 1978.

Grande), *Guanapeano* e *Aperucono* (a leste do rio Marmoré), *Sebaquereono*, *Moremomo*, *Apereano*, *Mayuncano*, *Siyobocono*, *Cubiquiano*, *Boseono*, *Mubocono* e *Mopereano* (localizados ao longo do rio Marmoré do norte para o sul) (Métreaux, 1963).

Segundo Denise M. Meireles (1989), as aldeias de Mojo estavam situadas em terrenos elevados ou plataformas (conhecidos também por *lomas* ou *mounds*), construídos a fim de evitar inundações, sendo raramente extensos, apesar do exagero nas afirmações dos espanhóis, como informa o antropólogo Alfred Métraux (1963). As casas estavam agrupadas em torno da praça central. Havia ainda várias estradas (*causeway*) que garantiriam a comunicação entre as aldeias. A sociedade *Mojo* era predominantemente agricultora, pois cultivava mandioca, milho, batata doce, abóbora, amendoim, feijão, pimenta, mamão, banana, tabaco e algodão. Dois tipos de caça eram praticados por este indígenas: uma de selva e outra de planície. A primeira era a caça de tocaia para capturar macacos e pássaros nas florestas ao longo dos rios, já a segunda se caracterizava por um grande grupo de homens liderados por um cacique (aquele que tinha a autoridade absoluta para a ocasião), promovendo a caça de forma comunal de rebanhos de veados³¹.

De acordo com a descrição do antropólogo Alfred Métraux (1963), no tempo da inundação, os *Mojo* tinham um método muito lucrativo de caça ao redor de uma ilha ou *loma* (local para onde os animais procuram refúgio). Alguns indígenas ficavam em posições estratégicas (geralmente em lugares mais altos da ilha), outros permaneciam em suas canoas, enquanto outros invadiam a ilha por todos os lados, fazendo muito barulho com seus tambores, trombetas, e os cães que os acompanhavam. Causavam desta forma muito pânico nos animais, especialmente nos veados, que corriam para as margens da ilha quando então seriam mortos a pauladas pelos índios que estavam nas canoas.

Para a pesca, estes indígenas utilizavam arcos, flechas, lanças, rede (introduzida mais tarde pelos missionários) e veneno para obter o peixe que estava concentrado em áreas de inundação. Na guerra, as armas utilizadas eram zarabatanas com venenos nos dardos, arremessadores, estilingues e bolas. Já a vestimenta masculina era uma espécie de camisa sem mangas, que ia até as pernas, conhecida como *tipóia*, obtida da casca da *Bibosi* (*ficus spp.*) (Denevan, 1966: 47), e, mais tarde, seriam adotadas pelos jesuítas para as demais missões. Já as mulheres vestiam apenas uma tanga e, com a influência dos missionários, adotariam a camisa dos homens com uma única diferença: era longa e sem cortes ao longo das pernas.

³¹ Padre Eder fornece maiores detalhes de como eram estas práticas de caça a animais em seu quarto capítulo intitulado *Formas de cazar ya empleadas desde antiguo por los indios*, presentes no livro *Breve Descripción de las reducciones de Mojos. Ca 1772*. Tradução de Josep M. Barnadas. Cochabamba: Historia Boliviana. 1985.

Alcides D'Orbigny, em sua viagem pelo rio Marmoré rumo às missões jesuíticas, descreve em sua *Viaje a la América Meridional* como era feita a colheita da casca para a confecção desta indumentária (cf. figuras 16,17,18,19 e 20). Segundo o viajante naturalista francês,

(...) todo mis hombres se dispersaron para hacer su cosecha. Al ratito em toda la selva resonaron los hachazos y el ruido de los árboles al caer. Eligen los árboles nuevos, sin nudos, y cortan primero un trozo de corteza para reconocer su calidad, pues no todos la tienen igualmente buena. Una vez hecha la elección, derriban el árbol, lo despojan de sus ramas y marcan en tronco la longitud necesaria para cada camisa: la corteza debe ser enroscada en sí misma con el objeto de evitar las costuras. Hacen una incisión circular del largo buscado, practican una hendidura longitudinal, introducen debajo de la corteza un trozo de madera cortada en bisel y la despegan de la parte leñosa sin romperla. Una vez desprendida, la pliegan desde la punta de través, de modo que se separe la parte exterior, dura, de la interior, blanca, espesa y la única que utilizan. La enrollan en seguida, y sacan otra. En dos horas, mis setenta indios recogieron por lo menos materia prima para trescientas camisas. Por la noche, en la parada, se ocuparon del trabajo poco difícil de la preparación. Cada cual se fué al bosque para buscar un tronco para fabricar su camisa. Armados con una maza cuadrada y marcada con profundas estrías transversales, golpeaban sucesivamente con una u otra mano para separar las fibras de la corteza. Hicieron esta operación de ambos lados, la estiraron y la lavaron en el agua. La golpean todavía una vez más durante un tiempo más corto y la extienden como una pieza de ropa blanca; para tener una camisa completamente confeccionada, sólo les falta ahora doblarla en dos, hacerle un corte para pasar la cabeza y coserla en los costados (D'Orbigny, 1945:1338).

Além disso, os *Mojo* faziam também esculturas em madeira (atividade desenvolvida muito antes do contato com o europeu), excelentes trabalhos com penas, cestarias, cerâmicas (jarros, pratos e tigelas), além de trabalhos de metalurgia com a prata e estanho para a confecção de ornamentos como braceletes, diademas, disco e tubos.

Mantinham seus longos cabelos atados à nuca com uma corda de algodão fixada com penas de papagaio, e suas diademas pareciam verdadeiros mosaicos de penas coloridas, como destaca Métraux. Os homens ornamentavam-se com um pequeno tubo de prata no *septum* nasal (narigueira), com tembetá de prata no lábio inferior, brincos de estanho nas orelhas e colares feitos de sementes, dentes de macaco e onça (jaguar). De acordo com Alfred Métraux, antes do contato com os europeus, os *Mojo* usavam tembetá feito provavelmente de rocha de cristal semelhante aos dos *Baure*.

A religião destes indígenas era baseada no culto ao jaguar, ocupando um lugar especial no processo de veneração, pois, como informa Denise M. Meireles, os *Mojo* acreditavam que o jaguar descendia de um felino celestial que teria ajudado a lua a conceber o sol. Matar um jaguar era um ritual elaborado que implicava numa celebração de três dias.

O matador recebia um nome secreto dado pelo xamã e se tornava membro de uma elite de caçadores (1989:32).

Alfred Metraux, com base nos relatos missionários, informa que em *Mojo* os deuses ou espíritos (divindades) estavam presentes na água, no peixe, na nuvem, no relâmpago, na colheita, na guerra e no jaguar. Estas divindades (chamadas de *acsane*) estavam tão intimamente relacionadas ao espaço habitado por estas populações indígenas, que os mesmos acreditavam que, se mudassem de local, poderiam perder sua proteção.

De acordo com a antropóloga Denise Meireles, havia indicações de uma estratificação social, na qual os xamãs desenvolviam um papel especial na sociedade, o que revelaria, desta maneira, a existência de três status definidos:

os líderes (achiaco) - chefes seculares de cada aldeia que tinham antes a função de harmonizar do que chefiar; os xamãs – que conduziam a vida religiosa, e os aldeões – que conformavam a maioria da população, ligados por laços de parentesco e sentimentos de identidades comum, proveniente, em parte, da religião (Meireles, 1989:33).

Willian Denevan ressalta ainda que a existência de um alto desenvolvimento do artesanato sugere - mas não prova - que houvesse também uma classe de artesões. Sugere ainda que houvesse uma classe de escravos baseada na captura de inimigos, sendo esta uma prática originada depois do contato com os espanhóis. Assim, o autor conclui que, mesmo que haja algumas indicações de estratificação social, há evidência em outras fontes de que isto não é suficiente para indicar uma situação significativamente diferente das demais etnias da bacia Amazônica.

Ao contrário de *Mojo*, que é descrito pormenorizadamente nos relatos missioneiros, com os índios *Baure* não ocorre o mesmo. Sendo o segundo grupo de fala arawak, *quando entraron em contacto con los religiosos de la Compañia controlaban los rios de la sabana del extremo oriental, sus bosques adjuntos y por lo menos una parte de la región central septentrional cercana al lago San Luis* (Block, 1997:51). Sua cultura social e material era aparentemente semelhante à de *Mojo*, embora os jesuítas considerassem os *Baure* (também denominados *Maure*, *Chiquimitica*) como mais “civilizados” que as outras etnias de Llanos de Mojos. Os *Baure* estavam localizados ao longo dos rios Blanco, Itonama e San Simon (compreendidos principalmente entre este último rio boliviano e o rio Guaporé).

O espaço habitacional destes indígenas estava composto por um grande número de aldeias bem construídas, com ruas e uma praça, estando cercadas por paliçadas e fossos, bem como armadilhas cavadas ao longo do caminho para evitar ataque de tribos inimigas.

Segundo Willian Denevan, vários montes de terra elevados para os assentamentos (*mounds, earthwork*), estavam interconectados por estradas terrestres e fluviais (*causeways e canals*). A indumentária *Baure* era composta por peças de roupas de algodão, semelhantes às tipóias dos *Mojo*. Com relação à organização social destes indígenas, Alfred Métraux salienta que estes possuíam uma liderança bem organizada sob o comando de um chefe (*arama*); esses povos realizavam caça e culto ao jaguar, além de venerarem múltiplas divindades.

Já as aldeias *Cayuvava* (*Kayuvava, Cayubaba*) ocupavam as savanas do oeste do rio Madeira e seus pequenos tributários. Os Cayuvava foram descobertos pelo jesuíta Augustín Zapata no ano de 1693, quando o padre já estimava uma população de 1.800 a 2.000 indivíduos. No século XVII, sete aldeias *Cayuvava* estavam aparentemente sob o domínio de um único chefe da qual denominavam de *Paititi* (daí que surgiu o nome para denominar a planície de Llanos de Mojos). Com base no relato do padre jesuíta Eguiluz, Métraux descreve a região ocupada pelos *Cayuvava* da seguinte forma:

Occupied by Cayuvava a large village with streets and central praza where the inabitants, dressed in luxurious cloaks and covered with feathers, were gathered in front of temple to make a sacrifice to the gods. The offerings consisted of rabbit, rhea, and deer meat placed on tray around a fire which was never extinguished (Métraux, 1963:427).³²

Os antigos *Cayubaba* foram descritos como bons agricultores (pois plantavam amendoim, mandioca doce, milho e outras plantas). Suas armas eram arcos, flechas e lanças de madeira (chonta), e, mais tarde, ponta de osso enfeitado com penas. Os homens lixavam seus dentes, o que, segundo Alfred Métraux, era um costume raro na América do Sul.

Assim como os *Cayuvava*, os *Itonama* também falavam uma língua isolada. No século XVII, suas aldeias estavam dispersas ao longo das margens dos rios Itonama e Machupo. Eram agricultores (cultivavam milho), caçadores, pescadores e hábeis canoeiros. Homens e mulheres usavam camisas sem manga (tipóia); originalmente, as mulheres usavam tangas. Foram considerados excelentes tecelões (devido aos trabalhos com algodão e cestarias) da área de Llanos de Mojos. Não tinham grandes aldeias e suas armas eram estilingues e bolas.

Os *Movima* também representavam lingüisticamente uma família isolada. Suas aldeias estavam localizadas na margem esquerda do rio Marmoré e ao longo do rio Yacuma.

³² Ocupavam grandes aldeias com estradas (caminho) e uma praça central. Seus habitantes vestiam luxuosas mantas cobertas com penas e reuniam-se em frente ao templo, onde faziam sacrifícios às divindades (chamadas de *Idaapa*). As oferendas consistiam em coelhos e carne de veado, dispostos em uma bandeja ao redor de um fogo que nunca se extinguia. Tradução livre da autora.

Eram caçadores e pescadores e sua agricultura não era tão expressiva. Entretanto, de acordo com Denevan, o território dos Movima continha grandes concentrações de estradas (*causeways*) e campos drenados no rio Beni.

Já os *Canichana* (também conhecidos como *Canisi*, *Kanichana*, *Canisiana*) formavam uma pequena tribo localizada na margem direita do rio Marmoré e arredores das cabeceiras do rio Machupo, constituindo um grupo lingüístico independente. A agricultura era menos importante economicamente que a caça e pesca, e suas aldeias estavam protegidas por paliçadas. Andavam nus, mas, nos tempos jesuíticos, foram forçados a vestirem a tipóia. Suas armas eram arcos, flechas e lanças. Eram conhecidos como povos guerreiros, pois atormentavam seus vizinhos *Moré*, *Cayuvava* e *Itonama*. Conforme Alfred Métraux, os jesuítas sempre se referiam aos *Canichana* como “ferozes canibais”.

Para David Block, apesar da existência de uma diversidade lingüística no momento do contato, estas etnias possuíam traços comuns ao que

Julian Steward y Louis Faron ha denominado jefaturas selváticas: agricultura excedentária, sistemas desarrollados de comercio y arte bélico, especialistas políticos y religiosos, y un sistema de creencias con una jerarquía de divindades. Con todo, merece subrayarse que la uniformidad no implica falta de complejidad cultural (...) (Block, 1997:56).

A subsistência desses indígenas dependia fundamentalmente da agricultura, sendo complementada pela coleta, caça, pesca e, somadas a estas, estavam o desenvolvimento de utensílios de subsistências e objetos de artesanato.

Para o rio Guaporé, duas áreas culturais podiam ser distinguidas. Conforme o antropólogo Lévi-Strauss (1963a), uma estava na margem direita do baixo rio Guaporé, entre os rios Branco e Marmoré, ocupadas por tribos *Chapacuran*, e a outra área era compreendida pelas bacias dos rios Branco, Mequenes e Corumbiara, onde algumas línguas pareciam ser *Tupian*. De maneira geral, segundo o autor, havia nestas áreas os *Arua* e *Macuarap*, ao longo do rio Branco; os *Wayoro*, no rio Colorado; os *Amniapä*, *Guaratägaja* e *Cabishinana*, sobre o rio Mequenes; e os *Tuparí* e *Kepikiriwat*, nas cabeceiras sudeste dos tributários do rio Machado (Gi-Paraná/RO).

Os *Tupian*, de acordo com Lévi-Strauss, eram os *Yabuti* e *Aricapu*, localizados nas cabeceiras do rio Branco (mostravam afinidades com os dialetos Gê, mas, segundo o autor, seriam fortemente influenciados por seus vizinhos). Os *Huari* estavam no rio Corumbirara, os *Puruborá*, nas cabeceiras do rio São Miguel, os *Palmella*, na margem direita do rio Guaporé e entre as bocas dos rios Branco e Mequenes.

As tribos do baixo rio Guaporé, especialmente rio acima, contavam com outros alimentos, principalmente milho e amendoim. A mandioca era de importância secundária para os nativos entre o rio Guaporé e rio Machado. Para a pesca, utilizavam flechas e venenos. Suas aldeias estavam construídas ao redor de alto poste central, e suas casas divididas por esteiras, e em seu interior havia muitas famílias compartimentadas.

Homens e mulheres cortavam seus cabelos na altura da testa, depilavam a têtora e as sobrancelhas. Usavam tembetá (*labret*) de madeira ou resina na parte inferior dos lábios e vários tipos de *pin* (alfinete) no *septum* nasal. As mulheres andavam nuas e ornavam-se com contas de concha, colares, cintas e braceletes de algodão. Já os homens vestiam uma espécie de saio (*short skirt*). Estes indígenas pintavam seus corpos com o suco do jenipapo. Todas as etnias, segundo Lévi-Strauss (1963a), exceto os *Huari*, usavam canoas e transportavam rede de fibras de tucum ao invés de cestas. A cerâmica era geralmente grossa e a argila usada não era temperada. Suas armas eram machados e flechas (ornadas com penas).

Com relação à organização social, algumas etnias eram patrilineares, exogâmicas e matrilineares, com presença de prisioneiros de guerra. Estes últimos seriam incorporados dentro do *clan* do capturador. Embora tivessem grande liberdade, teriam que pagar um pequeno tributo. Nada era conhecido sobre os caciques (chefes), exceto que os caciques *Guaratägaja* distribuíam a caça entre os homens da comunidade. Estes indígenas acreditavam na existência de um fluido que poderia ser tanto do bem como do mal, uma peça considerável, segundo Lévi-Strauss (1963a), na crença dos indígenas do rio Guaporé.

Muitos eram os indígenas que viviam no baixo e médio rio Guaporé, na fronteira entre a Bolívia e o Brasil. No final do último século, como destaca Alfred Métraux (1963b), havia alguns grupos *Chapacuran* isolados (provavelmente extintos hoje em dia), habitando a oeste dos tributários do baixo rio Madeira. As culturas de várias famílias tribais são desconhecidas atualmente; entre elas, estão as seguintes tribos: os autênticos *Chapacuran*, *Quitemoca*, *Rocorona*, *Moré (Itene)*, *Huanyam*, *Matama (Mataua)*, *Cujuna*, *Urunamacan*, *Cumana*, *Urupá*, *Jarú* e *Tora*. Dentre esses indígenas, daremos maior ênfase aos *Moré*, tão somente porque foram uma das etnias aldeadas nas reduções fronteiriças do rio Guaporé (Santa Rosa, São Miguel e São Simon), compondo, desta maneira, o foco de nossa pesquisa, sendo apresentada no terceiro capítulo desta dissertação.

Como nos informa o antropólogo Alfred Métraux, os índios *Moré* (também conhecido por *Itene*, *Muri*, ver mais detalhes na figura 22) são aqueles contatados amigavelmente em 1935 por Heinrich Sneath em no século XVIII. De acordo com Rydén (citado por Métraux, 1963b), estes índios denominavam-se *Itoreauhip* (uma tribo distinta

próxima aos *Bauré*). Os *Moré*, segundo Metraux (1963b), viviam num grande triângulo formado pelos rios Marmoré, Guaporé, Machupo, Itonomas e Rio Branco. No rio Marmoré, os *Moré* estão próximos à Missão de Exaltação e, em 1884, muitas famílias cruzaram o rio e juntaram-se ao grupo dos *Chacobo* e *Sinabo*.

O etnólogo Stig Rydén descreve, em sua pesquisa de campo realizada em 1942, que o território dos *Moré* estaria localizado nas confluências dos rios Guaporé com o rio Branco. Dentro desta área, as aldeias *Moré* estavam dispersas, embora muitas delas só fossem ocupadas periodicamente. Alfred Métraux apontava, em pesquisa realizada no ano de 1963, que existiriam mais *Moré* no lado brasileiro do rio Guaporé do que no lado boliviano. Entretanto, em visita recentemente feita por nós à cidade de Guajará Mirim, no Estado de Rondônia, funcionários da regional do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) nos informaram que não havia mais nenhum *Moré* na parte brasileira e que esses indígenas estariam neste momento localizados em território boliviano³³.

Nas *informações sobre as primeiras expedições Guaporé abaixo e as Missões Jesuíticas de Moxos*, obra que data do ano de 1743, João Gonçalves Pereira (Ouvidor Geral da Comarca de Cuiabá) relata que os *Moré* estavam confinados *pela parte do rio acima* [provalmente Guaporé] *com os Urumus; pela parte do ocidente e centro da terra com as missões e pela parte de baixo com as Missões de Baures, e pela parte oriental com o gentio Aricorone* (Pereira, 2001: 29).

Ainda segundo o antropólogo Alfred Métraux, no século XVIII, muitos índios *Moré* residiam nas missões de San Simón, San Judas e San Miguel (destruídas mais tarde). Estima ainda que os 4.000 índios da missão de São Miguel (redução próxima da junção do rio Guaporé com o rio Blanco) fossem principalmente *Moré*. Alguns destes índios da missão de Santa Rosa de Itenes (destruída em 1742) eram também índios *Moré*³⁴. Com base nos dados

³³ Viagem realizada pela autora desta dissertação em novembro de 2007 à cidade Guajará Mirim, contando com o apoio do 6º Batalhão de Infantaria da Selva. A finalidade desta viagem foi conhecer o espaço da antiga missão de Santa Rosa de Mojos e sua relação com a Fortificação do Príncipe da Beira. Maiores detalhes serão apresentados no terceiro capítulo da dissertação.

³⁴ Conforme informações prestadas por Josep Barnadas (1985), no livro *Breve descripción de las reducciones de Mojos ca. 1772*, de Francisco J. Eder SJ, e na obra *La cultura reduccional de los Llanos de Mojos* (1997), de David Block, esta Santa Rosa de Itenes destruída em 1742, à qual Alfred Métraux se refere, poderia ser a missão de Santa Rosa, objeto de nosso estudo, edificada no ano de 1743 no rio Guaporé, e abandonada no ano de 1754, sendo restabelecida a partir de 1750, na margem espanhola por invocação de Santa Rosa a Nova. Esta pertencia à terceira etapa expansão (1720-1750), na qual se consolida a penetração em Baures até a bacia do Iténez (rio Guaporé). Vale a pena lembrar que havia outra Santa Rosa foi fundada no Alto Marmoré (na confluência deste rio com o rio Yacuma), no ano 1705, pelo padre Martín de Espinosa, e abandonada no ano de 1740. Esta redução segundo Josep Barnadas, compunha a segunda etapa de expansão (1700-1720) pelos Pampas e penetração no Baures. Talvez houve uma confusão de datas por parte do pesquisador.

de Heinrich Snethlage, Alfred Métraux salienta que o número dos *Moré* ou *Itene* fosse entre 3.000 a 5.000 indivíduos.

A partir das informações coletadas pela expedição feita no rio Guaporé pelo então Ouvidor de Cuiabá, João Gonçalves Pereira, podemos ter acesso a detalhes de como eram estes índios *Moré*, pois, segundo ele,

são os Mores grandes lavradores, plantam muitas roçarias de milho pururuca, que é mais mole que o nosso, bananais, mamões, amendoins, batatas, e fumos; criam muitos patos, marrecos, galinhas e outros pássaros, e aves silvestres, usam de canoas de buriti, e outras de pau, muito pequenas, não usam de remo, e navegam com elas a vara; as línguas dos ditos Guaraiutás, Urumus, e Mores, são diversas mas todas se entendem, e são inimigos; usam estes de erva as setas com uma resina venenosa. Dois dias antes de chegar à barra de acima do braço de São Miguel, entra a nação do gentio Mores, estes são inumeráveis de uma e outra parte do rio; entre eles está fundada a dita Missão de São Miguel, muitos são domésticos e batizados, outros já foram a missão mas não obedecem, e outros são bárbaros, usam de canoas e vestem camisetas de casca de pau. (...) com os Mores, encontraram muitas vezes pelo rio em suas canoas uns cristão e outros bárbaros, estes fugiam gritando para que não os perseguissem e aqueles se alegravam muito de ver os brancos (Pereira, 2001: 28,29 e 30).

Alfred Métraux (1963b) afirma que a agricultura era praticada por todos os membros da família no rio Guaporé, tendo maior importância que a caça, embora nozes selvagens fossem consumidas em certos períodos do ano. Cada família *Moré* era proprietária de um campo de cultivo, o qual pertencia nominalmente a um cabeça da família. Suas cabanas eram suportadas por duas filas de postes de madeira e geralmente encontravam-se próximas às plantações. O lado aberto da cabana, bem como o telhado, seria coberto com folhas de palmeira *motacu*. Nestas cabanas habitariam até oito famílias. Suas redes eram confeccionadas com fios de algodão ou fibras, e os bancos de madeira eram utilizados, principalmente, como acessórios cerimoniais.

A carne de veado era um tabu entre os *Moré*. Um outro item alimentar importante eram os ovos de tartaruga e jacaré. Peixes eram obtidos por meio de arcos, flechas, cestas cônicas (feitas de folha de palmeira), ou ainda com veneno de trepadeira. Cultivavam milho, mandioca doce, batata doce, cará (inhame), bananas, mamão, abacaxi, algodão. Estes índios possuíam ainda muitos animais, especialmente passarinhos, para os quais eles faziam pequenas jaulas.

Homens e mulheres vestiam uma longa camisa sem mangas, sendo rapidamente descartada quando interferia em alguma atividade. Elas estavam decoradas com costuras, faixas coladas ou tintas de *urucu*, conforme notamos nas descrições de Métraux (1963a). Por fora de suas camisas, os homens usavam um cinto de casca de pau adornado com estreitas

faixas pretas ou marrons costuradas. Entre os *Moré*, a parte superior e inferior do lábio era furada para inserções de pequenas madeiras, penas, e, às vezes, tembetás (*labret*) de resina. Tanto entre os homens como entre as mulheres, havia uma passagem de um pequeno toco de madeira através do *septum* nasal (narigueira), que simbolizava, na opinião do antropólogo, um talismã contra doenças. Pequenos tocos de madeira ou penas eram também inseridos nos lóbulos das orelhas ou presos em seus cabelos por uma faixa da tipóia.

A vestimenta dos *Moré* era obtida a partir da casca de várias árvores, que proporcionavam cores diferentes (cf. figura 18). No interior das cascas, com uma borda de marreta de madeira, os indígenas batiam para separar as camadas que posteriormente seriam cortadas em tamanhos adequados.

A cerâmica era misturada às cinzas de uma espécie de esponja que flutuava na floresta inundada. Estas continham *spiculas* de cálcio, que, na opinião de Alfred Métraux, raramente conferiam força para o barro. Vasos eram enrolados com pedaços de conchas e polidos com seixos. Depois de endurecido o barro, o pote era posto para secar no fogo, e, logo após a exposição às chamas, a pintura decorativa era aplicada. Os principais tipos de vasos fabricados eram tigelas e jarros grandes. Os trabalhos com cestarias incluíam esteiras, peneiras, abanadores, mochilas e cestas retangulares. Realizavam também trabalhos na madeira com dentes de piranha e ossos de pássaros. Suas armas eram o arco (obtido de uma forte palmeira) e flechas (uma para caçar pássaros e outra para peixes). Os xamãs tinham forte influência na população, pois eram neles que os europeus viam algum tipo de autoridade.

Compondo o corpo mitológico dos *Moré*, temos a narração mítica coletada por Leigue Castedo (1957 apud Meireles, 1989:123) sobre os índios *Cau ta yó*. Este mito, segundo Denise Meireles, expressaria, no pensamento *Moré*, a construção da “diferença” em relação aos seus supostos vizinhos, os *Cau ta yó*, pois

certa vez, necessitando de penas de uma formosa ave, os *Moré*, sabendo que os *Cau ta yó* criavam essas aves, organizaram um passeio, atravessaram o Guaporé e penetraram pelo interior. Encontraram os *Cau ta yó* em meio a uma grande festa. Tão logo chegaram, foram convidados para comer. Surpresos, verificaram que os *Cau ta yó* estavam comendo carne humana e se recusaram a aceitar. Mas os *Cau ta yó* os obrigaram a comer, primeiro as mãos, depois os pés, até que as carnes foram todas consumidas. Os *Moré* – que falavam a mesma língua dos *Cau ta yó* – disseram que as carnes eram boas e gordas e por isso receberam muita chicha e muitas penas de presente. A certa altura, um homem *Cau ta yó* aproximou-se de um *moré* e, apalpando-o, deu a entender que ele tinha uma carne gorda e boa. Apavorado ele pegou suas armas e se despediu, contanto depois aos outros o que se passara. Desde então, os *Moré* ficaram sabendo que, do outro lado do Guaporé, havia um povo que falava a sua língua, mas eram diferentes, porque comiam carne humana (Meireles, 1989:123).

Desse modo, a antropofagia seria o elemento utilizado para marcar esta diferença entre “os outros” o “não eu”. Assim, os *Cau ta yó* prestar-se-iam para compor o imaginário português dentro dessa narrativa mítica de que os *Moré* se percebiam como povos distintos daquele que se encontrava floresta adentro. Apesar do entendimento lingüístico, as práticas canibais eram diferentes, pois os *Moré* praticavam o endocanibalismo e os *Cau ta yó*, o exocanibalismo.

Outra etnia aldeada pelos missionários no rio Guaporé, conforme informações de Ouvidor de Cuiabá, João Gonçalves Pereira, são *Aricorone*. Segundo o ouvidor,

confinam os *Moré* pela parte do rio acima com os *Urumus*; pela parte do ocidente e centro da terra com as missões e pela parte de baixo com as missões de Baures, e pela parte oriental com o gentio *Aricorone*. Descendo rio abaixo antes de chegar à barra, debaixo do braço de São Miguel se vê da parte oriental uma serra baixa que principia pouco acima da dita barra e vai findar três dias e meio de viagem, rio abaixo e pelas vizinhanças da dita serra viu o dito gentio *Aricorone*, que é inumerável e se estende pelo centro da terra, em grande distância; e gente bárbara nua, sem uso algum de navegação. (...) Com os *Aricorones* não tiveram encontro por não usarem de canoa, e somente os viram na terra firme (Pereira, 2001: 29 e 30).

Estas são as informações de que dispomos sobre estes indígenas no momento, além do fato de terem sido aldeados na missão jesuítica de Santa Rosa de Mojo, no rio Guaporé, no ano de 1742, pelo padre Atanásio Teodoro. Foram agregadas depois outras etnias, como indicam os relatos de José Gonçalves da Fonseca³⁵ e o próprio ouvidor de Cuiabá, João Gonçalves Pereira.

Há muitas outras etnias importantes vivendo ao longo ou próximas das savanas de Mojos, como, por exemplo, os *Sirionó* (cf. estudos de Allan R. Holmberg, 1960 e 1963; Metraux, 1963a), *Chácobo*, *Maropa*, *Caviña*, *Chimane*, *Guarayo*, *Paúserna* e *Tapacura* (cf. Metraux, 1963). Ou ainda, pequenas tribos no Alto rio Madeira, como os *Arikêm*, *Itogapuk*, *Matanawí* (cf. Metraux, 1963a). E em áreas banhadas pelos rios Guaporé, Arinos e Alto Paraguai, como os *Paressi* (cf. Metraux, 1963b; Roquette-Pinto, 1950), *Nambicuara* (cf. Strauss, 1963b; Roquette-Pinto, 1950).

Segundo Milton Santos (1994:64), *a vida em sociedade supõe uma multiplicidade de funções e quanto maior o número destas, maior a diversidade de formas e de atores*. Afinal, como destaca Arno Kern, são os vestígios da cultura material *remanescentes nos diversos*

³⁵ José Gonçalves da Fonseca era ex-secretário do Governador da Capitania do Grão Pará e era um dos membros da expedição oficial que saiu de Belém para fazer o levantamento da navegação do rio da Madeira e seus afluentes. De acordo com João Lucídio (2003), a expedição saiu de Belém em 14 de julho de 1749, chegando ao Arraial de São Francisco Xavier, nas minas do Mato Grosso, em 16 de abril de 1750.

sítios arqueológicos da região, que nos permitem realizar a reconstituição dessas complexas realidades históricas de longa duração (Kern, 1993:176). Nesse sentido, a paisagem humana é a combinação de vários tempos presentes. O que fica desta variedade são as formas remanescente de períodos anteriores, aquilo que Milton Santos denomina de *rugosidades*, como veremos a seguir.

1.4 Cultura material e os vestígios na paisagem

Os mapas dos grupos étnicos mostram um mosaico em sua distribuição, muito do qual pode ter sido resultado dos processos históricos coloniais e pós-coloniais, como destaca o arqueólogo Clark Erickson (2000). Denevan (1966) acredita que a maioria das influências culturais pré-históricas de Mojo tenha sido aparentemente amazônica, provavelmente combinações trazidas do oeste, norte e oeste da Amazônia. Já as influências de Tiahuanaco, Incas, região do Paraná e noroeste da Argentina parecem ter sido de importância secundária.

Clark Erickson (2000) salienta que os primeiros especialistas observaram esta coincidência entre as culturas de *lomas* arqueológicas e a distribuição histórica dos grupos de falantes Arawak (*Baure* e *Mojo*). Nesse sentido, há uma suposição geral de que estas tribos em Llanos de Mojos fossem responsáveis por estas obras de terra (*earthworks*). Willian Denevan (1966: 25) complementa que o Barão Erland Nordenskiöld associou *mounds*, *causeways* e artefatos do sudeste de Mojos a um *mounds* de cultura Arawak, pensando que estes indígenas fossem a principal etnia da área no tempo da conquista.

Para Willian Denevan (1966), os Arawak históricos em Mojos usavam e construíram provavelmente vários tipos de obras de terra, e os Arawak (Paressí³⁶ e Taino), em outra parte da América Tropical, também construíram *causeways* ou *agricultural mounds* (*camellones*). Todavia, não está concluída a evidência de que os Arawak foram responsáveis por todos os *earthworks* em Mojos, e muito menos que estas construções não foram iniciadas antes ou depois da chegada de grupos falantes Arawak por outras etnias. Dessa forma, Willian Denevan sugere que a população que utilizou estas estruturas sequer chegou a conhecer os primeiros europeus que se estabeleceram em Mojos.

³⁶ Metraux (1963:354) nota que os antigos Paressí poderiam ter construído amplos caminhos ou mesmo estradas para interconectar suas aldeias. Denevan (1966:121 a145) oferece maiores detalhes sobre estas obras entre os Paressi, e cita também outros exemplos existentes em outras partes da América.

Estudios recientes demonstam que

la distrución de lomas y camellones prehispánicos también tienen elementos en común con la distribución con grupos que no son Arawak (Pano, Tupí-Guarani, y con grupos sin clasificación), aunque que es cierto que la mayoría de las lomas mas grandes están ubicadas en localidades que históricamente son Arawak (Clark, 2000:215).

Os vestígios dessa ocupação humana pré-histórica em Llanos de Mojos apóiam-se na origem amazônica dos povos indígenas autóctones, propondo, assim, uma savana povoada por uma série de migrações vindas da Amazônia e pelos seus afluentes, abrindo, desta forma, novos territórios de ocupação (Block: 1997; Roosevelt: 2002). Os materiais arqueológicos encontrados nas escavações realizadas em *lomas* de habitação pelo Barão Erland Nordensköld³⁷, evidenciaram vinculações estilísticas com outros complexos amazônicos, o que, segundo Block (1997: 48), permite *pensar en una cultura dominada por las modalidades amazónicas de subsistència en los años inmediatamente anteriores al contacto europeu*.

A arqueóloga Anna C. Roosevelt (2002) relata que os llanos da Amazônia Boliviana, planícies da ilha de Marajó, planície costeira da Guiana e o delta do rio Apure, no médio Orinoco eram áreas nas quais se localizavam as sociedades indígenas “complexas pré-históricas tardias”, ou seja, as culturas de Mojo, Chiquito e Marajoara. De acordo com a autora, para que estas etnias obtivessem uma alta produtividade em suas terras, estas requeriam

vários beneficiamentos tais como a sulcagem para a ventilação, canais para drenagem, capinação constante e construção de canais e aterros para o transporte, mas estas são atividades que demandam investimentos de trabalho em larga escala que as sociedades complexas normalmente empreendem (2002:56).

Estas são características da planície de Llanos de Mojos, como destaca Willian Denevan: obras de terras (*earthwork*) e drenagem dos solos, constituídas por estradas terrestres (*causeways, terraplens, calçadas*), elevados habitacionais (*lomas* ou *mounds*) e uma variedade de campos elevados de plantio (*raised field, camellones*) e canais (*canals*), além de diques e fossos (*ditches* e *moats*) circulares, conforme figura 2.

³⁷ Para maiores detalhes sobre as escavações feitas pelo Barão Erland Nordensköld na região de Mojos, consultar o artigo de MÉTRAUX, Alfred. Tribes of Eastern Bolívia and Madeira. In: STEWARD, Julian H. (Ed.). Handbook of South America Indians. The Tropical Forest Tribes. Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology. Bulletin 143. Volume 3. Washington. 1963; Ver igualmente DENEVAN, Willian M. The aboriginal cultural geography of the llanos de Mojos of Bolivia. University of California Press. Berkeley and Los Angeles. 1966.

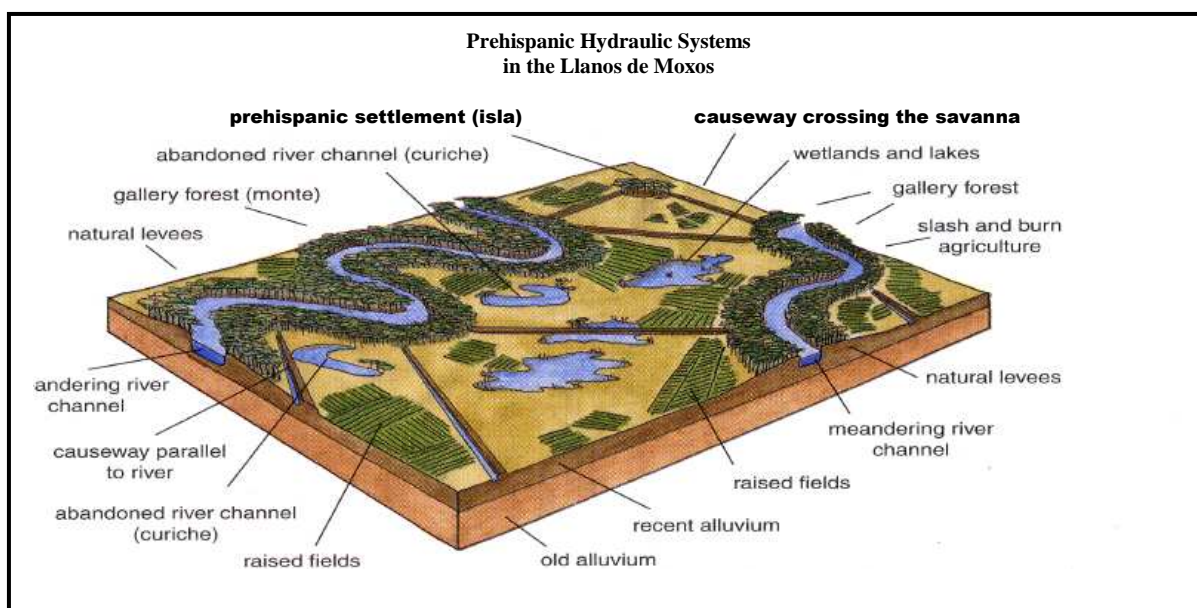


Fig. 2. Uma paisagem idealizada das estradas, canais, campos elevados, e povoados na Amazônia Boliviana. Fonte: Clark Erickson (2001:28).

O padre Francisco J. Eder, em sua breve descrição das reduções Mojo (1985), observou construções de pontes, talvez numa referência aos *terraplenes* ou *causeways*, uma vez que, segundo ele,

no contanto con ellas la mayoría de las etnias, por su pereza o por su ignorância en fabricarlas, pero necesitando o gustándoles al mismo tiempo visitar de vez en cuando sus amigos cercanos (principalmente para beber), levantaron una especie de puentes con tierra excavada por los lados, que quedaron por encima de toda inundación; su anchura era suficiente para que circularan dos coches nuestros juntos. Con estos puentes también lograron que las primeras lluvias anuales se almacenaran en el hueco dejado por la tierra excavada y, cuando en verano las sabanas ya estan secas y casi quemadas, que quedara allí suficiente cantidad de agua para transportar por aquellos canales su maíz y demás cosas necesarias. Los Baure hacían gran uso de estos puentes, encontrándose allé por doquier, aunque en la actualidad casi no se utilizan, a causa tanto de la abundancia de canoas como de que los puentes se han inutilizado e interrumpido con el paso do tiempo (Eder, 1985:105).

Para Clark (1980), a interpretação funcional mais lógica destas construções é que foram redes de comunicação e transporte entre assentamentos, servindo também para demarcação de campos (no caso da agricultura), no melhoramento dos recursos dos pantanosos e também para guerras, alianças, festivais, posição social e uso cerimonial (2000b). Desse modo, as calçadas proporcionavam o acesso durante a estação chuvosa, enquanto os canais forneciam transporte aquático durante o ano todo. As calçadas e canais ocorriam sempre em conjunto, pois a terra extraída da construção do canal era utilizada para construir a calçada adjacente (cf. figura 21).

Os *camellones* ou *raised fields* são qualquer porção de terra envolvida na transferência e elevação de solos sobre uma superfície natural de terra para melhorar as condições de crescimento dos cultivos que, se bem conservados, possuem aproximadamente 4 a 6 metros de largura por 30 a 70 centímetros de altura. De forma que os *campos están divididos por grandes canales y calzadas elevadas, las cuales tal vez hayan servido como construcciones para el drenaje y/o diques para el control del agua dentro do complejo de campos* (Erickson, 1980:740).

Os benefícios dos *raised fields* são: drenagem do excesso de água, envolvimento do solo e cultivo através de misturas, dobrando a profundidade do solo e aumentando condições de micro clima local. Já os canais e diques entre os campos ajudam a conservar a mistura do solo, para que estenda a estação de crescimento e contrarie a seca, na penetração do calor para minimizar o estrago do inverno, bem como fornecer um meio para a aquíicultura capturar, produzir e reciclar sedimentos orgânicos e nutrientes (Erickson, 1995).

Já as *lomas*³⁸ podem ocorrer em grupos, ao redor de massas de água (a exemplo de velhos meandros) ou em espaços abertos. Variando em tamanho e morfologia, podem ser ovais ou redondas, irregulares ou díspares em sua superfície, ou ainda simples e complexas, nas quais a primeira é diferenciada e com pouca irregularidade e a segunda têm um ou dois pontos mais altos, de topografia irregular, uma em cima da outra, dual (às vezes estão conectadas por calçadas) e com um grande potencial para a caça e pesca (como já mencionamos anteriormente para a etnia Mojo).

Clark (2000) aponta que estas *lomas* foram provavelmente multifuncionais, sendo raramente utilizadas para uma única função. Os artefatos encontrados nelas sugerem algumas funções, tais como de ocupação, cemitério, fortificação, rituais, hortas, campos de cultivo, lugares para caça, bem como, limites políticos e territoriais³⁹.

O uso dispensado a elas poderia variar um tempo depois do ciclo de assentamento residencial, construção, manutenção e abandono. Podem ser classificadas como *lomas* grandes, medianas, pequenas e com propósitos especiais (Clark, 2000a). A primeira

³⁸ De acordo com estudo de Calandra e Salceda, a partir da década de 1960 há uma notável intensificação de *apreciaciones sobre la existencia de estructuras de tierra en ámbitos de sabana permiti6 romper con un crit6rio previo que, basado en el elevado grado de acidez y dureza de los suelos y en la existencia anual de un largo per6odo de inundaci6n, aseguraba la inutilidad de estos terrenos para ser afectados a tareas agr6colas. El planteo despert6 el inter6s de distintos investigadores, quienes comenzaron a proporcionar informaci6n sobre resoluciones constructivas similares para diversos territorios, como por ejemplo: orillas del Titicaca, Yucat6n y Llanos de Venezuela* (2004:160).

³⁹ Padre Francisco Eder oferece mais detalhes sobre as obras antigas dos 6ndios no cap6tulo nono de seu livro *Breve descripci6n de las reducciones de Mojos ca. 1772*. Traducci6n y edici6n de Jopep M. Barnadas. Traducci6n de Josep M. Barnadas. Cochabamba. Historia Boliviana. 1985.

localizava-se nas partes altas, cobertas de bosques, ao longo das margens dos rios ou meandros abandonados, sendo um ambiente propício para caça e pesca. Já a segunda encontrava-se em bosques de galerias, relacionadas com as bacias de rios ativos ou abandonados. A terceira provalmente teria servido de vivenda ou plataforma, localizada nas savanas abertas ou em velhos e abandonados diques das bacias dos rios. Por fim, as *lomas* de propósitos especiais eram distintas das formas comuns, pois eram paralelas em forma larga e retangular e definiam uma área retangular plana o tipo “plaza”.

Anna Roosevelt acrescenta que estas *lomas* (ou sambaquis de ocupação) foram *construídos por meio de empilhamento de grossas camadas de solo escavadas de poços do entorno do sítio, ou ainda pela acumulação gradual de restos e ruínas de construções de adobe* (2002:77). Para a arqueóloga, os sítios de habitação indicavam a existência de uma ocupação pré-histórica muito mais substancial e sedentária do que a ocupação fraca e nômade visualizada pelos primeiros pesquisadores da Amazônia.

As investigações realizadas pelos arqueólogos Horácio Calandra e Susana Salceda (2004) na planície de Mojos demonstraram que havia diferentes variantes culturais, tanto no tempo como no espaço. As informações obtidas destas investigações apontaram que a oeste de Mojos, na zona do Alto rio Beni, nas proximidades de Rurrenabaque, foram encontrados restos cerâmicos novos, *pero no sorprendentes, consistentes en piezas fragmentadas de alfarería incaica en sus motivos y morfología más caracterizantes* (2004:158).

Já na parte central de Mojos, as *lomas* mais importantes escavadas formam Kiusú y Mary, evidenciando, assim, largas seqüências de ocupação (variando entre 550 d.C. e 1200 d.C. para a primeira e 245 d.C. e 1310 d.C.). Na zona oeste do rio Mármore, as ilhas (*islas*) apresentavam ao seu redor uma valeta, complementada, às vezes, por uma paliçada. A leste estavam as *lomas* de Salvatierra e Alta de Casarabe (cf. figuras 23 e 24). Escavações feitas nesta última *pone de manifiesto la presencia de entre 22 y 32 ocupaciones superpuestas hasta a una profundidad de 10m, abarcando um período entre los años 300 d.C. y 1200 d.C.* (2004:159).

Os autores verificam que, em aspectos gerais, a cerâmica de Mojos Central

se caracteriza por la utilización de antiplástico de tiesto molido; escasa presencia de cauixi y conchilla (sólo a partir del 1000 d.C.); grandes platos discoidales, levemente cóncavos, con estrías paralelas y cruzadas (ralladores); manos fusiformes de arcilla con estrías o decoración puntiforme incisa; frecuencia elevada de piezas con patas trípodes y, en menor proporción, tetrápodos; pedestales altos; trozos de barro batido, tal vez de paredes; soportes para apoyar piezas sobre el fuego; hachas de piedra con garganta y con aleta; tembetás de hueso; puntas de proyectil hechas sobre diáfisis de huesos largos biseladas. La naturaleza de los suelos, ya aludida,

plantea hallazgos incompletos de inhumaciones humanas bajo distintas modalidades tales como: extendido decúbito dorsal, com escaso ajuar y, para etapas más recientes, cuerpos flexionados cubiertos con grandes platos o depositados em grandes vasijas campaniformes y entierros secundarios en vasijas ovoidales no citados para Mojos etnográfico (Calandra e Salceda, 2004:159).

Na parte leste de Mojos (conhecida também por Iténez, cf. figura 25), há selvas marginais e ilhas; entretanto, existem diferenças nos padrões de assentamento indígena pré e pós-históricos, como destacam os autores. Nessa região foram encontrados 20 sítios e 20 ilhas, dos quais 5 produziram restos arqueológicos. Com isto, foi possível observar que a densidade de cerâmica era baixa e não contava com as mesmas estruturas para agricultura como na área central de Mojos, e muito menos havia evidência de *lomas*. Para Calandra e Salceda, os indicadores observáveis de sítios arqueológicos são as valetas largas e profundas, circulares ou elípticas, de 2 a 5 metros de profundidade por 4 a 10 metros de largura, com a finalidade de delimitar ou isolar áreas nas quais se localizavam as aldeias.

Outras estruturas que se manifestam na parte leste de Mojos são (ainda que com baixa frequência) canais lineares acompanhados de terraplanes, com 2 metros de largura e com pouca profundidade. Aqui a cerâmica apresenta o antiplástico de cauixi e escassa presença de caco de vaso moído, bem como

ausencia de ralladores y manos de moler; ausencia de apoyos para ollas (firedogs); escasa representación de patas complicadas; decoración predominante incisa (muy fina, fina y mediana), con escasa representación de aplicaciones y adornos y baja frecuencia de alfarería pintada, aunque atentos al mal estado de conservación de las superficies; sin registro de barro batido o torta; inhumaciones humanas escasas, totalmente fragmentarias, en ocasiones identificables por trazas minerales. Sólo se halló un enterratorio (Bella Vista), en posición flexionado lateral, ubicado por debajo de una olla cilíndrica de gran diámetro colocada boca abajo (Calandra e Salceda, 2004:159).

O arqueólogo Eurico T. Miller também observou que, ao longo dos rios Marmoré-Guaporé, havia a presença de valas e muradas de terra, funcionando talvez como trincheiras defensivas. Além da provável proteção, tais edificações pareciam querer assegurar a posse de terra. Miller ressalta ainda que a *cerâmica do alto Médio-Guaporé não se enquadra, arqueologicamente e etnograficamente, no nível de “Cerâmica Rudimentar sem Decoração”* (Miller, 1983:264).

Baseado nos níveis cerâmicos das fases Corumbiara e Pimenteira⁴⁰, nos dados dos níveis arqueológicos e da correspondência destes com os dados etno-históricos (referentes ao padrão de subsistência e à natureza dos assentamentos caracterizados por sua semi-permanência e distribuição), Miller propõe

ser possível identificar os fatos arqueológicos e etno-históricos como portadores da maioria das características de cultura da Floresta Tropical. Contém os elementos da Área Cultural do Guaporé, adicionados de alguns traços sócio-religiosos da Área Moxos-Chiquitos, como parece informar a decoração cerâmica com fisionomias de jaguar (e humana), traço mítico e característico do culto Moxo, tido como de padrão Subandino, estando presente em todo o complexo cerâmico em questão, desde sua migração para o rio Guaporé (Miller, 1983:264)⁴¹.

Já para o alto Guaporé, segundo o Projeto Fronteira Ocidental, a região passou a ser povoada por populações associadas ao Tronco lingüístico Macro-Jê, por volta do ano 800 d.C.,

sendo elas portadoras de uma tecnologia cerâmica conhecida na literatura como Tradição Uru. Há hipóteses que explicam sua origem através de migrações amazônicas ou oriundas da Bolívia. Sua distribuição geográfica é muito ampla, estendendo-se desde os rios Tocantins e Araguaia até o sudoeste e centro-oeste do Mato Grosso, onde ocorrem vestígios de grandes aldeias anulares ou lineares; por outro lado, as aldeias do alto Guaporé tendem a ser menores. Entre as principais

⁴⁰ A partir de suas pesquisas realizadas no Médio-Alto Guaporé, o arqueólogo Eurico T. Miller (1983) concluiu que a fase **Corumbiara** estaria localizada em ambas as margens do Alto Médio-Guaporé, a oriente no planalto do Parecis e a ocidente na planície Llanos de Mojo e Chiquitos. Nestas áreas, foram localizados sítios arqueológicos de terra-firme e todos do tipo sítio-habitação, caracterizados pela ocorrência de fragmentos de cerâmica de conformação alongada, com ocorrência de cerâmica neobrasileira e missioneira. Valas e muradas de terra (possivelmente para defesa) transpassavam e/ou semicircundavam estes sítios. A cultura é do tipo Floresta Tropical, com alguns traços da área Mojo-Chiquito. Já a cerâmica era de pequena a grandes dimensões, bem elaborada, de base plana, com formas rasas, indicando, assim, o cultivo e processamento da mandioca. A fase **Pimenteira** ocuparia a porção sudeste do Médio-Guaporé, ocorrendo um hiato geográfico entre esta e a fase Corumbiara. Não foi encontrada cerâmica missioneira. Ocorriam também valas com muradas de terra e traços da cultura da Floresta Tropical. A cerâmica era menos pujante e variada; contudo, apresentava formas da fase Corumbiara. Estas fases formam, desta maneira, a tradição denominada **Incisa-Ponteada**, estando associadas, na opinião do autor, aos indígenas do Tronco *Tupi-Tupari*, de língua *Guarategáya*, e do Tronco Tupi-Guarani, de língua *Pauserna* (ou *Guarasu/ Guarayu*). Segundo estudos do projeto Fronteira Ocidental, há fases mais recentes, com certo parentesco com a tradição Inciso-Ponteada, mantendo afinidades com a cerâmica de Los Moxos (Bolívia). Entre estas, destacar-se-iam a *fase* Paraguá (antigo “Complexo Arqueológico de Los Gomales”), representada por vasos tripodes ou bases planas e engobo vermelho, incisões e ponteados com tinta branca retocando eventualmente as linhas incisivas, datando do séc. IX d.C.; a *fase* Caju, com uma cerâmica incisa e com engobo vermelho, e urnas duplamente carenadas, datando do séc. XIII d.C.; e a *fase* Limeira, com presença de urnas funerárias e bonecas de cerâmica nas quais se vêem representações modeladas das nádegas, algumas de corpo globular representando personagens com braços dobrados, cabeça detalhada e figuração das mamas. Outra tradição contemporânea a esta é a **Policroma**, localizada na fronteira norte-ocidental do Mato Grosso e Bolívia, com a presença da subtradição Guarita. Estes sítios situam-se nas margens dos rios, nas alturas de cachoeiras, servindo de armadilhas pesqueiras, com presença de petróglifos e amoladores de lâminas de machado.

⁴¹ Os grifos são do autor e, para maiores detalhes, consultar MILLER, Eurico Theofilo. História da Cultura Indígena do Alto Médio-Guaporé (Rondônia e Mato Grosso). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 1983.

características desta tradição, podemos citar um padrão de assentamento preferencial por zonas de transições entre o cerrado e a mata amazônica, com sítios a céu aberto no diâmetro de 50 a 850 m. Sua cerâmica é simples com formas globulares e/ou com gargalo, representada por panelas, cuscuzeiros e torradeiras de beijú, sendo a decoração limitada ao engobo vermelho ou marcas de tecido. Podem ocorrer cachimbos modelados. Sua economia seria baseada no plantio de milho, mandioca e algodão, a julgar pela respectiva presença de cuscuzeiros, torradeiras e de marcas de tecidos nas cerâmicas. Entre os artefatos líticos destacam-se raros instrumentos de corte (lascas e machados, alguns com sulco de encabamento, outros semilunares), seixos lascados toscamente, quebra-côcos, batedores, mãos-de-pilão, pilões e pratos de talco-xisto. Podem ocorrer gravações rupestres, as quais são hipoteticamente atribuídas a estes ceramistas: antropomorfos com cocares, peixes e cobras, pegadas de pássaros ou mamíferos (Projeto Fronteira Ocidental, 2003:7)

Para Calandra e Salceda, não há dúvidas de que o escasso contexto arqueológico conhecido para o rio Guaporé (Iténez) permite visualizar com certa dificuldade diferenças culturais com relação aos Llanos Centrais. Assim, os dados pré-históricos seguem, de maneira incompleta, tanto para as etnias que habitavam a região de Llanos de Mojos, como para as etnias ao longo do rio Guaporé.

Porém, de algum modo, estas informações - apesar de escassas - sobre conhecimento e tecnologias das sociedades indígenas auxiliam hoje na reintrodução de plataformas de cultivo na agricultura das comunidades rurais, rompendo, sobretudo, com a idéia de que a acidez, a dureza dos solos e as inundações tornariam estes terrenos inúteis e impróprios para atividades agrícolas.

Deste modo, devemos *examinar os objetos do passado em seus contextos específicos, mas sempre tendo em vista os aspectos mais gerais da longa duração* (Kern, 1993:176). Tal procedimento evidencia, sobretudo, que este espaço socialmente produzido não é vivenciado e muito menos percebido da mesma forma pelos diversos grupos sociais que ali estavam presentes, pois cada grupo parece se encontrar em um momento diferente do tempo. Trata-se, portanto, nas palavras do geógrafo Milton Santos (2004), da coexistência do “novo” e do “antigo”, aquilo *que os historiadores denominam de "a contemporaneidade do não contemporâneo"*, como expressa o historiador e arqueólogo Arno A. Kern (2002). A partir destas considerações aqui esboçadas, apresentaremos no próximo capítulo como ocorreu este encontro entre estas diferentes coexistências num mesmo espaço orientado por rios e afluentes.

Capítulo 2

2 O Encontro dos Mundos

Neste capítulo, iremos abordar o encontro entre os indígenas da *Amazônia Meridional* e as frentes de colonização luso-espanholas. Nas palavras de Arno Kern, estes encontros formariam curiosas sínteses culturais entre o tradicional e o moderno, uma vez que dariam *origem a um processo extremamente complexo de relações, de impactos e contatos, entre as sociedades indígenas aqui existentes e os grupos de portugueses e de espanhóis que chegavam como descobridores deste novo mundo* (Kern, 2003:34). Afinal, tínhamos, de um lado, várias sociedades indígenas, com seus inúmeros padrões sócio-culturais, saindo da Pré-História (como caçadores nômades ou como aldeões horticultores, conforme apresentamos anteriormente), e, de outro, a sociedade européia, que emergia da Idade Média e daria origem ao Mundo Moderno. Como resultado de tal encontro, um novo e imenso mundo se abriria

frente aos novos colonizadores europeus, povoado por milhares de grupos indígenas, com costumes e padrões culturais absolutamente novos para estes cristãos. Saídos há pouco da Idade Média, alguns pensavam ter chegado no paraíso, enquanto que outros se debatiam em dúvidas religiosas, questionando se este continente inteiro, jamais citado na Bíblia, não seria a terra de Satã, e se seus habitantes não estariam todos ainda marcados pelo pecado original. Alguns padrões culturais foram descritos em relatos da época como sendo aterrorizantes e bárbaros. Dentre eles se deu ênfase aos sacrifícios humanos dos Astecas ou à antropofagia dos Tupiguarani, fazendo tremer homens que, entretanto, achavam justos os atos de fé da Inquisição, e não se perturbavam ao assistir à queima em praça pública de "infiéis" judeus e muçulmanos (Kern, 2002: 4).

Impulsionados pela magia de uma terra rica, os novos conquistadores tinham consigo objetivos muito diferentes, tais como a riqueza do *Eldorado* ou a *salvação das almas* indígenas. Assim o espanhol não mediria limites entre o que era realidade e imaginário, e avançaria sobre as planícies orientais da Bolívia atual.

Em contrapartida, a reação dos primeiros navegantes lusitanos seria de perplexidade e admiração, pois, quando alcançaram o rio Guaporé em 1742, as missões de Mojo e Chiquito encontravam-se bem sedimentadas e exerciam um indiscutível controle sobre aquele espaço. Enquanto *a margem oriental ostentava uma paisagem dominada pela floresta e pelos campos*

vazios de homens, os tributários da margem ocidental exibiam as missões, algumas com milhares de habitantes (Meireles, 1989:10).

A partir de então, as missões de Mojo dariam tônica à ocupação da fronteira oeste, caracterizada por uma geopolítica centrada na defesa e na estratégia da Capitania de Mato Grosso. Para os portugueses, as missões de Mojo seriam um obstáculo à sua hegemonia, um local muito mais ameaçador e poderoso do que a realidade. Já para os espanhóis, as missões em lugares estratégicos cumpriam a função de “estado-tampão”, isto é, de barrar caminho às áreas de metais preciosos. Assim, a missão como “instituição de fronteira” seria uma característica da colonização luso-espanhola em muitas áreas, o que contribuiu para cristalizar ainda mais a imagem do índio como “guardião” natural da fronteira (Meireles, 1997).

Será abordado neste capítulo também o urbanismo missioneiro, uma vez que elementos medievais, modernos e indígenas seriam reunidos numa experiência que iria do pré-urbano ao urbano. Uma experiência notável, tanto nas missões Guarani como nas missões de Chiquito e Mojo, nas quais procuramos evidenciar, sobretudo, semelhanças e diferenças em seus traçados urbanos. E, por fim, realizaremos um esboço da estrutura urbana das reduções de Mojo, através do qual serão percebidos dois eixos de ordenamento: o religioso e o indígena. Dessa forma, os eixos não só dividiriam, mas também uniriam duas culturas, dois mundos inter-relacionados por uma direção. O elemento integrador entre os “dois mundos” seria representado pela praça central.

2.1 Mojos como fronteira: à busca pelo *El Dorado*.

A conquista e a colonização luso-espanhola de tais territórios imprimiriam um novo aspecto ao espaço delimitado pelo Tratado de Tordesilhas. As notícias de descobrimentos de ouro e prata no Peru fariam despertar nos colonos portugueses e espanhóis um crescente interesse por uma “montanha de prata”, por um reino fabuloso onde haveria um cacique e uma lagoa cheia de ouro e pérola. Este reino seria denominado de *Paititi*, *Terra Rica* ou o *El Dorado* de Mojos.

Assim, as condições do relevo do Chaco e do Pantanal representariam, na opinião da historiadora Maria Brazil,

uma barreira quase intransponível e um desalento para o avanço rumo ao centro e noroeste de Mato Grosso. O Chaco, por sua vez, apresentou-se como o grande adversário natural às intenções expansionistas, barrando a penetração que levava ao Peru. (Brazil, 2000:4).

Dessa forma, o pantanal seria encarado como limite, *por quase dois séculos, do avanço espanhol naquelas paragens e a única tentativa de ultrapassar esse limite foi à instalação da Província de Itatim ou Itati (1632), na província do Paraguai* ⁴²(Silva, 2002:87).

Segundo a historiadora Maria de Fátima Costa, a palavra *Pantanal* ou *Pantanaes* surgiu em narrativas não-espanholas a partir de meados do século XVIII, *referindo-se, em parte, ao mesmo lugar que anteriormente os castelhanos denominaram Puerto de los Reyes e Xarayes* (Costa: 1999:180).

Ainda de acordo com essa autora, embora os espanhóis utilizassem as expressões *Xarayes* e *Laguna de los Xarayes*, ainda no século XVIII, para descrevê-la como um lugar fértil, alagável, entrecortado por rios, lagos, baías e até mesmo como águas malsãs, os portugueses a descreveriam como *Pantanal, ou Pantanaes, que são campos alagados com várias lagoas e sangradouros, como designativo da região alagada. (...) Em ambas as formas, a palavra Pantanal é usada em sentido genérico, que identifica não uma região, mas a paisagem, o ambiente visível.* (Costa: 1999:179 e 186).

Para os monçoeiros⁴³ paulistas, o Pantanal é um território bem delimitado, rico em fauna terrestre e aquática, um território dominado pelos índios Payaguá e Guaykurú⁴⁴, e por mosquitos insuportáveis. A geomorfologia e a ocupação da região conferiam-lhe uma identidade, não necessitando, assim, em suas narrativas, de maiores explicações. Desse modo, os monçoeiros pareciam

⁴² Jovam da Silva dá mais detalhes sobre a conquista e ocupação do Paraguai nos séculos XVII e XVIII no artigo O antemural de todo o interior do Brasil – a fronteira possível. *Revista Territórios e Fronteiras – Programa de Pós-Graduação em História, UFMT, v.3, n.2, Jul./Dez, 2002.*

⁴³ Segundo Maria de Fátima Costa, *o termo monções dado a estas expedições referia-se ao fato de que inicialmente estas viagens se realizavam durante o inverno, por ser a época em que os rios tornavam-se mais favoráveis à navegação. Depois, como bem define Aurélio Buarque de Holanda no verbete “Monção” (4), o termo passou a ser aplicado a “qualquer das expedições que desciam ou subiam rios das capitânicas de São Paulo e Mato Grosso nos séculos XVIII e XIX, pondo-as em comunicação”* (Costa, 1999:180).

⁴⁴ Fátima Costa salienta ainda que, ao transpor a primeira parte do percurso fluvial de cachoeiras e corredeiras, os monçoeiros adentrariam em águas paraguaias, deparando-se com índios Payaguá, na água, e os Guaykurú, em terra, pois, segundo a autora, eram *passagens comuns em todas as descrições: os Mbayá Guaykurú, tendo aprendido a domar o cavalo introduzido pelo colonizador, em terra, senhores da região; na água, os anfíbios Payaguá com sua fantástica destreza na luta sobre as canoas ou dentro da água. Os dois impõem um estado permanente de guerra, sendo, contudo, os Payaguá os mais temidos. Nos relatos dos paulistas, estes índios canoeiros são descritos sempre como valentes e astutos guerreiros, “ferocíssimo Payaguá que navega pelo Paraguai; muito destro e bom pirata”. Em nenhum destes (relato monçoeiro) os valentes canoeiros são adjetivados de traidores, como sem exceção os qualificam os relatos quinhentistas espanhóis* (Costa, 1999:184).

ignorar a tradição precedente tão secularmente fecundada no imaginário ocidental por meio das narrativas espanholas e pelas cartas geográficas universais; eles jamais referem-se ao porto de Candelária, o los Reyes e muito menos a Xarayes e sua fabulosa lagoa. Os escritos destes expedicionários têm um sentido de relato prático, quase didático, nos quais se procura ensinar a outros viajantes como vencer as agruras do difícil percurso fluvial. Nos seus caminhos os monçoeiros determinam uma nova geografia. Neste particular, anunciavam, em suas viagens e descrições, o fim do maravilhoso espaço de Xarayes. Com elas se rompe a tradição fantástica. No lugar de Xarayes inscrevem, então, *Pantanaís* (Costa, 1999:180).

Assim, o Pantanal seria um adjetivo - e não um topônimo -, pois fazia referência à qualidade do solo. Sendo assim, a localização dos Xarayes e sua lagoa estariam bem próxima, mas não no mesmo lugar do *país pantanoso*. Esta característica geomorfológica ajudou a manter os espanhóis à distância, pois servia como uma espécie de território-tampão entre as possessões consideradas espanholas e portuguesas.

De tal modo que, enquanto os espanhóis, que saíam de Assunção, não se afastavam do rio Paraguai, os monçoeiros paulistas, através do rio Tietê, alcançavam as águas do *Paraná, Pardo, Camapuã, Coxim e, daí, entrando em Taquari, Paraguai, Xianes, dos Porrudos (o São Lourenço) chegando enfim àquelas minas do Cuiabá*⁴⁵ (Costa, 1999:181). Assim, a diferença estava no fato de os monçoeiros paulistas terem avançado a *Laguna de los Xarayes* utilizando um outro percurso fluvial que não era o rio Paraguai, mas sim o rio Tietê, o principal rio eleito para essas viagens (cf. figura 3).

⁴⁵ Segundo o historiador Jovam Silva, o povoamento espanhol se deu ao longo da barranca do rio Paraguai e seus afluentes a partir de Assunção. *Essa expansão foi fruto dessa fusão étnica e foi persistente até meados de 1564, e, daí em diante, iniciou-se a expansão rumo à região de Chiquitos, onde, mais tarde, neste percurso, foi fundada Santa Cruz de la Sierra, em 1561. Pouco depois se criava a “Governación” de Moxo, através da qual se introduziu nas atividades econômicas de Assunção o gado caprino e cavalari. Para ocupar a Governación de Chiquitos, Nuflo Chaves deslocou de Assunção muitas famílias; mudou-se tanta gente que essa migração ficou conhecida como “êxodo para o Perú”. Este procedimento acabou por criar um novo governo e uma região que antes pertencia ao Governo de Assunção. Contudo, as correrias para a Serra de Prata diminuíram com o tempo, Assunção procurou se preocupar com suas entradas em direção sul e leste. O período de maior expansionismo assuncenho foi marcado pelas fundações de Buenos Aires, Outiveiros, Ciudad Real e Vila Rica e Xerez; ou seja, a conquista e a colonização espanhola até o início do século XVII expandiram-se rumo às terras do atual Estado do Paraná, desde o médio Paraguai. No caso específico da constituição da Capitania de Mato Grosso, em 1748, e tendo em vista os estuários dos rios Paraguai e Paraná, pode-se estabelecer três linhas principais de penetração para os sertões mato-grossenses, sendo uma fluvial e duas terrestres. A primeira, a fluvial, por intermédio do rio Paraguai, partia de Assunção e de Concepción e seguia o rumo (orientação) ao que se instituiu chamar de Porto Murinho, Porto Esperança até Corumbá, mais tarde. O segundo percurso saía de Concepción e se dirigia a Bela Vista, Nioaque até Aquidauana, e a terceira via tinha ainda Concepción como partida, dirigindo-se para Ponta Porã e o Planalto de Maracaju. Todas em território do atual Mato Grosso do Sul. Esses caminhos foram aqueles usados pelos jesuítas espanhóis durante o decorrer dos séculos XVI e XVII para o território do Itatim entre os rios Apa e Aquidauana (Silva, 2002:84 e 88).*

Neste aspecto, a região da bacia do alto rio Paraguai passaria a ser freqüentada por paulistas que estavam à procura de minerais e aproveitamento da mão-de-obra indígena. Com tal objetivo, a bandeira de *Pascoal Moreira Cabral subiu os rios do Alto Paraguai e, em 1719, encontrou ouro, criando um núcleo de povoamento minerador em Cuiabá* (Costa, 1999:180). Assim, a bandeira de Pascoal Moreira Cabral, abriria um acesso estratégico ao lugar onde seria assentada a Vila do Nosso Senhor Bom Jesus do Cuiabá, de maneira que este espaço ocupado por Moreira Cabral transformar-se-ia num sólido “centro formador de fronteira” lusitana, como destaca Maria Brazil.

A partir dessa descoberta aurífera, aumentaram as expedições, também conhecidas por *Monções*, que saíam de São Paulo para abastecer e povoar a região; todas com o intuito de enriquecimento fácil. Segundo a narração do cronista Joseph Barboza de Sá, a área territorial mato-grossense alargou-se rapidamente, fundando, em 1719, o Arraial de Forquilha, às margens do rio Coxipó-Mirim (afluente do rio Cuiabá). Suas minas seriam abertas no ano de 1720; logo depois, em 1722, Miguel Sutil descobriria lavras de ouro no riacho da Prainha, onde seria edificada a primeira vila da região, em 1727, batizada de *Vila do Nosso Senhor Bom Jesus de Cuiabá*⁴⁶.

Em 1732, houve um novo deslocamento de aventureiros em direção à bacia do rio Guaporé, em busca de índios Paresi. Tal fato aconteceu a partir do *conhecimento que estes sertanistas foram tendo dos sertões dos Paresi (...) [e] acabou por ampliar a área de mineração, com as descobertas das minas de Mato Grosso* (Silva, 1995:49). Esta descoberta, segundo Maria Brazil, daria início à segunda fase de exploração aurífera na região do distrito de Mato Grosso.

Para o historiador João Antônio Botelho Lucídio, quando os irmãos bandeirantes Paes de Barros *subiram até as nascentes dos rios Paraguai, Jaurú e Juruena e encontraram ouro na faixa de terras entre os rios Sararé e Galera e em seus afluentes; ainda não conheciam o Guaporé* (Lucídio, 2003:7). E muito menos poderiam imaginar que estariam tão próximos das missões de Castela, comandadas pelos padres jesuítas. Este novo espaço fronteiriço colocaria os portugueses em contato quase direto com as missões jesuíticas espanholas de Mojo e Chiquito. A expedição comandada pelos irmãos Paes de Barros, no ano de 1734, dividiu-se assim que

⁴⁶ Para maiores detalhes sobre a fundação e estruturação de Cuiabá, consultar a obra de CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá: EdUFMT, 2004. Ver igualmente SILVA, Jovam Vilela da. *Mistura de cores (Política de Povoamento e População na Capitania de Mato Grosso – Século XVIII)*. Cuiabá: EdUFMT, 1995, e CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

constatou que eram boas as pintas de ouro encontradas nas prospecções feitas nos ribeirões que desciam da Chapada. Antes que as chuvas aumentassem foi despachado um grupo, comandado por Fernando Paes de Barros, para levar a notícia a Cuiabá. Chegando ao rio Paraguai, manda diligência às autoridades da Vila do Cuiabá e espera por providências e socorros. Ainda neste mesmo ano, foram tomadas as diligências no sentido de averiguar a procedência e a viabilidade dos novos achados. A expedição verificadora foi comandada pelo Sargento Mor Antonio Fernandes de Abreu, que foi guiada por João Martins Claro sobrinho dos irmãos Paes de Barros. O Sargento Mor Abreu logo constatou que Artur Paes havia descoberto pintas em vários locais e já os estava nomeando: 'ribeirão Maquabaré', 'ribeirão Santana', 'ribeirão Brumado'. De todos eles, levou significativas amostras de ouro. Voltou a Cuiabá em 1735 e o povo começou a se alvoroçar e a se preparar para tentar a sorte nas novas minas (Lucídio, 2003:08).

Com a notícia de descobrimento de ouro na margem oriental do rio Guaporé, colonos e mineradores do distrito de Cuiabá se deslocariam em direção ao alto da serra conhecida por Chapada de São Francisco Xavier (distrito de Mato Grosso), lugar onde seriam lavradas as maiores e mais ricas minas, tal como aponta o Projeto Fronteira Ocidental, já citado no capítulo anterior (cf. figura 32). Uma vez que as minas de

São Vicente e Pilar propiciaram a continuidade da mineração até a segunda metade do século XVIII. As minas de Sant'Anna, São Francisco Xavier, Ouro Fino, Lavrinha, passando o primeiro borbotão, foram aos poucos se esgotando. Alguns descobertos, de pouca monta, logo se exauriram como Gengibre, Membeca, Monjolo, Santa Bárbara, Corumbiara ou Guarajus. Lavras de pequeno porte se espalharam entre as Chapada e o Rio Sararé, em terrenos de faisqueiras. Entre o Guaporé e o Jauru também ocorreram faisqueiras de breve duração. (Projeto Fronteira Ocidental, 2003: 12).

Com essa abundância de ouro, as autoridades coloniais começaram a tomar as primeiras providências com relação às partidas de ouro para Cuiabá, e de lá, para as Cortes. No ano de 1736, como salienta Jovam Silva, o volume de pessoas minerando também havia aumentado consideravelmente. Assim, o caminho percorrido até as minas do Mato Grosso e das minas até Cuiabá (e vice versa) era feito por via marítima, tal como informa Lucídio. Em suas palavras, esse transporte *era feito navegando, até as cachoeiras, o Jauru, e daí, por terra, alcançavam-se as cabeceiras dos divisores de água Juruena/Guaporé e chegava-se ao Mato Grosso* (Lucídio, 2003:09), conforme podemos visualizar, na figura 4, o trecho destacado.

No entremeio deste caminho, já havia *registros de moradores no Jauru, onde se cobravam impostos. Provavelmente eram roças que davam apoio aos que demandavam as Minas*⁴⁷ (Lucídio, 2003:16). O autor ainda argumenta que a documentação referente ao período de 1735 a 1752 apontava para outros espaços ocupados, mas não especificava a natureza dos mesmos. Assim, os

topônimos ribeirão do Brumado e da Conceição aparecem como faisqueiras em 1736, entretanto, continuaram a aparecer nos mapas do final do século XVIII; o Corumbiara trata-se de um afluente da margem oriental do Guaporé e, em 1738/39, aparece referenciado como local onde há ouro, constituindo-se um núcleo de exploração aurífera de cerca de oito anos de duração. (...) A narrativa do Barão de Melgaço informa que daqueles achados resultou a fundação de um arraial na Ilha Comprida. Em 1752 o padre Agostinho Lourenço descrevia a povoação como um local medonho, antro de homens facinorosos foragidos, preadores de índios, enfim comparados aos construtores da Torre de Babel (Lucídio, 2003:10).

O historiador inglês Robert Southey⁴⁸ acrescenta ainda que *abundava tanto o ouro que no primeiro ano raro sucedia não apanhar cada escravo três ou quatro oitavas por dia* (1977:176). Entretanto, Jovam Silva salienta que, apesar das inúmeras descobertas de ouro, a maioria delas encontravam-se proibidas de minerar. E a extração de diamantes era exclusividade da Cora, cuja prospecção só ocorria através de contratadores especialmente selecionados e cuja comercialização era um negócio do Estado Português (1995: 59).

Uma outra notícia de descoberta de ouro no rio Arinos, em 1746, provocaria, segundo os autores, um verdadeiro êxodo das populações do distrito do Cuiabá e Mato Grosso, colocando as duas frentes de colonização em uma situação política e econômica difícil.

Assim sendo, e de acordo com Lucídio, pode-se falar em várias fases da extração aurífera nas minas do distrito de Mato Grosso. Num primeiro momento, entre os anos de 1734 a 1740, a coleta do ouro de aluvião foi

⁴⁷ Neste local, onde eram feitas as trocas das bacias dos rios, foi criado o registro do Jauru, no ano de 1772, pelo então governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, com o objetivo de registrar todo ouro que por ali passasse, e evitar o contrabando de ouro lavrado em Cuiabá e em Vila Bela (Ferreira; 1997).

⁴⁸ Robert Southey lançou a "*História do Brasil*" de 1810 a 1819, em Londres, foi a primeira publicação contendo a sua história geral e que abrange todo o período colonial até a chegada de [D. João VI](#) ao Brasil, em 1808. Em 1862 a sua *História do Brasil* foi editada pela primeira vez no Brasil pela Livraria Garnier, em 6 volumes com tradução de Luís Joaquim de Oliveira e Castro e anotada pelo Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Em 1965 foi impresso a terceira edição no Brasil pela Editora Obelisco Limitada em 6 volumes, dirigida por Brasil Bandecchi e com orientação gráfica de Pedro J. Fanelli. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Robert_Southey, acesso em 16/08/2008.

mais ou menos fácil (...). Foi este o momento de maior volume produzido. Segundo documentos *do dito descobrimento teriam sahido desde o ano de 1736 até o dito de trinta e oito, cem arrobas de ouro*. Esta foi também a fase de maiores dificuldades fosse de reconhecimento do meio ambiente, de organização de uma estrutura de produção dos meios de subsistência, de abertura de caminhos, de dificuldades de abastecimento, fosse de muitos padecimentos em decorrência das doenças (Lucídio, 2003: 14).

Afinal, como o centro redistribuidor de mercadorias era Cuiabá, os moradores de Mato Grosso, na primeira metade do século XVIII, iriam sofrer com os altos preços das mercadorias, com as irregularidades no abastecimento (devido ao ataque dos índios Payaguá e Guaykurú aos comboios monçoeiros), secas e doenças⁴⁹. Segundo Robert Southey, os mineiros não haviam feito qualquer provisão de mantimentos, e estes se tornariam mais valiosos que ouro nestas minas, pois,

por seis, sete ou oito oitavas se vendia o alqueire de milho, chegando o feijão a valer quinze a vinte; duas pagavam por arrátel de carne de porco, toicinho ou vaca salgada, quatro por um prato de sal, seis por uma galinha, outras tantas por libras de açúcar, quinze por uma garrafa de aguardente, vinho, vinagre ou azeite. Raras vezes se terão exigido numa cidade sitiada preços mais altos do que estes pobres mineiros de boa mente pagavam. Quanto ao ouro apanhavam, ia-se para a manança, e ainda não chegava, morrendo a maior parte deles literalmente de fome (Shouthey, 1977:176).

Assim, o viver em regiões tão distantes e desconhecidas, segundo os autores, requeria, por parte dos moradores, a plantação de roças, pesca e a criação de gado vacum e cavalari, desenvolvidas antes ou paralelamente a mineração. Com isto, os mineradores permaneceriam nestas áreas já descobertas, garantindo a posse do novo espaço e uma alimentação mais barata.

Diante das dificuldades de comunicação com as capitâneas de São Paulo e de Goiás, e até mesmo entre as próprias áreas mineradoras de Cuiabá e Mato Grosso, uma nova rota comercial se abriria, devido à proximidade com as missões jesuíticas de Chiquito e Mojo⁵⁰. Conforme o historiador Otávio Canavarros, a primeira aproximação com os espanhóis nas missões de Chiquito iria registrar momentos especiais, pois,

⁴⁹ Para maiores detalhes sobre a questão de abastecimento e do primeiro contato com as missões de Chiquito, consultar CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

⁵⁰ Na opinião do historiador João Antonio Botelho Lucídio, *alguns autores mais apressados chegam mesmo a identificar aquela década como a do início da crise da mineração do Mato Grosso, cujo golpe de misericórdia teria sido dado pelas descobertas das minas do Arinos e depois do Paraguai. É melhor relativizar. É muito provável que tenha havido uma diminuição no volume de ouro coletado. Por outro lado existe a hipótese que tenha passado a haver uma certa constância nesta produtividade e, uma vez que os serviços de mineração passaram a requerer mais investimentos, isto tenha limitado o número de pessoas atuando naquela área; o que não significa necessariamente uma crise de produção* (2003:14).

nove meses após, ou seja, em 1740, os camaristas e negociantes de Cuiabá, com a primeira aprovação do Ouvidor de Cuiabá, mandaram uma embaixada a “San Rafael de lo Chiquitos” (fronteira da atual Bolívia) para entabular negociações comerciais. Foi assim organizada em Cuiabá, com objetivos comerciais e políticos, a chamada “bandeirinha de 1740”, expressão pela qual ficou conhecida na época. Era uma expedição exploratória, visando ao levantamento da região para abrir opções nas rotas de troca e espionar as aldeias jesuítas. Composta de quatro sertanistas, comandados por Antônio Pinheiro de Faria, com o título de embaixador, levava consigo credenciais de apresentação, cartas a comerciantes e fidalgos do Rio da Prata e presentes aos anfitriões. Essa “bandeirinha”, que custou meia arroba de ouro, foi bem recebida em São Rafael e retornou a Cuiabá em novembro de 1740. Os padres espanhóis, porém, logo comunicaram a inesperada visita às autoridades espanholas, tanto eclesiásticas como civis. Os pontos obscuros desse episódio dizem respeito à autorização e, mesmo, participação da maior autoridade local, o ouvidor Gonçalves Pereira, no envio da embaixada, sem nenhum consentimento oficial de autoridade superior, fosse de São Paulo, Bahia ou Lisboa (Canavarros, 2004:216).

Segundo os autores, houve reações ao envio da “bandeirinha” por parte das administrações européias de ambas as cortes, principalmente por ter contado com o apoio do Ouvidor de Cuiabá, João Gonçalves Pereira⁵¹. Segundo Lucídio, o ouvidor representava um grupo de comerciantes de Cuiabá, que, em carta enviada a Dom João V, deixava claro que os motivos deste contato se davam em função da redução de extração de ouro nas minas, argumentando que

elles tem experimentado, e actualmente estão padecendo demenuição muito grande nos seus cabedaes empregados em fazendas por não poderem dar lhes saída nass dittas Minas, e da que tem dado a algumas estão por embolçar da mayor parte do seu produto por o estado da terra assim o permitir; o que procede do demenuto numero de moradores, e falta de ouro por não aver quem o procura, e tire motivos ambos para total ruína do negocio (...) (Canavarros, 1998 citado por Lucídio, 2003:21).

Assim, logo após pedir informações suplementares ao ouvidor, o Conselho Ultramarino determinou *que logo se pode mandar prohibir pelo Cuiabá toda a comunicação com os vassallos da Coroa de Castella e esta notícia poderá diminuir o cuidado que tiver causado aos castelhanos a entrada que fizeram os moradores de Cuyabá naquellas Missões* (Canavarros, 2004:219). Neste sentido, segundo a historiadora Maria Teresa Loureiro, os padres que acolheram os moradores de Cuiabá foram severamente castigados e substituídos com intuito de cessar qualquer comunicação comercial entre coroas.

⁵¹ Segundo padre Pablo Pastells, *el año 1740 se presentaron em el pueblo de San Rafael de las mismas Misiones, cinco fidalgos portugueses acompañados de un capellán, fraile carmelita descalzo, haciendo muchos cumplimientos y con muestras de piedad cristiana, pidiendo les dejasen celebrar la pascua de Navidad y les mostrasen el camino a Santa Cruz de la Sierra, pues querían establecer comercio con ella y el Perú, aprovechando la paz que había entre las coronas* (Pastells, 1949:XVIII).

Entretanto, uma segunda expedição seria feita ao rio Guaporé no ano de 1742, na qual os *componentes do grupo de quem se tem registro chegavam ao número de dez homens, dos quais seis eram paulistas e quatro reinóis, todos acossados por dívidas. Ao que tudo indica levaram consigo criados e escravos* (Lucídio, 2003:21). O objetivo dessa viagem era estabelecer relações comerciais com os jesuítas de Mojo, pois havia um forte interesse na compra de gado bovino⁵². Partindo do arraial São Francisco Xavier, saíram Tristão da Cunha Gago, João de Borba Gato, Matheus Correya Leme, Francisco Leme do Prado, Francisco Borges de Miranda, Dionísio Bicudo (paulistas) com Manuel Felix de Lima, Joaquim Ferreira Chaves, Vicente Pereira de Asumpção e Manuel Freitas Machado (portugueses), em direção ao rio Guaporé abaixo. Segundo os autores, após enfrentarem dificuldades ao longo do caminho, o grupo se separou em dois. Assim,

Tristão da Cunha Gago e Borba Gato, com sua gente, em número de 14 pessoas, aderiram à bandeira de Morais, ao contrário de Francisco Leme de Prado e Mateus Corrêa Leme, que “puseram o medo de parte” e, com os reinóis persistiram no projeto primitivo (Corrêa Filho, 1969:252).

Depois desta divisão, a bandeira de Manuel Félix seguiria adiante e alcançaria as missões jesuíticas de São Miguel, Santa Maria Madalena e Exaltação de Santa Cruz. A negociação realizada em Santa Maria Madalena obteve resposta positiva para a compra do gado; já na missão de São Miguel, o rebanho era pouco e provinha da redução que não tinha interesse em vendê-lo. Com o intuito de obter mais rebanho, o grupo se dividiria novamente, de modo que *Prado, Mateus e Verneque navegariam para Exaltação de Santa Cruz, à margem do Marmoré onde repetiriam a proposta mercantil* (Corrêa Filho 1969:253). Nesta redução, as transações não se efetivaram porque os jesuítas já haviam recebido ordens de seus superiores para rechaçarem quaisquer aproximações com portugueses (Lucídio, 2003: 21).

Após esta tentativa fracassada, o grupo retornou à missão de São Miguel, mas já não encontrou o aventureiro Manuel Félix, pois este havia descido o rio Guaporé com alguns

⁵² Robert Southey transcreve a narrativa de viagem de Manuel Félix de Lima pelo Madeira abaixo, dando-nos detalhes do caminho fluvial percorrido até sua chegada a Belém, das missões jesuíticas visitadas, os ataques indígenas feitos contra sua expedição, fome e naufrágio. Para maiores detalhes sobre a viagem rio Guaporé abaixo, consultar: SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Traduzida do inglês pelo Dr. Luís Joaquim de Oliveira e Castro; anotada por J. C. Fernandes Pinheiro, Brasil Bandecchi e Leonardo Arroyo; prefácio de Brasil Bandecchi. 4. ed. 3 vol. Brás. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1977. Ver igualmente, CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

homens, com o intuito de atingir o Amazonas e o Pará⁵³. Chegando ao Pará, Manuel Felix de Lima foi preso e enviado a Lisboa. De acordo com o historiador Virgílio Corrêa Filho,

diferentemente da versão transmitida por M. Felix, a carta régia ao Governador do Maranhão, de 17 de junho de 1744, contém a decisão de D. João V a respeito do dissídio entre o Capitão-General e o Ouvidor, provocado pelo feito memorável: “Faço saber vós, João de Abreu Castelo Branco, Governador e Capitão General do Estado do Maranhão que se viu a vossa carta de 24 de fevereiro do ano passado, sobre remeteres presos a Manuel de Freitas Machado e Manuel Felix de Lima, em razão de que saindo das Minas de Mato-Grosso anexas do Cuiabá, com nove companheiros, foram por caminhos nunca praticados às terras do domínios de Castela, para efeito de comprarem cavalos e bois, e como ali se lhes não permitisse desceram quatro deles pelas cabeceiras do rio da Madeira, e passando por algumas minas dos domínios, chegaram ao Pará três, donde logo se ausentou um deles e como por esse excesso entenderéis que estão incursos na lei de 27 de outubro de 1733, pela qual proíbo caminhos novos para entrar ou sair de quaisquer minas estabelecidas chamarei ao ouvidor para proceder na forma de lei (...) (Artur Reis, s/a citado por Corrêa Filho, 1969:283-284).

A partir de então, seria aberta uma nova rota comercial, que interligaria as minas de Mato Grosso com o governo do Pará, e, com essa nova rota, haveria também várias tentativas de relações comerciais e até mesmo de espionagem. De 1743 a 1752, ocorreriam sete expedições, como as de Barbosa de Sá e Francisco Leme do Prado, no ano de 1743⁵⁴; a expedição de 1744, de Miguel da Silva e Gaspar Barboza Lima, que obteve pouco sucesso; a de 1746, em que o aventureiro José de Souza Azevedo desceu o rio Tapajós⁵⁵; e, por fim,

a de 1747, ano em que José Leme Prado e Francisco Xavier de Abreu foram os terceiros que rodaram este rio abaixo até o Pará; a de 1749, ano que, em dez de julho, chegou a estas Minas João de Souza Azevedo vindo do Pará por este rio acima com a primeira carregação de negócio que nestas minas entrou vindo do Pará; a de 1750 ano que, em abril deste ano chegou a estas Minas a escolta que do Pará veio pelos rios acima a examiná-los...; e, finalmente, em 1752, chegaram a

⁵³ De acordo com Virgílio Correia Filho (1969:283), *nas missões que visitou, soube naturalmente M. Felix, que, antes de sua viagem, pelo Marmoré andara a bandeira de Francisco de Melo Palheta, incumbida oficialmente de apossar-se do rio Madeira e verificar a verdadeira situação dos povoados castelhanos mais próximos. (...) A 1º de agosto alcançou a confluência do Itenés (Guaporé) com o Marmoré, pelo qual subiu até a povoação de Santa Cruz de Cajuava, onde lhe foi proporcionada amistosa hospedagem, que não o impediu de intimar aos missionários, às vésperas do regresso, não fossem além da barra do rio, pois que de outra banda se encontravam os domínios de Portugal.* Para informações sobre a viagem de Francisco de Mello Palheta (1722-23), consultar a ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial, 1500-1800 & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil.* 5ª ed. Revisada, prefaciada e anotada por José Honório Rodrigues. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963. p. 352.

⁵⁴ Ano em que encontrariam a fundação recente da missão de Santa Rosa de Mojos no rio Guaporé, acerca da qual discutiremos melhor no terceiro capítulo.

⁵⁵ Para mais informações sobre esta expedição de Barbosa de Sá e José de Souza Azevedo, consultar: SÁ, Joseph Barbosa de. *Relação das Povoações de Cuyabá e Mato Grosso de seus princípios the os presentes tempos.* Cuiabá: Edições FUFMT, 1975. Ver igualmente CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso.* Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969. SOUTHEY, Robert. *Historia do Brasil.* Traduzida do inglês pelo Dr. Luís Joaquim de Oliveira e Castro; anotada por J. C. Fernandes Pinheiro, Brasil Bandecchi e Leonardo Arroyo; prefácio de Brasil Bandecchi. 4. ed. 3 vol. Brás. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1977.

este porto, vindos do Pará com fazenda seca, molhados, sal, ferragem... o primeiro que ancorou no porto desta vila. Desta data para frente, o comércio da Vila, sede da Capitania de Mato Grosso, e do todo o vale do Guaporé passou a ser realizado, preferencialmente, com a praça do Pará (Lucídio, 2003:22).

Duas destas viagens seriam de extrema importância para a formação da Capitania de Mato Grosso, em 1748, bem como para a abertura da navegação do rio Guaporé-Madeira, sendo a primeira viagem de Barbosa de Sá, com seu relatório minucioso, composto de 14 itens e com respostas bem detalhadas sobre a geografia e etnografia do rio Guaporé⁵⁶; e a segunda viagem de José Gonçalves da Fonseca, ex-secretário do Governador da Capitania do Grão Pará e um dos membros da expedição oficial que saiu de Belém em 14 de julho de 1749, com o objetivo de fazer o levantamento da navegação do rio Madeira e seus afluentes, chegando ao Arraial de São Francisco Xavier, nas minas do Mato Grosso, em 16 de abril de 1750.

Entretanto, como informa Virgílio Corrêa Filho, a viagem que contribuiu de maneira direta com a criação da Capitania de Mato Grosso foi a de Barbosa de Sá. Seu relatório, enviado a D. João, inspirou a ordem régia de 5 de agosto de 1746, que determinava a criação de uma *vila em Mato-Grosso*, mas que *somente seria cumprida, porém, pelo Capitão-General A. Rolim de Moura, ao fundar, a 19 de março de 1752, a Vila Bela de Santíssima Trindade, para sede do governo que inaugurou então* (Corrêa Filho, 1969:286).

Assim, os distritos de Mato Grosso e Cuiabá passariam a formar, em 1748, a Capitania de Mato Grosso (cf. figura 5), fundada com o propósito de comprovar o princípio do *uti possidetis*, assegurando a posse e a defesa desta nova espacialidade no extremo oeste. Na opinião do historiador Miguel Faria, a Capitania de Mato Grosso seria um

território nascido dessa conjunção de vontades e seria assumido pelo Estado como “zona antimural”, “a barreira de defesa”, a fronteira entre as duas frentes ibéricas de colonização no oeste da América do Sul. Lançava-se uma nova e vasta capitania, hoje dividida por três diferentes estados brasileiros: a Rondônia, o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul (Faria, s/a: 164)

⁵⁶ De acordo com Virgílio Corrêa Filho, a autoria destas *Informações sobre as primeiras expedições Guaporé abaixo e as Missões Jesuíticas de Moxos*, pode ser atribuída ao cronista e advogado Joseph Barbosa de Sá, constituindo parte do documento nº IX, que Jaime Cortesão incluiu no tomo II dos Antecedentes do Tratado parte II. Estas informações, inquiridas pelo Ouvidor de Cuiabá, João Gonçalves Pereira, *deram causa ao documento indicativo dos primeiros contactos entre os povoadores do vale guaporeano de uma e de outra banda, bem como as peculiaridades de sua topografia e cultura* (Corrêa Filho, 1969:257).

o povoamento dos lugares ermos e a interligação das regiões por via fluvial e terrestre garantiam socorros rápidos e eficientes às populações devidamente assentadas, principalmente numa região de fronteira, e facilitavam a expansão, posse, recrutamento militar, desenvolvimento agropecuário e a defesa desse imenso território tão pouco povoado como era a Capitania de Mato Grosso (Silva,2002:105).

Portanto, estas ações desenvolvidas na formação da Capitania de Mato Grosso refletiriam diretamente as preocupações da Coroa Portuguesa com sua fronteira oeste, pois o objetivo era o de se tornarem fortes o suficiente para fazer frente às ameaças espanholas e/ou indígenas das províncias fronteiriças de Mojo e Chiquito, conforme destaca o historiador Romyr Conde Garcia (2003). Revela-se, sobretudo, um complexo infra-estrutural dos lusitanos, no qual

O Cuiabá estava conectado ao eixo monçoeiro sul-sudeste, e tinha como expressão urbana mais significativa a Vila Real do Cuiabá, já que cumpria o papel de retaguarda da colonização garantindo exponencialmente uma maior produção de bens e proventos. O Mato Grosso estava interligado ao traçado monçoeiro norte, tendo Vila Bela como principal núcleo. As duas repartições eram compostas por uma rede de apoio logístico (produção agrícola, pontos de defesa, comércio, povoados etc.), minimamente segura para a efetivação e a garantia bélica do avanço (Fernandes, 2003:33).

Sendo assim, a Coroa Portuguesa trataria de *garantir e proteger a navegabilidade dos rios Paraguai e Guaporé, que serviam de abastecedores, consumidores e escoadores naturais da comercialização e produção. A preocupação foi povoar os lugares ermos e ainda interligar regiões* (Silva, 1995: 28).

Neste aspecto, a fronteira indígena seria de fundamental importância no *estabelecimento do português numa determinada linha de fronteira e essencial ao pleno desempenho das suas atividades econômicas com segurança* (Silva, 2002:94), uma vez que,

no caso de Mato Grosso, o papel do indígena nas chamadas cidades de ocupação foi fundamental, na medida em que foi atraído como amigo (aliando-se ao colono e conquistando um lugar na comunidade) e ou como escravo ou prisioneiro, empregado no trabalho forçado como mão-de-obra para a lavoura e edificações (Silva, 2001:91).

Desta maneira, os portugueses incorporariam alguns segmentos populacionais nativos de forma participativa e integrada aos setores da sociedade colonial. Assim, as nações indígenas deveriam ser *tratadas com respeito e urbanidade e se organizassem aldeias*

LUCÍDIO, João Antônio Botelho. *Vila Bela e a construção do Estado de Mato Grosso no século XVIII. Projeto Fronteira Ocidental Fase 2*. Autorização Federal de Pesquisa (IPHAN/Minc), Portaria nº 37 de 06 e fevereiro de 2003 – História.

e missões religiosas administradas para que essas populações nativas pudessem ser civilizadas e conservadas, de preferência em suas próprias malocas (Silva 2001:92).

Estas eram as recomendações presentes nas instruções régias datadas de 1749 e trazidas pelo primeiro Governador da Capitania de Mato Grosso, Antonio Rolim de Moura, no ano de 1751⁵⁸. Numa das instruções dadas ao Governador da Capitania de Mato Grosso, solicitava-se uma

política de contenção aos ataques Paiaguá e Caiapó e proteção à nação Pareci, tida como mansa. (art., 17,18,19,20 e 21); Recomendava ainda a Corte a fundação de missões ou aldeias administrativas para os índios mansos (art. 22, 23 e 24), tópico este que receberá das autoridades portuguesas, nas reformulações dessas instruções em 1758 e 1772, uma atenção especial, no que diz respeito à questão do povoamento da Capitania (...) (Silva, 1995:65).

Assim, o objetivo de tais instruções era de transformar povos nativos em *vassalos luso-brasileiros, como se brancos fossem. Não bastassem essas Instruções Régias que mandavam tratar os nativos com respeito e urbanidade, o Diretório dos Índios, em 1757, completou o quadro de incorporação pretendido pela Corte Lusitana* (Silva, 2002:100). Para a antropóloga Denise Maldini Meireles,

a conquista do índio e a sua transformação em vassalo fez com que os lusitanos vissem nos povos indígenas da margem esquerda do Guaporé “súditos e tributários do rei de Castela” – e vice versa. Esta concepção refletia as inúmeras contradições que envolviam a visão do índio: os portugueses estimularam o traslado de grupos inteiros para a margem direita. Nesse caso, havia não somente o desejo de povoar o território lusitano, mas a sua conseqüência: o de esvaziar o território espanhol, tornando-o mais vulnerável. O deslocamento desses índios diminuiria, portanto, os súditos de um rei para aumentar os de outro. O índio como guardião natural da fronteira é, sem dúvida, a visão que melhor caracteriza a mentalidade da elite do Guaporé setecentista (Meireles.1989:149).

Podemos então dizer que a colaboração destes indígenas presentes nestas espacialidades, tanto portuguesas como espanholas (como veremos a seguir), foi muito importante para o povoamento, posse e garantia da expansão deste território ainda pouco conhecido pelos europeus. Nesse sentido, Arno Kern argumenta que

ocorreram igualmente transformações sócio-culturais importantes, tais como a influência cultural mútua, as aculturações forçadas e espontâneas, bem como as

⁵⁸ Marcos Carneiro de Mendonça disponibiliza as instruções régias dadas pela coroa portuguesa aos Governadores da Capitania de Mato Grosso em MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Rios Guaporé e Paraguai - primeiras fronteiras definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Reprógráfrica. Xerox do Brasil, 1985. E, de maneira sintética, pode ser consultada em SILVA, Jovam Vilela da. *Mistura de cores (Política de Povoamento e População na Capitania de Mato Grosso – Século XVIII)*. Cuiabá: EdUFMT, 1995.

intensas alterações dos costumes tradicionais das diversas comunidades indígenas locais, num processo gradual de europeização. Os contatos estabelecidos deram origem também a uma série de influências das culturas indígenas sobre as novas sociedades emergentes que aqui se organizaram no período colonial. Uma significativa herança cultural e social aborígene tornou este novo mundo ibero-indígena distinto das metrópoles ibéricas (Kern, 1993:178e179).

Para o historiador Miguel Faria, a fixação do nativo tornava-se um elemento estratégico de equilíbrio demográfico diante da impossibilidade de aumento do número de habitantes neste espaço de fronteira. Era necessário povoar o espaço, pois, assim, os *espanhóis não sentiriam tentados a atacar e a expulsar os portugueses nesta linha de fronteira mato-grossense* (Silva, 2001:95). De tal forma, os portugueses encarariam a bacia guaporeana como um espaço a ser ocupado definitivamente, sem poupar quaisquer esforços para manter suas possessões no extremo oeste da Capitania de Mato Grosso.

2.2 O reino de *Gran Mojo*: da conquista civil à “salvação das almas”.

Segundo o historiador David Block (1997:63), tal como os portugueses, os espanhóis que se dirigiam à região de Mojos também buscavam *o reino do Gran Mojo, legendario monarca que reinó sobre tierras densamente pobladas y ricas en metales preciosos*. Willian Denevan (1966) descreve que o *El Dorado* de Mojos estava localizado nas terras baixas a leste de Cuzco e ao norte do Paraguai. Este fabuloso reino seria o maior objetivo dos espanhóis depois da conquista do Peru⁵⁹. De tal modo que, a partir de 1536, várias foram as tentativas de penetração em Mojos, por expedições espanholas que saíam de Cuzco e Assunção. A primeira delas, segundo o historiador Enrique Finot,

fue la de Alvar Núñez Cabeça de Vaca, en 1543, cuando saliendo del Puerto de los Reyes, con trescientos hombres y algunos caballos, trató de abrirse paso hacia el norte de chiquitos, mientras mandaba una avanzada de seis hombres, al mando de Francisco Ribeira, con la misión de buscar un camino al Perú. Despues de diez jornadas – dicen los Comentarios de Alvar Núñez – este regresó al punto de partida, con su gente desengañada y enferma (Finot, 1978:261).

⁵⁹ Para consultar sobre a ação colonizadora do Peru e Charcas, consultar: FINOT. Enrique. *La Conquista de Mojos. Historia de la Conquista del Oriente Boliviano*. 2ª edição La Paz. Bolívia: Libreria Editorial “Juventud”, 1978. Ver igualmente MEIRELES, Denise Maldi. *Guardiães da Fronteira, Rio Guaporé, século XVIII*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989. QUEREJAZU, Pedro (org.). *Las Misiones Jesuíticas de Chiquitos*. La Paz. Bolívia: Fundacion BHN/Línea Editorial/ La papelera S.A, 1995a.

Enrique Finot salienta ainda que outras expedições saíram rumo a Mojos, como a de Hernando de Ribeira, que seguiu em direção a Jarayes (ou Laguna de los Xarayes) e regressou com a lenda do país das Amazonas (um país abundante em prata e ouro e governado por mulheres). Uma outra expedição, comandada por Ñuflo de Chávez, em 1548, teve

por finalidad la “gran noticia” o el país de los Mojos. Desde el puerto de San Fernando la expedición se internó cien leguas al norte y pasó Chiquitos, pero regresó sin haber alcanzado su objetivo. La Jornada de 1558, organizada con pretexto de fundar una población en los Jarayes y que Chaves desvió para buscar la “tierra rica, dio por resultado, como se sabe, la creación de la Provincia de Mojos y la fundación de Santa Cruz de la Sierra (Finot, 1978:262).

Neste contexto, após a sua fundação, Santa Cruz converter-se-ia num centro impulsionador das expedições em direção a Mojos, contando como principal rota para o deslocamento em direção a savanas o rio Grande ou Guapay (um dos afluentes do rio Marmoré). Conforme o historiador José Luis Roca,

la primera, y tradicionalmente más usada, fue la ruta del río Grande o Guapay. Por ahí se llevaron a cabo las primeras entradas cruceñas hacia Mojos, pasando por tierras donde habitaban los indios timbú y torococí, y por ahí mismo o misioneros establecieron un tráfico fluvial permanente para vincular Santa Cruz con las tierras parcialmente ocupadas pero con un margen aun inmenso por descubrir y conquistar (Rocca, 2001:41).

David Block acrescenta ainda que

la ciudad fue desarrollando un hábito conquistador; primeiro como una zona de partida para la exploración de las ‘rica terras’ que se pensaba estaban em el centro del continente; después, al diluirse la visión del Dorado, las intituciones nacidas para impulsar la conquista se convirtieron en los nervios de una sociedad instalada. Este antecedente de conquista o frontera subyace no solo a la historia y desarrollo de la ciudad, sino también a sus tipos de contato con la población autóctona de Mojos (Block, 1997:64).

Enrique Finot, tomando por base a existência de uma relação datada de 1750, oferece-nos um resumo das inúmeras tentativas de alcançar Mojos, a partir de 1539. O autor apresenta esta relação da seguinte forma:

1. a expedición de Candia, de 1539, ordenada por Pizarro, que llegó hasta Opatari, a treinta leguas del Cuzco. No tuvo resultado alguno por habersele insubordinado los doscientos hombres que llevaba consigo. 2. Entrada de Pedro de Anzures, por Camata, con la misma tropa de Candia. Llegó a los Mojos y la gente pereció casi totalmente por falta de alimentos. Peranzures salió al Perú con los restos

deshechos de la expedición. 3. El conde de Nieva, virrey del Perú, comisionó en 1561 a Gómez de Tordoya para entrar por el río de Tono y fundar una gobernación. El proyecto no tuvo ni principio de realización porque el virrey revocó sus providencias. 4. A fines del mismo año el virrey designó a Juan Nieto para entrar por Camata a fundar un pueblo. Llegó a Apolobamba y salió a los tres meses, después de haber sido bien recibido por los Chunchos. 5. Partiendo de Cochabamba, Antón de Gastos entró a los Mojos en 1562, con poca gente, sin ningún fruto y sólo por vía de exploración. 6. Con autorización del conde de Nieva, Diego Alemán ingresó a Mojos en 1563, por Cochabamba. Pasando las montañas orientales llegó a Pauma, pueblo de los Pomaynos (según la Relación) y allí pereció a manos de los indios. Había sido nombrado capitán y justicia mayor de las tierras que descubriera, “pasados los términos de La Paz, Cochabamba, Climica (¿Cliza?), Sipesipe y Pocona”. 7. Expedición de Luján, en 1565, por Cochabamba y con autorización de la Audiencia de Charcas, en busca de minas. Fue muerto por los salvajes, con ocho compañeros. 8. Entrada de Juan Alvarez Maldonado, vecino del Cuzco, en 1567, mediante capitulación con el gobernador del Perú, licenciado Castro, para fundar una provincia. Ingresó por Opatari, llegó a los Toromonas y no pudo sostenerse, volviendo a salir al Perú por San Juan del Oro, en 1569. 9. Expedición de Cuéllar y Ortega, con setenta hombres, por Cochabamba, que fue suspendida por orden de la Audiencia de Charcas, por haber sido emprendida sin autorización, en el mismo año de 1569 (Finot, 1978:263 e 264)

Ainda que estas expedições saídas dos Andes não tenham chegado realmente à savana de Mojos, os espanhóis de Cuzco reivindicaram para si a jurisdição administrativa do reino de Gran Mojo, como nos informa Block (1997). A única tentativa séria e bem organizada de adentrar Mojos foi a de Lorenzo Suárez de Figueroa. Todavía, esta expedição, conforme relata Block, foi surpreendida pelas inundações anuais que ocorrem nas savanas de Llanos de Mojos (ver capítulo 1), e, com isto, seus membros tiveram que sacrificar sua cavalaria, que padecia de fome por falta de pastagens. Outra expedição desastrosa foi a de Juan de Mendoza Mate Luna, devido à deserção e enfermidade de sua tropa, quando tentaram entrar no alto Mármore, em 1602⁶⁰.

Assim, as populações indígenas de Mojo, que no início das expedições serviam como informantes, passariam a ser mão-de-obra escrava por *encomendeiros* de Santa Cruz de la Sierra. Para David Block, a escravização aumentou consideravelmente quando os *encomendeiros* começaram a contar com a aliança indígena, pois estes solicitavam a ajuda dos expedicionários para livrar-se de seus inimigos tradicionais. Conforme descreve o autor,

El relato conservado más nítido de una expedición esclavista cruceña describe cabalmente este tipo de alianza hispano-autóctona. Una expedición, cuando estaba por entrar en la sabana, al contactar a un indio de habla arawak que vivía en el

⁶⁰ Para mais informações sobre estas viagens, consultar: FINOT, Enrique. *Historia de la Conquista del Oriente Boliviano*. 2ª edição La Paz. Bolívia: Librería Editorial “Juventud”, 1978. Ver igualmente ROCA, José Luis. *Economía y Sociedad en el Oriente Boliviano (Siglos XVI e XX)*. Bolívia: Cotas Ltda. 2001. DENEVAN, William M. *The aboriginal cultural geography of the llanos de Mojos of Bolivia*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1966.

Marmoré, cambió a última hora su ruta. Este hombre de confianza llevaba un mensaje de varios caciques mojeños pidiendo ayuda a los expedicionarios contra sus enemigos tradicionales. La fuerza cruceña ingresaba por entonces al Alto Marmoré: guiados por exploradores mojeños, atacaron las aldeas Cañacure y Mazareono. Los 285 cautivos llevados de vuelta a Santa Cruz fueron divididos en lotes compuestos desde catorce piezas para el ausente Gobernador y el jefe de la expedición hasta una para el intérprete nativo (Block, 1997:67).

Com o progresso das alianças, os Arawak tornar-se-iam agentes do tráfico de mão-de-obra escrava, pois capturavam seus inimigos e depois os vendiam para os espanhóis, como salienta David Block. Assim, com a chegada dos missioneiros, tais ações diminuiriam, mas não cessariam. Os “novos” europeus (jesuítas) que ingressariam nas savanas de Mojos estavam interessados em um novo *El Dorado*; no lugar do ouro, estaria a “salvação das almas”.

A partir de 1597, os jesuítas da Companhia de Jesus que residiam em Santa Cruz puderam estabelecer suas missões em Chiquito e Mojo. Willian Denevan informa que isto significaria

una prolongación de la ciudad de Santa Cruz hacia esas zonas. Aunque, en lo eclesiástico, las primeras dependían de la provincia jesuítica del Perú en Juli, y las segundas, de la “Provincia Paracuaria” con sede en Asunción, en los hechos siempre estuvieron más vinculadas con la gobernación y bispado de Santa Cruz que con sus respectivas provincias. Eso se debía a las enormes distancias y las consiguientes dificultades para establecer un tráfico regular entre las sedes provinciales y las misiones, y a su mayor cercanía con Santa Cruz (Roca, 2001:34)⁶¹.

Os primeiros padres que penetravam em Mojos foram acompanhados por expedições militares até finais do século XVI. Segundo David Block, o padre jesuíta Juan Soto incorporou-se a uma dessas expedições como cirurgião, e, ao chegar à principal aldeia mojeña, pediu

al jefe que le permitiera predicar a los indios. Obtenida la licencia, el Hermano empezó un sermón en un arawak vacilante en el que distinguió cuidadosamente su propia actitud pacífica de la de sus compatriotas. Terminó su soliloquio instando a los indios a cooperar con los españoles, “que aunque terribles con sus enemigos, son muy corteses y amables con sus amigos” (Block, 1997:71).

⁶¹ David Block acrescenta que *seguindo un ruta expansiva hacia al sur de la capital virreinal, los jesuitas fundaron colegios en el Cuzco (1571), Potosí (1576) y La Paz (1580); luego, en 1587, los Padres Diego Samaniego y Diego Martínez llegaron a la frontera sudoriental peruana, creando una residencia en Santa Cruz de la Sierra; 1590 esta residencia contaba con cuatro sacerdotes (los dos fundadores y los PP. Angelo Monitola y Jerónimo de Andión).* (Block, 1997:69).

Ao perceber que os indígenas ofereciam uma oportunidade atrativa de conversão, Juan Soto solicitou ao seu Superior de Santa Cruz a permissão para realizar novos contatos e estabelecer missões em Mojos (Denevan, 1966). Desse modo, em 1668, Soto organizou uma outra entrada em direção à savana, agora na companhia dos padres José Bermudo e Julián de Aller. Estes residiram algum tempo entre os Mojos, mas não tiveram êxito imediato, tal como imaginaram. Indício disto é o fato de que, na primeira tentativa, os jesuítas tiveram que regressar a *San Lorenzo* sem maiores resultados. Outras duas tentativas seriam feitas, segundo Finot, mas não dariam resultados e serviram apenas para preparar o terreno e infundir confiança entre os indígenas.

De acordo com a pesquisa feita pelo arquiteto Mario Buschiazzo na Seção Manuscritos da Biblioteca Nacional, a fundação das missões em Mojo se daria em 1675, quando se

conquistaron por los Padres Cipriano Varas y Baltasar Espinosa de la, Compañía de Jesús los Indios Baures, Moxos y algunos de otras barias Naciones, con lo que dieron principio a formar sus Misiones en el Pueblo de San Pedro, q[u]e erigieron por Capital, y subcesivamente fueron formando y poblando otros quinze, q[u]e les pusieron los Nombres siguientes: Loreto, Santa Ana, San Borxa, y Reyes, q[u]e confinan con las Misiones de los Padres Franciscanos nombradas de Apolobamba, de Yndios Yseanas; y últimamente los de Baures, nominados la Magdalena, la Concepción, San Joachim, Buenavista, San Martin, y a las de San Simón y San Nicolás, q[u]e se agregaron el año pasado de setecientos setenta a la citada de San Martin, por las irrupciones y continuos daños q[u]e les inferían los Yndios Guarayos sus confinantes... (Buschiazzo, 1996-97:4).

Segundo David Block, em 1674, os padres José de Castillo, Pedro Marbán e Cipriano Barace dariam início à segunda entrada em Mojos, e, diferentemente de seus antecessores, eles se apoiaram menos nas predicacões e levaram consigo uma *considerable cantidad de bienes comerciales para ‘sazonarles’ las voluntades* (Block, 1997:72). Estes bens comerciais contribuíram para convencer os Mojo a permitir a entrada dos missionários em seus territórios. Como informa o historiador Robert Shouthey (1977:117), *ia Baraza bem provido de anzóis, agulhas, contas e outras coisas que tais, a que deveu bom acolhimento, quando após doze dias de viagem chegou entre Moxos.*

Na opinião de José Luis Roca, o principal atrativo que o sistema reducional tinha para com os índios era a tecnologia européia, pois,

gracias a ella tuvieron acceso a nuevos materiales de construcción y nuevos productos de la tierra que mejoraron su monótona dieta alimentícia. Pudieron adquirir herramientas de metal mucho más eficaces que sus hachas y cuchillos de

pedra, material éste que debían conseguir en el piedemonte andino tras largos y peligrosos viajes fuera de sus aldeas y territorios (Roca, 2001:331)

A este respeito, padre Eder nos relata a maneira como os missionários atraíam estes indígenas para seus acampamentos:

De noche se envía algunos índios para que cuelguen de los árboles cerca de sus chozas cuchillos, hachas, espejos, campanillas, objetos de vidrio, cucharas especialmente rojas (pues es el color que prefieren a todos los demás), lanas tejidas de varios colores y otras cosas parecidas que se presumen han de gustarles. Con esto tratamos de persuadirlos de que somos sus amigos, de que abran la puerta para hablarnos, y al fin logramos establecer la amistad. (...) Al amanecer, los que acaban antes el sueño descubren los regalos colgados de los árboles y lo cogen; entonces comienzan a preguntarse quién los han colgado; examinan la huellas de los pies y siguen la pista según las ramitas rotas hasta llegar al campamento del misionero. Entonces empiezan las dudas sobre lo que harán; se les muestran muchas cosas capaces de atraerlos; sin embargo, la mayoría no se fía hasta después de haber repetido la operación varias noches. En cuanto uno de ellos, venciendo el miedo, se acerca y recibe el premio de su valentía, excita una envidia tan grande en los demás, que acuden –avidísimos- sin esperar más. Se los acoge con toda afabilidad, se sacan los regalos, se los reparte entre todos (particularmente al jefe de la tribu, si lo hay, a quien la codicia le hace olvidar toda majestad). Enseguida nos invitan a ir a su aldea, cosa que hacemos con gusto; pero para evitar toda ocasión de engaño y de celada, no conviene pasar en ella la noche (Eder, 1985:132 e 134).

Como salienta o historiador Josep M. Barnadas, estes padres estavam decididos a não sair de Mojos, e para isto aprenderiam a língua, estudariam os costumes e, pouco a pouco, iam descobrindo uma estratégia para reduzir estes índios, e *al cabo de cuatro años los índios no los habían asesinado ni expulsado: todo um êxito, vistas las experiencias anteriores!* (Eder, 1985: XLIII)

Para avaliar a viabilidade de se fundar missões em Mojos, a Província Peruana enviaria Visitadores no ano de 1679 e em 1681. Os sacerdotes, acostumados ao clima europeu e andino, sofreriam amargamente com a umidade, insetos, inundações e doenças, tais como a febre amarela, que comprometia suas atividades naquele espaço. Portanto, só em 1682 os jesuítas começaram a “colher os primeiros frutos”, com a fundação da primeira redução por invocação de *Nuestra Señora de Loreto*. Após sua fundação, Loreto serviria de base para as primeiras expansões jesuíticas em Mojos ao longo do rio Marmoré e dos pampas ocidentais.

Conforme Barnadas (1985) e Block (1997), na primeira etapa (1683-1700) seriam fundadas Santísima Trinidad (em 1687, pelo padre Cipriano Barace); San Ignacio (1689); San Javier (em 1691, pelos padres Juan de Montenegro e Agustín Zapata); San José (1691);

San Francisco de Borja (1693); Desposorios de N^a. S^a. (A, 1694?); San Miguel (A, 1696?); San Pedro (1697) e San Luiz (1698) cf. figura 6).

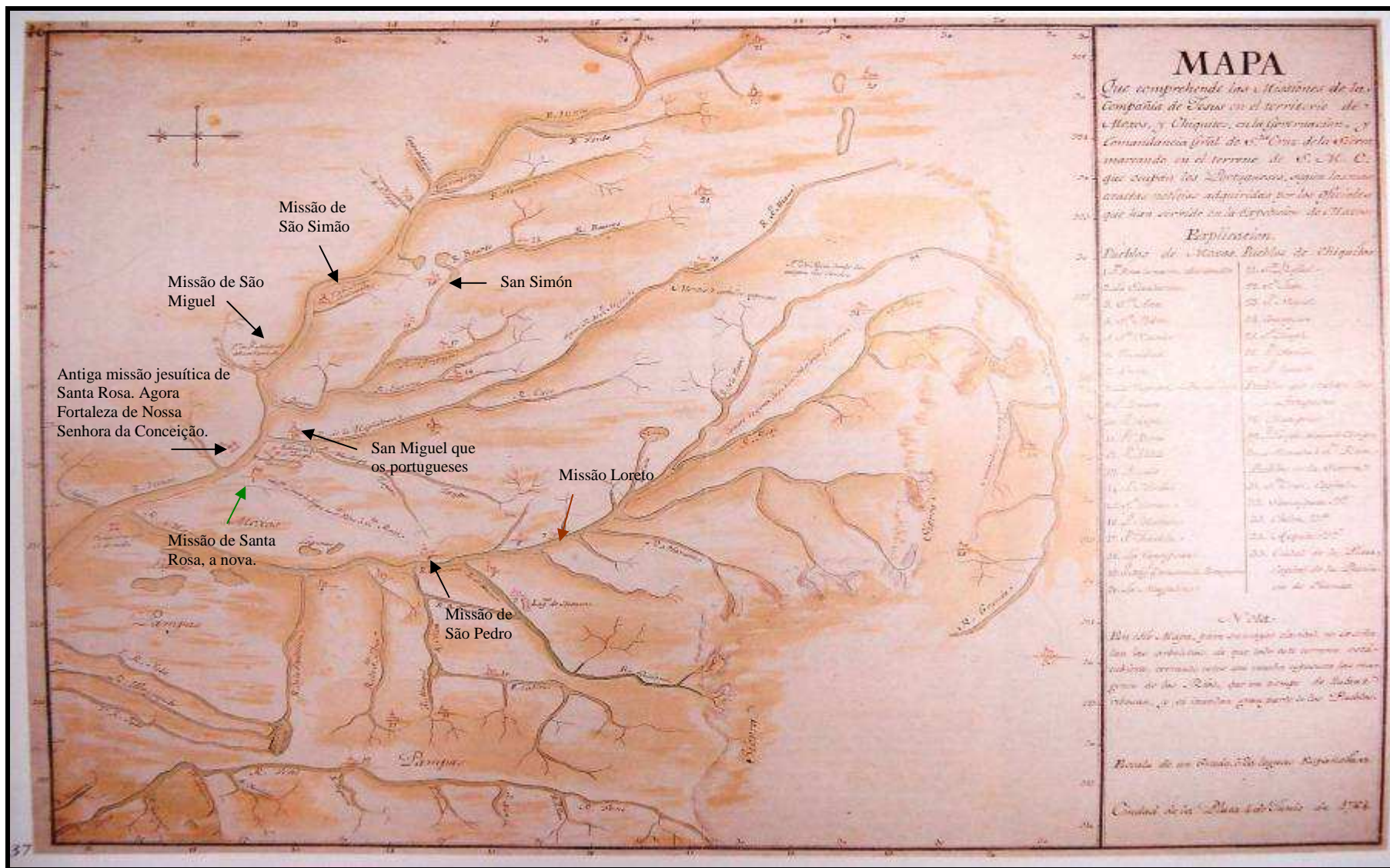


Fig. 6. Mapa das missões da Companhia de Jesus no território de Mojos e Chiquitos de 27 de julho de 1764. Dn. Antonio Aymerich y Villajuana. Fonte: Adonias, 1993.

Na segunda etapa (1700-1720), os missioneiros estenderiam suas reduções pelo rio Marmoré abaixo, até sua confluência com o rio Guaporé. Foram fundadas as missões de San Pablo (1703); Santa Rosa (A, 1705); Concepción (1708); Exaltación (1709); San Joaquín (1709); Tres Santos Reyes (1710); San Juan Bautista (1710); San Martin (1717); Santa Ana (1719) e Santa Maria Magdalena (1720)⁶². E, por fim, na terceira etapa (1720-1750), segundo Barnadas (Eder, 1985), consolida-se a penetração em Baures até a bacia do rio Guaporé, onde seriam fundadas Desposorio de Nuestra Señora (B, 1723); San Miguel (B, 1725); Patrocínio de N^a. S^a. (1730); San Nicolas (1740); Santa Rosa (B, 1743) e San Simón (1744)⁶³ cf. figura 6).

Josep Barnadas acrescenta ainda que havia a missão de *San Lorenzo, abandonada cuando se levantaron y fueron lo Mobima que la poblaban (Descripción 1754, f.19); curiosamente, no figura en ninguno de los catálogos de que dispongo* (Eder, 1985: XLIV). Vale registrar também que houve uma terceira missão jesuítica por invocação de Santa Rosa, a Nova, para distinguir da Santa Rosa, a Velha (agora fortificação portuguesa) (representada na figura 6 pela seta verde). Esta missão foi edificada, provalmente, antes de 1754, para receber os indígenas trasladados da Santa Rosa, a Velha, e seria desocupada em 10 de outubro de 1762, segundo carta do padre Superior das Missões de Mojo, Juan de Beingolea, ao presidente do Prata, Juan Pestana⁶⁴.

Apesar de Loreto ser a primeira redução fundada pelos missioneiros de Mojos, a capital deste grupo de missões estaria em San Pedro (representada pela seta preta), pois esta se encontrava praticamente no centro da savana. Loreto (representada pela seta vermelha), por sua vez, era mais meridional e próxima de Santa Cruz de la Sierra, conforme pode-se verificar

⁶² É interessante notar que há uma diferença nas datas da segunda etapa de expansão. Para David Block, esta ocorreu de 1700 a 1715, apesar deste autor apresentar um quadro com as datas de fundações e localização na página 76 da obra *La cultura reducional de los Llanos de Mojos*. Josep Barnadas considera que a expansão ocorreu de 1700 a 1720, pois toma por base a “Descripción de los Moxos que están a cargo de la Compañía de Jesús em la Provincia de Peru, año de 1754”.

⁶³ Para Block, o marco final desta expansão reducional seria 1720, pois, de acordo com o autor, *los jesuitas prosiguieron en sus esfuerzos de atraer nuevos conversos y lograron fundar centros menores a los largos del Guaporé y las cercanías de Santa Cruz; pero (...), dieciocho de las veintecuatro fundaciones de Mojos se produjeron durante las primeras cuatro décadas del siglo jesuítico* (1997:75). Mais adiante, na página 82, Block relata que *el cuarto de siglo entre 1720 y 1745 marca o apogeo del periodo misionero jesuítico*. Mais detalhes sobre estas etapas de fundação das missões jesuíticas em Mojos estão disponíveis em EDER, Francisco Javier. SJ. *Breve Descripción de las Reducciones de Mojos (ca. 1772)*. Traducción y edición de Jopep M. Barnadas. Tradução de Josep M. Barnadas. Cochabamba: Historia Boliviana, 1985; e BLOCK, David. *La cultura reducional de los Llanos de Mojos*. Sucre: História Boliviana, 1997.

⁶⁴ Para maiores informações sobre esta carta, consultar o documento 5.082, Charcas 443 na obra de PASTELLS, P. *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil)*. Tomo VIII Primeira Parte (1751-1760) e Segunda Parte (1760-1768). Según los Documentos Originales del Archivo General de Indias. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto Santo Toribio de Mogrovejo, 1946

no mapa das missões da Companhia de Jesus no território de Mojos e Chiquitos, de 27 de julho de 1764, Dn. Antonio Aymerich y Villajuana.

Em 1700, o padre Diego Francisco Altamirano chegava à savana de Mojos na função de Visitador, para inspecionar os progressos das missões. David Block ressalta que o plano de ação de Diego Francisco Altamirano era global, sobretudo porque propunha a criação de um mundo europeu em Mojos, cujo objetivo seria reunir a população nativa, satisfazer suas necessidades materiais, ensinar-lhes uma língua comum e instruí-la nas artes, ofício e religião européia. Nesta ótica, os europeus estabeleceriam as ordens e os índios as cumpririam, fato que nunca se verificou, pois, como relata o autor,

la visión que el P. Altamirano tenía de Mojos era incompleta: el mundo reduccional en 1700 ocupaba solamente el núcleo arawak del Marmoré y esta región homogénea demostró ser un mal anticipo de las realidades de la expansión misionera hacia las zonas multiculturales situadas al norte, este y oeste del Marmoré (Block, 1997:80).

Neste contexto, segundo José Luiz Roca (2001), os indígenas interessados na obra missional desenvolveriam sua própria estratégia em função de objetivos muito claros. Afinal, eles necessitavam de proteção, tanto para livrar-se dos ataques que estavam *sometidos por adversarios nativos más poderosos, como por colonos españoles que devastaban sus aldeas con el propósito de reducirlos a la esclavitud poniéndolos a trabajar en sus charcas o en sus vaquerías* (Roca, 2001: 331).

Assim, a vida nas missões iria produzir uma fusão das formas de vida dos indígenas com a organização institucional espanhola, preservando, segundo Roca, *su vinculación al territorio, los asentamientos en las riberas fluviales y su estructura habitacional* (Roca, 2001:332). Entretanto, com base nas pesquisas arqueológicas e históricas realizadas nas missões guaranis, parece correto afirmar que as formas de vida dos indígenas “preservadas” nas missões não se limitariam apenas às questões apontadas por Roca. De acordo com Arno Kern,

as pesquisas arqueológicas e históricas nos mostram como se organizaram os povoados missionários jesuíticos a meio caminho entre a aldeia indígena e a cidade européia. Podemos perceber na confrontação da documentação histórica e arqueológica o jogo complexo das influências européias e indígenas, através do estudo do processo de urbanização e da organização da vida cotidiana (Kern, 2003:38).

Kern complementa ainda que os indígenas continuavam a *elaborar artefatos em madeira, em osso ou a lascar a pedra para fazer pontas de flechas ou polir as suas lâminas*

de machados (2003:45). Somadas a estas atividades tradicionais indígenas, os europeus missioneiros introduziriam cerâmica no torno, metalurgia do ferro, talha barroca, trabalhos em cantaria. Nesse sentido, os

rituais das bebedeiras cerimoniais, do canibalismo e do enterramento em urnas de cerâmica, são substituídos pelos padrões cristãos do batismo, da missa e do enterramento em cemitérios. As atividades tradicionais de caça, coleta, pesca e horticultura, passam a constituir apenas uma parte das atividades cotidianas, ao lado de diversos trabalhos artesanais, aos quais se somam a pecuária extensiva com o uso do cavalo e a agricultura em campo aberto, com a utilização do arado (Kern, 2003: 45).

Segundo o autor, os indígenas não optariam livremente por todos os valores e padrões culturais que os jesuítas implantavam nas missões, tais como o pagamento de tributos ou prestação de serviços e a vassalagem ao monarca espanhol. A exceção, neste caso, far-se-ia à tecnologia do ferro - esta sim foi desejada pelos indígenas.

Parece-nos que, nas missões de Mojo, a situação não foi muito diferente da que se verificou nas missões Guarani⁶⁵. O êxito das fundações reduccionais, segundo Roca, deveu-se a uma *combinación de factores económicos y humanos, y al mismo tiempo una coincidencia afortunada de propósitos perseguidos por sus tres protagonistas: la Corona española, la Compañía de Jesús, y los aborígenes* (Roca, 2001: 330).

De acordo com Arno Kern, para atingir estes objetivos, era necessário inicialmente reduzir os indígenas ao novo espaço urbano, *pois sólo así serían llevados a vivir "políticamente" como na antiga cidade-estado (polis), remediando assim a "irracionalidade" de andarem dispersos pelos montes e matas, vivendo como "feras" e adorando "falsos ídolos"* (2003:42).

Assim, os missionários organizariam um plano urbano que se assimilaria muito ao das abadias beneditinas medievais, constituídas por igreja, claustro, oficinas de artífices, quinta e cemitério⁶⁶. De modo que no lugar de jardins e conjunto de casas, haveria inúmeras casas isoladas (como a “oca” amazônica), que abrigariam famílias extensas e nucleares, tal

⁶⁵ Eder oferece mais informações sobre esta síntese indígena e europeia em Mojo na obra: EDER, Francisco Javier. *SJ. Breve Descripción de las Reducciones de Mojos (ca. 1772)*. Traducción y edición de Josep M. Barnadas. Tradução de Josep M. Barnadas. Cochabamba: Historia Boliviana, 1985. Ver igualmente BLOCK, David. *La cultura reduccional de los Llanos de Mojos*. Sucre: História Boliviana, 1997.

⁶⁶ Para maiores informações sobre urbanismo missionário nas missões Guarani, consultar: KERN, Arno Alvarez. *Urbanismo Misionero*. In: Arno Alvarez Kern & Robert Jackson. *Missões Ibéricas Coloniais: da Califórnia ao Prata*. Porto Alegre: Pailer, 2006. BARCELOS, Artur H. F. *Espaço e Arqueologia nas missões jesuíticas: o caso de São João Batista*. (Coleção Arqueologia 7). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. CALEFFI, Paula. *El trazado de las reducciones y la practica ritual*. In: *La Provincia Jesuítica del Paraguay: Guaraníes y Chiquitos. Un Analisis Comparativo*. Universidade Complutense. Facultad de Geografía e Historia. 1989-90. Sobre urbanismo missionário em Mojo e Chiquitos, consultar: QUEREJAZU, Pedro (org.). *Las Misiones Jesuíticas de Chiquitos*. La Paz. Bolivia: Fundacion BHN/Línea Editorial/ La papelera S.A, 1995.

como ressalta Arno Kern. Os jesuítas criariam ainda cargos, como *corregidor, alcade, juez, alférez, y otras dignidades menores que coexistieron con los cacicazgos indígenas, con los que establecieron un singular modelo de cogobierno* (Roca, 2001:331)⁶⁷. Segundo David Block,

los cabildos paraguayos del siglo XVII (acaso los modelos de los mojeños), eran más complejos: incluían a un corregidor, dos Alcaldes ordinarios, dos Alcaldes de la Hermandad, un alférez real, cuatro regidores, un alguacil mayor y un mayordomo. Las obras modernas sobre las reducciones jesuíticas mencionaban sin falta los cargos capitulares, pero insisten en su carácter mayormente ceremonial. La experiencia de Mojos ofrece poderosas pruebas de otra perspectiva de la política reduccional: la que enfatiza la real influencia autóctona en el sistema (Block, 1997:135).

Portanto, os povoados missioneiros, segundo Arno Kern (2003:37), iriam ocupar uma fronteira viva de *contínuos choques armados, na qual havia uma permanente oposição de interesses entre a sociedade espanhola local e a frente de expansão luso-brasileira*. Tal esforço da coroa espanhola em manter suas possessões tornar-se-ia uma *tarea imperativa durante el siglo diecisiete, era el avance de las fronteras peruanas hasta donde más se pudiera en dirección al Atlántico, como parte de un esfuerzo para contener el avance portugués* (Roca, 2001:330).

Dessa forma, o crescimento e desenvolvimento das missões de Mojo seriam interrompidos a partir de 1750 até meados de 1763, devido à disputa dos reinos ibéricos por suas fronteiras na bacia do rio Guaporé, conforme relata Block (1997) e o jesuíta Pablo Pastells (1945). Abordaremos este assunto com mais vagar no terceiro capítulo, já que Santa Rosa de Mojo (fundada na margem oriental do rio Guaporé em 1743) seria o principal motivo das discórdias entre as coroas espanhola e portuguesa no espaço fronteiriço guaporeano.

⁶⁷ Sobre as instituições político-administrativas nas missões Guaraní, consultar: KERN, Arno Alvarez. Missões: uma utopia política. Porto Alegre: Mercado Aberto, (Documenta 14), 1982. CALEFFI, Paula. *La Provincia Jesuítica del Paraguay: Guaraníes y Chiquitos. Un Analisis Comparativo*. Universidade Complutense. Facultad de Geografía e Historia. 1989-90. Para as missões de Mojo consultar: MEIRELES, Denise Maldí. *Guardiães da Fronteira, Rio Guaporé, século XVIII*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989. BLOCK, David. *La cultura reduccional de los Llanos de Mojos*. Sucre: História Boliviana, 1997.

2.3 Missões Jesuíticas Coloniais: um estudo comparativo dos planos urbanos.

Nesta seção, vamos apresentar os planos urbanos das reduções Guarani, Chiquito, Mojo, tendo como ponto de partida as experiências indígenas antes do contato e seu posterior estabelecimento em um novo espaço dado pelas reduções, as quais, nas palavras de Arno Kern (s/a), seria *uma experiência que vai do pré-urbano ao urbano*. Também, iremos apontar semelhanças e/ou diferenças nas conformações urbanas dos *pueblos* San José de Chiquito, Concepción de Moxos e São João Batista.

Mas antes de tratarmos da disposição das reduções, vamos apresentar os espaços ocupados pelas populações indígenas. Segundo Barcelos (2000), o espaço ocupado pelas reduções jesuíticas só pode ser compreendido a partir das relações que estes grupos estabeleceram com o ambiente ecológico característico de seus assentamentos. O que, neste caso, deve ser entendido como algo não estranho à sociedade, mas como parte integrante dela e de sua cultura.

Conforme salienta Arno Kern (2003), foram os primeiros grupos indígenas provenientes da Ásia que pouco a pouco ocuparam o imenso território sul-americano, afinal procuravam formas mais eficientes de adaptação às paleo-paisagens frias e secas da época glacial, variando

não apenas no que diz respeito ao relevo, mas igualmente quanto ao clima, à flora e à fauna. Nas alturas geladas dos Andes, nas imensas extensões da floresta equatorial amazônica, ou nas vastas paisagens cobertas de gramíneas dos pampas, estes ambientes distintos exigiam dos grupos indígenas adaptações culturais muito específicas (Kern; 2002: 01).

Para solucionar problemas com a agricultura, as populações indígenas pré-históricas de Llanos de Mojos (atual Bolívia) desenvolveram técnicas de engenharia hidráulica para o controle da água e da umidade do solo, buscando assim implantar uma agricultura em solos pobres em nutrientes minerais, caracterizados ainda por inundações devastadoras e longas temporadas de seca. José L. Roca (2001) atribui esta engenharia ao isolamento da zona de Mojos, pois, estando aprisionada entre a cordilheira andina e a floresta amazônica, obrigava *esa masa poblacional a desarrollar un agricultura intensiva de subsistencia en unos suelos inaptos para tal actividad por ser arcillosos, impermeables, y sin nutrientes orgánicas* (Roca; 2001: 318 e 319).

Para exemplificar como os indígenas desenvolveram tais atividades em condições tão adversas, José L. Roca nos apresenta uma hipótese (formulada por Keneth Lee) sobre obras de terra ou *earthworks*:

Los antiguos paititianos, o como se hubieran llamado, conducían a través de canales desde las últimas estribaciones de las serranías, agua con una cantidad de elementos minerales nutritivos en suspensión, hasta campos de cultivo previamente preparados con altos surcos, y protegidos con muros de contención. Esa operación se la efectuaba en época seca (...) Cuando ya tenían el agua mineralizada debidamente controlada, hacían crecer rápidamente plantas acuáticas como el tarope y otras especies, para que sus raíces absorbieran el mineral contenido en el agua, y en ese mismo ambiente hacían proliferar peces y caracoles. Cuando calculaban el momento oportuno, abrían las compuertas de madera dejando salir solamente el agua, reteniendo las plantas acuáticas, los peces y los caracoles para mezclarlos con la tierra de los tabloneros previamente preparados (Roca; 2001: 319).

Com isto conseguiam não só o adubo, mas também evitavam o crescimento de matos e a proliferação de insetos. Estes fossos eram resultantes de processos geomorfológicos naturais ou deliberadamente criados (como poço ou zonas de empréstimo de terras para a construção da *loma*) e estavam diretamente ligados às construções que serviam de redes de comunicação e transporte entre os assentamentos.

As calçadas ou terraplanes proporcionavam o acesso em épocas chuvosas. Já os canais garantiam o transporte aquático o ano todo. Padre Francisco Eder (1985), em sua *Breve Descripción de las Reducciones de Mojos*, faz menção às calçadas que sobressaíam por cima da água. Estas mesmo durante as mais severas inundações, eram capazes de comportar duas carretas e, quando secavam os campos, continuava havendo suficiente quantidade de água junto às calçadas nos fossos. Com isto, os indígenas conseguiam levar com facilidade suas colheitas e demais suprimentos em suas canoas. Em outro momento da narrativa, Eder cita fortificações feitas pelos Baures para se defender dos Guarayús, etnia resistente à evangelização que efetuava incursões guerreiras contra aqueles para tomá-los prisioneiros.

As obras de terraplanagem, segundo Roosevelt (2002), também incluíam áreas de cultivo elevadas, com valas, diques, canais, poços, açudes e sambaquis para habitação e enterramento. Para Clark Erickson (1996), estas *lomas* eram provavelmente multifuncionais, e raras vezes foram utilizadas somente para uma função. Não obstante, o uso conferido a elas, podia variar um tempo depois do ciclo de assentamento residencial, construção, manutenção e abandono.

As *lomas* ocorriam em grupos, ao redor de massas de água (a exemplo de velhos meandros de rios) ou em espaços abertos do tipo “plaza”.

Há entre elas uma grande variação em tamanho e morfologia, podendo ser oval ou redonda, irregular e díspare em sua superfície. Ou seja, as *lomas* podem se classificar como simples e complexas, sendo a primeira diferenciada e com pouca irregularidade e a segunda caracterizada por possuir um ou dois pontos mais altos e topografia de superfície irregular, podendo ocorrer uma sobreposta à outra, duais (por vezes conectadas por calçadas), de múltiplas funções e com um grande potencial para a caça e pesca. Esta última é dotada de um hábitat seco para os animais que escapam de inundações, que duram até seis meses.

O referido autor também, com base nos vestígios arqueológicos encontrados nas escavações, que a dispersividade dos assentamentos nas savanas ou nas bacias de rios, somadas à diversidade cerâmica durante o período pré-colombiano, respalda a idéia de que havia numerosos grupos étnicos vivendo em aldeias dispersas pela paisagem agrícola, interligados por uma rede de canais e calçadas.

Em Chiquitos, também localizados no Oriente Boliviano, o padrão de assentamento era muito variável, pois, de acordo com Virgilio Suárez Salas,

los pobloados cuantitativamente pueden tener una serie de chozas de 5 a 30 unidades y formalmente puede ser cuadradas, rectangulares, circulares, ovaladas o irregulares. Internamente, por su espacio y tamaño pueden albergar a grupos de 5 a 50 personas, ya sean separados entre mujeres y hombres, padres y parientes en sentido horizontal, o mediante diferentes niveles de hamacas (camas) en sentido vertical. Existen también las Casas Comunes que agrupan familias. Asimismo, en los asentamientos propiamente dichos, surgen, con sus variantes, elementos como la vivienda, el templo, el enterramiento, la aguada y la plaza que representa su núcleo integrador (Salas: 1995b: 407).

Para exemplificar, Virgilio Suárez Salas (1995b) acrescenta ainda que as vivendas dos chanés, em geral, estavam estruturadas sobre uma base circular e integradas a vários casarios, estendendo-se consideravelmente ao longo da floresta sem ordem nem simetria. Podemos observar no relato do Padre Juan Patrício a respeito das casas Chiquitanas:

Las casas no son más que cabanas de pajas dentro de los bosques, una junto a otra sin ningún orden ni distribución, y la puerta es tan baja que sólo pueden entrar a gatas, causa porque los españoles les dieron el nombre de chiquitos: y ellos no dan otra razón de tener así las casas sino por librarse del enfado y molestia que les causan las moscas y mosquitos... – también porque sus enemigos no tengan por donde flecharlos de noche (Moreno, 1995a:260)

Ainda segundo a descrição do padre, os Chiquito *vivem poucos juntos*, como *República sin cabeza*, en que cada uno es señor de sí mismo, y por cualquier ligero disgusto,

se apartan unos de otros. Las casas no son más que unas cabañas de paja dentro de los bosques, una junta a otra, sin algún orden, o distinción (Roth, 1995b: 516).

Para Virgilio Suárez Salas, as etnias primitivas do Oriente Boliviano estavam basicamente *conformadas por tribus nómadas, seminómadas y sedentarias de agricultores, cazadores, pescadores y recolectores* (Salas, 1995b: 407).

Paula Cafeli (1989-90) nos chama atenção para o fato de que em Chiquito houve dois tipos de casas: uma que seria para a família (uma cabaña o choza de palha feita à maneira de forno, de uma planta circular coberta ao modo de cúpula e não muito grande), e uma outra para os *muchachos*, (casas grandes para receber hóspedes, feitas de ramos de árvores, e que, por serem tão grandes, necessitavam de grossas vigas de madeira para sustentá-las).

A autora afirma que, se analisarmos tanto a moradia como o artefato produzido pelos Chiquito (por sua pouca sofisticação e quantidade), poderemos perceber uma grande capacidade de mobilidade e dispersão destes grupos que, conforme seu ponto de vista, constituem características de bandos. Já a agricultura praticada pelos Chiquito, segundo relatos missionários, era realizada em épocas chuvosas (de outubro a maio), situando, suas plantações em colinas. Depois de realizar a coleta, esses povos se dedicavam à caça (na estação da seca), até que começasse uma outra época de sementeira. Para Paula Caleffi, a fase de dispersão estava relacionada com épocas chuvosas por conta das plantações nas colinas; já a aglutinação era referente às práticas de caça, o que leva a crer que as famílias fossem nucleares, constituídas por *madre, padre, hijos*. *De ello concluimos que la regla de residencia era neolocal* (Caleffi, 1989-90:230).

No período de caça, os índios Chiquito repartiam-se em muitas quadrilhas, deslocando-se de maneira organizada no bosque, conforme relato do Padre Knogler:

En otros casos, cuando quieren organizar una cacería de animales de todas clases, buscan un terreno en el monte o el campo donde se encuentre, en el matorral o bajo el pasto alto, un lugar pantanoso o aguanoso que sirve de bebedero a las tierras. Después de limpiar el terreno adyacente de arbustos y pastos, en un circuito de doce a quince pasos, rodean el lugar con un cerco. Cuando luego incendian el monte que encerraron, todos los animales grandes y pequeños huyen y ellos los acometen a tiros desde el cerco tendido alrededor del bebedero, sin correr peligro de que el fuego los alcance, ya que arrancaron todo lo que puede quemarse (Caleffi, 1989-90:236).

Caleffi conclui que, de maneira geral, os Chiquito possuíam algumas características de bandos coletores, mas também dominavam a técnica do cultivo e da produção de alimentos, características, segundo a autora, de sociedades tribais. Assim, a caça e agricultura

estavam equilibradas, entre outras formas de produção, para garantir a sobrevivência dos grupos étnicos. Neste sentido, elas se complementavam e se compensavam.

Diferentemente de Chiquito (Salas 1995b), os Guarani estavam organizados em casas coletivas ou comunais, dispostas de forma heterogênea para dar morada a várias famílias. Eram agricultores itinerantes, e sua subsistência era garantida pela caça, pesca e coleta, já que

o ambiente florestal e das margens fluviais lhes davam condições de realizar em abundância a caça e a coleta. A inexistência de animais domesticados em toda a América Atlântica levou os grupos de horticultores a manterem padrões de subsistência baseados na caça em larga escala, como forma de suprir as suas necessidades de proteínas. Importantes também para completar a dieta alimentar foi a coleta de vegetais, principalmente as raízes, os frutos e as folhas comestíveis, assim como de mel silvestre. O ambiente deveria também ser capaz de suprir outras necessidades dos grupos (Kern, 1994:110).

Para Arno Kern, as aldeias Guarani estavam instaladas em clareiras em meio à floresta subtropical, próximas a fontes de água e sobre colinas, junto às várzeas férteis dos rios, características de um padrão amazônico de ocupação do espaço. O autor também aponta que foi em meio a essa floresta que os homens abriam clareiras e as mulheres plantavam pequenas roças nos solos ricos em húmus; quando este recurso começava a rarear, os indígenas procuravam outros locais para a instalação de suas aldeias.

Suas aldeias estavam compostas por casas ovais (“ocas” ou “oga”), habitadas por diversas famílias (balizadas por troncos de sustentação do telhado no interior das grandes “ocas”) da mesma extensão clânica, variando em número e distribuídas em torno *de um espaço coletivo de circulação, reunião, danças, bebedeiras sagradas, festins canibais e mesmo desportos* (Kern, 1994:110). Próxima às cabanas estava a zona de enterramento, onde seus mortos eram dispostos em posição fetal dentro de grandes urnas funerárias.

A propriedade predominante entre os Guarani é o *abambaé*, afinal estava relacionada com as famílias extensas e casas grandes. Entretanto, entre eles havia bens individuais, como redes, armas e adornos plumários para ocasiões de festa, pertences que muitas vezes eram sepultados juntamente com seus proprietários em grandes urnas.

O que procuramos evidenciar é que, a partir de estudos etnohistóricos agregados a uma revisão de relatos e crônicas do momento do contato, é possível (segundo Calandra e Salceda (2004)), traçar um panorama discreto acerca da presença e distribuição dos grupos indígenas, incluindo a localização e características culturais, além de aspectos singulares de interesse por parte dos conquistadores de formarem seus assentamentos nestas espacialidades.

Neste sentido, os povoados missioneiros ocupariam uma fronteira viva, de uma permanente oposição de interesses entre a sociedade espanhola local e a frente de expansão lusa. E *os missionários da Companhia de Jesus destacar-se-iam como fundadores de povoados, entre os indígenas Guaranis, os Chiquitos e os Moyos (...) mesclando características sociais oriundas das tradições ameríndias e europeias, numa síntese nova, em contínua transformação* (Kern, 2003: 34).

Ao fazer uma análise mais aprofundada da iconografia de São João Batista, Kern observou que *este plano urbano nos evidencia uma série de padrões relacionados às normas milenares materializadas nas aldeias dos horticultores da floresta tropical e subtropical, e as planificações urbanas inovadoras do Renascimento* (Kern, 2006: 172).

Virgilio Suárez Salas (1995c) ressalta que esta nova ordem ou *pax romana*, com sua carga colonizadora centenária, aplicou como ato de conquista e soberania (ao tomar posse de um determinado território) um traçado de dois eixos perpendiculares, o *decumanus*, no sentido leste-oeste, coincidente com o caminho percorrido pelo sol, e o *cardus*, no sentido norte-sul, no qual se presumia girar a Terra.

Para o autor, a estrutura urbana reducional proporia dois eixos de ordenamento: um eixo longitudinal, que surge convencionalmente como uma rua normal e contínua, com a capacidade de atravessar o pueblo de extremo a extremo por seu centro médio; e um outro eixo em sentido transversal, definitivamente teórico e virtual, que se desenvolve desde o ingresso principal da redução e incorre transversalmente por seu eixo simétrico até unir-se ao eixo longitudinal. Para Virgilio Suárez Salas, tal reconhecimento tipológico

lo diferencia de los modelos urbanos hispano-coloniales conocidos hasta esse momento, porque, además, los ejes no sólo determinan el desarrollo concentrado de las actividades previstas en el programa sacral religioso frente al programa civil, sino que guían y controlan el crecimiento, y la expansión urbanos en tres direcciones sobre referencias físicas y datos concretos (...) se controla el acceso exclusivo, y es este sector donde se localizan los principales lugares de servicios, producción y apoyo de bienes y excedentes, y lo que es definitorio, están ubicados los principales reservorios de agua en lagunas y atajados (Salas, 1995c: 421)

Assim, conforme Salas, os eixos visariam integrar dois sistemas de poder, o religioso e o indígena. Assim, estes eixos não só dividiam, mas também uniam duas culturas, dois mundos inter-relacionados por uma direção, havendo entre ambos uma praça com grandes dimensões e que serviria como elemento integrador.

A escolha do local para a instalação do povoado missioneiro era uma preocupação que perpassava todas as reduções. Afinal, ela exigia um profundo conhecimento sobre as diversas

paisagens que compunham essas regiões. Tal preocupação se dava em função da necessidade de água para o povoado, pois, além de abastecê-lo em períodos de seca, a população concentrada no núcleo urbano da redução deveria contar com um sistema de eliminação de dejetos orgânicos (Barcelos, 2000).

A estrutura sócio-econômica dos *pueblos* chiquitanos era muito similar à dos Guarani, ainda que fossem *pueblos* que conheciam e praticavam a agricultura, apresentavam também um caráter subsidiário com base na coleta. Por outro lado, segundo Alcides Parejas Moreno (1995b), estes *pueblos* não conheciam a propriedade individual do solo, e ressalta que para os chiquitanos não estava muito claro o conceito de propriedade coletiva.

Em Mojos, uma ampla rede de agricultura e de pastagens seria o reflexo físico das mudanças, que, segundo Block (1997), transformariam assentamentos aborígenes dispersos em grandes complexos, dedicados à exportação de recursos savaneiros durante o período reducional.

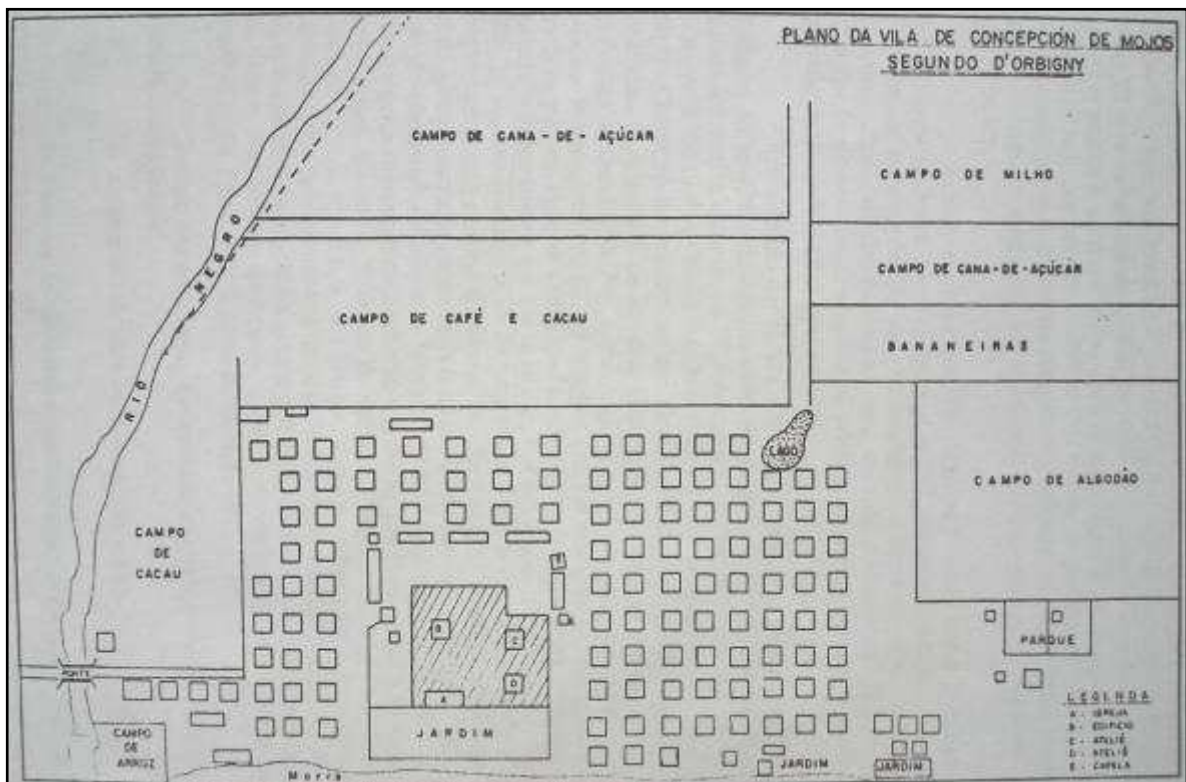


Fig. 7. Plano da Vila Concepción de Mojos segundo D'Orbigny. Fonte: Meireles, 1989.

Como podemos observar na figura 7, os campos cultivados e as pastagens intercalavam-se em torno do núcleo urbano da redução. As parcelas agrícolas ocupavam as elevações naturais ao longo dos cursos fluviais. Para exemplificar aquilo que em certa medida

se assemelhava ao desenho feito por D'Orbigny, David Block (1997), com base no relato do viajante Manuel Felix, observa que os campos se

estendiam por consideráveis distâncias desde Magdalena, água acima e abaixo do rio San Miguel; e o testemunho indígena do período imediatamente pós-jesuíticos ampliam o relato do intruso português. Neófitos de San Pedro afirmaram que mantinham plantações de cacau a dois dias de distância de seu centro de residência no Marmoré. Os índios de Magdalena descreveram uma série de faixas concêntricas que rodeavam suas reduções: a primeira dedicada ao algodão e aos cítricos; a segunda, a cultivos de subsistência, a terceira, ao cacau; e a última, a terrenos de pastagem. (Block,1997: 97)

Block relata também que devido às distâncias (ainda na segunda década do século XVIII), surgia dentro das reduções rivalidades entre os índios reduzidos e os jesuítas, devido ao desejo dos índios em pegar produtos em terras que lhes havia pertencido em épocas pré-jesuíticas, ameaçando assim a *pax iesuitica* que durava já trinta anos. Em Chiquito (Salas 1995 a) atividade agrícola somava-se a pecuária através de uma rede de estâncias (localizadas a cerca de cinco a vinte léguas dos povoados), dedicadas a criação e reprodução de animais como o gado e equinos.

A maior parte das atividades econômicas das reduções de Mojo estava dedicada à agricultura e ao pastoreio. Cabe aos missionários os créditos pela introdução em Mojos de um sistema de produção que separava a agricultura tradicional de base familiar da comunitária, constituindo um modelo de trabalho comunal como *nas reduções guaranis – em forma de tumpabaé ou plantação comunitária* – [pois esta] *formava parte da prática nativa, ao contrário de Mojos que não há provas pré-reduccionais da empresa econômica mista (privada e comunitária)* (Block, 1997:149).

Os excedentes agrícolas e a produção artesanal ingressavam num depósito comum, recurso do qual se valeriam os povoados em tempos adversos ou que ainda poderia ser vendido na economia civil. O depósito estava presente nas reduções Guarani (cf. estudos de Kern, 2006 e Barcelos, 2000), mas não há evidências em Chiquito, por não haver referências documentais nem materiais cf. Querejazu, 1995).

Já os edifícios centrais das reduções de Mojo eram de um formato e detalhe notável, apesar das limitações impostas pela disponibilidade local de materiais de construção. Eles foram construídos em madeira e adobe, contando com átrio e galerias, como as de Chiquito (Kühne 1996). Como nestas regiões tanto a luz solar como as precipitações são intensas, os arquitetos jesuítas adaptariam suas técnicas de construção. Além disso, essas regiões careciam de matéria-prima para as edificações.

Assim, quadrilhas de índios abatiam gigantes troncos de árvores em bosques subandinos do Alto Marmoré, transportando-os por água abaixo até o lugar das reduções. Realidade diversa era encontrada nas reduções Guarani, que contavam com matéria-prima para construção de suas edificações, sobretudo a Igreja (Barcelos, 2000).

Uma outra evidência importante para Chiquito é o fato de o eixo da praça e do *pueblo* coincidirem com o eixo do pátio do colégio, uma marca, segundo Hans Roth (1995a), que diferencia seu urbanismo daquele dos *pueblos* jesuíticos do Paraguai, no qual o eixo da igreja coincide com o eixo da praça. A figura 8, que retrata a vila de San José de Chiquito, pode nos oferecer uma idéia de como era essa planificação urbana.

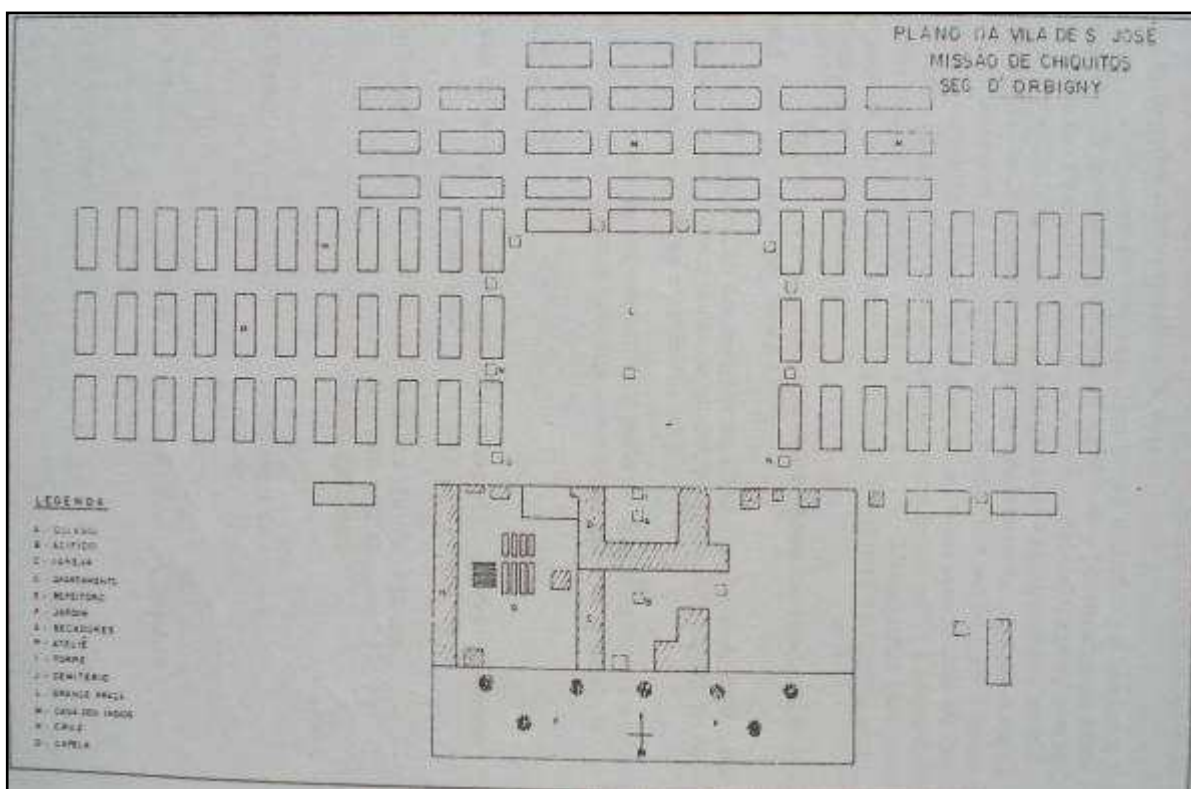


Fig. 8. Plano da Vila de S. José Missão de Chiquitos segundo D'Orbigny. Fonte: Meireles, 1989.

Na praça central das reduções de Chiquito existem quatro pequenas capelas, uma em cada ângulo. E, no centro da praça, temos uma cruz rodeada de palmeiras. O acesso do *pueblo* se dá pela *Betania*, uma pequena capela isolada, localizada no acesso principal do *pueblo*.

Nas reduções Guarani (Kühne, 1996), a igreja encontra-se sobre o eixo maior do *pueblo*. A entrada oposta a ela se encontra acentuada por duas capelas. Inexiste uma grande cruz no centro da praça. E, no lugar das quatro capelas nas esquinas da praça (como em Chiquito), há quatro cruzeiros orientados na direção que tomam as procissões. Uma outra cruz

está situada ao final do eixo maior, no lugar da capela *Betania* em Chiquito, conforme se observa na figura 9 o *plano del pueblo de San Juan Bautista*.

Outra construção que destoa entre os grupos Guarani e Chiquito é a existência do *cotiguaçú*, ou casa das viúvas. Isto se deve, segundo Paula Caleffi (1989-90), à porcentagem superior de viuvez feminina existente entre os Guarani com relação aos Chiquito.

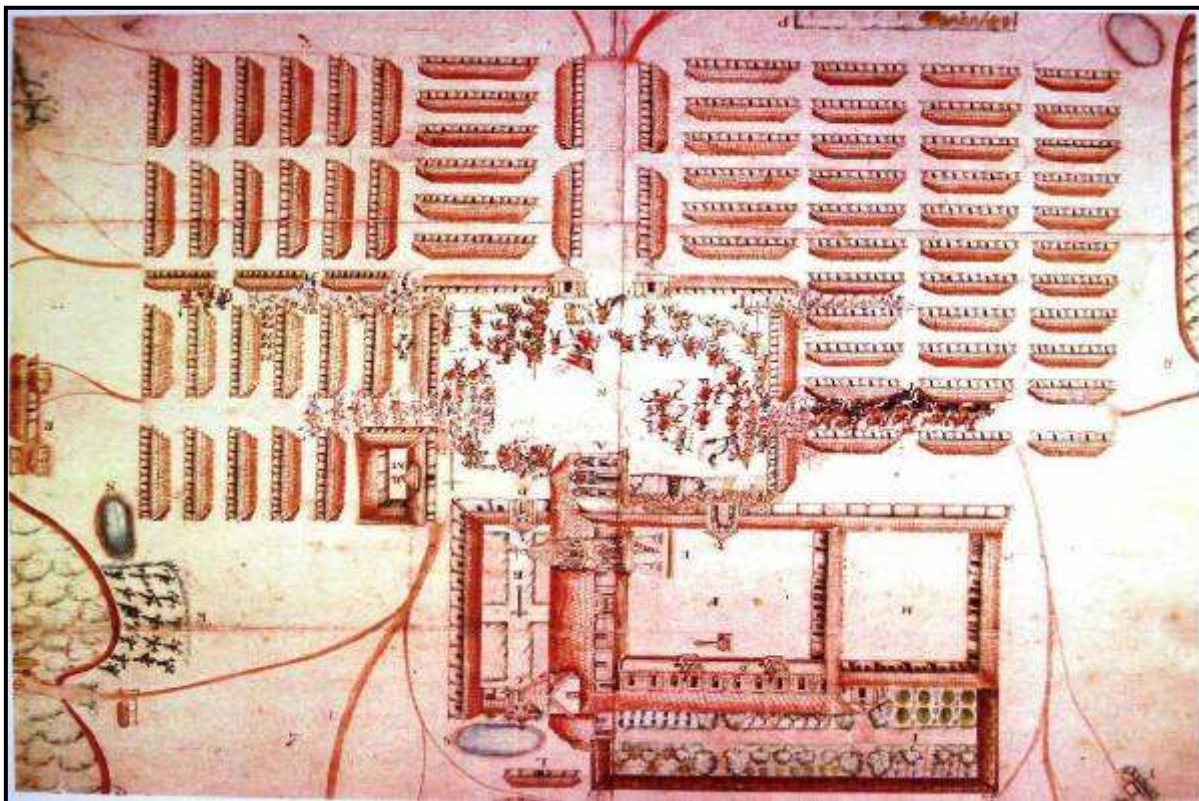


Fig. 9. Plano del Pueblo de San Juan Bautista, del río Uruguay. Fonte: Peramàs, 2004.

Em Mojo, havia uma capela em cada esquina. E as quatro ruas que desembocam na praça determinam os eixos principais de um circuito, dividindo a população em quarteirões de vivendas claramente delimitadas. A torre de adobe estava localizada na esquina da praça, ao lado da Igreja, no lugar da capela mortuária em Chiquito.

O edifício principal da paróquia geralmente contava, em Mojo, com dois pisos, e se encontrava diretamente sobre a praça, e não no pátio interior, como em Chiquito (Kühne, 1996). Hans Roth salienta que estas edificações, como, por exemplo, San Rafael de Chiquito, são reconhecidas como “casa de hóspedes” na memória coletiva do lugar, reiterando que em Mojo essas casas eram freqüentes. David Block (1997) lamenta que a desapareição dessas

construções⁶⁸ impeça uma análise mais profunda das mesmas, mas, por outro lado, ainda podemos observar estas edificações nas aquarelas do século XIX, que têm como tema as reduções *Concepción, San Ramón e Magdalena* (cf. figuras 28, 29 e 30).

Uma outra peculiaridade das reduções de Mojo são as vivendas construídas sobre estacas (*barbacoa*) a fim de evitar inundações⁶⁹, uma vez que suas fundações se davam geralmente próximas a rios, devido à grande facilidade de comunicação entre as mesmas. Dessa forma, segundo o relato do padre Eder

muchas y aun todas las reducciones adyacentes al río Mamoré cada año padecían grandes daños por la inundaciones. No encontrándose en ninguna parte lugares aptos para levantar las reducciones y que al mismo tiempo estén a salvo del peligro de la inundación, muchos años sucede que durante todo un mes la misma reducción queda inundada, por lo se hace necesario circular por ella navegando en canoas, ya se trate de los indios que no tienen casas elevadas y construídas sobre estacas, han de construir algún piso improvisado de madera en que vivir día y noche con su familia y animales, teniendo la canoa atada a la puerta para poder movilizarse cuando quieran. En estas circunstancias no es raro que desde el piso superior de la casa pesquen con flecha los peces que circulan por abajo, pues éstos y – lo que es más divertido – los caimanes transitan libremente por la plaza, calles y aub casas, haciendo presa de los perros o patos desprevenidos (Eder, 1985:62).

A partir das informações aqui apresentadas, foi-nos possível, perceber, apesar da dispersão das fontes, como estas populações indígenas estavam dispostas em seus territórios, e como a ação missionária adaptou as famosas “Leyes de Índias”⁷⁰ às novas realidades, contando, é claro, com a colaboração dos indígenas neste processo.

Neste sentido, *o povoado se materializaria como uma síntese cultural de influências não apenas européias e indígenas, mas igualmente medieval, moderna e indígena*, conforme destaca Arno Kern (2006:198). Portanto, esta breve síntese do contexto das vivendas pré-missionais das populações indígenas Guarani, Chiquito e Mojo e suas experiências urbanas enquanto *pueblos* missioneiros nos permitiu, visualizar algumas semelhanças e diferenças em suas conformações urbanas, bem como os esforços tanto de europeus quanto dos indígenas em adaptar as novas paisagens e novos costumes.

⁶⁸ Estas informações podem ser observadas no diário de viagem do Governador de Santa Cruz de la Sierra, Don Alonso Verdugo. Trata-se da sua visita feita às missões do Marmoré e do *Itenes*, dando detalhes de como era a conformação urbana dos povoados e fazendo menção a edifícios de dois andares para Mojos, como demonstra o trecho a seguir: (...) *La casa de los Padre es de vivienda baja y alta, corriendo ésta por um solo ángulo de la casa y dilatándose aquélla por dos* (Pastells, 1949:740).

⁶⁹ Algo semelhante a esta atividade construtiva também se observa nas missões dos Maynas, conforme apontam os estudos realizados por Sandra Negro. Assim como em Mojos e Chiquitos, havia uma carência de materiais construtivos, tais como pedra e argila. Segundo a autora, os padres tentaram fabricar *ladrillos*, *pero debieron desistir muy pronto, ya que éstos se quebraban por la falta de arcilla de calidad* (1999:289).

⁷⁰ Para maiores detalhes sobre as Leyes da Índias, consultar: KERN, Arno Alvarez. *Urbanismo Misionero*. In: Arno Alvarez Kern & Robert Jackson. *Missões Ibéricas Coloniais: da Califórnia ao Prata*. Porto Alegre: Pailer, 2006.

2.4 Urbanismo Missioneiro: um estudo das missões de Mojo no Oriente Boliviano.

Para esta seção, vamos apresentar os aspectos urbanos das missões jesuíticas de Mojo, tendo como referência as descrições das reduções presentes nas obras *Viaje a la America Meridional* (1945), de Alcides D'Orbigny, realizada de 1826 a 1833; o *diário de viagem do Governador de Santa Cruz de la Sierra a fortaleza dos portugueses estabelecida no pueblo de Santa Rosa a velha pelo Governador de Mato Grosso-Carta de Don Alonso Verdugo, Governador de Santa Cruz de la Sierra, a Real Audiência da Prata em 13/11/1760*, compõe os documentos da *Historia de la Compañia de Jesús en la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil)*, de Pablo Pastells (1946); a *Bandeira de Francisco de Mello Palheta ao Madeira e o documento da narração da viagem desde 11 de novembro de 1722 até 12 de setembro de 1723*, em João Capistrano de Abreu (1963); e, por fim, *a viagem de Manuel Félix de Lima pelos rios abaixo em 1742*, em Robert Southey (1977).

Conforme já salientado anteriormente, a estrutura urbana reducional de Mojo será percebida através de dois eixos de ordenamento: o religioso e o indígena. Assim, os religiosos apoiar-se-iam nas técnicas autóctonas tradicionais para definir o local das reduções, uma preocupação presente também nas missões de Guaraní e Chiquitana⁷¹. Portanto, os missionários de Mojo, atentos ao conhecimento que os índios tinham de sua topografia local, situariam cuidadosamente suas missões em zonas que permitam acesso aos recursos fluviais e ainda ofereciam um local onde estariam mais possivelmente protegidos das inundações que ocorriam nas savanas de Llanos de Mojos. Segundo David Block,

la inundación es un hecho de vida en la sabana. La población autóctona vivía en paz con la subida y bajada anual de las aguas; pero la vida reduccional, que descansaba sobre los poblados fijos y una arquitectura de gran formato, sufría grandemente a causa de la erosión de las inundaciones. La estación lluviosa de 1750-1751 ocasionó las inundaciones más extensas desde 1723, cuando las aguas habían obligado a reemplazar varios sitios reduccionales. La inundación de 1750 golpeó con fuerza en el Alto Marmoré, destruyendo cultivo y ganados, socavando los

71 Para outras informações, consultar: KERN, Arno Alvarez. Urbanismo Misionero. In: Arno Alvarez Kern & Robert Jackson. *Missões Ibéricas Coloniais: da Califórnia ao Prata*. Porto Alegre: Pailer, 2006. EDER, Francisco Javier. SJ. Breve Descripción de las Reducciones de Mojos (ca. 1772). Traducción y edición de Jopep M. Barnadas. Tradução de Josep M. Barnadas. Cochabamba: Historia Boliviana, 1985. ROTH, Hans. El Plano Ideal de Urbanismo Misional de Chiquitos. Segunda Parte. Capítulo Tercero. Libro Tercero. In: QUEREJAZU, Pedro (org.). *Las Misiones Jesuíticas de Chiquitos*. La Paz. Bolivia: Fundación BHN/Línea Editorial/ La papelera S.A, 1995 a. BARCELOS, Artur H. F. *Espaço e Arqueologia nas missões jesuíticas: o caso de São João Batista*. (Coleção Arqueologia 7). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

cimientos del templo de San Ignacio y obligando a resituar San Javier y Loreto. Los padres visitaban a los indios en canoas. Las actividades de los neófitos quedaron totalmente maltrechas y varias de las reducciones sufrieron graves carestías de víveres. La inundación también contaminó el agua potable de las poblaciones, provocando contagios – probablemente, tifus – entre a población neófita ya debilitada por las raciones insuficientes (Block, 1997: 84 e 85).

As inundações ocorrem, conforme relata Eder em sua *Breve Descripción de las Reducciones de Mojos*, porque o rio Marmoré tem suas nascentes nos altiplanos peruanos, fazendo com que, em períodos chuvosos, o rio inunde com toda rapidez a vizinhança próxima à sua bacia, *rodeando de tal forma por todos lados las manadas de caballos o vacas que pastan, que no pueden espaçar a la muerte* (Eder, 1985:62). Além de afetar a criação de gado vacum e cavalari; também afetaria as plantações e semeadouros, que apodreciam todos (com exceção do arroz). Padre Eder relata que

he podido ver huertas enteras com plantaciones de plátanos, yuca o caña de azúcar, no solo cubiertas por el agua, sino arrancadas por el río juntamente con el suelo y flotando a modo de islas, de manera que los indios podían llevarlas fácilmente a la orilla y cortar la caña ya madura (Eder, 1985:62).

As inundações podiam alcançar, segundo informações de Josep Barnadas, aproximadamente 1 metro e 67 cm de altura (cerca de *dos varas*). A época de cheia começava no mês de janeiro e se prolongava até julho ou agosto, quando as águas baixavam e as vias terrestres poderiam ser utilizadas novamente. Segundo padre Eder, a única vantagem das inundações estava na possibilidade de os índios transportarem os troncos das árvores destinadas à construção de edifícios pelas águas do rio até as reduções.

Para compensar a carência total de pedras na construção das vivendas e edifícios, os missionários empregariam argamassa, resultante de uma mistura de *arcilla con pasto y estiércol animal que se colocaba en medio de una armazón de cañahueca amarrada con lianas de la selva. Es el llamado “tabique” que aún subsiste en las construcciones antiguas de todos el oriente boliviano* (Rocca, 2001:332).

Assim, o povoado missioneiro se organizaria, como destaca Arno Kern,

em torno da praça central, a “plaza mayor” espanhola e ao longo de um eixo que se prolonga da entrada do povoado, atravessando a praça e acompanhando a linha de maior extensão da igreja. O conjunto se ordena simbolicamente, pois o eixo separa o povoado em duas partes. (Kern, 2006:177).

Por conseguinte, as casas dos índios, de acordo com David Block (1997), mediriam aproximadamente 22x12 metros ou 273 metros quadrados de superfície, com uma altura

pouco superior a 9 metros. Residiam pelo menos duas famílias em cada casa, e, em caso de haver poucos membros, até três famílias habitavam o mesmo espaço.

As casas eram construídas de maneira que, entre uma e outra, houvesse uma distância de pelo menos 46 metros. Conforme descrição do padre Eder, a medida se fazia necessária para a segurança do povoado, afinal, *con el fin de que si se declaraba incendio (cosa facilísima entre gente tan descuidada y que no valora nada), no ardiera en un momento toda la reducción, como ya había sucedido más de una vez* (Eder, 1985:357). Os corredores que rodeavam as casas tinham aproximadamente 2,07 metros de largura e se faziam necessários para proteger as paredes das águas das chuvas, além de oferecer sombra e brisa para os que fugiam do calor no interior da vivenda (Eder, 1985). Para evitar as inundações, os pisos dos edifícios eram elevados com terras de outras partes da redução. E as colunas que sustentavam o teto que cobriam os corredores eram quadrangulares e bem trabalhadas como descreve padre Eder.

Já a vivenda dos missioneiros era mais ampla e cômoda que a dos índios. Segundo a descrição do padre Eder, estas moradias foram construídas *con adobes hasta la altura que llaman de un piso, pensando que así lograrían librarse de los animales ponzoñosos, la experiencia demostró que las víboras, sapos y demás animales semejantes penetraban así en igual abundancia y los mosquitos, mucho más* (Eder, 1985:356).

Segundo o arquiteto Hans Roth, estas edificações seriam reconhecidas como “casa de hóspedes” na memória coletiva de San Rafael de Chiquito, reiterando que, em Mojo, essas casas seriam freqüentes, conforme poderemos observar no relato do Governador Alonso Verdugo para as reduções de Trinidad, San Pedro e Magdalena, que será apresentado mais adiante.

Todas as vivendas, segundo o padre Eder, eram branqueadas por dentro e por fora com uma terra branquíssima, devido à ausência cal. Para o acabamento, colocavam-se portas e molduras de janela de fabricação local. As reduções mais antigas cobriam com telhas não só o templo e a casa do missioneiro, mas também a maior parte das casas dos índios.

No centro da redução estava a praça principal, e em cada esquina havia uma cruz grande com capelas para a celebração das procissões. No centro da praça, rodeada por árvores distribuídas ao seu redor e protegida por grades, estava mais uma cruz maior que as demais, conforme relata o padre Eder (cf. figura 27). Para o arquiteto Mario J Buschiazzo, este é um caso *exactamente similar al de las posas mejicanas del siglo XVI, que no se usaron en las misiones del Paraguay. En algunas de éstas, y no en todas, se levantaban tan sólo dos*

capillitas en el ángulo que formaba la calle principal al desembocar en la plaza (Buschiazzo, 1996-1997:06).

Na redução, as quatro ruas que desembocavam na praça determinariam os eixos principais, que dividiam a população em quarteirões de vivendas claramente delimitados (David Block 1997), tal como se pode observar nas figuras 7, 8 e 9 apresentadas na seção anterior. Para se ter uma idéia da variedade de atividades presentes nas reduções, o autor toma por base um resumo elaborado por funcionários da coroa espanhola no momento da expulsão dos jesuítas, em 1767, relatando que

once de las reducciones poseían talleres de carpintería, en tres casos con herrerías anexas. Cuatro reducciones (todas ellas en los ríos Mamoré y Beni) contaban con instalaciones de tejido: la de Trinidad era la mayor, con siete telares puestos para tejer piezas de tela de algodón. Catorce reducciones elaboraban azúcar, yendo su infraestructura desde los simples trapiches de madera de San Simón y San Nicolás hasta los dos ingenios de bronce e instalaciones de refinamiento de Trinidad. Varias de esas instalaciones también almacenaban subproductos de la caña, como panes de azúcar, jarabe y alcohol. Todas las reducciones contaban con cantidad de sebo, algunas en estado bruto y otras en forma de velas (Block, 1997:101).

Block salienta ainda que estas pequenas indústrias domésticas das reduções estavam situadas ao centro dessas edificações, e desde seu início os neófitos praticavam uma gama de artes e ofícios na produção de ornamentos e utilitários. Assim, para o leitor visualizar melhor a estrutura urbana e rural⁷² das missões de Mojo, transcrevemos alguns parágrafos da obra de D'Orbigny (1826-1833), referentes ao diário de viagem do Governador Don Alonso Verdugo (1760), a narração de Francisco de Mello Palheta (1723) e a viagem de Manuel Félix de Lima (1742). Começaremos pela descrição de Concepción de Baures, segundo Alcides D'Orbigny:

2.4.1 La Purísima Concepción de Baures

Al entrar en la misión me sorprendió un aire de esplendor que nunca había encontrado, ni siquiera en las más lindas de la provincia de Chiquitos. La extensión, la distribución y sobre todo la plaza, en la que se elevaban una magnífica iglesia y un colegio que formaban un cuadrado de un piso, me dieron ocasión para admirar una vez más los trabajos extraordinarios de los jesuitas en esas regiones (...) Los indios no sostienen al instrumento verticalmente como la flauta de Pan ordinaria, sino que lo colocan horizontalmente y produce los sonidos apretando los labios como para las trompetas; pero como al músico le sería muy difícil sostenerla, un niño les tiene siempre el extremo.

(...)Estas comparsas [de indios músicos] se detuvo en las cuatro esquinas de la plaza para orar en las pequeñas capillas (...). Visité con sumo placer los campos de

⁷² No tocante à estrutura rural, estamos nos baseando no estudo feito por Artur Barcelos nas missões Guarani, enfocando os aspectos rurais nas reduções e o caso de São João Batista, presentes na obra: BARCELOS, Artur H. F. *Espaço e Arqueologia nas missões jesuíticas: o caso de São João Batista*. (Coleção Arqueologia 7). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

cultivos de la misión. Las plantaciones de cacao son realmente admirables por el vigor de su vegetación. Las plantas exhibían los frutos maduros en sus troncos y las ramas gruesas, pero nunca en su extremo. (...). Admiré los magníficos campos de algodón, de maíz, de arroz, de mandioca, etc., y también me alejé del centro para ver los campos de los indios. La misión de la Purísima Concepción de Baures fué fundada hacia 1700 por los jesuítas, con indios de la nación Baure, que eran entonces, junto con los moxos, los indígenas más industriosos de esas comarcas. (...) Como sus campos de cultivo, está situada en un terreno extenso, muy parejo, libre de inundaciones y rodeado de pantanos, lo que la convierte poco más o menos en una isla. Componen su edificación una bella iglesia, construida con madera y tierra, y un colegio, fábrica de un piso que ocupa toda la periferia de un gran patio. Numerosos talleres encuadran otros patios. La plaza, bastante grande, está dotada de capillas en sus cuatro esquinas y ocupa su centro una cruz adornada con hermosas palmeras cucich. Está rodeada por numerosas casas de indios, bien alineadas y ubicadas de manera que favorezcan la libre circulación del aire. Todo respira grandeza y orden en esta misión, sin disputa la más hermosa de la provincia (D'orbigny, 1945:1309 a 1313).

Alcides D'Orbigny, em sua viagem pela América Meridional, realizada de 1826 a 1833, descreve claramente a existência de *capillas* nos ângulos da praça, bem como a sua utilização para cerimônias em que os índios tocavam o *bajón*⁷³ (instrumento musical típico de Mojo). Nota-se a presença de campos de cultivos indígenas (uma herança indígena anterior ao contato com as frentes de colonização luso-espanholas), que ocupavam a maior parte das terras altas da savana de Mojos e distavam alguns dias da redução, tal como salienta David Block.

2.4.2 Santa Magdalena de Moxos

Situada sobre la margen iziquierda del Itonama, la misión está rodeada de llanuras anegadizas en tiempo de lluvias, y forma entonces un islote de unos tres kilómetros de largo (...). La aldea está inmejorablemente distribuida. Su iglesia, muy amplia, construida en el gusto gótico, es muy notable por sus esculturas de madera y pertenece al estilo más florido de la Edad Media. El colegio, cuadrado, con un piso superior, está dividido en tres grandes salas, más bellas que cómodas. El resto se parece en todo a las demás misiones, especialmente a Concepción de Baures. En la especie de islas vi campos inmensos de cañade azúcar, de algodón, de tamarindos y muchas plantas nuevas de cacao. He aquí cómo se cultivan estas últimas. Se comienza por hacer una plantación de bananeros; cuando han alcanzado un buen desarrollo, al pie de cada uno se siembran varios granos de cacao, que con muchos cuidados y protegidos además en su primera edad por la sombra de los bananeros, crecen poco a poco y comienzan a dar sus frutos a partir de cuarto o quinto año. Esos sembrados sirven solamente para el aprovisionamiento del colegio y aprovechan al gobierno. Los campos de los indios están a cuatro jornadas de camino (...). Como los pobres indígenas están siempre a disposición de los administradores, sólo obtienen quince días por año para sembrar y quince para cosechar; pero como la época de las cosechas coincide con la del comercio y del transporte de mercaderías, sucede a menudo que los Itonamas, imposibilitados de

⁷³ Para mais detalhes, consultar: NAWROT, Piotr, svd. Indígenas y Cultura Musical de las Reducciones Jesuíticas. Guaraní, Chiquitos, Moxos. Vol 1. La Paz, Bolivia: Editorial Verbo Divino, 2000. KÜHNE, Eckart. Las misiones jesuíticas de bolivia: Martin schmid : 1694-1772: misionero, músico y arquitecto entre los chiquitanos. Santa Cruz de La Sierra: Sirena, 1996.

visitar sus campos, pierden parte de su cosecha y continúan viviendo todo el año en la miseria más profundo (D'orbigny, 1945:1315 a 1317).

Neste parágrafo, Alcides D'Orbigny observa a presença dos campos de cultivo e sua distância em relação à missão Magdalena. Menciona ainda que a vivenda do missioneiro (que o viajante denomina de colégio⁷⁴) contava com um piso superior, cujo intuito era o de evitar insetos e animais peçonhentos, conforme já mencionamos anteriormente.

Antes que pudessem estes saltar em terra, estava acabada a missa; recebendo-os cortesmente à porta da igreja conduziam-nos os dois missionários para uma casa, onde estava uma comprida mesa coberta com uma toalha de algodão bordada, vendo-se em cima dela uma salva lavrada cheia de açúcar, e aos cantos da sala bananas, mamões, laranjas e essa fruta que os espanhóis chamavam de *almendras* e os portugueses castanha-do-maranhão. (...) Florescente missão esta. Espaçoso edifício de três naves era a igreja, sendo cada coluna, como a do Paraguai, o tronco de uma árvore gigante, bem feitos de barro os muros e de telhas a cobertura. No centro se erguia um calvário, e havia também três altares ricamente ornados, um órgão, quatro instrumentos de cordas chamados harpas, e quatro trombetas, que apesar de feitas de cana, davam sons tão belos como se fossem de metal. (...) Via-se toda a povoação cercada de uma muralha quadrada que sendo provalmente de barro como a igreja, estava coberta contra o tempo, projetando-se tão longe esta cobertura, que havia sempre um passeio enxuto à volta da redução. Tinha a praça grande, segundo o estilo costumado dos jesuítas, uma cruz a cada canto, e outra maior sobre o seu pedestal no centro. (...) as casas em ordem regular, como os quadrados de um tabuleiro de damas (...). Cercava a muralha uma área considerável de modo que houvesse espaço para quintais e currais, apresentando o aldeamento muitos sinais de civilização. Havia oficinas de tecelões, carpinteiros e escultores; um engenho, em que se fazia açúcar e aguardente; cozinhas públicas, e troncos para sanção de uma salutar disciplina. Numerosas eram as plantações de bananas, mamões e algodão, estendendo-se a cultura por muitas léguas ao longo do rio. (...) Na seguinte manhã portanto depois de terem os hóspedes almoçado chocolate e esponjados, e celebrada a missa, fizeram oitenta cavaleiros exercício na praça diante da igreja. Trajavam camisas de algodão enfeitadas com algum trabalho e largas calças azuis, sendo-lhes arma o macaná, e traziam os cavalos com chairéis de algodão, e muitos guizos no peitoral e sela. Saudaram primeiro os jesuítas, depois os estrangeiros, em seguida os alcaides e por fim as mulheres, que sentadas em esteiras assistiam ao espetáculo. (...) Concluído o exercício, encheram-se os dois lados da praça de flecheiros, nus, pintados de vermelhão o corpo como para batalha, batendo o pé, e soltando o grito de guerra. Despediram as suas setas para o ar, porém com arte, de que viessem todas a cair no centro da praça, ficando coberta delas a cruz grande (Southey, 1997: 186 a 188).

⁷⁴ De acordo com Arno Kern, o claustro em algumas vezes é denominado com uma certa impropriedade de “pátio da residência” ou “pátio do colégio”, porém é errôneo considerá-lo um mero espaço agregado, sem importância própria. Tanto a Igreja como a residência tem uma série de aberturas para o claustro. Os edifícios que os jesuítas construíram sob a denominação de colégios, nas cidades portuguesas e espanholas, são verdadeiras escolas para as elites dirigentes europeias e iberoamericanas, sendo muito conhecidos tanto na Europa como na América. Possuem características diferentes, pois os edifícios assim denominados são de grande porte, algumas vezes com diversos andares e com finalidades exclusivamente educativas. O fato de haver eventualmente uma sala para o aprendizado dos filhos dos caciques missionários, próximo ao claustro, não altera a denominação nem a especificidade deste espaço, conhecido por sua importância desde a Idade Média. O espaço do claustro é geralmente quadrado, transformado em jardim e rodeado de uma galeria, uma varanda coberta de telhas, cuja função imediata é uma circulação mais cômoda de uma peça para a outra, ao abrigo do sol e da chuva. A analogia deste plano com aquele da casa romana, que agrupa as suas salas em torno de um átrio (atrium) é evidente (Kern, 2006:184).

Manuel Félix de Lima, em visita à missão de Magdalena, no ano de 1742, confere detalhes do que era possivelmente o ambiente interno do refeitório e da cozinha⁷⁵. Percebeu ainda a semelhança na construção da Igreja da missão Magdalena com as do Paraguai. Acreditamos se tratar das Igrejas de Chiquito (pois, do ponto de vista religioso, esta pertencia à província jesuítica do Paraguai). Menciona ainda a presença de muros⁷⁶, que tanto poderiam ser uma referência à quinta (no caso das missões Guarani serviam como horta e jardim), como também aos diques construídos no entorno das reduções para evitar as inundações. Esta conformação também foi observada pelo governador Alonso Verdugo sobre a redução de San Pedro.

Felix de Lima registrou ainda campos de cultivos, além da *tipóia* indígena (vestimenta adotada posteriormente pelos missionários para as demais missões). Outro fato interessante na sua narrativa foi a demonstração da milícia indígena na praça do povoado, por ele assistida no ano de 1742, com o objetivo de fazer frente às ameaças de invasão portuguesa em Mojos.

El puerto de la Magdalena está situado a dos cuadras del río Guaporé, a la banda occidental, en una campaña muy espaciosa y despejada de todos árboles por la extensión de muchas leguas. Su situación por el ventajoso terreno que ocupa es de las mejores que se hallan en este país; el pueblo es asimismo el mayor no sólo en la extensión material, sino también en el número crecido de neófitos que lo forman;

⁷⁵ Segundo Arno Kern, o refeitório nas missões Guarani foi outro pólo importante da vida social dos missionários, como já havia sido nos mosteiros da Idade Média. (...) Esta sala retangular se encontra no extremo da residência, afastado portanto da igreja, ao lado do conjunto de salas destinadas às atividades artesanais. Seu mobiliário é simples. Sob as tábuas do assoalho do refeitório, encontramos sempre as evidências de um porão, no subsolo. Trata-se de um espaço retangular como o refeitório, de pouca altura. É um local sempre fresco e onde a temperatura é constante, destinado à conservação dos alimentos perecíveis, do vinho, dos cereais, etc. Erroneamente, a credence popular imaginou muitas vezes a existência de um subterrâneo neste local. As observações realizadas nos trabalhos arqueológicos de campo, em São Lourenço, São Miguel e São Nicolau, comprovam a função de porão ou de adega destes limitados espaços. Ao lado do refeitório, está instalada a cozinha. Ela se encontra em realidade em uma sala pertencente a um outro conjunto de construções, destinadas às atividades artesanais, voltada portanto para o pátio dos artífices. Existe uma lógica funcional nesta localização, que aproxima o local da produção dos alimentos ao local de seu consumo. Este raciocínio, entretanto, não explica porque a cozinha está completamente separada do refeitório, não existindo nenhuma porta que possa facilitar a circulação. Nas pesquisas de campo realizadas em São Lourenço, observamos “in situ” apenas um passa pratos retangular que permite esta ligação (Kern, 2006: 188,189).

⁷⁶ Nas missões Guarani, como afirma Arno Kern, não existem muralhas. Os mosteiros medievais, os burgos, os castelos e as fortificações européias tinham muralhas. Nas Missões, a defesa não é feita por muralhas de pedra e elas não existem, quer nos levantamentos topográficos, quer na documentação iconográfica. Existe apenas um longo muro em torno da quinta, destinado mais a proteger as raras espécies européias ali plantadas, do gado e dos animais selvagens. A defesa do conjunto é propiciada pelas tropas e a cavalaria da milícia indígena. A mobilidade da infantaria e da cavalaria é propiciada pelas ruas largas, conforme as novas normas militares da Idade Moderna, as recomendações das Leis das Índias e o novo plano urbano moderno, criado pelo renascimento. São as milícias indígenas que controlam as idas e as vindas dos visitantes estrangeiros à vida no povoado (...)Este controle impede a introdução de informações perniciosas, de distrações e de epidemias, doenças para o corpo e para a alma (Kern, 2006:177,178).

éstos son todos de la nación Itonama, de peculiar idioma; tiene una airosa y bella iglesia de tres naves en todo semejante a las antecedentes, y sólo distinta en la talla de su columnaje, que no es de madera, sino de una mezcla parecida al yeso: el retablo grande, los colaterales y el púlpito, como también los medallones que adornan las naves y en cuyo centro se ven de bello pincel los pasos de la vida de la Santa Patrona, son de una idea muy particular y sobresaliente; y que ni en el arte, proporción, ni hermosura se hallarán fácilmente en todo este reino. La casa de residencia de los Padres e de vivienda alta y baja y competente capacidad (...) Fundó esta misión el P. Gabriel Ruiz el año de 1720 (Pastells, 1949:747).

Don Alonso Verdugo salienta que a coluna da Igreja da missão de Magdalena não era de madeira, como observou Manuel Felix de Lima, mas de uma mescla parecida com gesso. Segundo a descrição do governador, a vivienda dos missioneiros era de dois pisos, fato igualmente descrito por Alcides D'Orbigny.

2.4.3 San Joaquín

A menos de cuatro kilómetros, y en medio de un bosque, encontré los campos de cultivo del gobierno. Son muy extensos y es realmente notable el vigor de las plantas que hay en ellos. Los bananos, las plantas de cacao, de caña de azúcar, de mandioca y de maíz tenían un magnífico desarrollo. Al regreso, pasé a dos kilómetros de la misión, cerca de una gran laguna que nunca se seca. Construidos muy sencillamente, sus edificios siguen siendo provisorios, y la misión no tiene nada de notable. Se fabrican allí los mismos objetos que en Concepción (D'orbigny, 1945:1323 a 1324).

Alcides D'Orbigny descreve os campos de cultivo da missão de *San Joaquín*, ressaltando sua extensão e variedade de plantações (ver a Igreja de San Joaquín na figura 26).

2.4.4 Exaltación de la Cruz

La edificaron en una llanura, en medio de que la esteros, y a cubierto de las grandes crecidas del Marmoré por un dique que la rodea y que los jesuítas habían levantado. La plaza, con sus palmeras, sus capillas y las casas de los jueces, se parece a la de las otras misiones. Construida según el gusto de la Edad Media, la iglesia está llena de ornamentos, de esculturas de buen gusto. Y sus murallas levantadas con tierra, están llenas de pinturas. El colegio, de una planta, está muy bien distribuído. El capricho de un administrador hizo desaparecer un precioso monumento. En los muros los jesuítas habían representado con detalles el mapa de la provincia, que debían conocer perfectamente; pero hacía unos años este administrador mandó borrarlo y lo reemplazó con caricaturas groseras, o con dibujos sobre temas de caza de jabalí, de ciervo, etc., ejecutados según los grabados europeos (D'orbigny, 1945:1341).

Conforme aponta o arquiteto Mario J Buschiazzo, este é o primeiro caso de pinturas *parietales de que tengo noticia en la arquitectura jesuítica de esta parte de América. Siempre prefirieron hacerlo en las bóvedas de madera que cubrían las naves, o en los casetones que*

formaba el envigado del techo cuando éste tenía forma de artesonado (1996-1997:06). Assim, além de funcionar como uma barreira para as águas, o muro ou dique serviria também como suporte parietal para representar a província.

Já na narrativa de Don Alonso Verdugo, não se observa a presença de muros, mas apenas uma comparação da missão Exaltação com a missão de San Pedro.

Este pueblo, que forma la nación Canibava, de particular idioma, ocupa la mejor situación de todos los del Mamoré; así por el terreno, que es de una greda blanca y fuerte, como por la altura, que lo tiene a cubierto de las inundaciones del Marmoré y le da libre entrada a los vientos que bañan su sitio, por esta razón nada enfermizo. En él se ve el pueblo de una planta hermosa y bien ordenada, así en calles como su plaza, siendo en unas y otras muy semejantes a la misión de San Pedro, y excediendo a ésta en el todo de su situación ventajosa; le son también semejantes casa e iglesia a las de San Pedro; sólo con la diferencia de ser menores, pero de igual adorno y hermosura. La de la Exaltación se fundó por el P. Antonio Garriga el año de 1709 (Pastells, 1949:744).

2.4.5 Santa Ana

Apesar de su posición y de la inundación temporaria de sus aledaños, la misión no tiene nada de insalubre. Está, eso sí muy mal distribuída. Las casas de los indios no están en línea, y la puerta de la iglesia, en vez de dar a la plaza, se abre hacia el campo. (...) sus escasos campos de cultivos están situados en medio de bosquecillos (...) pero existen dos buenos establecimientos para la cría de ganado. (D'orbigny, 1945:1343).

Um fato interessante na narrativa de Alcides D'Orbigny é a falta de simetria na planificação urbana da missão de Santa Ana. Segundo o viajante, as casas dos índios não estavam alinhadas, e a porta da Igreja, ao invés de dar acesso à praça do povoado, abria-se para os campos de cultivo.

2.4.6 San Pedro

La misión está emplazada en una llanura inmensa, bastante alta y cruzada por pantanos en los que nacen los ríos Tamucu y San Juan, los primeros dos alfuentes del Machupo. Concentraron en ella todas sus riquezas, todas sus grandezas, y por sus monumentos, por el número de sus estatuas de santos, por las joyas que adornaban a sus vírgenes y a sus niños Jesús, por las planchas de plata que decoraban sus altares, y más que nada, por las hermosas tallas de madera de su iglesia, San Pedro no tardó en rivalizar no sólo con las catedrales de Europa, sino también con las más ricas iglesias del Perú (D'orbigny, 1945:1347).

Na sua narrativa, Alcides D'Orbigny fornece detalhes dos itens que compunham a Igreja da missão de San Pedro (capital das missões) antes da expulsão dos jesuítas. No diário de viagem do governador Don Alonso Verdugo, pode-se observar a ornamentação e estrutura

(interna e externa) da Igreja, as oficinas artesanais, as capelas em cada ângulo da praça, bem como a vivenda dos padres, com dois pisos. O governador faz menção ainda a calçadas elevadas (*terraplenes*) que davam acesso ao *pueblo* e aos diques ou muro, para evitar as inundações. Isto nos leva a inferir que tais técnicas seriam características das obras de terras dos indígenas pré-históricos de Llanos de Mojos, conforme já abordamos no capítulo 1.

Este pueblo está situado a un cuarto de legua del río en una campaña abierta y despejada; es el mejor de todas las misiones (...), a ella se viene por una estrada muy ancha toda de terraplén y elevada del resto (...). Entrase a la población por una calle muy ancha y dilatada, toda cubierta a uno y otro lado de portales sostenidos de columnas labradas de madera. Las casas son altas y de gran comodidad y todas las que forman esta hermosa calle se ven cubiertas de tejas de palmas; la plaza es de grande y las casas o cuadras que forman sus tres lienzos son de la misma especie que las de la calle ya dicha, y sólo tienen de mejora estar cubiertas de tejas de barro. El otro lienzo de la plaza ocupan la iglesia y casa regular de los padres; la iglesia es la mayor y más hermosa de misiones; es de tres naves sostenidas de 48 columnas de primorosa talla; las del medio de la nave, que están doradas, mantienen airoso nichos para Nuestro Redentor, su Madre Santísima, los Apóstoles y Evagelistas, efigies de cuerpo entero y de insigne escultura. (...) El resto del lienzo de la plaza en que moran los misioneros es un bien formado colegio con claustros así bajos como altos, y todas las demás oficinas que se ven en las casas de la Compañía. A las cuatro esquinas de la plaza están otras tantas capillas, donde hace masión el venerable Sacramento, y la una de ellas es un devoto santurio de bello adorno dedicado a la milagrosa imagen de Cocharcas, donde todas las tardes concurre numeroso gentío a rezar el rosario con los Padres. El resto del pueblo está dividido en bien lineadas calles y casas que tienen corredores a uno y otro lado, aunque no de columnas labradas; de suerte que a excepción de los intermedios de calles, se puede marchar por todo el pueblo a cubierto de sol y agua. Pero este pueblo tan hermoso tiene contra sí la plaga casi anual de las inundaciones, de que para libertarse tiene el trabajo de reparar todos los años un dique o muro que lo circunda e impide que las aguas internen a la población; pero respecto de hallarse el plan de ésta muy inferior a la superficie de las aguas y así no poder salir las que arrojan las lluvias, es un trabajo considerable el desaguar el pueblo. Este se halla terraplenado y muy limpio; lo forma la nación Canisiana, de particular idioma y de experimentado valor; fundólo el P. Lorenzo Legardo el año de 1697 (...) (Pastells, 1949:744).

2.4.7 San Francisco Javier

Lo mismo que en San Pedro la iglesia estaba llena de grupos de estatuas. Los edificios de San Javier de Mojos son provisorios; el colegio no tiene más que una planta; su único monumento notable es una cruz de caoba que se levanta en medio de la plaza, toda llena de incrustaciones del brillante nácar de las conchillas de agua dulce. Con respecto a las otras misiones, la industria está allí bien encaminada: las obras de ebanistería y de taraceado de nácar están bien ejecutadas (D'orbigny, 1945:1351 e 1354).

Uma outra peculiaridade nas reduções de Mojo, a qual podemos observar na narrativa de Alonso Verdugo sobre a missão de San Francisco Javier, são as vivendas construídas sobre estacas (*barbacoa*), assim como os diques, cujo objetivo também era o de

evitar inundações. Alcides D'Orbigny salienta que o único monumento notável na redução era uma cruz que se erguia no centro deste povoado.

El terreno que ocupa es fértil y así se ve circundado de varias huertecillas que hacen divertida su estación; el pueblo es grande y lo más de él está cubierto de teja. La plaza es de competente magnitud y las calles ordenadas; las casas de los indios están construídas sobre un enterrado o barbacoa de palos, sostenidos en horcones de media vara alto para evitar lo húmedo del sitio, con todo que éste por su altura no padece inundación; de esta misma especie es la casa regular de los Padres, que se dilata por dos ángulos de competente vivienda; le suple ahora por iglesia una capilla interina por habérseles arruinado la que antes tenían y que pasaba por una de las mejores. A esta misión dió principio el Padre Agustín Zapata con gentiles Mojos el año 1691 (...) (Pastells, 1949:741).

2.4.8 Trinidad

Se halla em medio de una inmensa llanura, a tres leguas al este del Marmoré y a dos del Ivari. Sus alrededores están desnudos de bosques, muy secos en invierno e inundados en verano. A un kilómetro hacia el este se encuentra un gran lago. Es muy amplia su iglesia, y de buen gusto, aunque un tanto recargada de tallas de madera. La casa de gobierno, de un piso, es grande y cómoda. Por lo demás, y en cuanto a su distribución, la misión se parece a las otras. Por lo que se refiere a la industria, se hacen allí las mismas cosas que en San Javier (D'orbigny, 1945:1355).

É patente neste ponto da narrativa de Alcides D'Orbigny e do governador Alonso Verdugo a divergência na constituição da vivenda dos padres. Para o primeiro, a vivenda era de um só piso e, para o segundo, esta poderia ser tanto alta como baixa, conforme as narrativas. Parece correto afirmar que houve uma reestruturação na casa dos missionários após a viagem de Alonso Verdugo em 1760. Por isso, tal reestruturação não se faz perceptível na narrativa de Alcides D'Orbigny. O governador descreve ainda que o terreno da missão de Trinidad não era tão bom como o de Loreto, e que a última inundaçãõ havia chegado até a praça (cf. figura 31).

El terreno que ocupa esta reducción ni con mucho es tan bueno como el de Loreto: es muy amontado y en el todo no se liberta de la inundación, habiendo llegado la última hasta su misma plaza; ésta es bien capaz y sus calles bien anchas; los indios que la forman son todos de la nación Moja, reducidos el año de 1686 por el P. Ciprinano Barace, su fundador, quien murió mártir de la fe, predicándola a los gentiles Baures; tiene esta misión una muy hermosa iglesia de tres naves, sostenida sobre columnas de curiosa talla; se la ve adornado su cuerpo con buenas pinturas, colocadas en marcos de pulida obra, y de la misma son los retablos que tiene dicha iglesia; en el medio de ella se levanta un airoso púlpito, situación que guarda esta pieza en todas las iglesias de misiones para que así sea escuchado igualmente de ambos sexos el predicador, ocupando el de los hombres el espacio que hay desde el púlpito al presbitero, y el de las mujeres, empezando desde la puerta hasta la vecindad del púlpito. La casa de los Padres es de vivienda baja y alta, corriendo ésta por un solo ángulo de la casa y dilatándose aquélla por dos (Pastells, 1949:740).

2.4.9 Loreto

Crucé por un hermoso huerto de cacao, luego un bosque de cañas y entré en un bañado cubierto de árboles, en donde era preciso a cada momento agacharse para pasar bajo lo bejucos entrelazados o salvar las grandes raíces de que el suelo aparecía sembrado(1359). Edificada como las demás misiones, Loreto posee una amplia y bella iglesia y una capilla situada fuera, cerca del cementerio (D'orbigny, 1945:1360).

Esta é a missão mais antiga, pois serviu como base para as primeiras entradas na savana de Llanos de Mojós. Percebemos, na narrativa de Alonso Verdugo, que os padres estavam preparando a construção de uma nova Igreja no lugar da provisória. Na missão de Loreto, havia campos de cultivos de cacau, conforme relata D'Orbigny.

La primera de las del Marmoré y la más antigua de todas las misiones, adonde llegaron al ponerse el sol. (...) Al presente logra tan bella situación en un establecimiento distinguido en plaza muy capaz y calles bien derechas e iguales, y en todo él se nota una gran limpieza; tiene ahora una iglesia, sólo interina, y se entiende en fabricar otra; la casa regular de los Padres misioneros es de bastante capacidad, como también las de los indios, guardando éstas entre sí en figura y proporción una agradable uniformidad. Los que pueblan estes establecimiento son por la mayor parte Mojós, los cuales se reclutaron con Itonamas por haber disminuído notablemente el número de los primeros, las repetidas pestes que han segado a centenares las vidas. Fundóse esta misión por el P. Pedro Marbán el año de 1684 (Pastells, 1949:739).

2.4.10 Santa Cruz de Cajuava

Povoação esta situada em 14 graus e meio ao Sul e a cidade de Santa Cruz de Lacerda (sic) em 17 graus. Estes índios de natureza são mui curiosos, tocam muitos harpa, órgão, rabecas e cantam missa, são músicos de coro, e vários sabem ler, e são pintores e com boas ações e melhor sombra, o óleo com que pintam é leite de vacas, são bordadores eminentíssimos, que nos suspendem admirados ver três casulas, um capa de asperge, dalmáticas, estolas e manipulas, bolsas, palas, véu, frontais, panos de púlpito, tudo bordado com as mais galhardas flores e ramos, tudo em sua ordem e tão bem matizado que não é possível encarecer. (...) O governo deste povo é na forma seguinte: tem dois regedores e estes dois capitães e os capitães têm dois alcaides, e quando quer um daqueles índios colher as suas sementeiras ou plantar as suas roças vai à casa do regedor dizer-lhes que tem este ou aquêl trabalho que fazer, este manda ao capitão lhe dê gente e o alcaide os vai avisar aquela que é necessário para fazer aquelê trabalho e lhe ensinam dia certo, no qual não faltam à porta do lavrador, e acabado o trabalho se paga a todos os que ajudaram e assim observam geralmente, por isso todos têm e são ricos: os padres que ali assistem são como vigários deste povo, e lhes pagam os moradores, fora as primeiras das novidades, e eles não fazem mais que administrar-lhes os sacramentos. Em tudo o que é necessário para a igreja concorre o povo, uns com dinheiro, outros com tapetes, gados, cera branca, arroz, milho, fio, panos e tudo remetem por carregação à cidade de Santa Cruz de Lacerda, onde tudo se lhes vende e lhes vem necessário. Esta povoação tem quatros sinos grandes e dois

pequenos, fora garridas e rodas de campainhas, e são estes Índios tributários a seu rei. Sendo as 11 do mês de agosto nos despedimos, porque o nosso Cabo disse aos Padres que lhe não permitia mais o seu regimento que três dias de hóspede, bem contra a vontade dos religiosos, que seus desejos mostravam que estivéssemos mais alguns dias com eles (...) (Abreu, 1963: 350 e 351).

A narração de Francisco de Mello Palheta, feita em 1723, oferece-nos detalhes do que era produzido e das atividades desenvolvidas nas oficinas artesanais. O viajante descreve que os indígenas sabiam ler e escrever, além de participarem do coro da Igreja. Em seu relato, podemos observar uma menção à organização administrativa da missão, provavelmente uma referência ao trabalho comunal (*Abambaé* e *Tupambaé*) desenvolvido nas missões pelos indígenas. Porém, ao contrário do que relata Palheta, não havia rendimentos monetários, conforme demonstram as pesquisas desenvolvidas nas missões Guarani⁷⁷. O viajante faz ainda uma menção à hospedaria⁷⁸, através do regimento de permanência de três dias para hóspedes que visitavam as missões.

Assim, a partir da documentação apresentada, notamos que, para as missões de Mojo, existiam três formas de construção do conjunto missional, com o intuito de evitar inundações, a saber: os diques ou muros, as vivendas dos padres, com dois pisos, e as casas dos índios, sobre estacas ou palafitas (*barbacoa*).

Desse modo, como salienta o historiador David Block, ainda que o desaparecimento dos templos de Mojo impeça uma análise mais precisa de seu desenho e função, a documentação conservada (incluindo as aquarelas, de meados do século XIX, das igrejas de Concepción, San Ramón e Magdalena) oferece ao leitor uma idéia de seu aspecto *quando todavia se encontraban em su plenitud de conservación* (1997:102). Da mesma maneira, o arquiteto Mario J. Buschiazzo salienta que a falta de um conhecimento direto sobre a arquitetura de Mojo o impede de perfazer um juízo crítico, sobretudo porque algumas missões encontram-se abandonadas ou demolidas. Nesse sentido, como expressa David Block, *ante la ausencia total de arqueologia, lo único que queda de los amplios complejos son las descripciones que dejaron trás si los jesuitas y los ocasionales visitantes europeos* (Block, 1997:96).

⁷⁷ De acordo com Artur Barcelos, nas missões Guarani, o *Abambaé* era uma parcela de campo correspondente à propriedade de cada índio, onde o cultivo dava-se em função das famílias. A determinação do lote era feita pelos jesuítas de acordo com o número de membros de uma família. A propriedade comunitária era o *Tupambaé*, o campo cultivado por turnos e cujos produtos destinavam-se para a comunidade local (Barcelos, 2000:316).

⁷⁸ Arno Kern relata que nos povoados missioneiros Guarani havia igualmente uma hospedaria, ou seja, um “tambo”, um local para acolher os viajantes ou os hóspedes que chegavam eventualmente. Normalmente era uma casa, simples como as demais, junto à praça (Kern, 2006:195).

Portanto, foi *nesta nova realidade histórica colonial [que] se mesclaram características sociais oriundas das tradições ameríndias e européias, numa síntese nova, em contínua transformação* (Kern, 2003:34). Assim, novas espacialidades seriam criadas, (re)significadas e (re)elaboradas com o apoio, muitas vezes, dos indígenas. Estes, por sua vez, seriam elementos-chaves para o povoamento, posse e garantia da expansão do novo espaço (ainda pouco conhecido pelos europeus). Desse modo, o avanço lusitano na raia oeste da Capitania de Mato Grosso seria barrado pelas povoações das missões jesuíticas espanholas de Mojo. Tais ações iriam produzir um espaço de relações tensas na fronteira representada pelas margens do rio Guaporé. A fundação da missão jesuítica espanhola Santa Rosa de Mojo, a partir da primeira metade do século XVIII, foco de nossa pesquisa, será apresentada no próximo capítulo.

Capítulo 3

3 Santa Rosa de Mojo: de missão jesuítica a espacialidade portuguesa.

Como as tentativas de estabelecimento comercial com as missões jesuíticas de Mojo deram resultados infrutíferos para os mineiros de Mato Grosso (devido à proibição do governador de Santa Cruz), o mesmo não ocorreria com os jesuítas espanhóis, uma vez que as informações obtidas destas tentativas foram de extrema valia, sobretudo porque permitiria o avanço de missões jesuíticas espanholas para a margem direita do rio Guaporé.

A fundação da missão de Santa Rosa, no ano de 1743, teve por objetivo evitar que os portugueses ali voltassem a navegar. Tal ação fez despertar nas autoridades coloniais tanto espanholas quanto portuguesas a necessidade de ocupar espaços ainda considerados como “vazios demográficos” (Silva, 1995). Assim, para que Alexandre Gusmão pudesse defender a legitimidade das fronteiras conquistadas pelos portugueses, *o governo determinou a organização de expedições de reconhecimento com o encargo de explorar os rios e de reconhecer os acidentes naturais estratégicos, além de efetuar registros potamográficos⁷⁹ e de produzir mapas e informações sobre a região* (Brazil, 2000:10), conforme já mencionamos no capítulo anterior.

A expansão territorial portuguesa iria gerar vários motivos de contenda permanente entre Portugal e Espanha no Novo Mundo. Segundo o historiador Manuel Lucena Giraldo, esta contenda pode ser explicada, entre outras razões,

pela diferença das respectivas atitudes oficiais perante a empresa de avançar para o interior do continente. Enquanto, do lado português, esta recebia o apoio do Estado, do lado espanhol governou-se durante muito tempo como se a fronteira tropical não tivesse qualquer valor (Giraldo 1999:68).

Porém, muito antes do Tratado de Madri, o expansionismo português já buscava a *delimitação do território colonial pela noção das “fronteiras naturais”, contrariando os princípios do Tratado de Tordesilhas e determinando os signos da soberania portuguesa* (Brazil, 2000:11). De forma que os rios Amazonas, Paraguai e Prata seriam considerados

⁷⁹ De acordo com consulta feita ao dicionário Priberam on-line, *potamográficos* seria o ato de descrever rios. Fonte: [http://: www.priberm.pt](http://www.priberm.pt), acesso em 06/07/2008.

como três imponentes fronteiras naturais e indispensáveis para a manutenção do espaço territorial português nestas áreas, como nos informa Maria Brazil.

Assim, para legitimar a posse dos espaços territoriais conquistados, as autoridades portuguesa e espanhola basear-se-iam no princípio jurídico do Tratado de Madri (1750), que estabelecia o *uti possidetis, ita possideatis* (como possui, continuais possuindo)⁸⁰. Entretanto, segundo Heloísa Bellotto, para fazer valer tal princípio, era imprescindível que se fixasse – como já era corrente na geopolítica da antiga Roma – o **dominium** (sobre o espaço geográfico) e o **imperium** (sobre as pessoas) (Bellotto, 1983:65).

Sendo assim, a coroa portuguesa tratou logo de ampliar sua ocupação (como mencionamos no capítulo anterior), através da criação, em 1748, da Capitania de Mato Grosso, providenciando ainda a da fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade e abertura oficial da ligação das minas de ouro de Mato Grosso com o Grão Pará pelo rio Madeira, em 1752. Estas medidas estavam diretamente relacionadas com fato de haver na margem direita do rio Guaporé três missões jesuíticas espanholas, a saber: Santa Rosa, São Miguel e São Simão. Tanto Mendonça (1985) quanto Lucídio (2003) salientam que os espanhóis poderiam tornar-se donos das duas margens do rio Guaporé, o que poderia impedir que a Capitania de Mato Grosso, e suas minas, recebessem comércio e socorro militar do Grão Pará.

Neste capítulo, apresentaremos os aspectos urbanos das missões jesuíticas de Santa Rosa, São Miguel e São Simão, e, na medida do possível, a articulação dessas missões com o espaço colonial. Nossa ênfase maior será na missão de Santa Rosa, que, a partir de 1754, após sua evacuação, tornar-se-ia uma fortificação portuguesa às margens do rio Guaporé.

Considerada pelos espanhóis como um desrespeito ao Tratado de Madri, esta ação dos portugueses gerou uma contenda entre as coroas pela posse de Santa Rosa. Assim, o estranhamento gerado pela demarcação de limites na fronteira oeste da Capitania de Mato Grosso culminaria no conflito luso-espanhol pela retomada daquela espacialidade por parte dos espanhóis, o qual doravante denominaremos de Guerra Mojeña. Quando atribuímos a denominação de Guerra Mojeña para o conflito ocorrido nas margens do rio Guaporé a partir de 1763, estamos nos baseando na experiência Guarani dos Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai, em que os exércitos aliados de espanhóis e portugueses confrontar-se-iam com as milícias Guarani em duas Campanhas: a primeira, em 1753-1754; e a segunda, em 1755 e

⁸⁰ João Gualberto de Oliveira (apud Bellotto, 1983: 76), em sua obra *Gusmão, Bolívar e o princípio do uti possidetis*, aponta os tipos de incorporação territorial possíveis: 1. por ocupação violenta ou pacífica; 2. por acessão, quando há a incorporação de um trecho acessório, proposto pela natureza; 3. por convenção, quando os Estados interessados concordam em cessões ou trocas; 4. por proscrição, quando havendo proprietário anterior, este não “assumiu” a soberania de uma área, “abandonando-a”.

1756⁸¹. Por fim, apresentaremos nosso relato de viagem até a antiga missão de Santa Rosa no atual Estado de Rondônia, ocorrida entre 06 e 16 de novembro de 2007.

3.1 Missões jesuíticas no espaço de fronteira

Tal como narramos no capítulo anterior, a tentativa fracassada do viajante Manuel Félix de Lima, em 1742, de estabelecer relações comerciais com as missões espanholas de Mojo, impulsionou Leme Prado e Santos Verneque (integrantes da primeira viagem) a prepararem uma segunda viagem às missões de Mojo.

O cronista José Barbosa de Sá faria parte desta segunda viagem, sendo o maior responsável pelas *informações sobre as primeiras expedições Guaporé abaixo*, inquiridas pelo Ouvidor de Cuiabá, João Gonçalves Pereira⁸². Este inquérito tinha por objetivo dar uma idéia da geografia e etnografia de um espaço ainda pouco conhecido, devido à falta de levantamentos topográficos detalhados sobre o rio Guaporé, conforme já nos referimos anteriormente.

As informações assim contidas no inquérito ajudariam o Conselho Ultramarino, representado pela figura de Alexandre Gusmão, a traçar estratégias para a manutenção e proteção das possessões portuguesas na fronteira dos Distritos de Mato Grosso e Cuiabá⁸³. Segundo se pode acompanhar no relato de Barbosa de Sá, após alguns dias de viagem pelo rio Guaporé, a expedição de 1743 encontraria a recente fundação de missão de Santa Rosa cf. (figura 10). O historiador Virgílio Corrêa Filho acredita que a fundação da missão foi uma consequência direta da primeira expedição de Manuel Félix de Lima, ao afirmar que

os missionários aproveitaram-se das informações recentes, que lhes proporcionaram os sertanistas de Mato Grosso, para iniciar a ocupação da margem direita do Guaporé, onde não havia ainda povoado permanente, além das minas de São

⁸¹ Para maiores informações sobre a Guerra Guaranítica, consultar: KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. (Documenta 14). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. SEVERAL, Rejane da Silveira. *A Guerra Guaranítica*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1995. GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e os índios guaranis no Rio Grande do Sul (1750-1761)*. Passo Fundo: EDIUPF, Porto Alegre: Editora da Universidade – UFGRS, 1998.

⁸² Ver uma breve síntese dos primeiros contatos dos portugueses com as missões jesuíticas espanholas localizadas no rio Guaporé em: BLOCK, David. *La cultura reducional de los Llanos de Mojos*. Sucre: História Boliviana, 1997.

⁸³ Vale lembrar que, neste momento, ainda não tínhamos a Capitania de Mato Grosso, cuja criação só ocorreria em 1748.

Francisco Xavier, cujos moradores, todavia, a freqüentavam com suas bandeiras caçadoras (Corrêa Filho, 1969:255).

Assim, com o pretexto de proteger os índios, o padre Atanásio Teodoro estava firmando o direito de posse da coroa espanhola sobre as margens do rio Guaporé. O missionário Teodoro, de origem italiana, juntamente com o padre irlandês João Brand, fundaram a missão de Santa Rosa, na tentativa de impedir a passagem dos viajantes, ou pelo menos retê-los, enquanto enviavam mensageiros às outras missões para avisar sobre a chegada dos portugueses considerados como “visita indesejável”.

Os integrantes da segunda expedição encontrariam, na recente fundação da missão de Santa Rosa,

o seu antigo conhecido P. Atanásio, que *tratando-os de ladrões, corsários, bandoleiros, e fugidos, mas tudo com modo de padre da Companhia*, declarou-lhes que o governo de Santa Cruz ordenara a todos os missionários que estivesse precavidos, e com os seus índios se opusessem a tais intrusos, enquanto ele aprontava forças para destruir o estabelecimento de Mato Grosso e plantar fortes, com que excluir da navegação daquele rios os portugueses (Southey, 1977:195).

Quando ocorreu a primeira viagem rumo às missões de Mojo (em 1742), o padre Atanásio Teodoro encontrava-se na missão de Magdalena, *de que era cura o P. José Reiter, (...) aprendendo a língua dos índios bravos, para lhes ir pregar a fé e receber das suas mãos o martírio* (Southey, 1977:185). Sendo assim, o padre Atanásio aproveitou a oportunidade vislumbrada com a segunda expedição para conseguir informações sobre as “novas” terras. No seu inquérito a Barbosa de Sá, perguntou principalmente sobre a

distância [que] havia do Mato Grosso até aquela missão, a que rumo ficava, que pessoas tinham, quantos negros, se estes sabiam atirar com arma de fogo, se fabricavam na dita povoação armas, pólvora, chumbo, que distância havia ao Cuiabá, se era caminho de terra, ou por navegação de rios, e outras muitas coisas tendentes ao referido, do que se inferem que cuidam muito bem no que nós cuidamos, a tudo respondeu o dito Barbosa de Sá, com a verdade sem afetação (Pereira, 2001:36,37).

A próxima parada da expedição foi a missão de Santa Maria Magdalena, onde se encontrava o padre José Reiter. Como informa José Barbosa de Sá, este padre também faria perguntas sobre o propósito da viagem. O cronista aponta que um dos motivos para a feitura da segunda viagem às missões de Mojo eram as notícias que deram os primeiros exploradores, que haviam despertado o desejo de comercializar algumas vacas, para introduzi-las na povoação de Mato Grosso, tão estéril de gado na época.

Segundo o historiador Miguel Faria, o Ouvidor de Cuiabá, João Gonçalves Pereira, assinaria um primeiro exemplar de um mapa improvisado, executado após 1746, sinalizando a localização da missão de Santa Rosa com a seguinte referência: *Fundação (sic) esta missão em janeiro de 1743, porque passando do Francisco Leme em fins novembro de 1742 por esta paragem não havia sinal dela, passando (sic) em março de 1743 (sic) fundadas com casas mais feitorias*. Miguel Faria salienta que este manuscrito sobre papel colorido está

legendado e desenhado em função das viagens efectuadas pelo autor na região. Tem mais o carácter de um apontamento, sem escala – as distâncias estão indicadas em dias de viagem – ilustrando bem a carência de profissionais do ofício que se fazia sentir no Brasil. Contém, no entanto, informações vitais para a época: a identificação dos principais percursos fluviais, os acidentes montanhosos, as missões dos “padres pregadores”, a sinalização dos locais onde se verificavam novos “descobertos” de ouro, etc (Faria, 1999:165).

Vale lembrar que Josep Barnadas, na introdução do livro *Breve Descripcion de las Reducciones de Mojos (ca. 1772)*, do padre Francisco Javier Eder, relata que a missão de São Miguel B já estava situada na margem oriental desde 1725, e, próximo a ela, seria fundada, em 1744, a missão de São Simão. A missão de Santa Rosa apesar de mais recente, seria edificada na parte oriental, como podemos observar na figura 10. Esta missão ficava próxima da confluência do rio Guaporé com o Marmoré. Virgílio Corrêa Filho informa que a distância da missão até as minas de ouro do Mato Grosso eram de 15 a 20 dias de viagem rio Guaporé acima.

O mapa de João Gonçalves Pereira mostra ainda a localização das outras reduções ao longo dos rios Marmoré, Itonamas e Baures, e dispõe a missão de São Miguel B, fundada em 1725, na margem ocidental, quase defronte à missão de Santa Rosa. Segundo Denise Maldini Meireles (1989), havia uma missão homônima (a missão de São Miguel A), fundada no ano de 1696 na margem ocidental do rio Guaporé. Entretanto, a missão de São Miguel B, na qual assistia o padre Gaspar de Pardo, estava na margem oriental, e, a partir de 1750, por motivos de força do Tratado de Madri, seria transferida para a missão homônima na margem esquerda, ou seja, a São Miguel A. As missões de Santa Rosa e São Simão também seriam transferidas para a margem ocidental para missões homônimas.

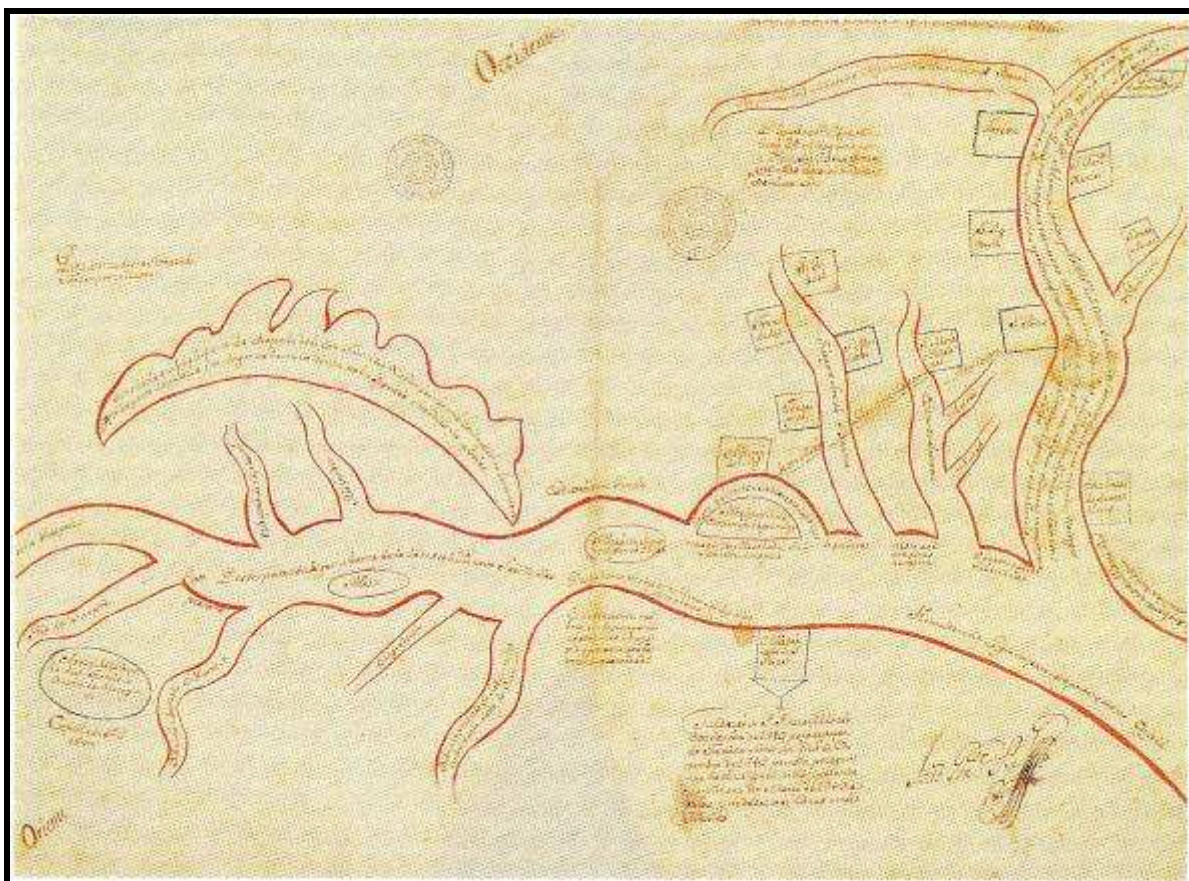


Figura 10. Carta da rede hidrográfica dos rios Guaporé e outros rios e ribeirões em Mato Grosso. João Gonçalves Pereira, posterior a 1743. Arquivo Histórico Ultramarino (Cartografia Manuscrita do Brasil, Mato Grosso, 850). Fonte: Faria, 1999.

Outro fato que chama atenção é a localização da Ilha Grande ou Comprida, na margem ocidental, de frente à missão de São Miguel, quando na verdade tratava-se de um assentamento de portugueses que fugiam de seus credores e mais tarde iriam perturbar as missões de São Miguel B e São Simão, assunto do qual trataremos mais adiante neste capítulo. Na carta da rede hidrográfica dos rios Guaporé e outros rios e ribeirões em Mato Grosso (figura 10), João Gonçalves Pereira faz referência à ilha como *Ilha Grande*.

Outra expedição de extrema importância para a formação da Capitania de Mato Grosso foi a viagem de José Gonçalves da Fonseca⁸⁴, pois esta nos fornece detalhes de como era a organização interna das missões espanholas na margem direita do rio Guaporé. Junto com a expedição vinham recomendações expressas de que, quando passassem pelo rio Guaporé, ocultassem a navegação do padre espanhol Atanásio Teodoro. Tal medida se fazia necessária para que o padre não tivesse ciência da empreitada. Como relata Virgílio Corrêa

⁸⁴ José Gonçalves da Fonseca era ex-secretário do Governador da Capitania de Grão Pará e um dos membros da expedição que saiu de Belém em 14 de julho de 1749, com o objetivo de fazer o levantamento da navegação do rio Madeira e seus afluentes.

Filho, rompendo com a determinação do governador do Pará, o padre capelão que acompanhava a escolta (Fr. João de S. Tiago) saiu durante a noite em direção à missão de Santa Rosa, obrigando o comandante a ir buscá-lo no dia seguinte. Segundo a descrição do próprio José Gonçalves da Fonseca,

não convinha deixar o Capellão (...), porém que o ir busca-lo com força manifesta corria igual inconveniente: e o meio indifferente que ocorria era, que como na escolta iaô os dous Missionários José Leme do Prado e seu irmão Paulo Leme, que na vinda do Matto-Grosso havião estado naquella mesma aldêa e fallando com o Missionário della, poderião estes ir, com o pretexto que se lhes insinuasse, á aldêa, e quando achassem occasião opportuna, fizessem toda a diligencia de reduzir o Capellão a voltar: e para que estes dous homens não excedessem cousa alguma da commissão que se lhes dava, (...) conveio o Cabo neste parecer dizendo o poria em execução no caso de ser o mesmo José Gonsalves o que acompanhasse os Lemes, e se encarregasse mais da incumbencia de persuadir o Padre voltar. Pelo caminho houve bastante tempo de e instruírem os Lemes na pratica que havião de ter com o Missionário, advertindo que na presença delle havião de tratar ao dito José Gonsalves por seu criado, para concordar o tratamento com o tajo desprezível que já ia, sem que o admittissem a assento na conversação (...) (Fonseca, 1874:368-369).

Percebemos, através da leitura deste trecho, que houve uma pequena resistência por parte do capelão de voltar para a escolta. Inquirido por José Gonçalves da Fonseca sobre o que havia dito para o missionário, o capelão respondeu que o pretexto de sua viagem era o de arrecadar algumas esmolas para seu hospício, *visto haver commodidade de passar com aquelles mercadores ás Minas, facilmente se acreditou nesta parte, por quanto o Missionario não deu signal algum de ter noticia da realidade do caso* (Fonseca, 1874:371). Como o próprio viajante relata,

somente restava fazer huma exacta indagação do que constava a aldeã, para o que visto haver licença do Missionário se subordinarão os ânimos do Cacique e Alcaide com dádivas de pouquíssima importância, como anzoës, agulhas, velorio etc. os quaes facilitarão a entrada por todas as casas que foi conveniente registrar, e catequizarão os mais a vender algumas aves e farinha de milho (Fonseca, 1874: 371).

Assim, tomando como base a descrição de José Gonçalves da Fonseca, vamos apresentar as espacialidades das missões de Santa Rosa, São Miguel e São Simão.

3.1.1 A Missão de Santa Rosa

De acordo com as informações colhidas pelo cronista Barbosa de Sá, pelo viajante José Gonçalves da Fonseca e pelo ouvidor de Cuiabá, a missão de Santa Rosa foi fundada no ano de 1743, um ano após a viagem que Manuel Felix de Lima empreendeu rio Guaporé abaixo até o Pará. José Gonçalves da Fonseca relata que

depois que anno de 1742 fizerão aquelles moradores do Mato-Grosso já mencionados a primeira viagem pelo rio *Aporé* abaixo, e forão às aldeias de Santa Maria Magdalena de Itonamas, e da Exaltação do Marmoré, fundou o Padre Athanasio Theodosio de nação Italiano a aldêa de Santa Rosa na margem do oriental do Aporé em não muita distancia donde á margem occidental desagoa o sangradouro chamado de S. Miguel; porém não agradando aquelle sitio em rasão das muitas formigas que devorarão as plantas recamnascidas, mudou o mesmo padre rio abaixo para o lugar em que hoje existe que se sobre o barranco do rio da mesma margem oriental, quase na falda da Cordilheira Geral, que naquella parte se avizinha ao rio, e faz a cachoeira de que já se deu noticia neste *Diário*, que em tempo de sêcca he bastantemente embaraçada, e no rio a meio barranco he mui perigosa, em rasão de serem os canaes impedidos de penedos, que sendo furiosa a corrente não tem desvios (Fonseca, 1874: 371).

Acreditamos que a cachoeira da qual o viajante faz referência são enormes pedras que se sobressaem das águas quando o rio Guaporé está baixo, formando entre elas fortes redemoinhos, fato que observamos de perto quando realizamos nossa viagem até o antigo Forte de Conceição Bragança⁸⁵ (cf. figura 41). A missão de Santa Rosa estava localizada em uma planície e *foi desassombrada de arvoredos á força de braço, e levarão o roçado desde o barranco do rio por espaço de hum quarto de legoa ao centro até a raiz das montanhas, que correm pela espalda* (Fonseca, 1874: 372).

No relato de Don Alonso Verdugo, de 1760, o então governador ressalta que a missão de Santa Rosa

se halla en una enseada que le forma una islã que tiene enfrente y en un terreno alto, y aunque está circundado de montaña bien alta, con todo domina lo más de la circunferência. La montuosidade de su situación hace ingrata la mansión. Apenas hay réptil que no se halle en exceso en este terreno, sin que para librarse de ellos haya tiempo en el día o en la noche (Pastells, 1949:745).

⁸⁵ Os detalhes da viagem empreendida até a antiga missão de Santa Rosa, no atual Estado de Rondônia, ocorrida entre 06 e 16 de novembro de 2007, serão apresentados mais adiante neste capítulo.

Com relação ao conjunto urbano da missão, temos uma boa descrição no diário de viagem do José Gonçalves da Fonseca, que descreve a Igreja como sendo de uma só nave e sem proporção da altura com a largura. A construção deste templo era de madeira e barro, e o único objeto de valor era uma lâmpada de prata, de

tosco feitio, que fazia assistência com luz ao Sacramento, que se guardava na capella mor, e única em sacrário sem obra alguma exterior, que indicasse estar alli aquelle adoravel deposito. Na mesma altura da Igreja corre a sacristia, e dahi no mesmo ponto a casa do missionário, que se compõe de trez cubiculos, que cada hum consta de casa de assistência, e outra menor para o repouso. Segue-se hum casarão, que sómente tem telhado e esteios que o sustentão, em que estava officina de carpitanria, e nella havião madeiras muito bem lavradas, e já feitas algumas folhas para portas, e janelas; também havia na mesma casa hum tear em que estava tecendo fio de algodão, cujo o panno não era inferior no fino e tapado ao melhor de linho de Guimarães. Erão artificios de huma e outra fabrica Índios da mesma aldêa. A este casarão se seguia na mesma altura e construção mais duas casas, que huma era refeitório, e a outra dispensa, desde a qual até a Igreja tudo o referido cobria um telhado reparado com hum gênero de colmo, que imita o junco da Europa e suppria a falta de telha. A aldêa he de figura longa com duas ruas de casas lançadas em linha, e estão edificadas á parte opposta da Igreja, mediando entre esta e aquellas hum terceiro plano sufficientemente espaçoso. (Fonseca, 1874:372 e 374).

Neste trecho, é interessante notar que Gonçalves da Fonseca relata que a Igreja de Santa Rosa era de uma só nave, diferentemente das outras missões de Mojo (como já referido anteriormente), nas quais em algumas havia até três naves. A casa dos padres era térrea e composta por três peças pequenas; na descrição feita pelo viajante, uma peça seria para o repouso e as outras para assistência. Outra singularidade não observada nas demais missões do Oriente Boliviano era a existência de uma casa para o refeitório e outra para a despensa, que, nas missões Guarani, ficava *sob as tábuas do assoalho do refeitório, de pouca altura. É um local fresco e onde a temperatura é constante, destinado à conservação dos alimentos perecíveis, do vinho, dos cereais, etc.* (Kern, 2006:188). Na descrição de José Gonçalves da Fonseca, o refeitório era térreo e estava com a

porta aberta, patente casa a quem passava (...). Mandou-lhes o Missionário pôr mesa, e de hum pouco de gigote e alguns lacticínios se compoz o jantar que veio, do qual dispensarão os Lemes hum prato ao seu novo criado, que afastado da mesa posto de pé estava cosntruindo a vianda, a tempo que chegada a buscar os hospedes o Missionário, que já havia jantado (Fonseca, 1874:369).

As roças⁸⁶ dos índios estavam distantes cerca de dois quilômetros do conjunto urbano da missão de Santa Rosa. Gonçalves da Fonseca descreve ainda as casas dos índios como construções muito humildes, dentre as quais poucas eram feitas de

barro e colmo, e a maior parte so deste ultimo material se compõe tecido em termos, que delle se formão as paredes e os telhados. Corresponde a esta pobreza exterior a penúria interna, por que sem distincção de Índios principaes ou ordinários todo o seu preciso se reduz a huma miserável rede que dormem e huma officina de varias panellas de barro em que guisão o seu milho por muitas formas, e todas tão insípidas ao gosto como desagradaveis á vista (Fonseca, 1874:373).

Quanto à descrição dos indígenas e suas as vestimentas, José Gonçalves da Fonseca relata que eram as mulheres que se ocupavam da confecção das tipóias

de que se cobrem tanto os homens como as mulheres, com a differença que estas usão daquelle vestuário como roupas de preguiça, sem mangas, que as cobre até os pés, e os homens como roupas de Irmandade, sem abertura diante; que os veste até meia perna. (Fonseca, 1874: 373).

É interessante notar que José Gonçalves da Fonseca descreve que, dentro de uma das casas, habitavam várias famílias indígenas, com suas redes no mesmo espaço. Virgilio Suárez Salas (1995b) salienta que a disposição de suas redes era o que separava as famílias indígenas no interior de suas habitações. Vale a pena mencionar que, dentro das residências indígenas, havia fabricação de cerâmicas, ofício do qual as mulheres se ocupavam, conforme descreve o próprio viajante. Os índios queixavam-se ainda de ter de arar a terra com instrumentos de pedra por falta de outros de ferro; não possuíam anzóis para suas pescarias e nem facas para uso comum, achando-se quase tão destituídos de conveniências como antes do contato com os jesuítas. José Gonçalves da Fonseca, ao perguntar ao cacique para que serviam aquelas madeiras trabalhadas e os tecidos, recebeu a seguinte resposta:

o Padre intentava mudar a aldêa para o centro junto á serra, e que aquellas madeiras erão para a nova Igreja e casas do Padre, e o panno era do que costumava tecer todos os annos pra elles irem á Santa Cruz buscar o que era preciso para a Igreja, e Missionário, e algumas cousas para os Índios (Fonseca, 1874: 374).

Suas armas eram arcos e flechas, e a primeira nação que foi reduzida para a missão de Santa Rosa eram os índios Ariconi, *depois se lhe agregou outras ambas habitadoras*

⁸⁶ O livro de Artur Franco Barcelos nos fornece mais detalhes de como eram as roças e hortas dos Guarani. Tal experiência pode nos ajudar a entender como estas ocorriam em Mojo. Para mais detalhes, consultar: BARCELOS, Artur H. F. *Espaço e Arqueologia nas missões jesuíticas: o caso de São João Batista*. (Coleção Arqueologia 7). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

daquella vizinhaça, e agora unidas na aldêa farão o n° de 500 pessoas de hum e outro sexo e idade, e entre estes 150 capazes de usar armas (Fonseca, 1874: 373).

De acordo com diário do governador Alonso Verdugo, compunha ainda este povoado os *Rocoronos*, *Pechuius* e *Guarayos*, e todos os indígenas somavam 400 almas. Já Henri Ramirez relata que *Muri* e *Rokorona* são línguas *Capakura*, e que seriam muito provavelmente semelhantes à dos *Itene* (ou *Moré*), conforme já apresentamos no primeiro capítulo⁸⁷. Nesse sentido, a vida nas missões produziu uma verdadeira fusão entre o modo de vida indígena e a organização espanhola. Afinal, como relata Arno Kern (2003), os povoados missionários estavam a meio caminho entre a aldeia e a cidade européia.

3.1.2 A Missão de São Miguel

Segundo José Gonçalves da Fonseca, para chegar à missão de São Miguel, era necessário passar por um elevado de terra, provavelmente um terraplano, até chegar à planície em que estava fundada a missão⁸⁸. De acordo com as pesquisas desenvolvidas por Horário Calandra e Susana Salceda na parte leste de Mojo, estas estruturas se manifestam com baixa frequência e com pouca profundidade. Isto nos leva a pensar que esta característica poderia ser uma experiência adquirida pelo missionário em Mojo e que lhe serviu para a área alagadiça do rio Guaporé. Já para o conjunto urbano da missão de São Miguel, José Gonçalves da Fonseca nos diz que a missão era

quadrilonga com ruas lançadas á linhas em tão boa ordem, que sendo o assento mui plano formão em meio da fundação hum terceiro quadrado de espaçosa grandeza, fazendo huma das quatro faces o frontespicio da Igreja e aposentos de residência que se lhes seguem, e as outras as casas do Índios todas igualmente na altura, sendo a construção de madeira e barro com cobertura de colmo. No meio da quadra se levanta hum pilar formado de um tronco de mais de cinquenta palmos de alto, e no remate huma Cruz (que tudo) ainda que de architectura humilde faz uma perspectiva agradável (Fonseca, 1874: 381).

⁸⁷ Comunicação pessoal, tendo por referência os dados apresentados no artigo de CRÉQUI-MONTFORT, G. de & Paul RIVET (1913c) “*Linguistique Bolivienne – La famille linguistique Capakura*”, *Journal de la Société des Américanistes*, 10: 119-171.

⁸⁸ Robert Southey, com base na viagem feita por Manuel Félix de Lima, em 1742, fornece algumas informações parecidas com as de José Gonçalves da Fonseca sobre a missão de São Miguel, as quais vale a pena consultar: SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Traduzida do inglês pelo Dr. Luís Joaquim de Oliveira e Castro; anotada por J. C. Fernandes Pinheiro, Brasil Bandecchi e Leonardo Arroyo; prefácio de Brasil Bandecchi. 4. ed. 3 vol. Brás. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1977.

Interessante notar que esta disposição se assemelhava às missões de Mojos do Oriente, nas quais havia, no centro da praça, uma grande cruz. Porém, na descrição do viajante, não há menção às cruzes menores em cada esquina da praça principal. A Igreja de São Miguel era *construída por ordem tão irregular, que fazia duas naves a beneficio de dezoito esteios de madeira levantados a prumo, que sustentavão (sic) a viga mestra do ultimo ponto de elevação do tecto* (Fonseca, 1874: 382), de modo que dividiria a

capella-mór do corpo da Igreja hum arco sem proporção de que resulta ser demasiadamente sombrio o vão da mesma capella, sobre ser toda a Igreja mui falta de luz; consiste a capella mor em huma tribuna, em cuja boca pende hum quadro com a imagem de S. Miguel de pintura mui grosseira e amortecida, além da humilde fantasia com que estava obrada. Não havia retábolo, e o altar se via destituído daquelle asseio e decência precisa para nelle se fazer a sagrada oblação do Santo Sacrificio. Em dous altares collateraes, que há nos vão que faz o arco á parte da Epistola e Evangelho, havia igual desalinho nos paramentos, e crescendo mais estar da parte do Evangelho collocada huma imagem de Christo crucificado de avultada estatura, porém de feitio tão tosco, que pareceu indecência grave estar exposta á adoração dos fieis (Fonseca, 1874: 382).

A residência do missionário e a Igreja eram divididas em várias partes, porém de um só piso, tal como descreve Gonçalves da Fonseca, ocupando assim uma parcela considerável do terreno onde estava edificada. A residência contava igualmente com um corredor sustentado por esteios, local onde o padre recebia seus hóspedes. Havia ainda nesta missão uma casa de engenho *de fazer assucar edificada de muito boas madeiras, e todas as mais officinas erão congruentes ao ministério daquela fabrica. Não moia naquelle tempo, mas dizem ser operários della os mesmos Índios* (Fonseca, 1874: 382).

Com relação à vivenda dos indígenas, o viajante as compara com as da missão de Santa Rosa, que, na opinião dele,

erão muito bem fabricadas que as da aldêa de Santa Roza, porque além de serem maiores, todas erão de madeira e barro. A consistência do interior era de igual pobreza ás da dita aldêa. Sómente no que havia excesso era na multidão dos indivíduos; por que cada casa era espécie de senzala, em que vivão tres e quatro famílias de cada nação sem haver mixto de humas com outras (Fonseca, 1874: 383).

Como já dissemos anteriormente, em uma mesma casa podiam habitar até três famílias indígenas, e suas casas, segundo Manuel Félix de Lima, eram *rebocadas com uma espécie de barro branco, chamado de tabatinga, tendo o inconveniente de cair com a chuva* (Southey, 1977:183). Os índios aldeados nesta missão eram os *More*, que ao todo formavam 4.000 almas, como já mencionamos no primeiro capítulo. De acordo com o catálogo de *las*

Reduccion de las Misiones de los Mojos de esta Provincia del Perú de la Compañía de Jesús de 1748 (Pastells, 1948:746), a missão de São Miguel contava, no ano de 1748, com 1.198 casados; 42 viúvos; 80 viúvas; 173 solteiros; 58 solteiras; 672 meninos; 599 meninas; 2.882 batizados; 662 não batizados, somando um total de 3.444 índios (Pastells, 1948: 748). Os campos de cultivo distavam cerca de seis horas da missão de São Miguel, como informa José Gonçalves da Fonseca. O padre jesuíta responsável por esta missão de São Miguel era Gaspar de Padro, natural da Alemanha, *de idade ao parecer de oitenta annos: o aspecto penitente, porém mui agradavel e festivo* (Fonseca, 1874:381). Esta missão, segundo Josep Barnadas, foi fundada no ano 1725 na margem oriental do rio Guaporé (sua localização pode ser visualizada na figura 12). Vale salientar que, segundo os autores pesquisados, havia uma missão homônima a esta na margem esquerda do mesmo rio, como já nos referimos anteriormente.

3.1.3 A Missão de São Simão

A missão de São Simão, que, segundo Josep Barnadas, foi fundada em 1744, era de fundação recente em relação a São Miguel e Santa Rosa. José Gonçalves da Fonseca relata que os índios ali reduzidos eram os chamados *Causinos, e depois alguns casaes de Cagecerês, e Moré, que todos são habitantes desde a margem oriental do Aporé até as serras geraes* (Fonseca, 1874:388). O padre responsável pela missão era Raymundo Laynés, natural de Navarra.

A missão de São Simão comunicava-se com a missão de São Miguel por terra, a cerca de um dia e meio de caminhada, e um dia de canoa rio abaixo. Entre ambas havia bastante gado *vacum* e *cavalar*, e, além disso, havia ainda as roças (campos de cultivos) que produziam

milho e arroz com abundancia; tambem he grande a de aves domesticas, que crião em tão crecido numero, que de todas tem na mesma aldêa grande quantidade; de sorte que por vários modos eh povo mais farto e de melhor estabelecimento que o de Santa Roza (Fonseca, 1874: 383).

Os índios que compunham esta missão eram os *More*. Segundo Gonçalves da Fonseca, estes indígenas habitavam da

margem ocidental para oeste, e depois da nova fundação se haviam agregado outras nações das que vivem na margem oriental até a chapada da Cordilheira geral, costumão muitas famílias lembrar-se da liberdade dos seus matos, para os quaes se voltão abandonando a vida civil em que deixão os parentes, e se embrenhão por aquellas vizinhanças, para onde a fim de se reunirem fazem os Padres algumas expedições de gente veterana, que vão buscar os desertores (...) (Fonseca, 1874: 384).

Suas armas eram arco e flecha, trajavam a *tipóia* (a descrição desta vestimenta consta no primeiro capítulo), e as mulheres, no dia de ir à Igreja, usavam enfeites que consistiam em prender a *tipóia* pela cintura *de sorte que apanhada parte da roupa lhes deixa huma pequena porção de perna livre, em que se vejjão enleados vários fios de velório branco, da mesma sorte que os apertão nos buxos dos braços; e este rústico alinhho he o á que se reduz todo o seu adorno* (Fonseca, 1874: 383).

Estas eram as informações das quais dispúnhamos sobre a urbanidade das missões estabelecidas na margem direita do rio Guaporé, ou seja, Santa Rosa, São Simão e São Miguel. Graças à ida do capelão à missão de Santa Rosa para se confessar com o missionário (contrariando ordens régias), José Gonçalves da Fonseca produziu este relato sobre as missões do rio Guaporé. A documentação portuguesa e espanhola pesquisada para a realização desta dissertação nos fornece poucos detalhes sobre a organização do conjunto urbano destas missões. Ambas dão mais ênfase à relação fronteiriça, à localidade das mesmas e quem vinha (ou não) a ser o detentor da posse sobre aquelas espacialidades.

Porém, mesmo com poucas informações, podemos perceber algumas semelhanças e diferenças com as demais missões de Mojo, conforme já apresentamos no capítulo anterior. Na próxima seção, vamos tratar da complicada relação dessas missões jesuíticas espanholas com a recém-criada Capitania de Mato Grosso (em 1748), que seria agravada com a chegada do governador Antonio Rolim de Moura, em 1751.

3.2 O intricado espaço fronteiriço: a Guerra em Mojos

Com a criação da Capitania de Mato Grosso, a proximidade com os espanhóis tornar-se-ia mais estreita, o que obrigaria as autoridades portuguesas a se precaverem em suas fronteiras e garantir sua posse do novo território (Jovam, 1995). Segundo João Lucídio, a

coroa portuguesa já havia definido com bastante antecedência a sua estratégia política para a Fronteira Oeste, uma vez que o Conselho Ultramarino possuía informações consideráveis sobre este espaço (obtidas através das viagens realizadas a partir de 1742, conforme já apresentamos no segundo capítulo) e para ele elaborou um plano bem traçado, que foram as “*Instruções dadas pela Rainha ao Governador da Capitania de Mato Grosso D. Antonio Rolim de Moura, em 19 de janeiro de 1749*”⁸⁹ (Lúcido, 2003:27).

As informações contidas no parágrafo 8 das Instruções alertavam para a

proximidade em que esta Mato Grosso das missões espanholas do Xiquitos e Mochos, e do Governo de Santa Cruz de la Sierra, que é dependência do Peru, se faz preciso que em vos e em nossos sucessores haja a maior circunspeção para evitar toda queixa e castigar toda a desordem que os súditos do Vosso governo cometerem contra os espanhóis e juntamente a maior vigilância para não consentir que os mesmos espanhóis se adiantarem para a nossa parte, ou cometam violência alguma contra os meus vassallos (Mendonça, 1985: 25).

No parágrafo 9, a rainha faz menção à fundação da Missão de Santa Rosa na margem oposta do Rio Guaporé, salientando que

os missionários de Espanha no ano de 1743, por emulação de que os mineiros de Mato Grosso descessem com canoas pelo Guaporé, passaram da missão de São Miguel, que é uma dos Mochos, sita na margem ocidental do dito rio, ao fundar outra aldeia na margem oposta com a invocação de Santa Rosa, intentando por esta forma apossar-se da navegação daquele rio e impedi – la aos meus vassallos, entre as quais, e os espanhóis, tem havido por esta causa alguns dissabores e alterações. (Mendonça, 1985: 25)

A Rainha relata ainda que, embora Santa Rosa estivesse sujeita a criar contendas, e enquanto não se fazia amigavelmente alguma transação o governador deveria *pôr todo o cuidado para que ao menos não cresça o mal que dali pode resultar* (Mendonça, 1985: 25).

Tais recomendações se faziam necessárias, uma vez que, antes de se tornarem um ponto de disputa entre as coroas portuguesa e espanhola, as missões jesuíticas foram alvo de um grupo de pessoas falidas pela decadência da exploração de algumas lavras, que estavam fugindo dos seus credores, ou da própria lei, por terem cometido crimes dos mais diversos, segundo descrição de Denise Meireles (1983). Assim, estes sertanistas portugueses se estabeleceriam no arraial da Ilha Comprida ou Ilha Grande, fundada no ano de 1746, na margem direita do rio Guaporé, conforme a figura 11, na qual também podemos visualizar a

⁸⁹ Marcos Carneiros fornece na íntegra as Instruções fornecidas pela Rainha Mariana Vitória (Regente de D. João V) ao governador da Capitania de Mato Grosso, Antonio Rolim de Moura, no ano de 1748. A este respeito, consultar: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Rios Guaporé e Paraguai - primeiras fronteiras definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Reprógráica, Xerox do Brasil, 1985.

localização das missões de São Miguel e São Simão, indicadas pela seta azul, e a Ilha Comprida, indicada pela seta preta.

De acordo com José Gonçalves da Fonseca, chama-se Ilha Comprida ou Ilha Grande,

por será mais dilatada em comprimento das muitas que tem este rio, quase toda ella alaga na maior cheia, e somente onde principia, e he o lugar em que a escolta tomou porto, há hum reducto de pequena extensão de terra areenta, que pouco se isenta de innundação, onde estão nove casas fabricadas de colmo, onde vivem doze moradores, seis brancos em que entrão trez de Portugal, e seis mestiço (...) (Fonseca, 1874:392).

Robert Southey (1977) relata que os moradores desta ilha viviam de rapinagem, atacando as aldeias indígenas, despojando-os do quanto podiam levar. Aquilo que consideravam como supérfluos dos saques, trocavam com os colonos de Mato Grosso por balas e pólvora para as próximas expedições, tal como relata a carta do Pe. Agostinho Lourenço a Rolim de Moura no ano de 1752. Em visita ao local, o referido padre pôde constatar que

servia como apoio logístico para a caça a índios isolados, levada a efeito com toda a violência. Pouco antes da sua chegada ao Guaporé, o Governador da Capitania tomou conhecimento de que o Pe. Raimons Laines, Superior da missão de São Simão, havia ido com vários índios armados a Ilha Comprida, que está oito para nove dias de viagem desta vila (Vila Bela) e aonde há muito tempo assistem portugueses, e não somente deu uns poucos de bofetões em um Bento de Oliveira, que ali estava, e lhe tomou os carijós (sic), que lhe pareceu, mas derrubou, e também dizem que queimou a cruz que ali se havia posto por padrão de nossa posse. A causa que dizem teve para este atentado foi porque havia ajustado com outro sertanista a largar-lhe um índio para ele recolher uma Nação chamada dos Mequéns, por ser dela, ou lhe saber a língua, a qual o dito padre havia já presenteado para o mesmo fim, e que sem encargo do ajuste se consta, que alguns sertanistas têm aqui trazido índios pertencentes às Missões de Castela, inda que eles se defendam os trouxeram do sertão onde se achavam fugidos. Foi esta povoação ou arraial formado de homens fascinorosos foragidos, parte de pessoas individadas que ali se refugiavam dos credores e parte de outros que se lhes parecia fundarem grandes conveniências na conquista injusta do gentio daqueles contornos, ou falando mais claro: não eram outra coisa esta povoação, mais do que um covil de saltadores de vidas, honras e fazendas dos índios, a quem declaram guerra sem outro motivo, e sem mais autoridade que a cobiça (Meireles, 1983:32).

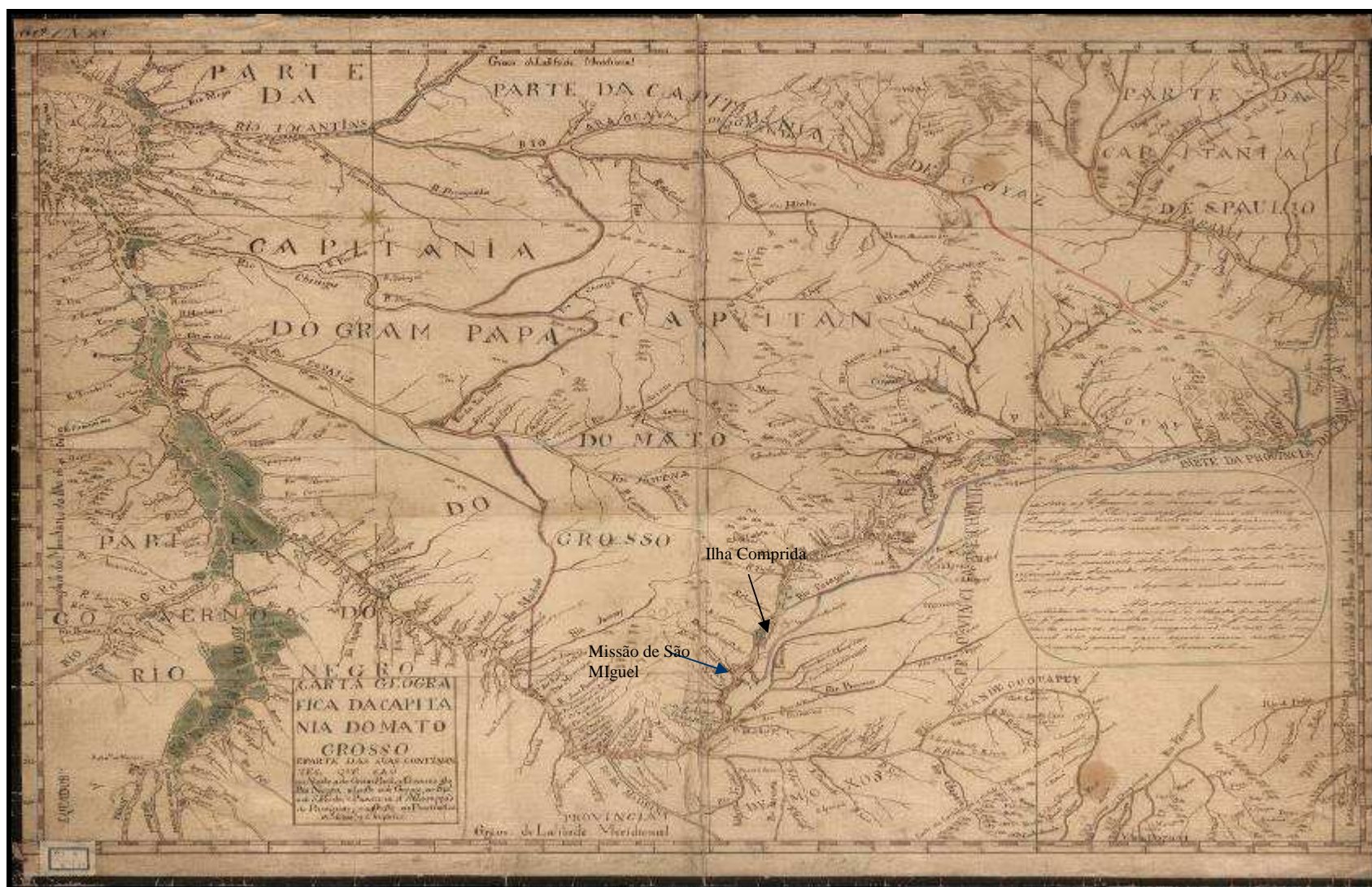


Figura 11. Carta geográfica da capitania de Mato Grosso : e parte de suas confinantes que são ao norte a do Grão Pará, e governo do rio Negro, a leste a de Goyaz, ao sul a de S. Paulo, e a província d' Assumpção do Paraguay, e a oeste as províncias de Moxos e Chiquitos. 1800. s/a Catálogo Digital Cartográfico –Biblioteca Nacional.

Segundo Southey, como não podiam castigar os desertores, os jesuítas começaram a pensar na possibilidade de atraí-los para os domínios espanhóis. Assim, poderiam contar com o auxílio deles *todas as vezes que na Europa rebentasse em guerra as duas nações, seguir-se-iam por certo hostilidades sobre a fronteira de Mato Grosso com os Moxos* (Southey, 1997:197),

Para José Gonçalves da Fonseca, foi a presença dos desertores naquela espacialidade que fez barrar o avanço espanhol rio Guaporé acima, *cujo pensamento se comprova com se ouvir dizer aos ditos Padres que aquellos homens lhe erão summamente prejudiciaes, e que de Santa Cruz de la Sierra lhes viria castigo, que dalli os desalojasse* (Fonseca, 1874:392). Lucídio salienta que a existência deste arraial parece ter sido breve, pois, em 1752, D. Antonio Rolim de Moura a encontrou despovoada⁹⁰.

Dessa forma, as três missões jesuíticas espanholas de Santa Rosa, São Miguel e São Simão constituíam uma forte ameaça às possessões portuguesas, não por suas dimensões, como já observamos anteriormente, mas pela localização estratégica em que foram implantadas. Podemos observar esta situação na carta de 26 de julho de 1756, de Antonio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado (governador do Grão Pará e Maranhão), na qual se afirma que

a conservação desta Capitania, que é uma parte bastante considerável das nossas conquistas depende muito de termos livre a comunicação com o Pará por este Rio Guaporé, o que não pode ter efeito estando os espanhóis situados de uma, e outra parte da sua corrente, e assim me parece temos *jus* a margem. (Paiva, 1983:152).

De acordo com o governador de Mato Grosso, Antonio Rolim de Moura, os espanhóis nunca tiveram a posse de fato e de direito das missões espanholas de Santa Rosa, São Miguel e São Simão⁹¹. Seus argumentos eram de que as nascentes do rio Guaporé estavam dentro

⁹⁰ Sobre a visita de Antonio Rolim de Moura à Ilha Comprida, consultar: PAIVA, Ana Mesquita et al. Antonio Rolim de Moura. *Primeiro Conde de Azambuja (correspondências)*. Imprensa Universitária. Coleção Documentos Ibéricos – Série 4: Capitães Gerais. Cuiabá: NIDHIR (Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional), v.1 (1982), v. 2 (1983), v.3 (1983).

⁹¹ Para mais detalhes sobre as missões situadas no rio Guaporé, consultar a obra de PASTELLS, Pablo. *Historia de la Compañia de Jesús en la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil)*. Tomo VIII Primeira Parte (1751-1760) e Segunda Parte (1760-1768). Según los Documentos Originales del Archivo General de Indias. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto Santo Toribio de Mogrovejo, e Tomo VIII, 1949. EDER, Francisco Javier. SJ. *Breve Descripción de las Reducciones de Mojos (ca. 1772)*. Traducción y edición de Jopep M. Barnadas. Tradução de Josep M. Barnadas. Cochabamba: Historia Boliviana, 1985. MOURA, Antonio Rolim de. *Primeiro Conde de Azambuja (correspondências)*. In: PAIVA, Ana Mesquita et al. Imprensa Universitária. Coleção Documentos Ibéricos – Série 4: Capitães Gerais. Cuiabá: NIDHIR (Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional), v.1 (1982), v. 2 (1983), v.3 (1983).

de los dominios de la corona de Portugal, y es la única comunicación de esta Capintanía para donde [está el] Pará, cuya comunicación comenzó a ser frecuentada por los portugueses en el año de 1743, tiempo en que los Padres de la Compañía ns habían fundado aún aldea ninguna de esta banda, como consta de Anal de la Cámara de esta Villa; a vista de lo cual parece que después de esto ningún lugar había para que dichos Padres pudieron lícitamente posesionarse de ambas márgenes del río, cortándoles así por el medio la comunicación de que ya estaban en poder y cuyo principio y fin era primitivamente suyo (Pastells, 1949:724).

Neste contexto, a carta escrita por Antonio Rolim de Moura ao Governador de Santa Cruz de la Sierra, Alonso Verdugo, reivindicava a posse daquele espaço com base no princípio *uti possidetis júri*, ou seja, o direito à posse de um determinado território antes mesmo de sua ocupação efetiva, tal como salienta Belloto. Vale lembrar que a viagem da qual o governador faz referência ocorreu no ano de 1742 por Manuel Félix de Lima, e a fundação de Santa Rosa aconteceria em 1743, após esta passagem. Assim, parece-nos correto afirmar que haveria um jogo estratégico em ora localizar (nas correspondências enviadas para autoridades portuguesas) ora não localizar (no envio de correspondências às autoridades espanholas) a missão de São Miguel, fundada em 1725, na margem direita do rio Guaporé (Eder, 1985; Block, 1997).

Também podemos notar a ação de não localizar a missão de São Miguel na margem direita do rio Guaporé no excerto acima da carta de Rolim de Moura ao Governador de Santa Cruz, Don Alonso Verdugo, na *carta da rede hidrográfica dos rios Guaporé e outros rios e ribeirões em Mato Grosso, posterior a 1743*, de João Gonçalves Pereira (cf. figura 10), referente à narrativa de José Gonçalves da Fonseca, que considera a fundação da missão no ano de 1744⁹². Já a ação de referenciar a missão de São Miguel na margem direita está presente na *Carta Geográfica do Mato Grosso de 1800*⁹³, bem como na carta de Antonio Rolim de Moura, enviada a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 31 de maio de 1756, informando-o de que

três eram as aldeias que se acham situadas de nossa banda, a de S. Simão, por um rio acima, que desemboca pouco abaixo da Pedras, ultimo sítio dos portugueses, para quem vai desta Vila, e distante dela doze dias de Viagem ordinária, para baixo, estando o rio com pouca correnteza. Nas mesmas circunstancias se vai do sítio das Pedras, em três dias, à aldeia de São Miguel, que é a segunda, que se

⁹² Para mais detalhes consultar a obra de FONSECA, José Gonçalves da. *Primeira exploração dos Rios Madeira e Guaporé em 1749*. In: Almeida, Candido Mendes de. *Memorias para a História do Extinto Estado do Maranhão*. Tomo I –II. Rio de Janeiro: Typ. do Commercio, de Brito & Braga, 1874.

⁹³ Mapa encontrado no catálogo digital cartográfico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, sem autoria e posterior ao período pesquisado para esta dissertação. Situa, porém, anos mais tarde as missões de Santa Rosa, São Miguel e São Simão na margem direita do rio Guaporé. Para mais detalhes sobre o mapa, consultar: <<http://www.bn.br/bndigital>>.

achava da nossa banda, situada à borda da Guaporé, mas não totalmente sobre o barranco. Em outros três dias, se vai dela a Santa Rosa, que é a terceira e última das missões que estavam da nossa parte, e esta ficava quase sobre barranco, que é muito alto, sem embaraço de que tem havido cheia que venceu, e entrar pela Igreja (Mendonça, 1985: 11).

Se esta ação fazia parte da estratégia de defesa da coroa portuguesa para garantir a posse do seu espaço conquistado, não se pode afirmar, mas o fato é que o governador Antonio Rolim de Moura poderia contestar a fundação de Santa Rosa, alegando que os portugueses já freqüentavam o rio Guaporé muito antes de haver nele missões jesuíticas espanholas fundadas naquelas margens. Afinal, de acordo com autores pesquisados, a localização da missão de Santa Rosa de Mojo era extremamente privilegiada e estratégica, pois, além de dar acesso às Missões de Mojo (cf. figura 12⁹⁴), estava próxima à confluência dos rios Guaporé e Marmoré, que, por meio da navegação, interligaria a Capitania de Mato Grosso com a Capitania do Grão Pará pelo rio Madeira.

Assim, tanto os portugueses como espanhóis

não tinham de forma clara as potencialidades bélicas de um e de outro. A espionagem recíproca na linha de fronteira trazia mais dúvidas que certezas. Entretanto os dois lados buscavam consolidar no terreno, o que as vias diplomáticas vinham buscando. Ou seja, garantir, sobretudo, os assentamentos necessários que lhes pudessem justificar a posse (Jovam, 1995:58).

⁹⁴ No recorte do mapa das Missões da Companhia de Jesus no território de Mojos e Chiquitos, de D. Antonio Aymerich y Villajuana e datando de 1764 (a íntegra pode ser visualizada na figura 4 do segundo capítulo), há uma indicação de caminho para as missões do interior do oriente boliviano, que partia de Santa Rosa, a Nova (a qual abordaremos mais adiante), passando pelas missões de São Pedro (indicado no mapa com o nº 4), Trinidad (nº 6), Loreto (nº 7) até Santa Cruz de la Sierra (nº 31). Para maiores detalhes, consultar as páginas 1027 e 1028 da obra PASTELLS, Pablo. *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil)*. Tomo VIII Primeira Parte (1751-1760) e Segunda Parte (1760-1768). Según los Documentos Originales del Archivo General de Indias. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto Santo Toribio de Mogrovejo, e Tomo VIII, 1949.

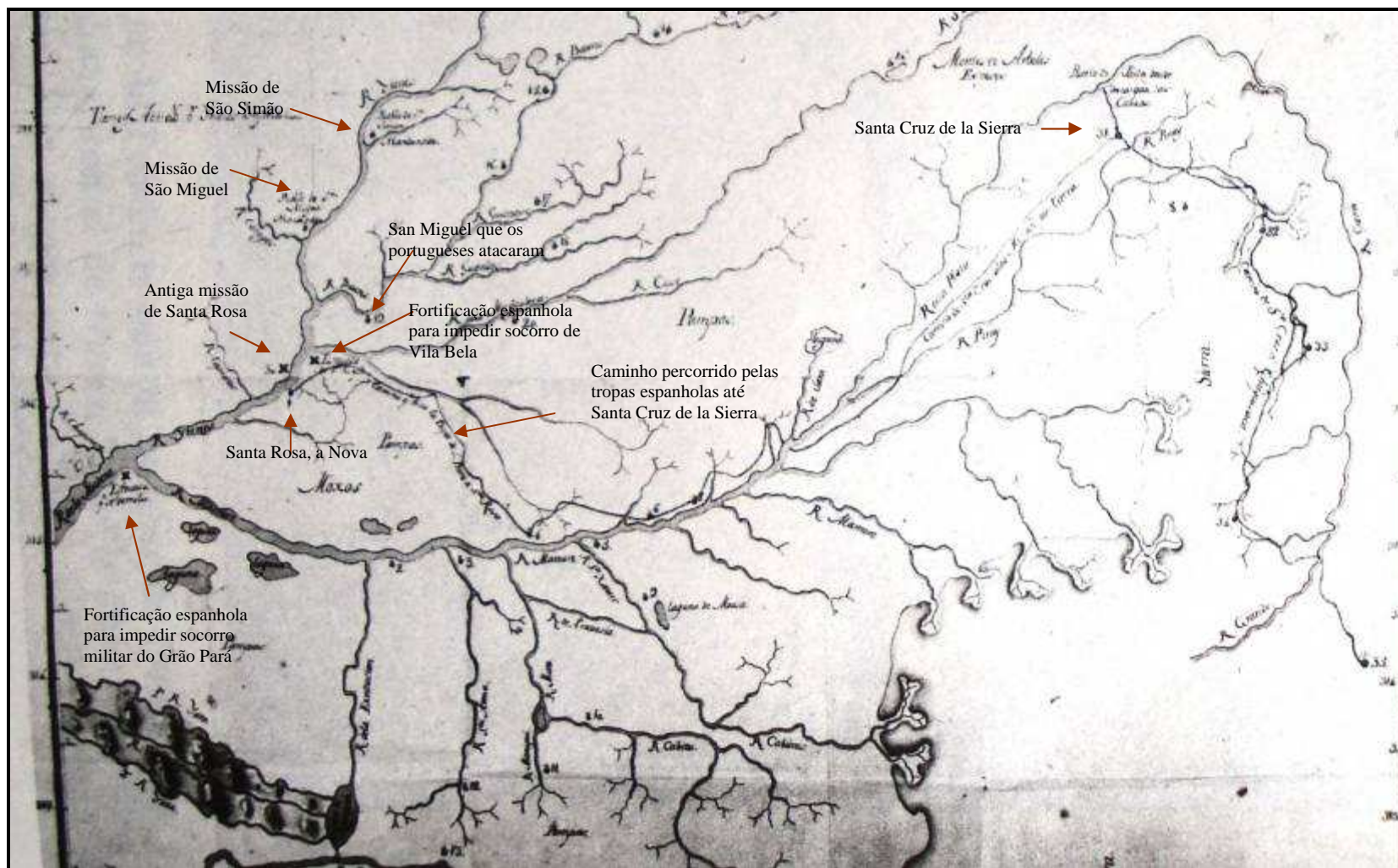


Fig. 12. Recorte do Mapa das missões da Companhia de Jesus no território de Mojos e Chiquitos de 27 de julho de 1764. Dn. Antonio Aymerich y Villajuana. Fonte: Adonias, 1993

Neste sentido, para assegurar a posse do território, seria necessário criar uma Vila-Capital no rio Guaporé, onde a proximidade com os espanhóis era bem maior, como destaca Jovam Silva. Desse modo, a presença de um governador nesta espacialidade permitiria decisões rápidas e ações diretas, e, paralelamente a esta ação, o mesmo deveria desenvolver políticas de atração populacional, incentivo à agricultura, à pecuária e ao comércio pelas vias marítimas⁹⁵. Essas medidas dariam aos mineradores e colonos meios indispensáveis à sobrevivência, e não poderíamos nos esquecer de que os indígenas também seriam incorporados à geopolítica expansionista como um elemento participativo no equilíbrio populacional do espaço fronteiriço, como já apontamos anteriormente.

Portanto, era necessário, por parte do governador, cumprir as determinações régias contidas nas instruções fornecidas pela Rainha, que eram de vigiar, ocupar as fronteiras e evitar desavenças com os vizinhos espanhóis. Nesse sentido, as Instruções Régias recomendavam ainda que o local escolhido

para a fundação da dita Vila seja o mais saudável, e em que haja boa água para beber, e lenha bastante, e se determine o lugar da praça no meio da qual, se levante o pelourinho, e se assinale área para o edifício da Igreja capaz de receber competente número de freguezes, quando a povoação aumente, e fará logo ele Ouvidor delinear por linhas rectas, a área para as casas se edificarem, deixando ruas largas e direitas, e em primeiro lugar se determine nesta área, as que se devem fazer para Câmara, Cadeia, Caza das Audiências, e mais oficinas públicas, e os oficiais da Camara depois de eleitos darão os sítios que se lhes pedirem para casas e quintais nos lugares delineados e as ditas cazas em todo o tempo serão feitas todas no mesmo perfil no exterior, ainda que no interior as fará cada morador à sua vontade, de sorte que se conserve a mesma formosura da terra e a mesma largura das ruas. Junto à Vila fique bastante terreno para logradouro público e para nele se poderem edificar novas casas, que serão feitas com a mesma ordem e concerto com que se mandam fazer as primeiras (Faria, 1999:171).

Na opinião de Miguel Faria, tratava-se, antes de qualquer coisa, do lançamento de um centro urbano, no qual convergisse a administração da Capitania de Mato Grosso, pois vigiaria de perto as minas de ouro, e, por outro lado, *dispor-se-ia estrategicamente num espaço que limitasse as tentações de expansão territorial dos castelhanos* (Faria, 1999: 171).

Desse modo, *como não se tinha certeza da criação ou não dessa vila na Chapada de São Francisco Xavier, dadas pelas instruções de 1746, as de 1749 deram a Antônio Rolim de*

⁹⁵ Para mais detalhes, consultar: SILVA, Jovam Vilela da. *Mistura de cores (Política de Povoamento e População na Capitania de Mato Grosso – Século XVIII)*. Cuiabá: EdUFMT, 1995. SILVA, Jovam Vilela da. *Instruções régias: a política populacional e de povoamento na capitania de Mato Grosso no século XVIII*. Revista. Territórios e Fronteiras – Programa. de Pós-Graduação em História, UFMT, v.2, n.1, Jan./Jun, 2001. LUCÍDIO, João Antônio Botelho. *Vila Bela e a construção do Estado de Mato Grosso no século XVIII*. Projeto Fronteira Ocidental Fase 2. Autorização Federal de Pesquisa (IPHAN/Minc), Portaria nº 37 de 06 e fevereiro de 2003 – História.

Moura, carta branca na escolha de um local apropriado (Silva, 1995:66). O governador faria questão de explicitar que a escolha do plano de implementação para a capital de Mato Grosso se observaria sobre o terreno⁹⁶. Nesse sentido, Antonio Rolim de Moura começaria sua primeira prospecção pelo melhor local para a fundação da vila-capital no ano de 1752. Ao visitar o arraial de São Francisco Xavier, o governador pôde observar que

compõem-se aquele arraial todo de casas de pau-a-pique barricadas, e cobertas de capim e assim serão as que eu me acomodei postas à aventura sem ordem nenhuma, nem formatura de ruas e só uma morada há, e a igreja, que sejam telhadas. Está a povoação no alto de uma serra a que chamam Chapada, e para onde se sobe de toda parte légua e meia, e duas léguas, e na mesma distância lhe fica a lenha e a madeira ida mais longe a cuja dificuldade se ajuntam a da condução, por causa do íngreme, e empinado das subidas pelo que faz muito custosa qualquer obra de carpinteiro. (...) O clima é o mais destemperado que tenho visto, pois no pouco tempo que lá estive, cheguei a experimentar em alguns dias calma e frio, sol, chuva, vento e névea. (...) Também experimentaram febres catarrais, e pleurizes pelo tempo das friagens que são tão excessivas, que obrigam a fechar as portas, e janelas, e chegam a matar principalmente aos pretos por menos enroupados se os apanha no campo. (Paiva; 1982:72).

Como podemos observar na citação acima, pela descrição do aspecto físico e das possibilidades que o arraial de São Francisco Xavier oferecia para a futura vila, fica patente que estas informações não agradaram ao governador Antonio Rolim de Moura, uma vez que o clima e a salubridade do local eram extremamente desanimadores.

Já o arraial de Santa Ana era igualmente insalubre. Não oferecia vantagens, e os moradores estavam mais preocupados com seus interesses pessoais do que com os projetos da coroa portuguesa para a sua fronteira. Para o governador, o arraial de Santa Ana tinha o

defeito de ficar muito encostado à Chapada, que pela sua altura faz sombra terra plana. Para a parte do nascente é mais desafogado por ser tudo terra plana, com bons matos para lenha e madeiras e bons campos para o gado; porém a água é pouca para formar-se povoação grande; (...) faz papos o que é sumamente descômodo e que desfigura a quem tem. Enquanto o clima é mais quente e temperado que o da Chapada e por isso menos sujeito às febres catarrais e pleurizes, (...) e de terem também a de lhe ficarem as lavras perto de casa, e as roças que nestas terras dão bem (Paiva, 1982:73).

Da Corte portuguesa também emanavam opiniões e discordâncias sobre o local onde deveria se erguer a futura Vila para a Capitania de Mato Grosso. Segundo o secretário de

⁹⁶ Ver mais detalhes na carta de Antonio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real, de 28 de maio de 1752. In: PAIVA, Ana Mesquita et al. *Antonio Rolim de Moura. Primeiro Conde de Azambuja (correspondências)*. Imprensa Universitária. Coleção Documentos Ibéricos – Série 4: Capitães Gerais. Cuiabá: NIDHIR (Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional). v.1 (1982).

Estado Marco Antonio de Azevedo Coutinho⁹⁷, a Vila-Capital deveria ser erigida em Santa Rosa, pois havia recebido notícias do Mato Grosso sobre a situação vantajosa da dita aldeia, posição da qual o governador Antonio Rolim de Moura discordava, em virtude de que duas

objeções tinha formar-se aqui a vila a primeira era a insinuação do Sr. Marcos Antônio de Azevedo feita em carta de vinte e sete de março de mil setecentos, e cinqüenta, na qual me dizia, que as notícias, que haviam chegado à corte da vantajosa situação da Aldeia de Santa Rosa, faziam parecer, que aquele seria lugar mais próprio para formar a Capital do Governo do Mato Grosso, não obstando ficar longe das minas até agora freqüentadas, porque os novos descobrimentos, que se iam fazendo mostravam, que também as vizinhanças da dita aldeia lograriam esta vantagem, e que principalmente devia atender-se a que assunto do Governo tivesse as comodidades de bom ar, e do fácil acesso de todas as partes, deixava porém Sua Excelência ao meu arbítrio escolher a vista do País o sítio que melhor me parecesse. (Paiva; 1982: 70)

Na seqüência da carta, Rolim de Moura aponta dois inconvenientes sobre o local onde deveria ser edificada a Vila para a Capitania de Mato Grosso. *Primeiro*, a missão de Santa Rosa precisava ser desocupada pelos jesuítas espanhóis que ainda estavam nela, o que dificultaria a imediata fundação da vila; e *segundo*, o local era distante, tanto dos povoados e das minas de ouro de origem portuguesa quanto dos povoados missioneiros espanhóis. Segundo o governador, era necessário

esperar para estabelecimento da Vila que nos desocupem o terreno em que ela havia de fundar-se, o que talvez poderá ser bastante dilação, ficando neste tempo sem efeito uma coisa que Sua Majestade julgou ser preciso dar-se-lhe princípio de brevidade. O segundo é, que ficando a Aldeia de S. Rosa desviada destas minas quinze dias de viagem rio abaixo e um mês de lá para cá, de todo se deve considerar aquele sítio separado deste, (...) fundando-se ela em Santa Rosa, tão distante e fora da comunicação destas minas aonde os homens por hora tem suas lavras e em Santa Rosa não há ainda notícia alguma de haver ouro, pois somente ainda com pouca certeza ouvi se havia encontrado alguém de nossa parte no Rio Corumbiara, que faz barra no Uaporé muito para cá da primeira Missão. Daqui resultaria uma grande despesa à Fazenda Real, sendo necessário conduzir para a nova Vila os moradores à custa dela, e sustentá-los o primeiro ano com grande despesa, conduzindo daqui os mantimentos, pois lá os não havia de achar. Todas estas incomodidades se evitam no sítio que está escolhido para a Vila ao mesmo tempo, que tem os principais requisitos, que aponta o Sr. Marco Antonio de Azevedo do fácil acesso, como se vê do que fica dito, e enquanto ao ar me parece não será inferior ao de Santa Rosa, pelo que adiante direi sendo certo, que também aquela aldeia está sujeita no tempo das águas às epidemias, a que por cá chamam pestes. (Opus. cit.; 1982: 71)

Desse modo, Rolim de Moura entendia que nenhum dos arraiais nem a missão de Santa Rosa serviriam para ser a sede da capital da recém-criada Capitania de Mato Grosso.

⁹⁷ Marco Antonio de Azevedo Coutinho era tio e amigo do Marquês de Pombal, e assinou junto com a Rainha D. Mariana, filha e regente do trono de D. João V, as Instruções Régias dadas a Antonio Rolim de Moura (Mendonça, 1985).

Também deixa claro que sua escolha para a futura Vila-Capital foi pensada a partir de observações das condições naturais oferecidas pelo rio Guaporé, afirmando que, apesar das chuvas não terem sido abundantes naquele ano (1752), como haviam sido no ano anterior, os sinais demonstravam que as enchentes não ofereciam riscos à futura vila, que seria fundada em 12 de março de 1752, por invocação de Vila Bela da Santíssima Trindade (antigo Pouso Alegre, cf. figura 33).

João Botelho Lúcido salienta que tais preocupações do governador com relação à fundação da Vila-Capital estavam relacionadas às possibilidades de auto-abastecimento, de acesso, comércio e à defesa. Afinal, Vila Bela

deveria administrar questões de ordem interna, que remetiam à organização cotidiana da Capitania, e a questões de ordem externas, que diziam respeito às estratégias e ações para consolidar a posse sobre o território ocupado. Ao que parece as questões externas foram as que consumiram mais dinheiro e energia dos Capitães Gerais ao longo do século XVIII (Lúcido, 2003:28).

Para o autor citado, não resta dúvidas de que Vila Bela da Santíssima Trindade de fato foi um núcleo urbano planejado a partir de uma planta urbana, trazida do Rio de Janeiro. Não podemos nos esquecer também de que a Vila do Cuiabá *julgava merecer essas honras, pois do ponto de vista do quantum populacional, de número de escravos, de mercado, de produção de subsistência e, às vezes, auríferas, [era] maior e mais dinâmica que a Vila Bela* (Lucídio; 2003:7). Com estes argumentos, os moradores do Cuiabá reforçariam a idéia de superioridade sobre Vila Bela da Santíssima Trindade, como destaca o autor.

Após fundar Vila Bela, Rolim de Moura daria início a uma série de fundações de arraiais, aldeias (missões portuguesas), presídios e fortalezas, na tentativa de demarcar e consolidar o espaço fronteiriço⁹⁸ (cf. figura 13). Tais atitudes eram decorrentes do Tratado de Madri (1750), que definia que o direito de uma nação sobre um determinado território era o de comprovação da posse, salvo em caso de cessões mútuas, como destaca Bellotto (1983).

⁹⁸ João Botelho Lúcido, no artigo *Vila Bela e a construção do Estado de Mato Grosso no século XVIII*, oferece detalhes destes núcleos de ocupação no rio Guaporé. Para saber mais, consultar: Projeto Fronteira Ocidental Fase 2. Autorização Federal de Pesquisa (IPHAN/Minc), Portaria nº 37 de 06 e fevereiro de 2003 – História.

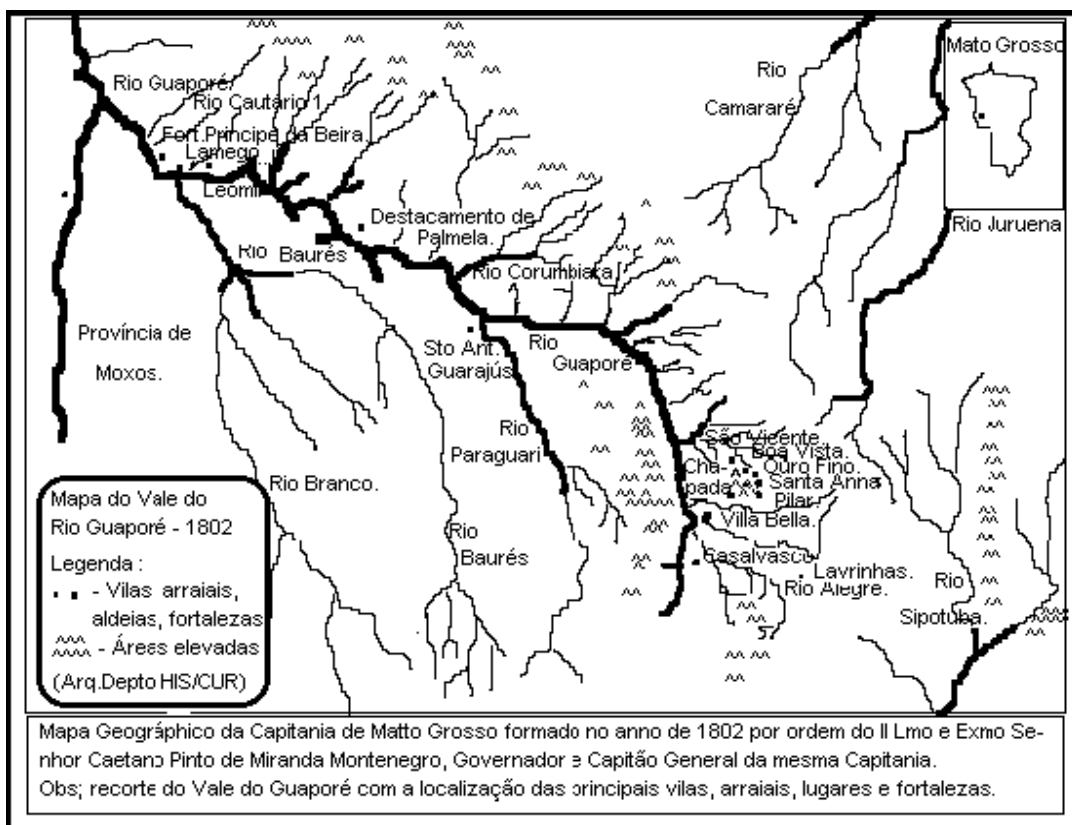


Fig. 13. Ocupação portuguesa no vale do rio Guaporé – Capital: Vila Bela. Fonte: Silva, 2001.

Nesse sentido, os missioneiros espanhóis das missões jesuíticas de Santa Rosa, São Miguel e São Simão, seguindo as instruções do padre geral da Companhia de Jesus, Juan de Veingolea,

habían abandonado el pueblo de Santa Rosa, situado a la margen derecha del rio Itenes, por donde se creía pasaría la línea divisória, trasladando los índios a outro puesto de la margen izquierda, y llamaron a este pueblo de Santa Rosa el nuevo para distinguirlo del antiguo que se llamó Santa Rosa el viejo⁹⁹ (Pastells; 1949:XXXI).

Na carta escrita por Rolim de Moura ao Governador de Santa Cruz, Alonso Verdugo, em 25 de outubro de 1760 (Pastells, 1949:726), o governador da Capitania de Mato Grosso relatava que, pelo artigo 16 do Tratado de Madri, ficava a critério dos índios permanecerem (ou não) nas missões jesuíticas, mas antes que os indígenas pudessem escolher

⁹⁹ Sobre a missão de Santa Rosa, a nova, temos poucas informações. Ao que tudo indica, e segundo a documentação reunida pelo padre Pablo Pastells na obra *História da Companhia de Jesus* (1949), esta missão foi edificada provavelmente antes de 1754, para receber os indígenas trasladados da missão de Santa Rosa, a velha, e também para amparar o exército de Don Alonso Verdugo durante a Guerra Mojeña. Até o presente momento, não dispomos de maiores informações sobre Santa Rosa, a nova, enquanto povoado missioneiro. A localização da Santa Rosa, a nova, pode ser visualizada na figura 12, como parte da rota das tropas espanholas que saíam desta missão em direção à missão de São Pedro, podendo também ser visualizada na figura 14 deste capítulo, pois estava estabelecida quase de frente à antiga missão de Santa Rosa, a velha, que, no ano de 1767, já era uma espacialidade portuguesa com a denominação de Fortaleza da Conceição.

ficar ou esperar os comissários passarem, os missionários perderiam não só os índios, mas também os seus bens. Assim, com a primeira notícia do Tratado, os jesuítas começaram a mudar as missões para a outra margem, empreendimento concluído no ano de 1754, deixando para trás terras desertas e queimadas. De acordo com o historiador Artur Reis,

os Missionários, dando-se pressa em escapar aos rigores do Tratado, que mandava consultar os catecúmenos sobre qual soberania desejavam permanecer, havia tratado de mudar os três núcleos, São Simão, São Miguel e Santa Rosa, para os lugares que o Tratado declarava partes integrantes do império espanhol. Rolim de Moura, fingindo não compreender o motivo daquela movimentação, dera mesmo ordens aos moradores das circunvizinhanças para que ajudassem os padres na mudança. Todavia, os Religiosos, que tão cordiais se mostravam nos primeiros momentos, recebendo, posteriormente, ordens de seus superiores, inclusive do Vice-Rei do Peru, conquanto não regressassem aos sítios anteriormente ocupados pelas três aldeias, tinham entrado a procurar impedir que os luso-brasileiros ocupassem as posições abandonadas (Reis, 1948:99).

Rolim de Moura relata, em 14 de fevereiro de 1755, para o governador da Capitania de Grão Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que o padre Nicolao de Medenilha, da missão de Santa Rosa, havia arrancado as portas das casas para levar e em São Miguel as casas dos índios estavam todas queimadas. Para o governador, tal ação tinha o

pretexto de lhe evitar tornarem para eles. Como eles ainda não tinham obrigação de largarem as terras, e o fizeram sem isso o que não é pequeno benefício, não quis questionar este ponto por lhe não embarçar a saída, mas sempre faço a Vossa Excelência ciente disto para que use desta notícia, como lhe parecer útil (Paiva, 1983:63).

Já os índios da missão de São Simão e São Miguel foram transferidos para as missões homônimas da margem direita do rio Guaporé. Desse modo, com a saída dos missionários das missões jesuíticas de Santa Rosa, São Miguel e São Simão da margem oriental do rio Guaporé, Mendonça Furtado pede a Rolim de Moura que estas sejam reocupadas por povoações portuguesas, para que os padres perdessem as esperanças de voltar a ocupá-la, uma vez que haviam desrespeitado as cláusulas estabelecidas pelo Tratado ao atear fogo às três missões (Mendonça; 1985).

Assim, diante da duvidosa demarcação da parte sul do Brasil, principalmente área dos Sete Povos das Missões Guarani, estabelecidos na parte oriental do rio Uruguai, e muito antes de ocorrer as entregas mútuas do tratado, Rolim de Moura ocupou o posto de Santa Rosa Velha em 1754¹⁰⁰, estabelecendo ali uma população e um forte, a qual os espanhóis

¹⁰⁰ Para maiores detalhes sobre o desenrolar da ocupação de Santa Rosa, a velha, consultar mais detidamente a carta escrita por Antonio Rolim de Moura, Governador de Mato Grosso, ao governador de Santa Cruz, Don

denominariam de estacada, e os portugueses, de Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição. Segundo Jovam Silva, as razões que levaram o governador a ocupar Santa Rosa e instalar a Fortificação de Conceição não foram outras senão a de guarnecer o espaço fronteiriço do rio Guaporé e garantir a posse do território. A justificativa de Rolim de Moura era que

(...) este fué el motivo y la causa que le obligó a establecer la guardia que Su Excelência [Alonso Verdugo, Governador de Santa Cruz] vió en Santa Rosa; y bien se puede suponer que quien pasó tantos años, después de ésta despejada sin mandar ocuparla, aún tendría paciencia por alguns años más si los Padres de la Compañía no comenzasen a dar tan claras demostraciones así de volverse a mudar como de hacer entradas en las tierras de los dominios de Portugal. No puedo negar que el Tratado de Límites en el artículo 19, en los ríos cuya navegación es común a ambas naciones prohíbe expresamente levantar ningún género de fortificación ni plantar artillería o establecer fuerza que pueda impedirla libre y común navegación, pero también es cierto y sin duda que ninguna ley positiva, tratado o convención puede privarle ser contra el derecho natural, por lo cual es lícito a toda persona defender su vida y tomar todas las cautelas precisas para este fin. Los Padres de la Compañía le obligaron, como queda dicho, a establecer la guardia en Santa Rosa, y lo poco que se debe fiar en ellos le obligó de la misma suerte a hacerle el levísimo resguardo de una simple estacada, que es en lo que consiste la llamada fortificación, y a ponerle dos piececillas de artillería de tan pequeño calibre que bien se deja ver que todo esto sólo puede servir de defensa a los insultos de los indios de los Padres de la Compañía (Pastells, 1949:733).

Insatisfeito com tais argumentos, o Governador de Santa Cruz, Don Alonso Verdugo, foi pessoalmente até Fortaleza Nossa Senhora da Conceição protestar a ocupação desta espacialidade pelos portugueses, sem que os respectivos comissários tivessem intervindo. Rolim de Moura respondeu-lhe que, de acordo com o Tratado de Limites, todo o lado oriental do rio Guaporé era português, sem que necessitasse da passagem dos comissários para confirmá-lo¹⁰¹. Neste aspecto, o que o governador Alonso Verdugo reivindicava era o direito dos missionários de retornar às suas antigas missões¹⁰².

Alonso Verdugo, em 25-10-1760, reunida na obra de Pablo. *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil)*. Tomo VIII Segunda Parte (1760-1768). Según los Documentos Originales del Archivo General de Indias. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto Santo Toribio de Mogrovejo, e Tomo VIII, 1949. E sobre a ocupação de Santa Rosa pelos portugueses ver mais em SÁ, Joseph Barbosa de. *Relação das Povoações de Cuyabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*. Cuiabá: Edições FUFMT, 1975.

¹⁰¹ De acordo com David Block, *una segunda rueda de negociaciones entre los monarcas ibéricos anuló el Tratado de Madri, reemplazando por el Tratado del Pardo, suscrito em 1760. Este tratado derogó la línea fronteriza occidental convencida un década antes, pero no puso nada tangible en su lugar. La suscripción del Tratado y el ingreso de España y Portugal en frentes opuestos en la Guerra de los Siete Años crearon las condiciones para el conflicto a lo largo del Guaporé* (Block, 1997:89).

¹⁰² Padre Eder se indigna com a ação de Rolim Moura, e se pergunta quem havia dado ordem para invadir as terras espanholas contra a vontade do Rei Espanhol, porque *en caso de que lo hubiese autorizado, no hubiese avisado inmediatamente al virrey para que ejecutara la cesión, presisamente de um território donde hacía años que existían tres de nuestras reducciones, que tuvieron que retirarse sin daño a otros emplazamientos (...)* (Eder, 1985:44).

Tal atitude de Rolim de Moura em tomar posse da antiga missão jesuítica de Santa Rosa e reedificar as casas que foram dos padres (cf. figura 14), acrescentando nelas quartéis, capela e armazéns, fez aumentar ainda mais a tensão fronteiriça, não pelo fato de a posse ser um ato ilegal (que só a execução do tratado daria aos portugueses), mas pela ameaça que este forte representava para as missões de Mojo, como salienta Maria Teresa Loureiro.

Segundo Block, a guerra Mojeña começaria em 1762¹⁰³ (cf. figuras 34 e 35), e contaria com a ajuda dos indígenas, tanto nas escavações das fortificações ao longo da margem esquerda do rio Guaporé, quanto nas construções de pontes através do rio *Machupo* para o transporte de artilharia, colaborando também como combatentes, momento em que os indígenas lutariam lado a lado com espanhóis.

No mapa da região do rio Guaporé ou Itenes, apresentado na figura 14, podemos visualizar a fortaleza de Nossa Senhora da Conceição (antiga Santa Rosa) e as fortificações espanholas às quais David Block faz referência. Neste mapa, temos representado pela seta azul o forte construído pelo Governador Alonso Verdugo na margem do rio *Machupo*, erigido provavelmente para impedir que viesse socorro militar e abastecimento de Vila Bela. Já a seta preta aponta para a localização da barricada e o destacamento de Dn. Antonio Aymerich y Villajuana, construídos em frente à Fortaleza Conceição para servir de base para a segunda investida espanhola. Santa Rosa, a nova, pode ser visualizada pela seta verde, localizando-se em frente à entrada da Fortaleza, mantida por uma bateria com dois canhões, assinalada pela seta vermelha.

Como não dispomos do traçado urbano de Santa Rosa que José Gonçalves da Fonseca fez no momento de sua visita à missão, não nos é possível apontar as tais reedificações que Loureiro menciona. Entretanto, podemos visualizar três baluartes (representados pela letra A), canhões (representados pela letra B), pontes elevadiças sobre o fosso construído no entorno do forte (representadas pelo nº 9 e letra P), plantações ao fundo e, próxima a elas, está a casa dos soldados casados (representadas pelo números 2 e 3), entre

¹⁰³ Maria Teresa Loureiro oferece ao leitor detalhes de como foi a guerra luso-espanhola, através da transcrição do manuscrito *Relação noticioza e exacta do que se tem passado nestas Fronteiras de Mato Grosso, e Santa Cruz de la Sierra, desde o anno de 1759 até o principio do anno de 1764*. Para maiores detalhes, consultar: LOUREIRO, Maria Teresa Santos de Souza. *A fronteira oeste de Mato Grosso e D. António Rolim de Moura*. Dissertação de Licenciatura em Ciências Históricas, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 1965. Estas informações também podem ser encontradas nas obras: CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969. SOUTHEY, Robert. *Historia do Brasil*. Traduzida do inglês pelo Dr. Luís Joaquim de Oliveira e Castro; anotada por J. C. Fernandes Pinheiro, Brasil Bandecchi e Leonardo Arroyo; prefácio de Brasil Bandecchi. 4. ed. 3 vol. Brás. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1977. Pablo. *Historia de la Compañia de Jesús en la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil)*. Tomo VIII parte I e II, 1949. MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Rios Guaporé e Paraguai - primeiras fronteiras definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Reprográfica. Xerox do Brasil, 1985.

outras construções descritas na imagem. Este mapa foi confeccionado provavelmente após a segunda investida espanhola sobre o Forte em 1766 (assunto que abordaremos a seguir), e assinado por Miguel Blanco Crespo em 19 de maio de 1767, na missão de São Pedro (representado pela seta laranja).

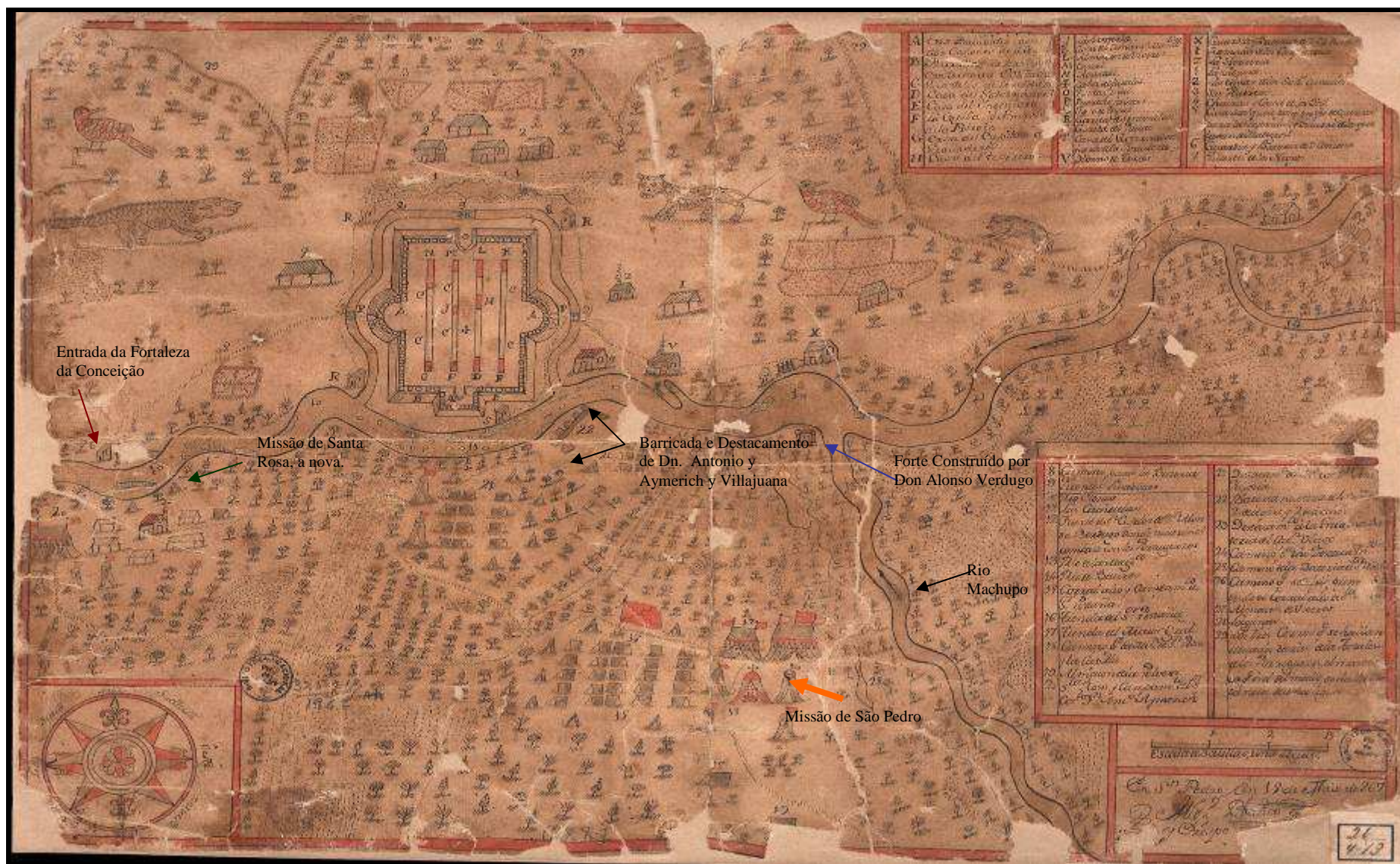


Figura 14. Plano da região do Rio Itenes ou Guaporé e seus afluentes: com a situação da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição dos Portugueses e a situação do destacamento de forças espanholas chefiada por A. Alonso Berdugo e Cor. Dr. Amº Aymerich Tete Cor. Dn. Ant. Pasqual. Data: 1767. Crespo, Miguel Blanco. Catálogo Digital Cartográfico. Biblioteca Nacional.

Segundo Jovam Silva, a força militar que os portugueses possuíam no Forte Conceição era um efetivo reduzido, constituído por uma companhia de dragões e sertanistas, além de criar *dois corpos de voluntários compostos de pedestres e aventureiros, constituídos de bastardos, mulatos e caborés*, enquanto que os espanhóis possuíam *5000 homens, muitas canoas, peças de artilharia, armas e munições* (Silva, 1995: 129 e 131). Com estas notícias, Rolim de Moura se viu obrigado a pedir socorro ao Governador do Pará.

Assim, os portugueses faziam ataques-relâmpago às missões jesuíticas e aos lugares onde haviam se posicionado os espanhóis, com o claro objetivo de deixar as tropas espanholas sem provisões necessárias para a subsistência. Já a tática dos espanhóis era a de bloquear pelo rio *Itonama a comunicação de Vila Bela com a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição e desta com o Pará, na barra do rio Marmoré, ficou frustrado* (Silva, 1995:131). Tal fato alertou ainda mais as autoridades portuguesas, que só então procuraram aumentar o efetivo humano e diversificar as posições estratégicas assumidas.

Em 1763, chegaria o socorro militar do Pará, e, em resposta ao ataque dos espanhóis na barra do rio *Itonoma*¹⁰⁴, Rolim de Moura mandou atacar a missão espanhola de São Miguel, situada na margem esquerda do rio Guaporé, por ser a mais próxima das missões envolvidas no conflito (ver mais na figura 12), aprisionando os padres Roiz e Francisco Espi, que assistiam à dita missão. Logo em seguida, estes foram conduzidos ao Forte de Conceição, segundo descrição de Loureiro (1965). A missão de São Miguel foi destruída pelos portugueses, e dali provinham os mantimentos, como a carne de vaca e de porco.

Padre Eder salienta que a Guerra Mojeña

no solo impidió cosechar esta mies, sino que también perturbó otras varias reducciones adyacentes, de la otra parte del río, es decir en territorio del rey de España, de manera que durante muchos días nos vimos forzados-por temor a alguna incursión – a abandonar la reducción, huir a los bosques con nuestros indios y vivir allí en la intemperie. En la reducción mas cercana a ellos desmotraron sus propósitos sobre las restantes: estaba dedicada a San Miguel y el mismo día de su festividad, en le momento de ir a comenzar a misa, la redujeron a cenizas, sin excluir el templo, llevándose como cautivos a sus misioneros y a todos lo indios; no dejaron libre a uno de los Padre (pues el otro falleció en la

¹⁰⁴ Segundo Maria Tereza Loureiro, *no forte havia pouquíssima quantidade de géneros frescos e na parte espanhola abundasse o gado, mandou-se, no dia 15, o furriel Paulo José Correa e alguns militares buscarem rezes, subindo o Itunama. Este furriel por três vezes socorreu o forte com carne freca, e, no dia 12 de abril [1763], foi surpreendido por grande numero de castelhanos e índios vindos de S. Pedro que o aprisionaram e a 2 soldados dragões, um infante e 6 índios. Os restantes que andavam no mato, avisados, tentaram libertá-los, mas não conseguiram, pois os castelhanos retiraram-se. Sem mantimentos nem embarcação regressaram a pé, por matos e lagoas, ao forte, onde chegaram no dia 16* (Loureiro, 1965:138).

cárcel, como efecto de los infortunios y del hambre) hasta al cabo de un año (Eder, 1985:44)¹⁰⁵.

Para a soltura dos padres, foi solicitada uma troca de prisioneiros, o que não obteve resultado. Assim, o Governador do Mato Grosso enviou-os para o Rio de Janeiro, pois seria muito arriscado permanecer no Presídio de Conceição. Segundo David Block (1997), o empenho das tropas espanholas sofreria um revés com os efeitos das condições climáticas das savanas de Mojo, assim como se deu com os primeiros colonizadores e missioneiros que adentraram aquele espaço.

As tropas do governador Alonso Verdugo foram recrutadas nos Andes, e, por conta disso, as enfermidades e deserções haviam reduzido o número de soldados combatentes. Em carta ao Vice Rei do Peru, o Governador de Santa Cruz dizia que havia aceitado petições de trégua portuguesa como consequência da assinatura do Tratado de Paz, efetivada em Paris no ano de 1763, *quedando entanto libre de una y outra parte el transito (...) con igual suspención de armas* (Mendonça, 1985:63). Atendendo ao Tratado de Paz, Rolim de Moura mandou que suas tropas evacuassem a missão de São Miguel e restituíssem os prisioneiros para os espanhóis.

Para David Block, Antonio Rolim de Moura se retirou de Mato Grosso como vencedor, pois

había avanzado hasta el Guaporé, forticando las posiciones portuguesas em el río y permanecido en el campo de batalla cuando su rival se retiró. Los servicios de Moura le valieron una recepción de héroe por parte de sus comandantes, una encomienda y, al fin, el cargo de Virrey del Brasil (Block, 1997:90).

Entretanto, os espanhóis estavam preparando uma segunda expedição ao rio Guaporé, na tentativa de expulsar os portugueses da Fortaleza e cortar as comunicações com o Pará¹⁰⁶. Tal ação aconteceu no governo de João Pedro da Câmara (sucessor de Rolim de

¹⁰⁵ Aqui é interessante notar que padre Eder oferece uma versão diferente do manuscrito transcrito por Maria Tereza Loureiro sobre o que ocorreu em São Miguel, para mais detalhes consultar: EDER, Francisco Javier. SJ. *Breve Descripción de las Reducciones de Mojos (ca. 1772)*. Traducción y edición de Josep M. Barnadas. Tradução de Josep M. Barnadas. Cochabamba: Historia Boliviana, 1985. LOUREIRO, Maria Teresa Santos de Souza. *A fronteira oeste de Mato Grosso e D. António Rolim de Moura*. Dissertação de Licenciatura em Ciências Históricas, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 1965. Ver igualmente MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Rios Guaporé e Paraguai - primeiras fronteiras definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Reprógráfica. Xerox do Brasil, 1985.

¹⁰⁶ Para mais detalhes da segunda investida espanhola na Fortaleza da Conceição, consultar a obra de CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

Moura), no ano de 1766, que logo tratou de aumentar a artilharia da Fortaleza de Conceição e a patrulhar com canoas armadas o rio Guaporé. Ainda de acordo com Block,

en 1766 el nuevo Virrey del Peru instruyó al Presidente de Charcas que reclutara un ejército. Reconociendo que la falta de equipo había atormentado a la expedición de 1762, Manuel d'Amat i Junyent envió abundante material bélico para apoyar la campaña propuesta. Al mismo tiempo ordenó al Superior de la Misión de Mojos que alistara provisiones para el ejército. Juan de Pestaña cumplió la orden, primero alistando tropas en La Plata y Potosí y haciéndolas marchar a Santa Cruz; luego, ingresando a Mojos después de las lluvias de 1766 (Block, 1997:90).

Novamente foram solicitados auxílios ao governo do Pará, que contribuíram *com cento e poucos homens e a Capitania de Goiás enviou um número equivalente* (Silva, 1995:132). Para David Block e Jovam Silva, as condições climáticas, topografias alagadiças e acidentadas do rio Guaporé impediram a movimentação das tropas espanholas, devido à sua inabilidade em empregar, na área do rio Guaporé, as mesmas técnicas de guerra empreendidas na Europa, o que demonstrava claramente a falta de conhecimento daquele espaço.

Na opinião de Jovam Silva,

a técnica de guerrilha empregada por Rolim de Moura e João Pedro havia obrigado o exército espanhol a dividir suas forças para defender as missões de Moxos. Os rios Baurés e Itonomas que foram utilizados para o ataque espanhol, facilitaram da mesma forma o contra-ataque português. E os socorros de armas e gente que viessem do Pará, facilmente podiam atacar as missões situadas no rio Madeira (Silva, 1995:135).

Após duas tentativas frustradas de invasão, os espanhóis procuraram resolver as questões de fronteira pelos meios diplomáticos por ordens de Madrid. Na opinião de Block, as conseqüências das tentativas de 1763 e 1766 foram desastrosas, pois

las septentrionales llevaron la mayor carga de las operaciones de abastecimiento y proporcionaron mano de obra para la erección de murallas y el transporte de la impedimenta. La cosechas y rebaños de las reducciones alimentaron a los soldados, a menudo con el resultado de privaciones para los neófitos. Por orden del Virrey éstos sembraron campos suplementarios de maíz, arroz, maní y frijoles; pero la duración del conflicto resultó mayor de lo que podían soportar las cosechas normales y los almacenes de los soldados. Aunque las reducciones septentrionales llevaron la mayor carga, las muy alejadas del frente también sostuvieron el esfuerzo bélico (Block, 1997: 91).

Em 1769, o governador Luiz Pinto de Souza Coutinho mudou o nome da Fortaleza de Conceição para Forte de Bragança (cf. figuras 36 e 37). Com a enchente de 1771, o Forte

teve suas dependências quase totalmente destruídas. Sobre este fato, Lúcidio nos informa que,

nos primeiros dias do mês de janeiro de 1774, aporta na semi-destruída Fortaleza de Bragança a expedição comandada pelo Governador e Capitão General Luiz de Albuquerque. No exercício de sua missão, que deveria fomentar o comércio entre o Mato Grosso e o Pará, ele faz um apurado levantamento das condições físicas do Forte e o condena irremediavelmente. A partir dessa decisão optou-se pela escolha de outro sítio, onde se ergueu uma nova Fortaleza, o Forte do Príncipe da Beira. Em 1774 o Capitão General Luiz de Albuquerque mandou inspecionar a localidade arruinada da Fortaleza da Conceição e optou por construir uma nova Fortificação num sítio menos exposto às enchentes do Guaporé (Lucídio, 2003:36).

Desse modo, dois anos depois, em 1776, iniciou-se a construção do Real Forte do Príncipe da Beira em um terreno isento das enchentes (cerca de dois quilômetros da antiga missão Santa Rosa/Conceição/Bragança). Hoje, o Forte de Bragança e o Forte Príncipe da Beira encontram-se no atual Estado de Rondônia, sob o Comando de Fronteira de Rondônia – 6º Batalhão de Infantaria de Selva, como veremos a seguir.

3.3 À busca pelo buraco

Nesta última seção do terceiro capítulo, vamos apresentar o relato da nossa viagem feita ao município de Guajará Mirim, no Estado de Rondônia. O título é uma metáfora para aqueles que pensam que arqueologia só se faz em campo, sujando as mãos, usando pá, picareta, pranchetas, sob um sol escaldante ou frio congelante. Foi com o objetivo de verificar as informações disponíveis na bibliografia mato-grossense sobre a localização de Santa Rosa, e sua relação com a construção do Forte Príncipe da Beira, bem como as possibilidades de se realizar futuramente pesquisas arqueológicas na antiga missão, que entramos em contato com o Comando de Fronteira de Rondônia – 6º Batalhão de Infantaria de Selva. Prontamente atendida a nossa solicitação de visita à antiga missão, o Tenente Coronel de Infantaria Paulo Eduardo Ribeiro Monteiro traçou todo nosso percurso, previsto para se iniciar no dia 06 de novembro até a data de 16 de novembro de 2007. Vamos aqui esboçar de maneira sintética a viagem para a Fortaleza da Conceição/Bragança.

Esta viagem começaria às 23h30min do dia 06 de novembro de 2007, saindo de Cáceres, no Estado de Mato Grosso (local onde residimos), com destino a Porto Velho/

Rondônia. O percurso total até a capital de Rondônia foi de 1.233 km, sendo percorrido em aproximadamente 18 horas de ônibus. Chegamos a Porto Velho no final da noite, embarcando para a cidade de Guajará Mirim no mesmo dia, perfazendo mais 300 km de ônibus (totalizando mais 5 horas de viagem). De Guajará até o Batalhão Forte Príncipe da Beira foram mais 12 horas de viagem de barco (voadera) pelos rios Marmoré e Guaporé rio acima, equivalente a 330 km em linha reta. Até a confluência dos rios Marmoré e Guaporé, onde está situado o distrito de Surpresa, e dali até o Batalhão Forte Príncipe da Beira, foi meio dia de viagem. Tal observação se faz necessária, pois, no ano de 1749, José Gonçalves da Fonseca havia passado por lá e registrou que o

rumo de Sudoeste desembocava o rio Marmoré em huma barra de mais de 500 braças, e para ella navegavão as canôas atravessando aquelle quase golpho de água formando por este rio, e pelo Aporé na união que fazem humas e outras aguas sendo claríssimas as do Aporé, e as do Mamoré com a mesma turvação que tem as do Beni (...) do concurso que há neste lugar de humas e outras aguas se derramão estas pela margem oriental, e formão vários lagos (...) (Fonseca, 1874:353).

A viagem empreendida pelo viajante José Gonçalves da Fonseca, no século XVIII, demorou meses para percorrer o mesmo trecho, por nós realizada em poucos dias. Na atualidade, Surpresa é um pequeno distrito, com alguns moradores, e os viajantes param no local para abastecer. O caminho percorrido de volta foi realizado no dia 13/11, saindo do Forte Príncipe da Beira até a cidade de Costa Marques, perfazendo 28 km, e de Costa Marques até Presidente Médici, mais 376 km, dos quais um pequeno trecho de 46 km era asfaltado. De presidente Médici até Cáceres, mais 10 horas de viagem de ônibus. O trajeto da viagem pode ser observado na figura 15, representada pela linha vermelha, que parte de Vilhena/Porto Velho/Guajará Mirim. A segunda etapa da viagem está representada pelas setas indicativas.

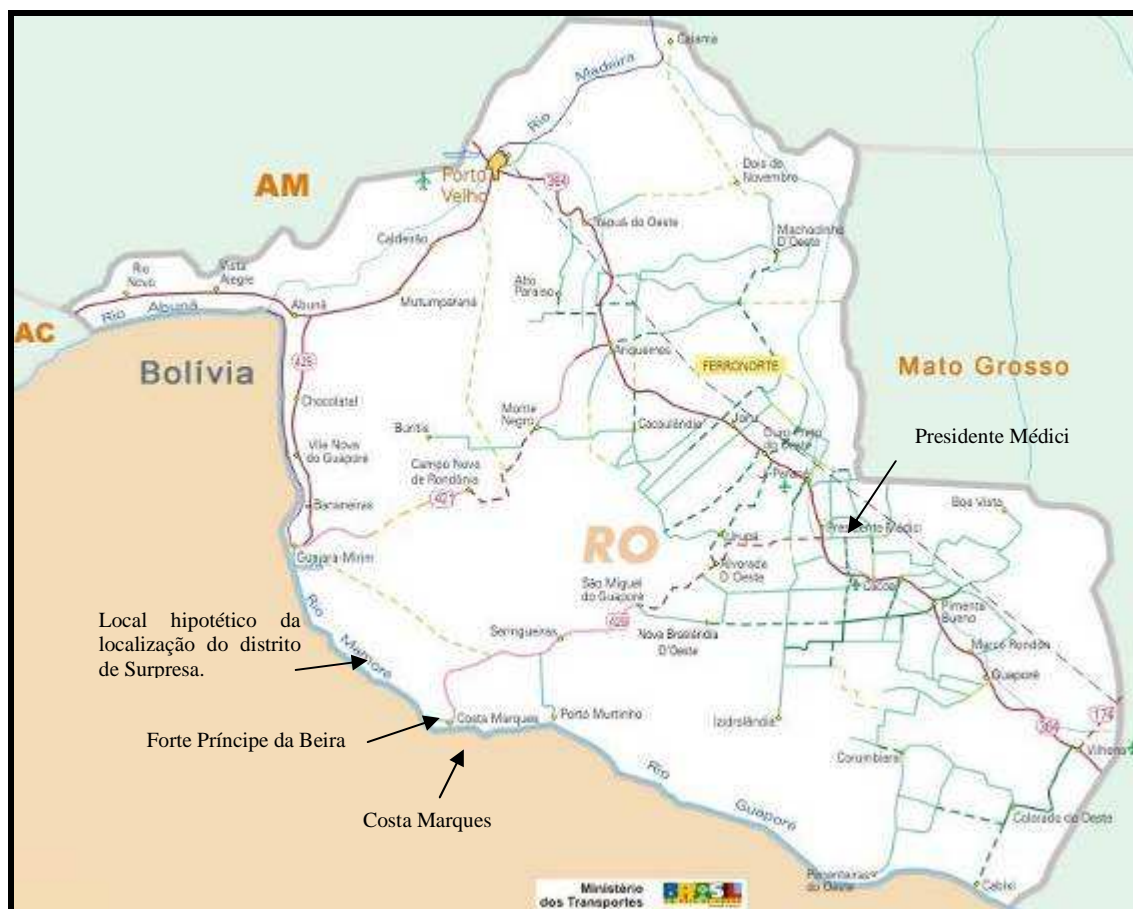


Figura 15. Mapa do Estado de Rondônia. Ministério dos Transportes. Fonte: www.brasil-turismo.com/mapas/rondonia.htm.

Na primeira parte da viagem, partimos da cidade de Cáceres/Mato Grosso até Porto Velho/Rondônia. Podemos observar, ainda que de forma sutil, uma mudança na vegetação a partir da cidade de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso. Começam a aparecer buritis (segundo informações, estes coqueiros servem como indicadores de água); o relevo não é tão acidentado, contando com algumas elevações e áreas de alagamento (ver mais informações no primeiro capítulo). Havia momentos durante a viagem, já no Estado de Rondônia, em que víamos ainda características do cerrado dividindo o espaço com o regime amazônico e vice-versa. Já em Guajará Mirim, ficamos quatro dias aguardando o momento de embarcar rumo ao Forte Conceição.

Aproveitando o tempo de espera, fizemos algumas pesquisas com o objetivo de obter mais informações sobre os índios *Moré* e as missões jesuíticas de Santa Rosa, São Miguel e São Simão em alguns órgãos da cidade, a saber: um pequeno museu (que reúne desde peças arqueológicas das mais variadas localidades até uma imensa sucuri empalhada disposta sobre as vitrines), o Conselho Indigenista Missionário-CIMI, a embaixada Boliviana no Brasil, Biblioteca Municipal e a Secretária de Cultura. De maneira geral, encontramos

algumas publicações da antropóloga Denise Maldi Meireles (estas publicações esparsas compõe o seu livro *Guardiães da Fronteira*) e alguns recortes de jornal sobre o Forte Príncipe da Beira.

Sobre os índios *Moré*, o Conselho Indigenista Missionário nos informou que não havia mais nenhum índio na parte brasileira, estando no momento localizados em território boliviano. Fomos também à cidade boliviana de Guayará-Mérin, na Bolívia (cidade vizinha de Guajará Mirim, distante 15 minutos de barco pelo rio Marmoré), à busca de bibliografia sobre as missões jesuíticas de Mojo. Chegando à cidade, fomos informadas de que não havia nada a este respeito.

Partimos de Guajará Mirim no dia 12 de novembro em direção ao Forte Conceição/Beira. Depois de uma chuva forte, com muitos ventos (durante a madrugada), chegamos ao porto da cidade para embarcar na voadera, subindo os rios Marmoré e Guaporé. Notamos de pronto, ao adentrar a embarcação (ainda com chuva), que as águas do rio Marmoré estavam muito agitadas. Acreditávamos ser devido à chuva (foram quatro pancadas de chuva ao longo da viagem pelo rio), mas depois fomos informadas de que esta era a feição normal de suas águas (cf. capítulo 1). Ao longo do rio Marmoré, havia muitas comunidades ribeirinhas na margem boliviana, e onde não podíamos visualizar as habitações, víamos suas embarcações amarradas ao barranco de entrada e escada, feitas na terra, que davam acesso a elas. O mesmo não se pode observar na margem brasileira.

O que mais nos impressionou na viagem pelo rio Marmoré foi a força com que a água batia em suas margens e derrubava seus barrancos. Observamos também que, juntamente com a terra removida, estavam árvores de grande porte, muitas espalhadas pelo rio ou ainda presas ao barranco precariamente por outras árvores. Segundo informações colhidas com os moradores de Guajará Mirim, na época das cheias, as águas do rio Marmoré invadem suas margens, atingindo casas e plantações, e, no período da seca, quando as águas começam a baixar, as árvores são arrancadas e arrastadas rio abaixo até o rio Madeira (talvez esta seja a razão do nome dado ao rio).

Depois de horas de viagem pelas águas barrentas, finalmente alcançamos o rio Guaporé, com suas águas escuras e calmas. A vegetação observada ao longo do rio não sofria a mesma ação que no rio Marmoré e também não era de tão grande porte. Vimos alguns animais, como biguás, colhedores pretos (como podemos observar no mapa da figura 14) e botos, que nos acompanharam por um longo trecho da viagem. Próximo ao Forte, nossa embarcação quebrou num banco de areia próximo ao rio Cautário, às 6 horas da tarde. Assim, atracamos na margem de uma baía e aguardamos até às 10 horas da noite por socorro

militar do Forte Príncipe da Beira. O trecho final foi demorado e desgastante, pois, como rio estava muito baixo, as pedras (que antes se encontravam encobertas pelas cheias) estavam todas à mostra, formando, entre elas, muitos redemoinhos, o que dificultava a navegação.

Chegamos ao Forte Príncipe da Beira na madrugada do dia 13. No início da tarde, fomos visitar a Fortaleza Conceição, que dista aproximadamente 10 minutos de barco e 5 Km de caminhada do Forte Príncipe da Beira, segundo informação do Tenente Walker (cf. figura 38). Chegando ao Forte da Conceição/Bragança, pudemos visualizar a descrição contida no *plano da região do Rio Itenes ou Guaporé e seus afluentes* (cf. figura 14), descrito por Miguel Crespo, em 1767. Observamos algumas das formas remanescentes do espaço do que fora a antiga Fortaleza Conceição/Bragança, que, após um processo de superposição e acumulação de relações produzidas naquela espacialidade, resultaria em uma combinação de vários tempos presentes, que ficariam registrados na paisagem descrita pelo espanhol no século XVIII e por nós observada três séculos depois.

De onde atracamos o barco até a Fortaleza foram 500 metros de caminhada por uma trilha que leva até as ruínas. Lá percebemos a presença de construções recentes, que, segundo informações do Tenente Walker, foram feitas na década de 1970, uma vez que o local fora arrendado para um senhor para que não ficasse abandonado. Observamos também estruturas de retenção de água, suporte de concreto para antena e pisos ao lado das ruínas da Fortaleza Conceição. O acesso ao entorno da Fortaleza exigiu tempo e paciência, pois estava todo coberto por muito mato e árvores altas. A localização geográfica de dentro das ruínas, obtida através de um aparelho de *GPS* cedido pelo exército, é: 12° 24' 48'' latitude sul e 64° 26' 124'' latitude oeste.

Mesmo assim, conseguimos visualizar o que possivelmente seria o fosso, tal como é mostrado no mapa da figura 14, onde provavelmente estariam pontes elevadiças (cf. figura 39). Tivemos essa impressão devido à enorme vala existente entre a trilha de acesso e as ruínas da Fortaleza. Parece-nos correto afirmar que a Fortaleza da Conceição não teria a mesma extensão e estrutura que o Forte Príncipe da Beira, fato que só será comprovado com futuras pesquisas arqueológicas que pretendemos realizar nesta Fortaleza. Este estudo terá o intuito de evidenciar as estruturas presentes na iconografia e perceber sua dinâmica com as outras espacialidades (como, por exemplo, Vila Bela) através da cultura material depositada no solo. Constatamos ainda, no terreno da Fortaleza, vários pontos de alagamento, além da presença de material recente, como cacos de telha. Segundo informações dos moradores do Forte Príncipe da Beira, neste ano 2008 as águas do rio Guaporé subiram as margens e inundaram a Fortaleza da Conceição (cf. figura 40).

Na passagem pelo município de Costa Marques, a 28 km do Forte Príncipe da Beira, visitamos, na margem boliviana, a cidade de Buena Vista, onde nos chamou a atenção as construções das casas e de estabelecimentos sobre palafitas, com aproximadamente 2 metros de altura, para evitar as inundações das margens do rio Guaporé (cf. figuras 42 e 43). Tal fato nos lembrou os relatos sobre as casas dos índios das missões jesuíticas de Mojo, construídas sobre estacas ou palafitas (*barbacoa*), conforme apresentamos no capítulo anterior. Isto nos evidencia as múltiplas contribuições culturais resultantes do encontro entre os grupos indígenas da Amazônia Meridional e europeus que aqui se estabeleceram no início do século XVIII, as quais ainda se podem observar na paisagem do atual Estado de Rondônia.

Assim, após a nossa visita ao local, percebemos que a localização da antiga missão de Santa Rosa era realmente privilegiada, pois se tinha uma visão de quem vinha do Grão Pará e de Vila Bela, além, é claro, de estar próxima da confluência dos rios Guaporé e Marmoré, o que comprometeria toda a ocupação portuguesa na raia oeste da Capitania de Mato Grosso. Já para os espanhóis, a fundação da missão de Santa Rosa na margem oriental do rio Guaporé impediria a navegação e o acesso dos portugueses às missões jesuíticas de Mojo, garantindo, com isto, a posse daquele espaço para a coroa espanhola. Nesse sentido, Santa Rosa produziu *vários discursos sobre o espaço e de diversas práticas de apropriação espacial* (Rosa, 2003: 11) do novo território, ainda pouco conhecido por espanhóis e portugueses, colaborando diretamente na criação da Capitania de Mato Grosso e na fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Considerações Finais

Longe de querer esgotar todas as possibilidades de estudos sobre missão de Santa Rosa, nós procuramos oferecer ao leitor um dos possíveis caminhos para uma reflexão de como se processou a colonização portuguesa e espanhola neste espaço já habitado pelos diversos grupos indígenas. Desse modo, a fixação do elemento indígena no espaço de fronteira tornou-se estratégica para o equilíbrio demográfico, diante da impossibilidade do aumento do número de habitantes, pois era preciso garantir a expansão, posse e domínio de espaços ainda pouco conhecidos.

Apresentamos também um mosaico de populações indígenas presentes ao longo dos rios Marmoré, Guaporé e seus tributários, o que nos evidenciou, sobretudo, uma variedade étnica e cultural presente neste espaço da Amazônia Meridional. Juntamente com essa diversidade indígena, produziram-se várias formas espaciais, que, ao longo de acumulações e substituições, permaneceram na paisagem, e que hoje nos são acessíveis através de seus vestígios arqueológicos.

Ainda que as pesquisas arqueológicas sejam incompletas para estes espaços, elas permitem visualizar uma diferença cultural entre as etnias que habitavam a região Llanos de Mojo e etnias presentes ao longo do rio Guaporé. Na paisagem de Llanos de Mojo, as informações obtidas nos remanescentes arqueológicos sobre conhecimento e tecnologias das sociedades indígenas pré-históricas ainda hoje auxiliam na reintrodução de plataformas de cultivo na agricultura das comunidades rurais. Isto produz, assim, uma ruptura com a idéia de que a acidez, a dureza dos solos e as inundações tornariam estes terrenos inúteis e impróprios para atividades agrícolas.

Assim, o encontro ocorrido entre os indígenas e os europeus que chegavam nestas espacialidades no início do século XVIII gerou várias trocas importantes, criando, desta maneira, uma nova realidade histórica, na qual se mesclaram características sociais oriundas de ambos os povos, numa contínua síntese de transformação. Com este encontro, novas espacialidades foram criadas, (re)significadas e (re)elaboradas, muitas vezes com o apoio dos indígenas.

Dessa forma, a expansão portuguesa gerou vários motivos de contenda permanente entre Portugal e Espanha no Novo Mundo, já que os portugueses encararam a bacia

guaporeana como um espaço a ser ocupado definitivamente, não poupando esforços para manter suas possessões no extremo oeste da Capitania de Mato Grosso.

Os espanhóis, por sua vez, com o pretexto de proteger os indígenas do avanço lusitano na raia oeste da Capitania de Mato Grosso e firmar o direito de posse da coroa espanhola sobre as margens do rio Guaporé, fundaram as missões de Santa Rosa, São Miguel e São Simão. As ações empreendidas tanto pelos portugueses como pelos espanhóis produziram um verdadeiro espaço de relações tensas de fronteira nas margens do rio Guaporé. Tal fato fez com que a coroa portuguesa ampliasse sua ocupação na fronteira oeste, com a criação da Capitania de Mato Grosso (1748) e a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade (1752).

Essas relações se acirraram ainda mais quando os portugueses tomaram a antiga missão de Santa Rosa, após ser abandonada em 1754, e edificaram nela uma fortificação portuguesa, que recebeu o nome de Fortaleza Nossa Senhora da Conceição. Tal estranhamento gerado pela demarcação de limites na fronteira oeste da Capitania de Mato Grosso culminou com a guerra em Mojo pela retomada da antiga missão jesuítica por parte dos espanhóis. Foram duas as tentativas fracassadas de invasão da Fortaleza da Conceição, uma no ano de 1762 e a outra no ano 1766.

Nesse contexto, os povoados missioneiros de Mojo ocuparam uma fronteira viva entre contínuos atritos com febre expansionista portuguesa e as constantes oposições de interesses da sociedade colonial espanhola. Assim, as missões de Mojo formaram uma verdadeira síntese das influências européias e indígenas, pois produziram uma fusão das formas de vida dos indígenas com a organização institucional espanhola. Percebemos também algumas semelhanças e diferenças nas conformações urbanas das missões Guarani, Chiquito e Mojo, bem como os esforços de europeus e indígenas em se adaptar às novas paisagens e aos novos costumes.

Constatamos que, para as missões de Mojo, havia três formas de construção para o conjunto missional, com objetivo de evitar inundações: os diques ou muros, as residências dos padres com dois pisos e as casas dos índios, sobre estaca ou palafitas. E mesmo na falta de um estudo arquitetônico e arqueológico detalhado, a documentação disponível nos ofereceu uma noção de como eram estas missões jesuíticas em Mojo.

Por fim, em nossa visita à antiga missão de Santa Rosa, no município de Guajará Mirim, no atual Estado de Rondônia, pudemos visualizar algumas permanências na paisagem das influências culturais resultantes deste encontro entre indígenas e europeus, tais como construções de casas e estabelecimentos sobre palafitas, para evitar as inundações das

margens do rio Guaporé. Este fato nos remeteu aos relatos sobre as casas dos índios das missões jesuíticas de Mojo, construídas sobre estacas ou palafitas. Tratava-se de uma experiência que estes indígenas já desenvolviam muito antes do contato com o europeu para livrar suas aldeias das cheias dos rios. Percebemos ainda que a localização da referida missão era realmente privilegiada, pois tinha-se uma visão de quem vinha do Grão Pará e/ou de Vila Bela, além da proximidade com relação à confluência dos rios Guaporé e Marmoré, o que comprometeria toda a ocupação portuguesa na raia oeste da Capitania de Mato Grosso. Nesse sentido, Santa Rosa produziu *vários discursos sobre o espaço e de diversas práticas de apropriação espacial* (Rosa, 2003: 11) do novo território, pois colaborou diretamente na criação da Capitania de Mato Grosso e na fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Referências Bibliográficas

Fontes Impressas

EDER, Francisco Javier. SJ. **Breve Descripción de las Reducciones de Mojos (ca. 1772)**. Traducción y edición de Joep M. Barnadas. Tradução de Josep M. Barnadas. Cochabamba: Historia Boliviana, 1985.

FONSECA, José Gonçalves da. Primeira exploração dos Rios Madeira e Guaporé em 1749. In: Almeida, Candido Mendes de. **Memorias para a História do Extinto Estado do Maranhão**. Tomo I –II. Rio de Janeiro: Typ. do Commercio, de Brito & Braga, 1874.

D'ORBIGNY, Alcides. **Viaje a la America Meridional** (Brasil – República del Uruguay – República Argentina – La Patagonia República de Chile – República de Bolivia – República del Perú. Realizado de 1826 a 1833. Tomo IV. Buenos Aires: Editorial Futuro, 1945.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Rios Guaporé e Paraguai - primeiras fronteiras definitivas do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Reprográfica. Xerox do Brasil, 1985.

PAIVA, Ana Mesquita et al. **Antonio Rolim de Moura. Primeiro Conde de Azambuja (correspondências)**. Imprensa Universitária. Coleção Documentos Ibéricos – Série 4: Capitães Gerais. Cuiabá: NIDHIR (Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional), v.1 (1982), v. 2 (1983), v.3 (1983).

PASTELLS, Pablo. **Historia de la Compañia de Jesús en la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil)**. Tomo VIII Primeira Parte (1751-1760) e Segunda Parte (1760-1768); Tomo VII (1731-1751). Según los Documentos Originales del Archivo General de Indias. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas/Instituto Santo Toribio de Mogrovejo, Tomo VII, 1948 e Tomo VIII, 1949.

PEREIRA, João Gonçalves. **Informações sobre as primeiras expedições Guaporé abaixo e as Missões Jesuíticas de Moxos**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – Publicações Avulsas, Cuiabá: IHGMT, nº 39, 2001.

SÁ, Joseph Barbosa de. **Relaçó das Povoçoens de Cuyabá e Mato Grosso de seos princípios the os presentes tempos**. Cuiabá: Edições FUFMT, 1975.

Sites consultados

[http:// www.bn.br/bndigital](http://www.bn.br/bndigital)

[http:// www.priberm.pt](http://www.priberm.pt)

<http://www.bussolaescolar.com.br/dicionarios.htm>

[http:// www.brasil-turismo.com/mapas/rondonia.htm](http://www.brasil-turismo.com/mapas/rondonia.htm)

[http:// www.guiageo-americas.com/mapas/mapa/bolivia.jpg](http://www.guiageo-americas.com/mapas/mapa/bolivia.jpg)

<http://www.panoramio.com/>.

Fonte Manuscrita

1. *Auto de Inquirição (cópia) do soldado Rafael Romero sobre o ouro e comercio ilícito que os curas da missão de Baures com os portugueses do destacamento de Santa Rosa.* Documento 887, caixa 15 – AHU (Arquivo Histórico Ultramarino). 1770, Março, 30. Núcleo de Documentação de História Escrita e Oral da Universidade do Estado de Mato Grosso (NUDHEO/UNEMAT).
2. *Bando pelo qual se denominaó as Aldeãs dos Índios na conforminada das Reaes ordens, com os nomes correspondentess aos lugares do Reino&tr^a.* Acervo do Arquivo Público de Mato Grosso. Livro C-17, págs. 12v e 13, ano1769 a 1814. Transcrição de Luzinete X. Lima

Bibliografia Consultada

ABREU, João Capistrano de. A Bandeira de Francisco de Mello Palheta ao Madeira e o documento da narração da viagem. In: **Capítulos de História Colonial, 1500-1800 & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil**. 5ª ed. Revisada, prefaciada e anotada por José Honório Rodrigues. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.

ADONIAS, Isa. **Mapa: Imagens da Formação Territorial**. Pesquisa, textos e seleção cartográfica de Isa Adonias, fotografia e organização Bruno Furrer, versão para o inglês H. Sabrina Gledhill, versão para o espanhol, Gloria Rodríguez. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht,1993.

BARCELOS, Artur H. F. **Espaço e Arqueologia nas missões jesuíticas: o caso de São João Batista**. (Coleção Arqueologia 7). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

BLOCK, David. **La cultura reducional de los Llanos de Mojos**. Sucre: História Boliviana, 1997.

BRAUDEL, Fernand. **Las ambiciones de la Historia**. Edición preparada y presentada por Roselyne de Ayala y Paule Braudel. Tradución Castellana de María José Furió. Barcelona: Editorial Crítica, 2002.

BRAZIL, Maria do Carmo. **Brasil e Portugal no período Pombalino: ocupação geoestratégica de Mato Grosso**. In: Iv Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre: PUC, Cd Rom, 2000.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O espaço missioneiro e a geopolítica Pombalina. In: O Espaço Missioneiro. Anais do V Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros. Santa Rosa, Io Grande do Sul: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco. 18 a 21 de outubro de 1983.

BUSCHIAZZO, Mario J. **La Arquitectura de Las Misiones De Mojos Y Chiquitos**. In: Anales del Instituto de Arte Americano e Investigaciones Esteticas “Arq. Mario J. Buschiazzo”.Universidad Nacional de Buenos Aires. Volume 05, 1996-1997. Fonte: <http://www.fadu.uba.ar/sitios/iaa/>. Acesso em julho de 2007.

CALANDRA, Horacio Adolfo & SALCEDA, Susana Alicia. Amazonia boliviana: arqueología de los Llanos de Mojos. *Acta Amazonica*. Vol. 34(2), p.155-163, 2004.

CALEFFI, Paula. El trazado de las reducciones y la practica ritual. In: **La Provincia Jesuítica del Paraguay: Guaranies y Chiquitos. Un Analisis Comparativo**. Universidade Complutense. Facultad de Geografia e Historia. 1989-90.

CANAVARROS, Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)**. Cuiabá: EdUFMT. 2004.

_____. **O Poder Metropolitano em Cuiabá e seus Objetivos Geopolíticos no Extremo Oeste (1727 – 1752)**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP. 1998.

CLAVAL, Paul. As abordagens da geografia cultural. In: Casto, Iná Elias de; Gomes, Paulo César da Costa e Corrêa, Roberto Lobato (org.). **Explorações geográficas. Percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. As abordagens da geografia cultural. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Explorações geográficas. Percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. **A geografia cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

CORRÊIA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: **Geografia: Conceitos e Temas**. Organizado por Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. A dimensão cultural do espaço: alguns temas. In: **Revista Espaço e Cultura**. Ano 1. NEPEC (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura). Outubro de 1995.

COSTA, Maria de Fátima. **A história de um país inexistente: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII**. São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos, 1999.

CUNHA, Sandra Baptista da & GUERRA, Antonio José Teixeira (orgs). **Geomorfologia do Brasil**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DENEVAN, Willian M. **The aboriginal cultural geography of the llanos de Mojos of Bolivia**. Berkeley and los Angeles: University of California Press, 1966.

Equipo Pastoral Rural de Mojos. **Historia del pueblo de Mojos**. Beni- Bolivia Tomo II. 1989.

ERICKSON, Clark L. **Lomas de Ocupación em los Llanos de Moxos**. Duran Coirido, Alicia y Roberto Bracco Bobrar (ed.). Arqueologia de las Tierras Bajas. Comision Nacional

de Arqueologia, Montevideo, Uruguay, pp. 207 –226. Trabalho apresentado no Simpósio “La Arqueologia de las Tierras Bajas” Montevideo, Uruguay (22-25 de abril de 1996) 2000a.

_____. Los Caminos prehispanicos de la Amazônia Boliviana. In: HERRERA, Leonor e SCHRIMPF, Marianne Cardale de (ed.). **Caminos precolombianos: las vías, los ingenieros y los viajeros**. Bogota, Colombia: Instituto Colombiano de Antropología y Historia, 2000b.

_____. **Sistemas agrícolas prehispanicos em los Llanos de Mojos**. America Indígena, Vol. XL (nº 4): 73 1-755, Octubre –Diciembre, 1980.

_____. **Archeological methods for the study of ancient landscape of the Llanos de Mojos in the Bolivian Amazon**. Cambridge University Press. 1995.

_____. **Pre-Columbian roads of the Amazon**. Expedition 43(2): 2, 1-30. 2001.

FARIA, Miguel. Mato Grosso: Estado Fronteira. In: **A formação territorial do Brasil**. Revista Oceanos, Número 40 – Outubro/Dezembro 1999.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Secretária de Estado e Cultura, 1997.

FERNANDES, Suelme Evangelista. Forte Príncipe da Beira: Militares e Paisanos. In: Carlos Alberto Rosa & Nauk Maria de Jesus (orgs). **A Terra da Conquista – História de Mato Grosso Colonial**. Cuiabá: Editora Adriana, 2003.

_____. **O Forte Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América Portuguesa (1776-1796)**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá. 2003.

_____. De um Império a Outro: A construção e os conflitos no Real Forte do Príncipe da Beira (1776-1792). Mestre em História pela UFMT. **XXIII Simpósio Nacional de História. História: Guerra a Paz**. Londrina, Paraná: Universidade Estadual de Londrina. ISBN 85-98711-03-9. 17 a 22 de Julho de 2005.

FINOT, Enrique. La Conquista de Mojos. **Historia de la Conquista del Oriente Boliviano**. 2ª edição La Paz. Bolivia: Libreria Editorial “Juventud”, 1978.

FRAGA, Adriana da Silva. **Estratégias materiais e espacialidade: uma arqueologia da paisagem do Troperismo nos Campos de Cima da Serra/RS**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

GARCIA, Romyr Conde. **Mato Grosso (1800-1840) crise e estagnação do Projeto Colonial**. Tese de Doutorado. Departamento de História da Faculdade Filosofia, Letras, Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. USP/SP, 2003.

GIRALDO, Manuel Lucena. Reformar as florestas. O Tratado de 1777 e as demarcações entre a América espanhola e a América portuguesa. In: **A formação territorial do Brasil**. Revista Oceanos, Número 40 – Outubro/Dezembro 1999.

GOLIN, Tau. **A Guerra Guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e os índios guaranis no Rio Grande do Sul (1750-1761)**. Passo Fundo: EDIUPF, Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 1998.

GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. **A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650-1730)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2006.

GUTIÉRREZ, Ramón. Propuestas urbanísticas de los sistemas misionales de los jesuitas. In NEGRO, Sandra & Marzal S.J. Manuel M. (orgs). **Um Reino en la Frontera** – Las misiones jesuitas en la América colonial. Peru: Pontificia Universidad Católica del Peru, Ediciones ABYA-YALA, Fondo editorial, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto. 2002.

HOLMBERG, Allan. **Nomads of the Long Bow**. The Siriono of Eastern Bolivia. Syllabus Division. Chicago 37 Illinois: The University of Chicago Press, March 1960.

_____. The Sirinó. In: STEWARD, Julian H. (ed.). **Handbook of South America Indians**. The Tropical Forest Tribes. Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology. Bulletin 143. Volume 3. Washington, 1963.

KERN, Arno Alvarez. **Missões: uma utopia política**. (Documenta 14). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

_____. Cultura Material, descoberta e colonização do Brasil: uma síntese sócio-cultural iberoindígena. In: KERN, Arno Alvarez; HILBERT, Klaus (orgs.). **“Arqueologia do Brasil Meridional”**. Coleção: Arqueologia Virtual 1. Porto Alegre: PUCRS-FFCH, Pós-Graduação em História, 2002.

_____. **Antecedentes Indígenas**. (Síntese Rio-Grandense; 16-17). Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.

_____. Urbanismo Missionário. In: Arno Alvarez Kern & Robert Jackson **Missões Ibéricas Coloniais: da Califórnia ao Prata**. Porto Alegre: Pailer, 2006.

_____. Fronteiras e Missões coloniais: continuidades e oposições culturais. **Revista Territórios e Fronteiras** - Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, vol. 4 n.1, Cuiabá-MT, jan-jun/2003.

_____. Interface entre a Arqueologia e a História: cidades antigas, medievais e modernas. **Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Graduação e Pós-Graduação em História**. s/a.

_____. Pesquisas Arqueológicas nas Missões Jesuítico-Guarani (1984-1994). **Revista Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v.XX, n1, p.1-240, julho, 1994.

_____. O Povoamento pré-histórico e os contatos euro-indígenas no rio da prata colonial: os caminhos e descaminhos da pesquisa arqueológica. **Revista de Arqueologia**. São Paulo, v 7:175-185, 1993.

KÜHNE, Eckart. **Las misiones jesuíticas de bolivia: Martin schmid : 1694-1772: misionero, músico y arquitecto entre los chiquitanos**. Santa Cruz de La Sierra: Sirena, 1996.

LATHARP, Donald W. **The Upper Amazon**. New York. Washington: Praeger Publishers, 1970.

LEFÉBVRE, H. **La Production de L'Espace**. Paris : Antropos,1974.

_____. **Espacio y Política**. Barcelona : Ediciones Peninsula (original em francês de 1973), 1976.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Tribes of the right bank of the Guaporé River. In: STEWARD, Julian H. (ed.). **Handbook of South America Indians**. The Tropical Forest Tribes. Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology. Bulletin 143. Volume 3. Washington, 1963a.

_____. The Nambicuara. In: STEWARD, Julian H. (ed.). **Handbook of South America Indians**. The Tropical Forest Tribes. Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology. Bulletin 143. Volume 3. Washington, 1963b.

LOUREIRO, Maria Teresa Santos de Souza. **A fronteira oeste de Mato Grosso e D. Antônio Rolim de Moura**. Dissertação de Licenciatura em Ciências Históricas, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 1965.

LUCÍDIO, João Antônio Botelho. **Vila Bela e a construção do Estado de Mato Grosso no século XVIII**. Projeto Fronteira Ocidental Fase 2. Autorização Federal de Pesquisa (IPHAN/Minc), Portaria nº 37 de 06 e fevereiro de 2003 – História.

MEIRELES, Denise Maldí. **Populações Indígenas e a Ocupação Histórica de Rondônia**. PROEDI-84. Departamento de História. Cuiabá: UFMT, Museu Rondon, 1983.

_____. **Guardiães da Fronteira, Rio Guaporé, século XVIII**. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

_____. **De Confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX**. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, v. 40 nº 2, 1997.

METRAUX, Alfred. Tribes of eastern Bolivia and the Madeira Headwaters. In: STEWARD, Julian H. (ed.). **Handbook of South America Indians**. The Tropical Forest Tribes. Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology. Bulletin 143. Volume 3. Washington, 1963a.

_____. The Tribes of Mato Grosso and eastern Bolivia. In: STEWARD, Julian H. (ed.). **Handbook of South America Indians**. The Tropical Forest Tribes. Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology. Bulletin 143. Volume 3. Washington, 1963b.

MILLER, Eurico Theofilo. **História da Cultura indígena do Alto Médio-Guaporé** (Rondônia e Mato Grosso). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 1983.

MOREIRA DA COSTA, José Eduardo Fernandes. **A Coroa do Mundo: religião, território e territorialidade Chiquitano**. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2006.

MORENO, Alcides Parejas. Etnografía Chiquitana. Primera Parte. Capítulo Segundo. Libro Segundo. In: QUEREJAZU, Pedro (org.). **Las Misiones Jesuíticas de Chiquitos**. La Paz, Bolivia: Fundación BHN/Línea Editorial/ La papelera S.A. 1995 a.

_____. Organización Misionera. Primera Parte. Capítulo Segundo. Libro Segundo. In: QUEREJAZU, Pedro (org.). **Las Misiones Jesuíticas de Chiquitos**. La Paz, Bolivia: Fundación BHN/Línea Editorial/ La papelera S.A, 1995 b.

NAWROT, Piotr, svd. **Indígenas y Cultura Musical de las Reducciones Jesuíticas. Guaraní, Chiquitos, Moxos**. Vol 1. La Paz, Bolivia: Editorial Verbo Divino, 2000.

NEGRO, Sandra. Maynas, una misión entre la ilusión y el desencanto. In: NEGRO, Sandra & Marzal S.J. Manuel M. (orgs). **Um Reino en la Frontera** – Las misiones jesuitas en la América colonial. Peru: Pontificia Universidad Católica del Peru, Ediciones ABYA-YALA, Fondo editorial, 1999.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora. 2006.

NORDENSKIOLD, Erland. **The Ethnography of South America Seen From Mojos in Bolivia**. Coparative ethnography studies 3.

OLIVEIRA, João Gualberto de. **Gusmão, Bolívar e o princípio do "uti possidetis"**. São Paulo : [s.n.], 1958.

PERAMÀS, Josep Manuel, S.J. **Plan del pueblo de San Juan Bautista, del río Uruguay**. Dibujo conservado en el Archivo General de Simancas. Platón y los Guaraníes. Asunción: Centro de Estudios Paraguayos “Antonio Guasch”, 2004.

PÉREZ, Diez, Andrés A. Las misiones de Moxos (1682-1767). Un panorama histórico y etnográfico. In: **As missões jesuítico-guaranis: cultura e sociedade**. Anais do VII simpósio Nacional de Estudos Missioneiros. Santa Rosa, Rio Grande do Sul: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, abril de 1988.

PLOTKIN, Roberto Langstroth. **Forest islands in an Amazonian Savanna of Northeastern Bolivia**. Dissertation for the degree of PH.D. in Geography. University of Wisconsin – Madison, 1996.

PROJETO FRONTEIRA OCIDENTAL – Fase 2. **Cadastro Arqueológico**. Autorização Federal de Pesquisa (Iphan/MinC): Portaria nº 37 de 6 de Fevereiro de 2003.

RAMIREZ, Henri. As línguas indígenas do Alto Madeira: estatuto atual e bibliografia básica. In: **Revista Língua Viva** - Versão eletrônica - Volume 01, nº 01, Outubro/2006.

RATTS, Alecsandro J.P. A geografia entre aldeias e quilombos: territórios etnicamente diferenciados. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. & RATTS, Alecsandro J.P(org.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003.

REBORATTI, Carlos E. La geografia em la escuela secundaria: de inventario intrascendente a herramienta de comprensión. In: **Geographikós, uma revista de geografia**. Ano 3, nº4. 1993.

REIS, Artur César Ferreira. Paulistas na Amazônia e outros ensaios. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, vol. 175. s/a.

_____. **Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira. As fronteiras com as colônias espanholas**. Publicações da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites. 2º Tomo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales – A inovação em História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REIS, Nestor Goulart (org.). **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo, EDUSP: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ROCA, José Luis. **Economia y Sociedad en el Oriente Boliviano. (Siglos XVI e XX)**, Cotas Ltda. 2001.

ROOSEVELT, Anna Curtenius. Arqueologia Amazônica. In: Manuela Carneiro da Cunha (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras/SMC/FAPESP. 2002.

ROQUETTE-PINTO, E. **Rondônia**. 5 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Brasileira. Vol. 39, 1950.

ROSA, Carlos Alberto. O urbano colonial na terra da conquista. In: Carlos Alberto Rosa & Nauk Maria de Jesus (orgs). **A Terra da Conquista – História de Mato Grosso Colonial**. Cuiabá: Editora Adriana, 2003.

ROTH, Hans. El Plano Ideal de Urbanismo Misional de Chiquitos. Segunda Parte. Capítulo Tercero. Libro Tercero. In: QUEREJAZU, Pedro (org.). **Las Misiones Jesuíticas de Chiquitos**. Laz Paz. Bolivia: Fundacion BHN/Línea Editorial/ La papelera S.A, 1995 a.

_____. La Habitación Indígena en Chiquitos. Segunda Parte. Capítulo Sexto. Libro Tercero. In: QUEREJAZU, Pedro (org.). **Las Misiones Jesuíticas de Chiquitos**. Laz Paz. Bolivia: Fundacion BHN/Línea Editorial/ La papelera S.A, 1995 b.

SALAS, Virgilio Suárez. El modelo urbano de la Misiones de Chiquitos. Primera Parte. Capítulo Segundo. Libro Tercero. In: QUEREJAZU, Pedro (org.). **Las Misiones Jesuíticas de Chiquitos**. Laz Paz. Bolivia: Fundación BHN/Línea Editorial/ La papelera S.A, 1995 a.

_____. Antecedentes y Condicionantes del Urbanismo Misionero. Primera Parte. Capítulo Primero. Libro Tercero. In: QUEREJAZU, Pedro (org.). **Las Misiones Jesuíticas de Chiquitos**. Laz Paz. Bolivia: Fundación BHN/Línea Editorial/ La papelera S.A, 1995 b.

_____. Los Componentes Urbanos. Primera Parte. Capítulo Tercero. Libro Tercero. In: QUEREJAZU, Pedro (org.). **Las Misiones Jesuíticas de Chiquitos**. Laz Paz. Bolivia: Fundación BHN/Línea Editorial/ La papelera S.A, 1995 c.

SALDANHA, João Darcy de Moura. **Paisagem, Lugares e Cultura Material: uma Arqueologia Espacial nas Terras Altas do Sul do Brasil**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 3 ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994.

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1986.

_____. *O Espaço Geográfico, um Híbrido – Uma necessidade Epistemológica: A distinção entre a Paisagem e o Espaço*. In: **A Natureza do Espaço: Técnicas e Tempo, Razão e Emoção**. (Coleção Milton Santos; 1). 4 ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SCHIER, Raul Alfredo. **Trajetórias do Conceito de Paisagem na Geografia**. Revista Eletrônica - R.RA'EA GA (O Espaço Geográfico em Análise), Curitiba: Editora UFPR, n.7, p.79-85, 2003.

SEEMANN, Jörn. Mapeando culturas e espaços: uma revisão para a geografia cultural no Brasil. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. & RATTTS, Alecsandro J.P(org.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003.

SEVERAL, Rejane da Silveira. **A Guerra Guaranítica**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1995.

SILVA, Jovam Vilela da. **Mistura de cores (Política de Povoamento e População na Capitania de Mato Grosso – Século XVIII)**. Cuiabá: EdUFMT, 1995.

_____. O antemural de todo o interior do Brasil – a fronteira possível. **Revista Territórios e Fronteiras** – Programa de Pós-Graduação em História, UFMT, v.3, n.2, Jul./Dez, 2002.

_____. Instruções régias: a política populacional e de povoamento na capitania de Mato Grosso no século XVIII. **Revista. Territórios e Fronteiras** – Programa. de Pós-Graduação em História, UFMT, v.2, n.1, Jan./Jun, 2001

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social.** Tradução da 2ª ed. Inglesa, Vera Ribeiro, revisão técnica, Bertha Becker, Lia Machado. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1993.

SOUTHEY, Robert. **Historia do Brasil.** Traduzida do inglês pelo Dr. Luís Joaquim de Oliveira e Castro; anotada por J. C. Fernandes Pinheiro, Brasil Bandecchi e Leonardo Arroyo; prefácio de Brasil Bandecchi. 4. ed. 3 vol. Brás. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1977.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa (orgs). **Geografia: Conceitos e Temas.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Espaço Geográfico Uno e Múltiplo.** Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98, N° 93, 15 de julio de 2001.

TILLEY, Christopher. **A Phenomenology of Landscape: places, paths and monuments.** Oxford/Provide: Berg Publishers, 1994.

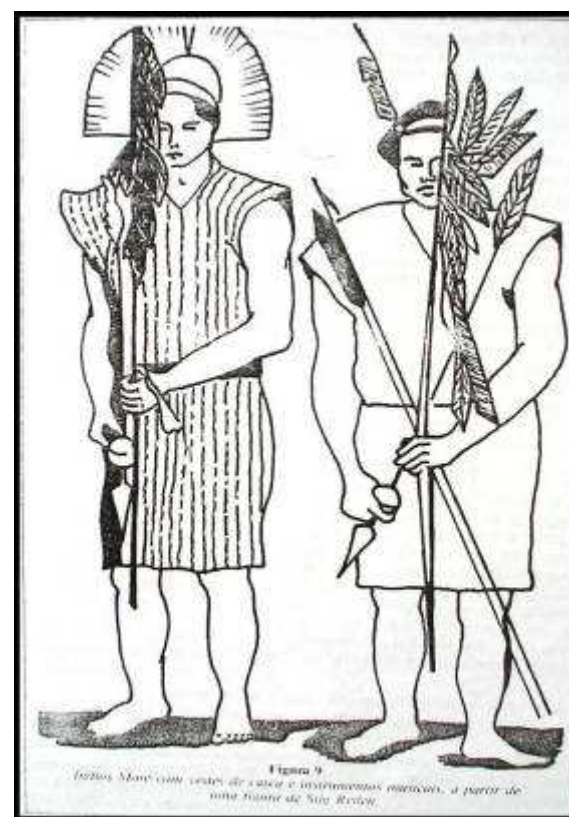


Figura 16 e 17. Vestimenta típica de um índio das reduções. Fonte: Eder, 1985.

Fig. 18. Índios Moré com veste de casca e instrumentos musicais, a partir de uma figura de Stig Rydén. Fonte: Meireles, 1989



Fig. 19 e 20. Dois índios trabalhando no corte da árvore. Fonte: Eder, 1985.

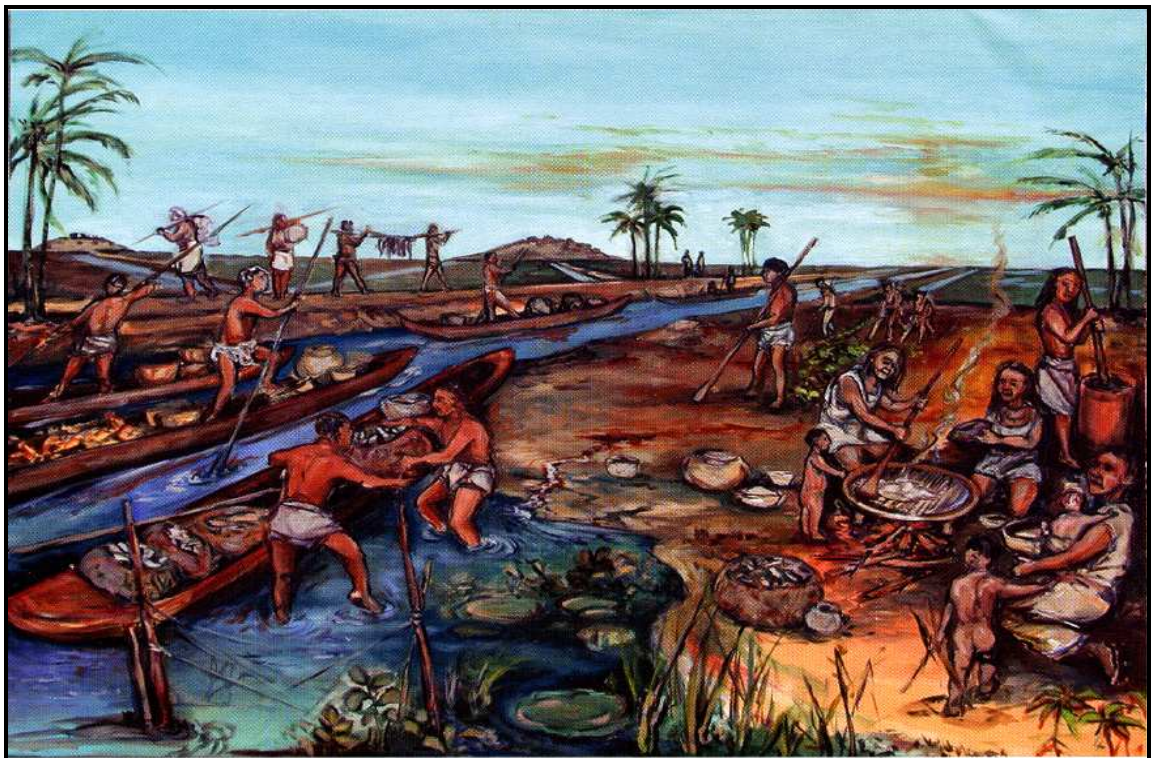


Fig. 21. Uma paisagem de caminhos e canais na Boliviana Amazônica. Desenho de Dan Brinkmeier.
Fonte: Erickson, 2001.

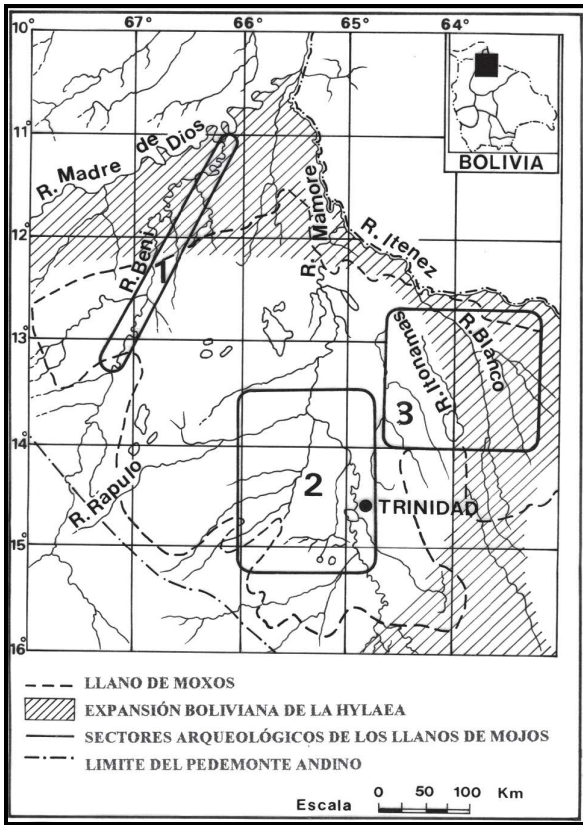


Figura 23 - Mapa de localización de los Sectores mencionados en el texto: 1. Oeste de Mojos (Cuenca del Río Beni); 2. Mojos Central; 3. Este de Mojos (Iténez). Fonte: Calandra e Salceda, 2004.

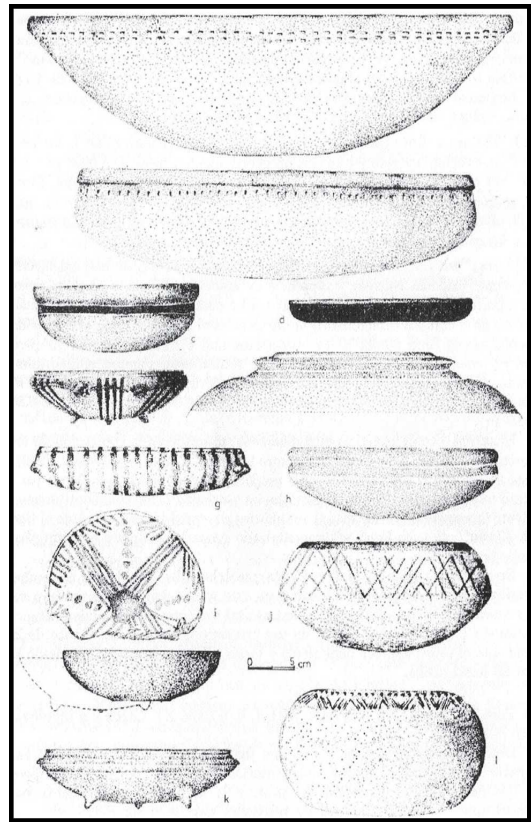


Figura 24 - Sector Central de Mojos. Algunas formas de las Fases Casarabe y Mamoré. Fonte: Calandra e Salceda, 2004.

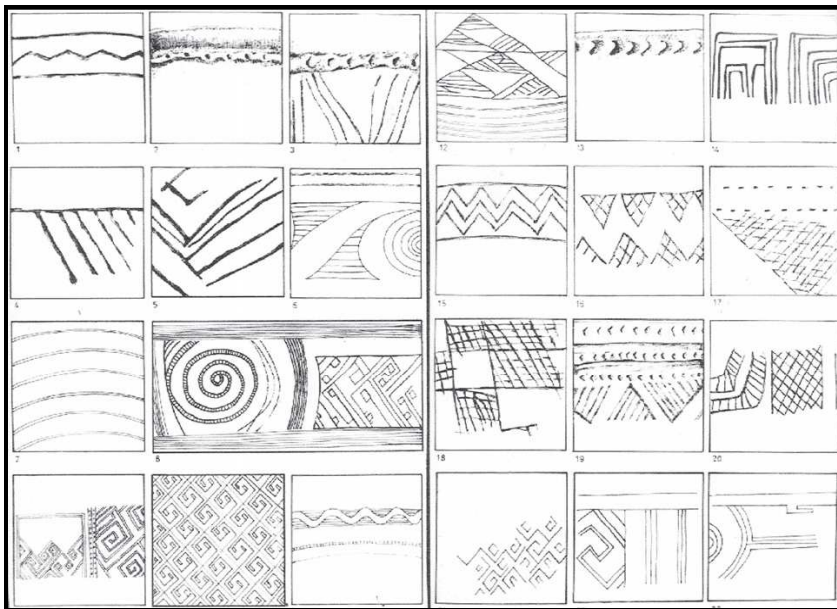


Figura 25- Motivos decorativos del Sector Este de Mojos (Iténez). Fonte: Calandra e Salceda, 2004.

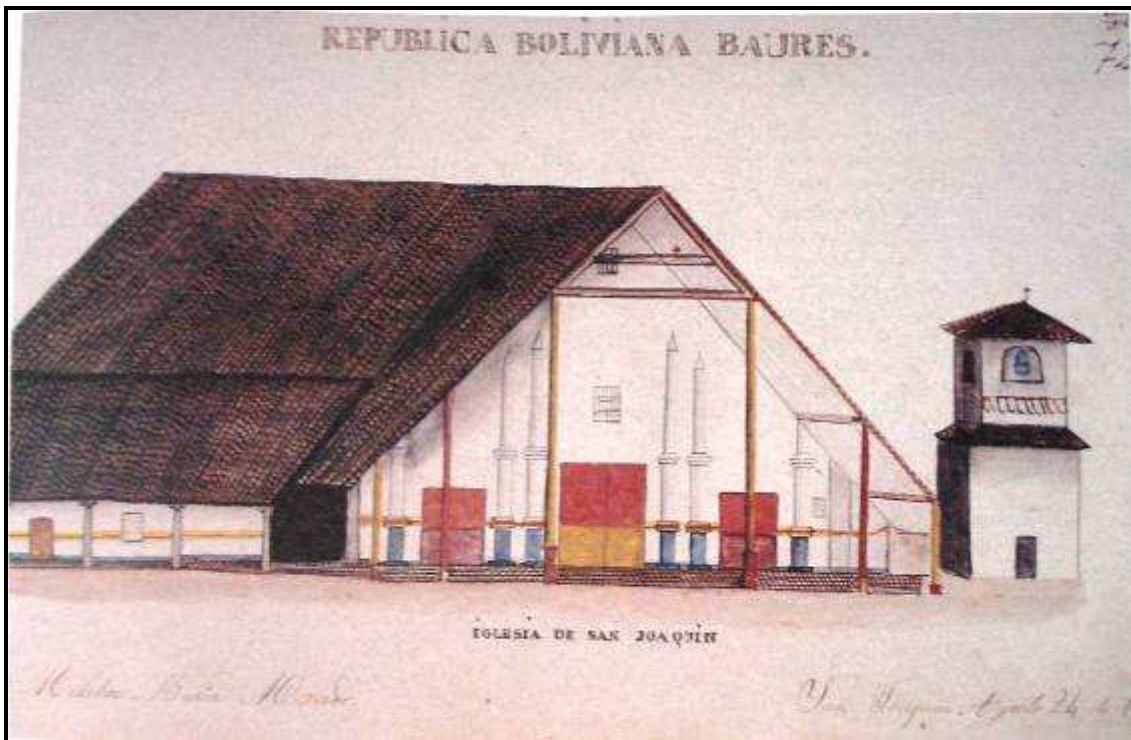


Fig. 26. Igreja da missão de San Joaquín de Mojo. Fonte: Gutiérrez, 1999.

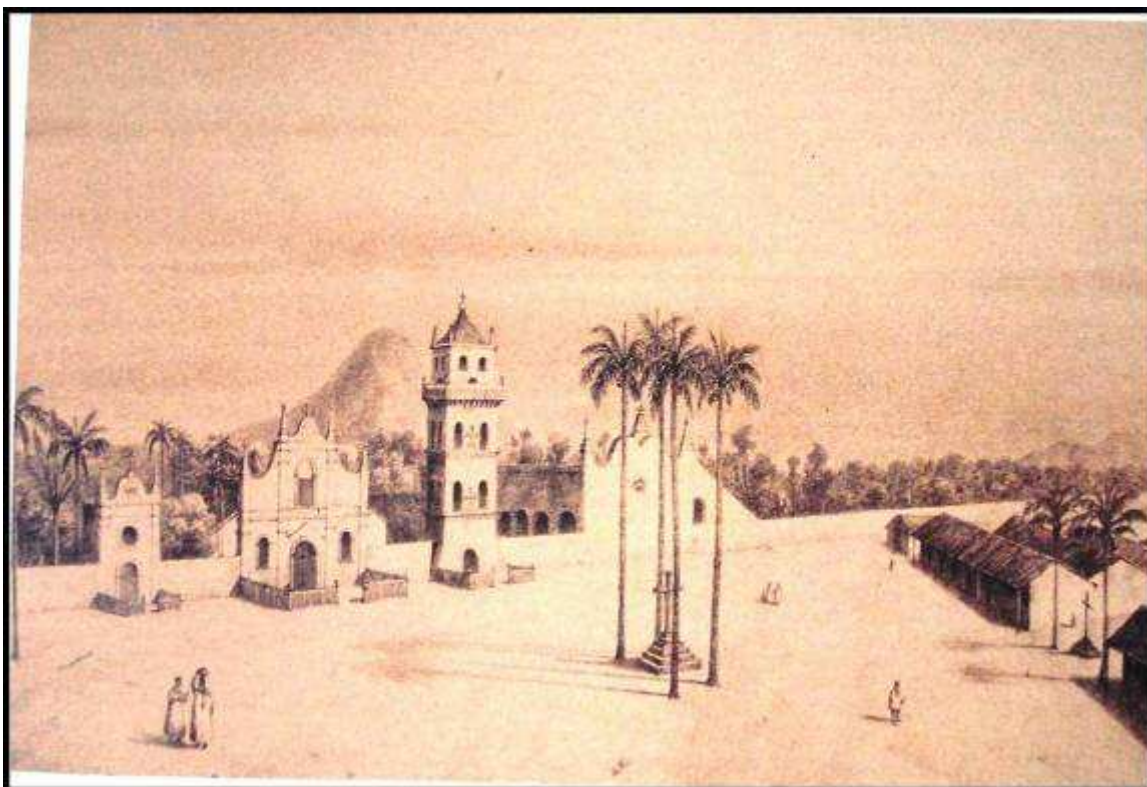


Fig. 27. Vista da plaza de San José de Chiquitos. Segundo Alcides D'Orbigny. Fonte: Gutiérrez, 1999



Fig.28. Igreja da missão de San Ramón de Mojo. Fonte: Block, 1997.



Fig.29. Igreja da missão de Concepción de Baures, missões de Mojo. Fonte: Block, 1997.



Fig. 30. Igreja da missão de Magdalena de Mojo. Fonte: Block, 1997.

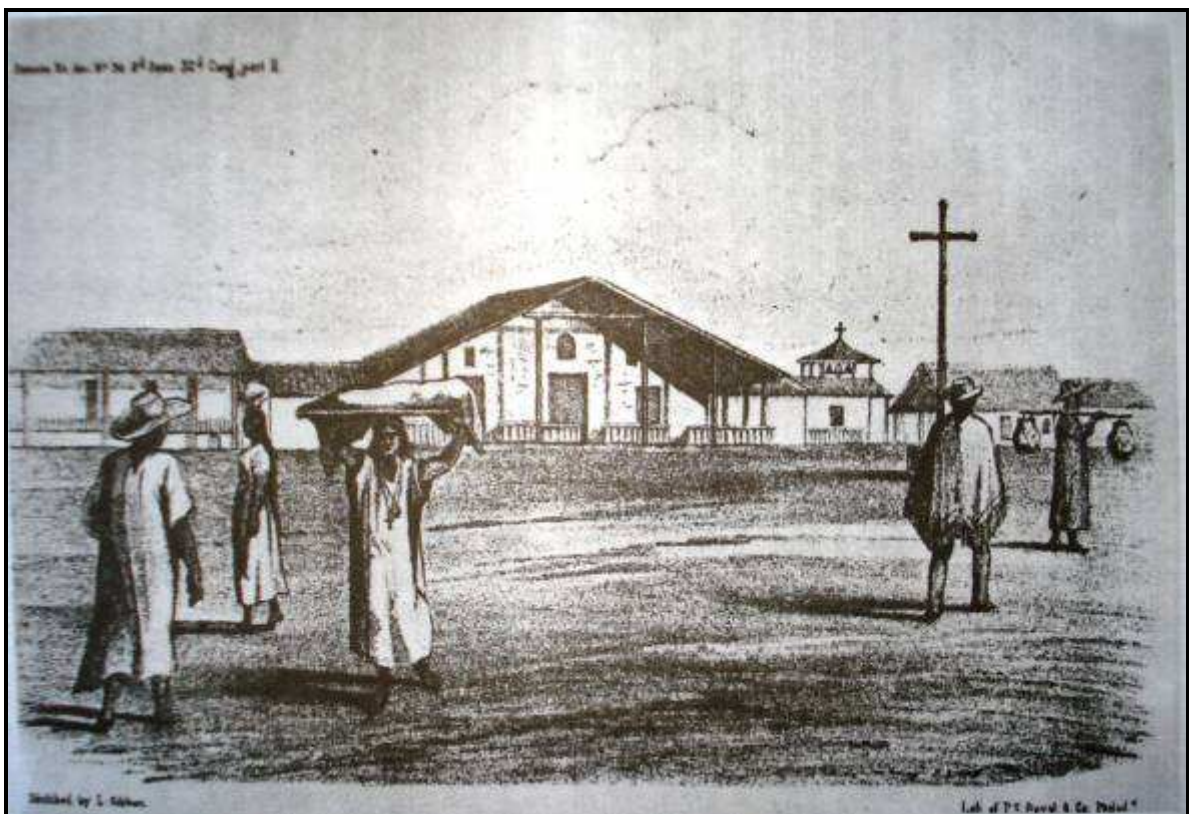


Fig. 31. Praça da missão de Trinidad, missões de Mojo, Bolívia. Fonte: Gutiérrez, 1999.

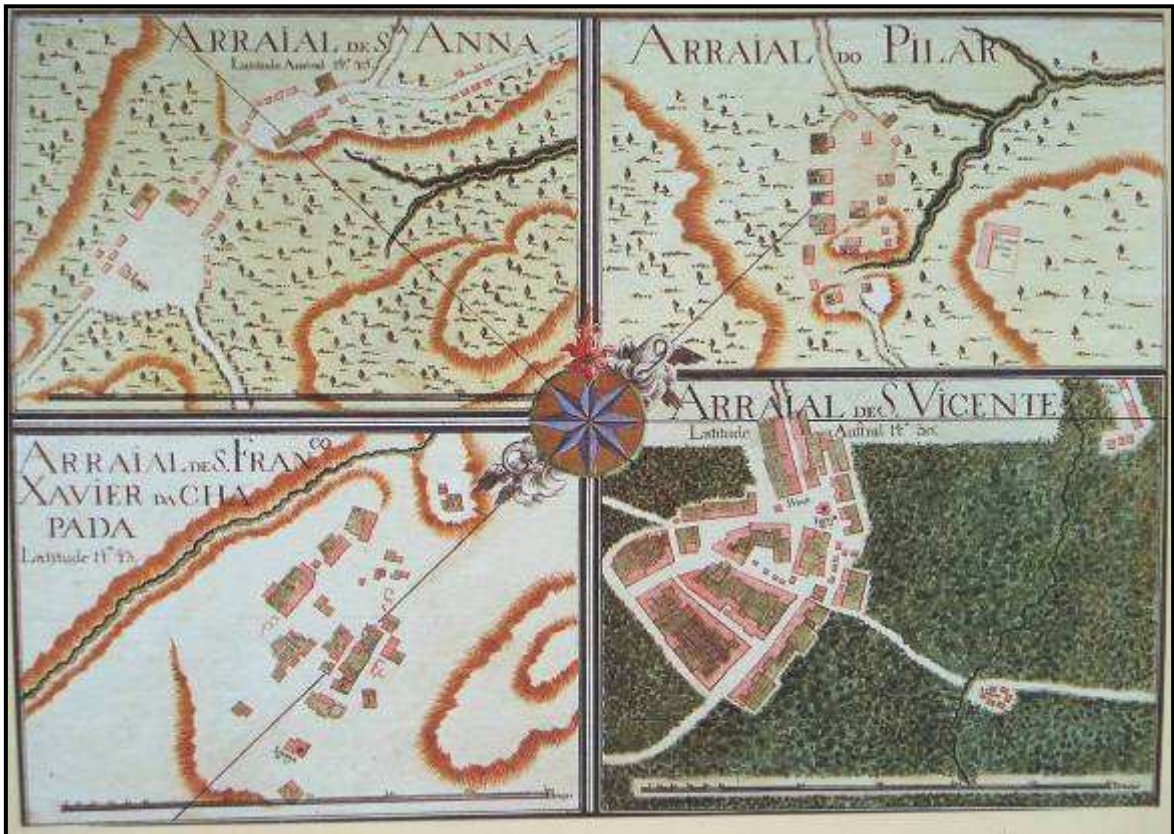


Fig.32. Planos dos Arraiais de Mineração: Santa Anna, Pilar, São Francisco Xavier e São Vicente. Fonte: Reis, 2000.



Fig. 33. Plano de Villa Bella da Santíssima Trindade. Capital de Capitania de Mato Grosso. ca. 1789. Fonte: Reis, 2000.

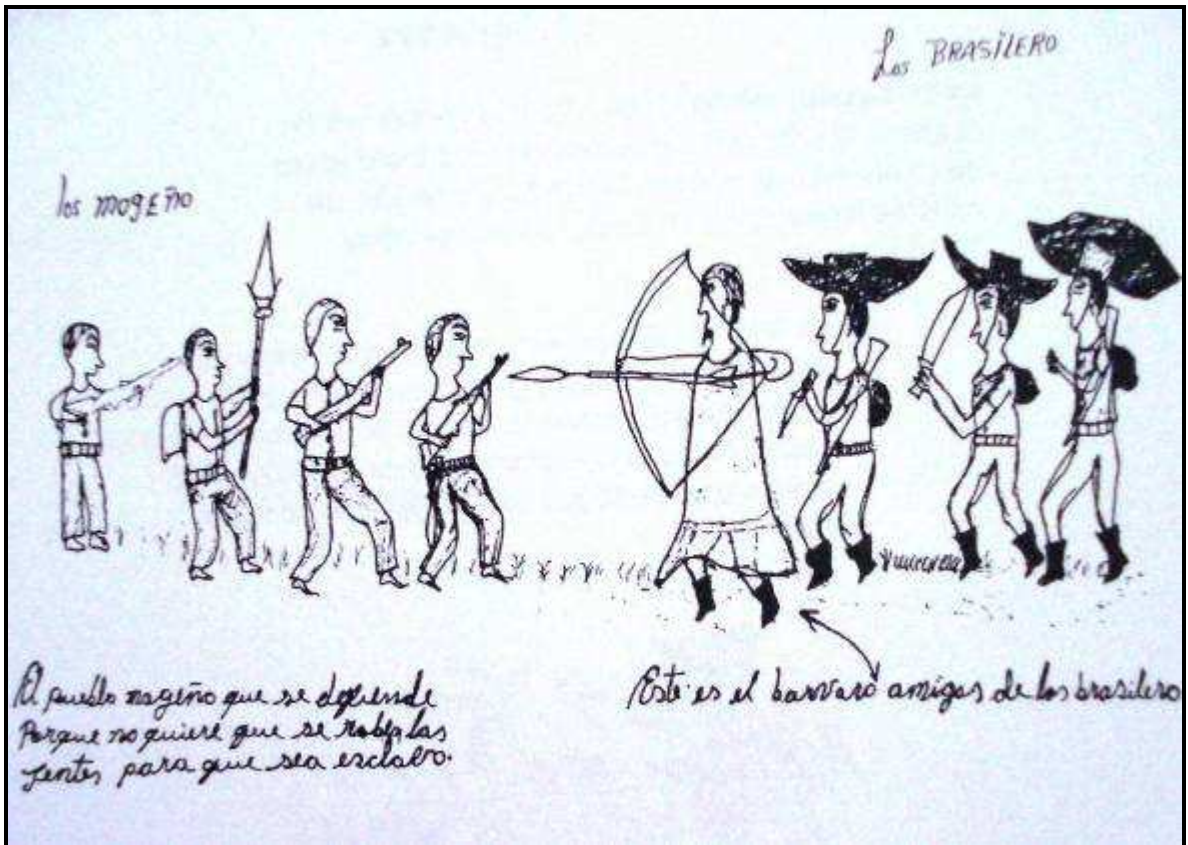


Fig. 34 e 35. Se defiende Mojos contra los invasores portugueses. Fonte: Equipo Pastoral Rural de Mojos Beni-Bolivia, 1989.

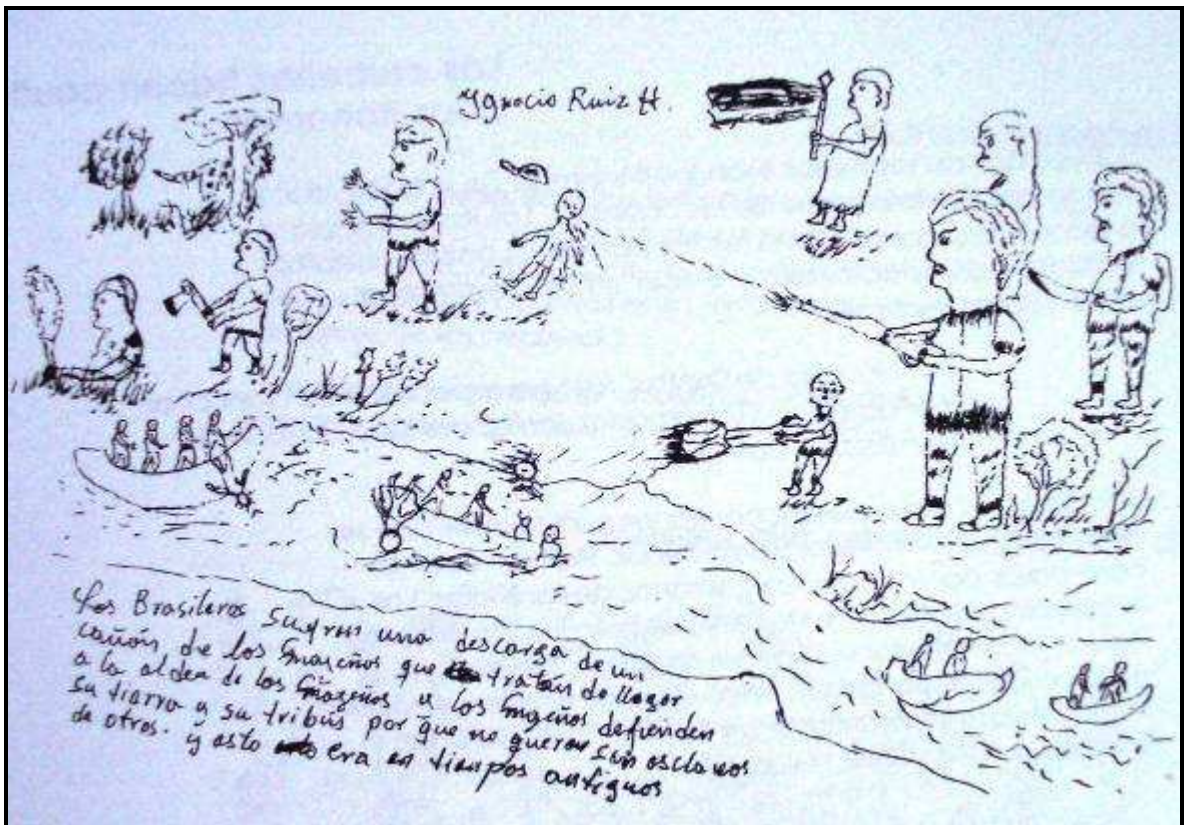




Fig. 38. Foto da entrada para antiga missão de Santa Rosa/ Fortaleza Conceição/Bragança, rio Guaporé, Rondônia. Foto da autora em 13/11/2007.



Fig.39 Foto tirada dentro da antiga Fortaleza Conceição/Bragança, Rondônia. A seta vermelha destacando a localização do possível fosso. Foto da autora em 13/11/2007.



Fig. 40. Foto do período de cheia do rio Guaporé. Batalhão Forte Príncipe da Beira, Rondônia. Foto de Andréa Dália, tirada em 09/04/2008.



Fig. 41. Foto do período de seca do rio Guaporé e as enormes pedras que sobressaem das águas. Batalhão Forte Príncipe da Beira, Rondônia. Foto da autora, em 13/11/2007.



Fig. 42. Foto do comércio sobre palafitas em Buena Vista, Bolívia. Foto de Joaquim Cunha da Silva.
Fonte: <http://www.panoramio.com/>. Acesso em dezembro de 2007.



Fig. 43. Foto das casas sobre palafita no município de Costa Marques, Rondônia. Foto de Edu Jung.
Fonte: <http://www.panoramio.com/>. Acesso em dezembro de 2007.